INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – OEA
PROGRAMA COOPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRÓPICO AMERICANO IICA - TRÓPICOS
INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

IBDF

REUNIÃO INTERNACIONAL SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA

Santarém - PA, Brasil, Novembro 8 - 14 de 1976

Informes de Conferências Curso y Reuniones Nº 107

46

CONTEÚDO

... // ...

C O M I T E O R G A N I Z A D O R

1 - Coordenador Internacional

Pedro A. Ramírez Sánchez
Coordenador
Programa Cooperativo do Desenvolvimento do
Trópico Americano, IICA - TROPICOS
Caixa Postal, 711 - Belém do Pará, Brasil.

2 - Coordenador Nacional

José Alfinito
Coordenador
Comitê de Coordenação Nacional do Brasil
Caixa Postal, 711- Belém do Pará, Brasil

3 - Coordenador I.B.D.F.

María Teresa Jorge Pádua
Diretora da Divisão de Proteção da Natureza
Instituto Brasileiro do Desenvolvimento
Florestal - IBDF
Palacio do Desenvolvimento 13º andar
Brasília, Brasil.

4 - Grupo de Apoio Logístico

Hordelei da Silva Rodríguez
Diretor do E R T
Base Física de Belterra
Santarém - Pará, Brasil

- Camilo Martins Viana
Presidente
Sociedade da Preservação aos Recursos
Naturais e Culturais na Amazônia
Rua 3 de Maio, 1494
Belém do Pará - Brasil.

I-A-2

- Gilberto Koichi Taketa
  Coordenador Regional da Amazônia
  Rua Caripunas, 1574
  Belém do Pará, Brasil

O B J E T I V O S

A Reunião Internacional sôbre Manejo de Unidades de conservação na Região Amazônica tem como objetivo principal, promover um amplo diálogo entre os representantes dos países para que se obtenha um conhecimento recíproco sôbre:

a) Planificação e manejo das Unidades de Conservação nas áreas amazônicas respectivas, e sôbre o mecanismo institucional encarregado de sua administração;

b) Legislação existente em cada um dos países relacionado com o estabelecimento e administração das Unidades de Conservação.

PROGRAMA

SEGUNDA FEIRA (Novembro 8)

08:00 - 09:55	Inscrições
10:00 - 11:30	Sessão Inaugural
11:35 - 11:55	Intervalo
12:00 - 13:00	Sessão Preparatória
15:00 - 16:00	Apresentação do EQUADOR
16:05 - 16:40	Esclarecimentos e ampliações
16:45 - 16:55	Intervalo
17:00 - 18:00	Apresentação do PERU
18:05 - 18:40	Esclarecimentos e ampliações
20:00	Coquetel oferecido pelo IBDF

TERÇA FEIRA (Novembro 9)

09:00 - 10:00	Apresentação da VENEZUELA
10:05 - 10:40	Esclarecimentos e ampliações
10:45 - 10:55	Intervalo
11:00 - 12:00	Apresentação do BRASIL
12:05 - 12:40	Esclarecimentos e ampliações
15:00 - 16:00	Conferência Tema I LEGISLAÇÃO SÔBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
16:05 - 16:40	Discussão em Plenário
16:45 - 16:55	Intervalo
17:00 - 18:00	Conferência Tema II MANEJO DA FAUNA SILVESTRE COM REFERÊNCIA ESPECIAL NA DA AMAZONIA PERUANA

QUARTA FEIRA	(Novembro 10)
09:00 - 10:00	Conferência Tema III ALGUNS DADOS RELATIVOS ÀS CUSTAS E BENEFICIOS NOS PARQUES NACIONAIS DA AMERICA LATINA.
10:05 - 10:40	Discussões em Plenário
10:45 - 10:55	Intervalo
11:00 - 12:00	Painel de Integração dos Temas
12:05 - 12:40	Seção Preparatória para a Reunião de trabalho
15:00 - 16:30	Seção de Trabalho
16:35 - 16:55	Intervalo
17:00 - 18:30	Seção de Trabalho.
QUINTA FEIRA	(Novembro 11)
09:00 - 10:30	Seção de Trabalho
10:35 - 10:55	Intervalo
11:00 - 12:30	Seção de Trabalho
15:00 - 16:30	Seção Final. Consideração em Plenário de conclusões e recomendações.
16:35 - 16:55	Intervalo
17:00 - 18:30	Seção de Encerramento
SEXTA FEIRA	(Novembro 12)
07:00 - 07:55	Viagem à Santarém à Floresta Nacional do Tapajós.
08:00 - 12:00	Visita à Floresta Nacional e ao Projeto PRODEPEF - IBDF
14:00 - 18:00	Visita à Base Física de Belterra
18:30 -	Regresso à Santarém
SABADO	(Novembro 13)
08:00	Retôrno dos participantes aos seus lugares de origem.

O R G A N I Z A Ç Ã O

1 - Dos participantes.-

Assistiram como participantes:

1-1 Um representante do Brasil, Equador, Perú e Venezuela convidado pelo Programa IICA - TROPICOS com caráter de delegado.

1-2 Conferencistas convidados especialmente pelo Programa IICA-TROPICOS expositores dos temas assinalados no próximo acápite.

1-3 Observadores dos Organismos Nacionais devidamente credenciados, que assistiram por conta própria.

2 - Da Mesa Diretiva.-

Elegeu-se uma Mesa Diretiva para a chefía das sessões, integrada da seguinte forma:

2-1 Presidente, o delegado do Brasil por maioría de votos;

2-2 Vice-presidente, o delegado do Perú por maioría de votos;

2-3 Secretário, o Coordenador do Programa IICA- TROPICOS;

2-4 Relator, o Coordenador do Comitê Nacional do Brasil.

3 - Da sessão Final e de Encerramento.-

Assistiram os delegados dos países, conferencistas e observadores internacionais.

M E T O D O L O G I A

1 - Generalidades

A fím de alcançar os objetivos propostos, a Reunião desenvolveu-se em três etapas, a saber: uma de análises da realidade atual dos países (apresentação dos respectivos trabalhos), uma conceitual (discussão dos temas expôstos nas palestras) e finalmente, uma de síntesis (conclusões e recomendações) baseadas nas análises comparativas das duas anteriores.

1.1 - Na primeira parte da Reunião, os países vinculados ao Programa IICA-TROPICOS, Brasil, Equador, Peru e Venezuela, únicos assistentes, apresentaram suas experiências na planificação, estabelecimento e manejo das Unidades de Conservação na Região Amazônica, dentro das seguintes pautas:

a) Planificação das unidades de conservação (legislação)

b) Manejo das unidades de conservação

c) Estrutura do mecanismo institucional administrada

d) Programa de ação.

Comentaram sôbre as experiências negativas e positivas obtidas durante todo o processo de maneira que os outros países possam capitalizá-las em benefício da programação e implementação de suas unidades de conservação.

1.2 - Na segunda parte da Reunião, se abordou os princípios básicos teóricos que regem o conceito Unidades de Conservação, na qual interviram conferencistas especialmente convidados para tal fín, que apresentaram os seguintes temas:

- Tema I - Legislação sôbre Unidades de Conservação;
- Tema II - Manejo de fauna silvestre, com referência especial sôbre a da Amazônia Peruana; e,

- Tema III Alguns dados relativos às custas e benefícios em Parques Nacionais da América Latina.

1.3 - A terceira parte da Reunião, referiu-se a sessões de trabalho durante as quais foram analizados os temas tratados pelos delegados dos países sôbre a implantação de unidade de conservação em suas respectivas áreas amazônicas, foi discutido e ditado, com critério regional, uma série de recomendações cujo conteudo seja aceito ao máximo pelos govêrnos representados, e de comum aplicação nos países em um futuro imediato. Os temas de análises e discussão foram os seguintes:

a) Administração e Manejo de unidades de conservação;

b) Legislação sôbre unidades de conservação.

2 - Sessões de trabalho

2.1 - Expositores dos países.-

A apresentação dos temas assinalados aos países foram feitos pelos respectivos delegados durante 60 minutos de exposição e, a seguir, o auditório dispôs de 30 minutos para fazer perguntas e solicitar aclarações e ampliações ao respeito.

2.2 - Conferencistas.-

Cada um dos conferencistas dispôs de 60 minutos para expôr o tema, e a discussão em plenário levou 30 mintuos, com seleção das perguntas na seguinte ordem: delegados dos países, conferencistas e observadores.

2.3 - Painel de integração dos temas

Terminada as exposições dos delegados e dos conferencistas, armou-se um painel no qual os delegados do Brasil e da Venezuela apresentaram uma síntesis do tratado nas exposições e se assinalaram e esclareceram os pontos mais relevantes para facilitar as sessões de

trabalho, as quais, de comum acôrdo, foram diriguidas e orientadas pela Presidente da Reunião.

2.4 - Sessão de Trabalho.

Nas sessões de trabalho debateram-se os temas assinalados no capítulo anterior (terceira parte) e a síntesis e pontos mais relevantes das exposições, e tiveram ao seu dispôr cinco períodos de 1:30 horas no final das quais se ditaram as recomendações, sendo entregues à uma comissão redatora para a elaboração do texto definitivo que foi apresentado na sessão final da Reunião. Nestas sessões de trabalho normalmente participaram os delegados dos países, conferencistas e representates do IICA.

2.5 - Sessão Final.

Realizou-se uma sessão final com a participação de todos os assistentes, durante a qual se deu leitura às recomendações para sua consideração em plenário e sua aprovação por parte dos delegados dos países.

2.6 - Sessão de Encerramento.

A sessão de encerramento efetuou-se mediante a intervenção e uso da palavra dos seguintes membros da Mesa Diretiva:

Coordenador do Programa IICA-TROPICOS, quem fêz um balanço da labor cumprida, expressando seu reconhecimento pela atuação dos delegados, conferencistas e observadores.

Delegado do Equador, para expressar o agradecimento a nome dos demais delegados presentes, e,

a Presidente da Reunião, quem referiu-se às origens, objetivos e resultados da Reunião, e declarou-a encerrada.

PALAVRAS DO COORDENADOR DO PROGRAMA IICA- TROPICOS
DR. PEDRO A. RAMIREZ S.

Tengo el placer de presentar a nombre del Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas y de su Programa Cooperativo para el Desarrollo del Trópico Americano, un cordial recibimiento a las distinguidas personalidades representantes de organismos federales, estatales y municipales, a los delegados de los paises vinculados al Programa IICA-TROPICOS, a los señores conferencistas y demás observadores, todos y cada un

El Programa Cooperativo para el Desarrollo del Trópico Americano se siente muy complacido de patrocinar reuniones como la presente, sobre Unidades de Conservación o Areas Protegidas, como las llama Duncan Poore de la Union Internacional para la Conservación de la Naturaleza, por cuanto para el mismo, el término desarrollo no es incompatible ni excluyente del de conservación o protección, sino que antes por el contrario los considera acciones complementarias para asegurar la perpetuidad del medio natural hacia el cual van dirigidos sus propositos, y hacer posible su aprovechamiento mediante un mejor conocimiento y posterior utilización del germoplasma conservado como expresión biológica del ecosistema, estudio de sus interacciones en medio prístino, investigaciones comparativas de todo órden entre este y el medio intervenido o alterado, etc.

El Programa IICA-TROPICOS es absolutamente conciente de la importancia y necesidad del diálogo y debates como los que se van a suscitar en esta reunión, y desea apoyarlos y colaborar decididamente para que las recomendaciones resultantes sean llevadas a la práctica, cuando los gobiernos tan dignamente aquí representados las acepten. Es que su Coordinador de turno cree, conforme seguramente ustedes también por su estrecha vinculación y experiencia con la biologia tropical humeda, en los argumentos y evidencias expuestos por Gómez-Pompa, Vasquez-Yanes y Guevara, para

denominar a la selva lluviosa tropical "un recurso no renovable". Mas no por ello se inclina al extremo del conservacionismo o proteccionismo total, sino que ha tratado de promover el hallazgo de una intervención en equilíbrio, al proponer proyectos de evaluación, inventario y diagnóstico y estudio a investigación, para la previa determinación de áreas aptas para el desarrollo socio-economico, y el establecimiento de prácticas de aprovechamiento que eviten la destrucción de un medio natural muy susceptible de deterioro, bajo sistemas de explotación tradicionales.

Ciertamente se debe propiciar este tipo de reuniónes y apoyar las inquietudes promotoras y expuestas de y en las mismas, por ser sus resultados recomendaciones tendientes al establecimiento, manejo y administración de unidades de conservación, en las que los planificadores del desarrollo regional pueden encontrar orientación para el diseño de sus modelos de desarrollo, o las causas de rechazo del medio natural a la implantación de esos modelos.

Creo señores delegados que el momento es excepcionalmente propício para que con toda libertad expresen ampliamente sus inquietudes sobre las temas de esta reunión, y expongan una vez mas el pensamiento de sus respectivos países ya manifestados sobre los mismos en las reuniones de Leticia e Iquitos, como respuesta a la sugerencia que hizo Colombia en la reunión de Ministros de Agricultura de los países amazônicos celebrada en Palmira en abril de 1975, bajo los auspicios del Programa IICA-TROPICOS.

Espero que los resultados de la delicada labor para la cual el Programa IICA - TROPICOS gustosamente los ha invitado a reunirse en Santarém, pequeña pero hermosa ciudad de la Amazonia Brasileña, les sean a la postre del todo satisfactorios a cada uno de ustedes, como representantes de paises amazónicos en mayor o menor extensión, y a todos en conjunto, por las implicaciones favorables que puedan tener en la Cuenca Amazónica, la gran unidad geográfica del trópico humedo americano de contornos muy claramente identificables.

SAUDAÇÕES DE BOAS-VINDAS DO COORDENADOR DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO NACIONAL DO BRASIL DR. JOSÉ ALFINITO

Apresentando aos senhores Delegados da Reunião Internacional sobre Manejo de Unidades de Conservação na Amazônia e demais autoridades, o senhor Coordenador do Comitê Nacional do Brasil, Dr. José Alfinito, assim se expressou:

"Meus senhores e minhas senhoras

Cumpre-se neste dia mais uma etapa do Programa IICA-TROPICOS, realizando na cidade de Santarém, Estado do Pará, uma importante reunião técnica sobre assuntos intimamente relacionados com a conservação da natureza e do meio ambiente, cujos resultados servirão de base à próxima reunião do Comitê Intergubernamental Técnico para Proteção e Manejo da Fauna e Flora Amazônica, a ser realizada em Brasília, no mes de junho.

Com características das anteriormente realizadas, ela foi minuciosamente preparada pela eficiente ação da Secretaria Executiva do Programa, que na ocasião coube ao companheiro Dr. Pedro A. Ramirez, que buscou fazê-la mais útil e preciosa ao elenco de encontros que tem proporcionado o Programa, visando permutar conhecimentos importantes sobre o trópico úmido americano.

Lamentavelmente, nessa ocasião, por motivos supervenientes, a autoridade máxima do Município não pode apresentar os votos de boas vindas e salutar reunião, incumbindo-me de fazê-lo, certo de que mais uma vez os propósitos do Programa IICA-TROPICOS serão sobejamente alcançados, dado o alto nível técnico de seus delegados.

Muito Obrigado".

INSTALAÇÃO DA MESA DIRETIVA

Ao cumprir-se um pequeno recesso depois da sessão inaugural, se convocou aos Delegados dos países, conferencistas e observadores nacionais para a eleição da Mesa Diretiva que ficou constituida da seguinte maneira:

Presidente.

Ing. Agr. Maria Tereza Jorge Padua

Diretora da Divisão de Proteção da Natureza

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

BRASIL

Vice-Presidente.

Ing. Agr. Carlos Federico Ponce del Prado

Diretor de Conservação

Direção Geral Florestal e de Fauna

Ministerio de Agricultura

PERU

Secretario

Ing. Agr. Pedro A. Ramirez S.

Coordenador Programa Cooperativo para o

Desenvolvimento do Trópico Americano

IICA-TROPICOS

Relator

Med. Vet. José Alfinito

Coordenador

Comitê de Coordenação Nacional

BRASIL

INAUGURAÇÃO OFIGIAL DA REUNIÃO

ATA DA SESSÃO INAUGURAL

Reunindo os senhores Delegados do Brasil, Perú, Equador e Venezuela, os conferencistas e os observadores nacionais representantes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Diretoria Estadual do Ministério de Agricultura no Pará, Associação de Credito e Assistencia Rural do Estado do Pará, Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais na Amazônia, Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, e da Oficina do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas no Rio, foram oficialmente instalados os trabalhos da Reunião Internacional sobre Unidades de Conservação na Amazônia, no dia oito de novembro de 1976, no Salão de Convenção do Hotel Tropical, na cidade de Santarém, no Estado do Pará.

A mesa diretiva da sessão inaugural, composta pelo senhor Coordenador do Programa IICA-TROPICOS, Dr. Pedro A. Ramirez e Coordenador do Comitê Nacional do Brasil, Dr. José Alfinito, apresentou o programa tentativo para a reunião, tendo o mesmo sido minuciosamente comentado pelo Dr. Pedro A. Ramirez, cabendo ao Dr. José Alfinito apresentar os votos de boas vindas às autoridades presentes, e a declarar oficialmente inaugurada a reunião.

DOCUMENTO DO BRASIL

Maria Teresa Jorge Pádua *

I - INTRODUÇÃO

Criado em 1967, pelo Decreto-Lei nº 289, compete no Brasil ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal a árdua tarefa de "... orientar, coordenar e executar ou fazer as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País".

A grandeza territorial do Brasil, e a responsabilidade sócio-cultural que lhe advém de possuir uma variedade imensa de ecossistemas representativos de diferentes Províncias Biogeográficas, impõem que seja dispensado um grande cuidado e rigor científico na estruturação de uma política de conservação dos recursos naturais.

Com o país a desenvolver-se rápidamente, a tarefa de planejamento nos dias de hoje torna-se extraordinariamente complexa. Há que assegurar que os novos programas e projetos previstos no II PND (1975 - 79), os quais transformarão, econômica e socialmente áreas antes inacessíveis ou marginalizadas, não possibilitem a degradação do valioso e insubstituível patrimônio de recursos naturais.

Felizmente esta é precisamente uma das preocupações daquele Documento que ao definir a Política Nacional de Desenvolvimento e estabelecendo os objetivos e opções Nacionais declara:

"Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País".

Declara, ainda o II PND que "O Brasil deve defender o seu patrimônio de recursos naturais sistemáticamente e pragmáticamente. A sua preservação faz parte do desenvolvimento".

---

* Diretora da Divisão de Proteção da Natureza.- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF-

Em referências específicas à Amazônia o II PND reclama "Uma definição por antecipação, das áreas destinadas a Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Parques de Caça.

Escudado por este moderno conceito de desenvolvimento, o IBDF, autarquia do Ministerio da Agricultura, responsável pela formulação e execução das políticas florestal e de conservação dos recursos naturais renováveis, engajou-se firme e decididamente no contexto desenvolvimentista nacional.

É imprescíndível destacar que até então lutava o IBDF com tremendas dificuldades, quer pela indefinição política, quer pelo desamparo administrativo ou pela falta de recursos financeiros e de pessoal, que o condicionavam a um estado de quase impotência e apatia em relação à conservação dos recursos naturais, flora e fauna.

No entanto, o aumento de sensibilidade e vontade política expressos no II PND, e a necessidade de execução dos seus programas, não poderiam prescindir de fortalecer as estruturas administrativas do poder público, de modo a dotá-lo de capacidade de mobilização e implementação ímpares, até essa data.

Vem depois, o IBDF procurando superar as dificuldades já mencionadas através de um planejamento realista e contando com maior disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais.

Existem duas leis principais no Brasil nas quais o IBDF alicerça sua política conservacionista:

a) Código Florestal - Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965;

b) Lei de Proteção à Fauna - 5.197 de 3 de janeiro de 1967.

Complementando essas leis existem outras normas e regulamentos que regem a matéria.

Transcrevemos alguns artigos da legislação que traduzem o espírito da mesma:

Artigo 1º - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único - As ações ou emissões contrárias às disposições dêste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (art. 302, XI, b, do Código de Processo Civil).

Art.2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) - ao longo dos rios ou de outro qualquer curso de água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez)a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;

3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.

b) - ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificial;

c) - nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos-d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

d) - no tôpo de morros, montes, montanhas e serras;

e) - nas encostas ou partes destas com declividades superior a 45º, equivalentes a 100% na linha de maior declive;

f) - nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) - nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;

h) - em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres

Especificamente quanto à região amazônica o Artigo 16 reza:

Art. 16 - As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta Lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) - ....

b) - nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desbravadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens permitindo-se nesses casos, apenas a extração de árvo -

res para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas sujeitas a forma de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade.

Teóricamente, portanto, ter-se-ia 50% da região amazônica intocável. Entretanto, a dificuldade de uma fiscalização adequada, oriunda principalmente das dimensões continentais da extensão territorial brasileira, aliada à sucessiva subdivisão de propriedades particulares vem permitindo uma derrubada gigantesca que, se não for contida a tempo, poderá ocasionar tremendos danos aos recursos naturais renováveis da amzônia.

Preocupado com a enormidade do problema, o govêrno brasileiro vem, através do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, tomando medidas para adaptar a legislação às condições regionais, muitas vezes modificando-a em benefício da conservação da natureza em âmbito nacional.

Outras medidas baseadas principalmente em técnicas e meios sofisticados como o uso do satélite, helicópteros, aviões, embarcações, etc., objetivando uma fiscalização eficiente, estão em andamento.

O Código Florestal prevê ainda em Art. 5º a criação de unidades conservacionistas, senão vejamos:

Art. 5º - O Poder Público Criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando área ainda não florestadas e destinadas a atingir aquêle fim.

Parágrafo Único - Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

Quanto à fauna existe uma Lei de Proteção à Fauna - Lei 5.197/67 que proibe, entre outras coisas, o comércio e a caça profissional de animais da fauna indígena. Transcrevemos os 3 primeiros artigos desta lei, que traduzem o espírito da mesma:

Art. 1º - Os animais de quaisquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição caça ou apanha.

§ 1º - Se peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal.

§ 2º - A utilização, perseguição, caça ou apanha de espécies da fauna silvestre em terras de domínio privado, mesmo quando permitidas na forma do parágrafo anterior, poderão ser igualmente proibidas pelos respectivos proprietários, assumindo êstes a responsabilidade de fiscalização de seus domínios. Nestas áreas para a prática do ato de caça é necessário o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, nos termos dos artigos 594, 595, 596, 597 e 598 do Código Civil.

Art. 2º - É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º - É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º - Excetuam-se os espéciemes provenientes de criadouros devidamente legalizados.

§ 2º - Será permitida, mediante licença da autoridade competente, a apanha de ovos, larvas e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou a saúde pública.

Defrontamo-nos aquí com o mesmo tipo de problema já expôsto no que

díz respeito ao cumprimento da legislação da flora: a falta de fiscalização eficiente. Existe, pois, ainda no Brasil a caça profissional, o comércio ilegal de seus produtos e sub-produtos e o contrabando para o exterior dos mesmos,

Entretanto, a ajuda que o IBDF vem obtendo das Forças Armadas para a fiscalização, e a conscientização paulatina do povo brasileiro, através de programas educativos e divulgativos, estão conduzindo à uma proteção mais efetiva dêsse recurso natural renovável.

O Art. 5º da Lei de Proteção à Fauna, prevê também, a criação de unidades conservacionistas para a proteção dos recursos naturais renováveis.

Art. 5º - O Poder Público Criará:

a) Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça ou apanha, ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título, são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente.

b) Parques de Caça Federais, Estaduais e Municipais, onde o exercício da caça é permitido abertos total ou parcialmente ao público, em caráter permanente ou temporário com fins recreativos, educativos e turísticos.

Muitos acordos internacionais foram e serão assinados objetivando atingir metas conservacionistas.

Como exemplo citamos o Acordo entre o Brasil e o Perú para a Conservação da Flora e Fauna dos Territórios Amazônicos, assinado em novembro de 1.975.

Está, também, em vías de ser assinado um acordo entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde, que visa principalmente a criação de primatas, em cativeiro, paralelamente aos estudos de dinâmica de população e censo, bem como as medidas de proteção a serem adotadas.

II - PLANIFICAÇÃO E MANEJO DO ATUAL SISTEMA DE PARQUES NACIONAIS :

1 - O atual Sistema de Parques

Atualmente o Brasil possui 18 Parques Nacionais e 6 Reservas Biológicas que perfazem um total de 2.407.000 ha protegidos, representando 0,28 % em relação à extensão territorial do país.

No entanto, dificuldades já anteriormente enunciadas não permitiram que até agora o Brasil tenha conseguido planificar o seu Sistema de Parques Nacionais. A inexistência desta planificação tem levado, em muitos casos, à criação de parques e reservas de uma forma "ad hoc" em resposta à pressoẽs locais, situações oportunísticas, ou como resultado do entusiasmo de alguns poucos conservacionistas.

A continuar êste processo casuístico de seleção de reservas ele poderá produzir um sistema de conservação que, além de ineficiente em têrmos de preservação da diversidade de ecossistemas, será provávelmente muito caro em têrmos de manejo e administração. Além desta situação, muitos dêstes Parques e Reservas, criados por decreto, restringem-se a uma posição estática defensiva, que na prática não chega a expressar-se em benefício da coletividade.

A criação de uma verdadeira unidade de conservação não pode terminar com a publicação ou determinação do ato político. De fato só existirá um Parque Nacional ou uma Reserva Equivalente quando a sua elevada função sócio-cultural estiver assegurada, e para que um Parque proteja a natureza, eduque o visitante e proporcione oportunidades para investigação científica o recreio sadío em contacto com o meio natural, precisará de estar devidamente implantado e equipado, sem o que, o objeto de sua criação sería inútil.

2 - Unidades e programas de Conservação na Amazônia

Somente em 1974 foi criado na região o primeiro Parque Nacional da Amazônia, abrangendo uma área de 1.000.000 de hectares, à margem esquerda

do rio Tapajós, Estado do Pará, a oeste de Itaituba.

O IBDF tem considerado como prioritários em seus estudos e programas aquelas áreas indicadas como refúgios do pleistoceno por diversos cientistas como: G.T. Prance, Keith Brown, Vanzolini e J. Haffer que evidentemente são mais ou menos coincidentes nos trabalhos dos referidos estudiosos.

O IBDF está também, considerando as dimensões mínimas requeridas, como indicam John Terborgh e outros autores, para minimizar as taxas de extinção da fauna. Além disso está promovendo investigação de espécies principalmente de grandes predadores, que fornecerá dados concretos sobre requisitos de tamanhos mínimos necessários para unidades de conservação.

Ainda dentro dessas prioridades ocupam lugar de destaque a necessidade premente do estabelecimento de unidades conservacionistas na Serra do Divisor, nos limites Brasil-Peru e a área onde se encontra o Pico da Neblina, ponto culminante do Brasil entre a Venezuela e nosso País.

Em segunda escala de prioritização estão aquelas áreas indicadas pelo Projeto RADAM, que levantou a amazônia através de radar, para Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Entre elas encontramos: Parque Nacional do Cabo Orange no Estado do Amapá com cerca de 228.000 ha, Reserva Biológica do Lago Piratuba no mesmo Estado com 185.000 ha, Reserva Biológica do Cuparí no Estado do Pará, Reserva Biológica do Rio Trombetas, também no Estado do Pará com 10.000 ha e uma Rodovia-Parque no trecho da transamazônica entre Bacajá e Itacaiuna.

3 - <u>Medidas recentes</u>

No afã de conseguir atingir as medidas que correspondam efetivamente às necessidades bioecológicas do país e particularmente da Amazônia, o IBDF já promoveu estudos de análise de prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia, trabalho que deverá ser brevemente publicado. Além disso, preparou um regulamento geral de Parques Nacionais que deverá também, em futuro breve ser decretado.

III - ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DO SETOR

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - criado pelo Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, como órgão autárquico federal, vinculado ao Ministério da Agricultura tem a seguinte estrutura básica:

1 - Presidência

2 - Orgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:
   a) Gabinete;
   b) Procuradoria Geral;
   c) Assessoria de Segurança e Informações.

3 - Orgãos de Planejamento :
   Secretaría Geral.

4 - Orgãos Centrais:
   a) Departamento de Administração;
   b) Departamento de Pessoal;
   c) Departamento de Contabilidade e Finanças;
   d) Departamento de Economia Florestal;
   e) Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes;
   f) Departamento de Pesquisa;
   g) Departamento de Industrialização e Comercialização; e,
   h) Departamento de Reflorestamento.

5 - Orgãos Locais:
   a) Delegacias Estaduais;
   b) Jardim Botânico.

6 - Orgãos Consultivos e Normativos:
   a) Comissão de Política Florestal; e
   b) Conselho de Valorização de Parques.

Ao Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes compete orientar, coordenar e controlar a aplicação de preceitos conservacionistas com vistas a preservação da flora, da fauna e da manutenção do equilíbrio biológico nas diferentes regiões do País.

§ 1º - À Divisão de Parques Nacionais e Recursos Naturais Renováveis compete definir as áreas necessárias à criação de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, bem como coordenar, orientar e controlar o funcionamento das mesmas cabendo-lhe:

a) estudar no âmbito administrativo as desapropriações necessárias às atividades do IBDF;

b) opinar sôbre as áreas a serem desapropriadas, no que respeita aos seus recursos naturais;

c) pronunciar-se quanto aos recursos naturais, bem como sôbre a alienação ou concessão de terras;

d) promover avaliação das áreas a serem incorporadas aos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes;

e) promover a organização e atualização do Cadastro Informativo dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes;

f) orientar, coordenar e controlar em colaboração com a Divisão de Proteção à Natureza a elaboração de programas de aproveitamento racional das zonas de recreação nos Parques Nacionais.

§ 2º - À Divisão de Proteção à Natureza compete orientar, coordenar e controlar a programação referente à flora e à fauna, cabendo-lhe:

a) orientar, coordenar e controlar os estudos para criação de Parques Nacionais e de Reservas Equivalentes;

b) orientar, coordenar e controlar os estudos científicos nos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, inclusive propondo a realização de convênios, acôrdos ou contratos de pesquisas com instituições científicas;

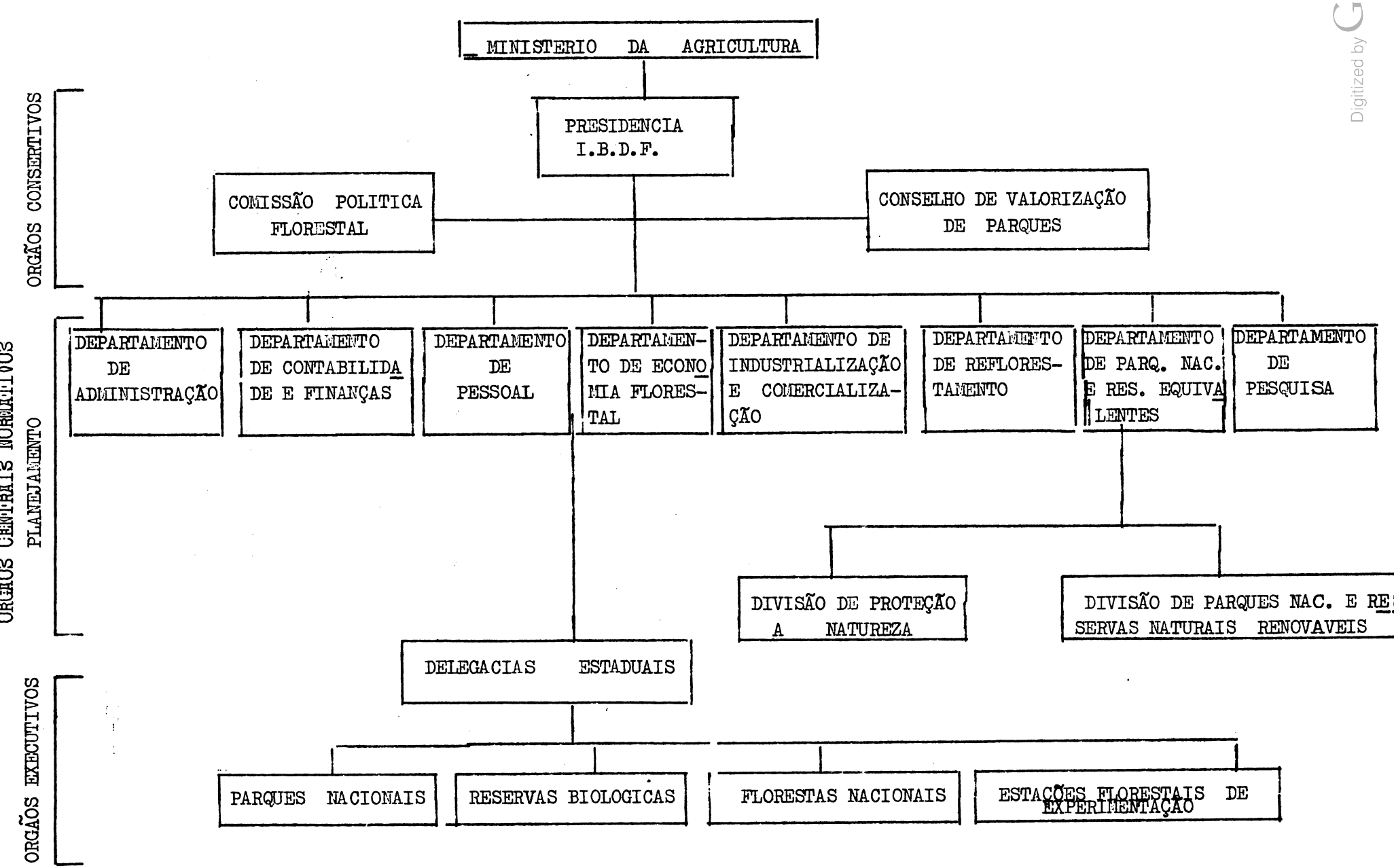
c) orientar, coordenar e controlar a elaboração de programas referentes à instalação, funcionamento e manutenção dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes;

d) estabelecer normas para autorizações, concessões, permissões quando não se destinarem ao comércio e indústria, de assuntos pertinentes à flora e fauna;

e) estabelecer normas para prevenção e combate aos incêndios e às pragas, a serem executados pelos órgãos locais.

Especificamente para o Desenvolvimento da Região Amazônica o II PND criou o programa de polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZONIA - com recursos próprios que prevê, no Art. 5º do seu decreto de criação, o estabelecimento de Parques e Florestas Nacionais Reserva Biológicas e Parques de Caça. Naturalmente o estudo das áreas destinadas a unidades de conservação é efetuada em íntima harmonia com o IBDF.

Objetivando alcançar uma fiscalização da flora e fauna mais efetiva para a área, vem o IBDF executando acôrdos com as Secretarías de Agricultura e Segurança dos governos dos estados da região.



IV - PROGRAMA DE AÇÃO

Perfeitamente cônscio de toda esta problemática do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF, procurou elaborar seu programa de ação, de forma a que ajustando-se as suas reais possibilidades e capacidades, permitisse atender às principais prioridades, maximizando os objetivos a que se propõe. Dêste programa constam os seguintes projetos para 1.977:

1 - O Plano do Sistema de Unidades de Conservação

Este plano, constituirá uma estratégia básica para a conservação e manejo dos recursos naturais renováveis e para a utilização adequada dos sempre escassos recursos humanos e financeiros necessários à implantação, manejo, manutenção e administração do Sistema de Unidades de Conservação. Procura-se assim:

a) rever a conceituação geral, designadamente no que toca a objetivos de manejo e sistemas de manejo, precisando-os e alargando-os caso seja aconselhável;

b) detectar e inventariar, a nível nacional,(particularizando na Amazônia) as áreas de potencial interesse como unidades de conservação;

c) identificar as lacunas e as áreas de maior significância do atual Sistema de Parques;

d) estabelecer os critérios técnico-científicos de significância para a área a incluir ao Sistema;

e) propor as ações prioritárias para o estabelecimento, planificação, manejo e administração dêsse sistema.

Tal plano, habilitará definitivamente o IBDF a estabelecer prioridades para, ofensivamente, criar novos parques e reservas em vez de ficar com o resíduo de outros usos da terra. Além disto funcionará como diretríz fundamental de uma efetiva política de conservação.

2 - A segunda prioridade foi dada, à elaboração dos Planos de Manejo e demais providências que permitam, pragmáticamente e sistemáticamente a im-

plantação daquelas unidades de conservação já criadas e sob as quais não restam dúvidas sôbre a sua função no sistema.

Está assim prevista a elaboração dos Planos de Manejo para os seguintes Parques:

Parque Nacional de Brasília - DF.

Parque Nacional de Sete Cidades - PI.

Parque Nacional de Monte Pascoal - BA.
Parque Nacional do Araguaia - GO.
Parque Nacional do Iguaçu - PR.
Parque Nacional das Emas - GO.
Parque Nacional da Amazônia - AM.

Do mesmo modo serão elaboradas todas as outras diligências que permitam a regularização definitiva da sua situação fundiária (Cadastramento, avaliação das benfeitorias, etc.).

3 - Igualmente estão previstos uma série de estudos de campo para avaliação de potenciais unidades de conservação na Amazônia, de acôrdo com as recomendações do recente trabalho "Uma análise das Prioridades em conservação da Natureza na Amazônia".

Este estudo, que aguarda publicação breve constitui um primeiro passo no desenvolvimento das análises das áreas naturais da Amazônia necessárias para o Plano do Sistema de Parques Nacionais Brasileiros. Contempla os seguintes objetivos.

V - OBJETIVOS

O presente documento é uma tentativa para analisar alguns dêstes problemas e subsequentemente tornar estas análises disponíveis públicamente para uma revisão crítica e "flidback". O trabalho foi realizado como parte do Projeto (PRODEPEF - UNDP/FAO/IBDF/BRA-545).

Os objetivos do documento são:

1 - Sintetizar os trabalhos publicados por vários especialistas da Amazônia em uma forma comum, da qual possam ser tentativamente identificadas prioridades biológicamente significantes em conservação da

natureza.

2 - Identificar e localizar as unidades de conservação existentes e planejadas na Amazônia.

3 - Analisar as potenciais compatibilidades ou incompatibilidades entre os programas brasileiros do POLAMAZÔNIA e a preservação de áreas biologicamente significantes.

4 - Propor um esquema geral de um programa de conservação da natureza da Amazônia que dê devida consideração à diversidade desta região permita a identificação de áreas prioritária a serem preservadas e seja suficientemente flexível para adaptar-se à futuras descobertas científicas.

5 - Permitir aos organismos públicos responsáveis por Parques Nacionais e Reservas Equivalentes obter uma posição ofensiva onde uma política de conservação para Amazônia possa ser efetivamente prosseguida, antes da eliminação dessa opção por outros projetos de desenvolvimento.

6 - Contribuir no caso especial do Brasil para a execução do seu Plano do Sistema de Parques Nacionais.

Nêste ítem estão previstos os estudos das áreas:

Bacia do Capim;

Pico da Neblina;

Jatapu;

Serra do Divisor;

Caxiauia e

Jau.

Também os problemas de manejo de fauna, no que díz respeito à ecologia animal, criação e exploração, tem um lugar de destaque na planificação científica e econômica da Amazônia.

Os seguintes projetos foram, assim, previstos para início em 1977.

a) Status da fauna silvestre particularmente das espécies ameaçadas;

b) Investigação bio-ecológica de algumas espécies selecionadas

com o fim de obter informações, que permitam tomar medidas efetivas para a sua conservação e manejo (onça, cervo, capivara e jacaré caitetu);

c) Operação de repovoamento do Mico-Leão reproduzindo em cativeiro;

d) Estudos sôbre a proteção ao Peixe-Boi;

e) Estudos sôbre proteção a criação da Tartaruga Amazônica;

f) Estabelecimentos de um Centro Experimental de Criação e Manejo de Animais Silvestres de Interesse Econômico;

g) Estabelecimento de um Centro de Estudos sôbre Migração de Aves e Anilhagem.

Sentindo a enorme necessidade, estabeleceu-se também um programa contínuo de capacitação e treinamento de pessoal, que se iniciará no próximo ano com a promoção de um Curso sôbre Administração e Manejo de Utilidades de Conservação.

Finalizando estão ainda previstas ações de caráter educativo e divulgativo.

ANEXOS AO DOCUMENTO DO BRASIL

A continuação se apresentam as Portarías emanadas da Presidência do INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, referentes ao uso manejo e conservação de espécies vegetais e faunísticas nativas da Região Amazônica Brasileira :

PORTARIA Nº 303

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº 62.018 de 29.12.67;

Considerando que a Lei nº 4.771, de 15.9.65 em seu artigo 14, alínea b, permite a proibição de corte das espécies vegetais consideradas em via de extinção;

Considerando que o art.1º, da Lei nº 5.197, de 3.1.67, estabelece que a fauna indígena é propriedade da Federação;

Tendo em vista tudo e mais que se mantém no processo numero 6.578/68;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituida a lista oficial brasileira das espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no País como segue:

1. ANIMAIS, assim distribuidos:

1.1 MAMIFEROS:

1.1.1 PRIMATES:

- Brachyteles arachnoides (E. Geoffroy, 1806); família CEBIDAE, nome comum: mono, miriqui, muriqui.
- Cacajao calvus (I. Geoffroy, 1847); familia CEBIDAE; nome comum: uacari branco.
- Cacajao melanceephalus (Humboldt, 1811); família CEBIDAE; nome comum: uacari-de-cabeça-preta.
- Chiropotes albinasus (I. Geoffrey & Deville, 184);familia CEBIDAE; nome comum: camiu-de-nariz-branco.
- Callimice goeldii (Thomas, 1904); família CALLITHRICIDAE; nome comum: calimice.
- Leontopithecus rosalia (Linnaeus, 1758); família CALLITHRICIDAE; nome comum: mico-leão.

- Leontopithecus chryeamelas (Fuhl,1820); familia CALLITHRICIDAE; nome comum: mico-leão-de-cara-dourada.

- Leontopithecus Chryaepygus (Mihan, 1823); família CALLITHRICIDAE; nome comum: mico-leão-prêto.

1.1.2 CARNIVORA :

- Chryeacyen brachiurus (Illiger, 1811); família CANIDAE; nome comum: guará, labo-vermelho.

- Pteremura brasiliensis (Gmelin, 1788); família MUSTELIDAE; nome comum: ariranha.

- Lutra platensis (Waterhouse, 1839); família MUSTELIDAE; nome comum: lontra.

- Speothus venaticus (Lund, 1942); família CANIDAE; nome comum: cachorro-do-mato-vinagre.

1.1.3 EDENTATA :

- Priodontea giganteus (Geoffrey, 1803); família DASYPODIDAE; nome comum: tatu-canastra.

- Myrmacophaga tridactyla (Linnaeus, 1758); família MYRMECOPHAGIDAE; nome comum: tamanduá-bandeira.

- Bradypus torquatus (Illiger, 1811); família BRADYPODIDAE; nome comum: preguiça-de-coleira.

-

1.1.4 SIRENIA :

- Trichechus inunguis (Natterer, 1883); família TRICHECHIDAE; nome comum: peixe-boi.

1.1.5 ARTIODACTYLA :

- Blastocerus dichotomus (Illiger, 1811); família CERVIDAE; nome comum: cervo.

- Orotocerus besoarticus (Linnaeus, 1759); família CERVIDAE; nome comum: veado-campeiro.

1.2 A V E S :

1.2.1 TINAMIFORME :

- Tinamus solitarius (Vieillot, 1819); família TINAMIDAE; nome comum : macuco.

- Taoniscus nanus (Temminak, 1815); familia TINAMIDAE, nome comum : codorna-buraqueira.

1.2.2 ANSERIFORME :

- Mergus octosetaceus (Vieillot, 1817); família ANATIDAE; nome comum : mergulhador, patão.

1.2.3 FALCONIFORME :

- Harpia harpyia (Linnaeus, 1758); família ACCIPITRIDAE; nome comum : uiraçu, harpia, gavião - real.

- Spizaetus ornatus (Daudin, 1800); família ACCIPITRIDAE; nome comum : apacanim, gavião-de-penacho.

- Spizaetus tyrannus (Wied, 1820); família ACCIPITRIDAE; nome comum : gavião-pega-macaco.

1.2.4 GALLIFORME :

- Crax Blumembachii (Spix, 1825); família GRACIDAE; nome comum: mutum .

1.2.5 PSITTACIFORME :

- Anodorhynchus glaucus (Vieillot, 1816); família PSITTACIDAE; nome comum: Arara-azul-pequena.

- Anodorynchus leari (Bonaparte, 1857); família PSITTADAE; nome comum : arara-azul-pequena.

- Pyrrhura cruentata (Wied, 1820); família PSITTADAE; nome comum : tiriba, fura-mato.

- Amazona vinacea (Kuhl, 1820); família PSITTACIDAE; nome comum: papagaio-do-peito-roxo.

- Amazona rhodocorytha (Salvatori, 1890); família PSITTACIDAE; nome comum: chauá, acumatanga.

- Amazona pretrei (Temminock, 1830); familia PSITTACIDAE; nome comum : chorão.

- Pionopsita pileata (Scopoli, 1769); família PSITTACIDAE; nome comum : cuiú-cuiú.

1.2.6 PASSERIFORME :

- Procnias averano (Hermann, 1783); família COTTINGIDAE; nome comum : araponga-do-nordeste.

- Cotinga maculata (Muller, 1776); família COTTINGIDAE; nome comum : crejoá

- Xipholena atro-purpurea (Wied, 1820); família COTTINGIDAE; nome comum : cotinga.

- Oryzoborus angolensis (Linnaeus, 1766); família FRINGILLIDAE; nome comum: curió, avinhado.

1.2.7 MICROPODIFORME

- Ramphodon dohrni (Bourcier & Mulsant, 1852); família TROCHYLIDAE, nome comum : beija-flor-de-Dohrn.

- Colibri delphinae grenwalti (Ruschi, 1962); família TROCHYLIDAE; nome comum : beija-flor-de-orelha-azul.

Discosura lomgicauda (Gwelin, 1788); família TROCHYLIDAE; nome comum : beija-flor-de-rabo-redondo.

- Augustes lumachellus (Lessom, 1838); família TROCHYLIDAE; nome comum : beija-flor-de-Dohrn.

1.3 REPTILIA

1.3.1 CHELONIA :

- Dermochelis coriacea (Linnaeus, 1758); família DERMOCHELYDAE; nome comum : tartaruga-de-couro.

- Chelonia imbricata (Linnaeus, 1758); família CHELONIDAE; nome comum: tartaruga-de-pente.

2. PLANTAS, assim distribuidas:

2.1 PALMAE

- Acanthococcus emensis var, emensis Toledo 1952; Emas, São Paulo

2.2 APOCYNACEAE

- Couma macrocarpa Barbosa Rodrigues, 1891 : Amazônia.

2.3 GENTIANACEAE

- Prepusa hookeriana Gardner, 1842; Serra dos Orgãos, Rio de Janeiro.

2.4 MELASTOMACEAE

- Lavoisiera itambana De Candolle, 1828; Itambé, Minas Gerais.

2.5 MALVACEAE

- Goethea alnifolia Garke, 1881; Litoral da Guanabara.

2.6 BROMELIACEAE

- Fernseea itatiaiea Baker, 1889; Itatiaia, Río de Janeiro.

2.7 ORCHIDACEAE

- Cattleya aclandiae Lindlay, 1840, nome comum: orquidea. Leste brasileiro (Bahia e Espírito Santo).

- Cattleya iongheana Reichbech- f, 1938; nome comum: orquídea. Caparaú (Minas Gerais).

- Cattleya Schilleriana Reichbech f., 1840; nome comum: orquídea Lesta Brasileiro.

- Laelia grandis Lindley, 1850; nome comum: orquídea Leste Brasileiro (Bahia e Espírito Santo).

- Laelia purpurata (Lindley, 1852); nome comum: orquídea; Sul brasileiro até São Paulo.

- Laelia tenebrosa Rolfo, 1859; nome comum: orquídea; Leste brasileiro (Bahia - Espíritp Santo).

- Laelia xanthina Lindley, 1859; nome comum: orquídea; Leste brasileiro (Bahia e Espírito Santo).

Parágrafo único - Esta relação será alterada sempre que novos dados baseados em critérios científicos, devidamente comprovados, assim o aconselharem.

Artº. 2º - Fica rigorosamente proibido, em todo o território nacional, a captura, coleta ou caça, a compra ou venda, o comércio, o transporte e a exportação de exemplares das espécies relacionadas no Artº. 1º desta Portaría, bem como dos produtos dessas espécies.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, para fins científicos ou exibições em instituições científicas especializadas poderão ser concedidas pelo IBDF, licenças especiais para coleta, transporte ou exibição de determinadas espécies, mediante instrução minuciosa de processo em requerimento encaminhado ao Presidente do IBDF pelos diretores interessados.

Artº 3º - A inobservância de qualquer dos dispositivos da presente Portaría constitui infração sujeita às penalidades previstas na Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, bem como no Decreto-Lei nº 289 de 28 de fe

vereiro de 1967, sem prejuizo dos dispositivos previstos no Código Penal e nas demais Leis, com as penalidades nêles cominadas.

Artº 4º - Esta Portaría entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Río de Janeiro, 29 de maio de 1968

a) Sylvio Pinto da Luz

Presidente

PORTARIA Nº 927

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso V, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967,

Tendo em vista o dispôsto no artigo 14 e seus parágrafos, da Lei nº 3.197, de 3 de janeiro de 1967,

R E S O L V E :

Art. 1º - A licença especial para realização de pesquisa ou coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época, somente será concedida pelo IBDF, a cientistas pertencentes à instituições científicas oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas.

§ 1º - A licença especial poderá ser concedida, em CARÁTER TEMPORÁRIO, para efetivação em áreas de Parque Nacional, Reserva Biológica ou reserva equivalente, exclusivamente quando:

a) for do interesse da administração do Parque Nacional, da Reserva Biológica ou da reserva equivalente;

b) necessária para dirimir dúvida surgida sôbre questão biológica da espécie endêmica e exclusiva da área protegida, para a sua determinação ou para o seu estudo ecológico devendo, nêsses casos, ser apresentado, préviamente, projeto detalhado de pesquisa, com a indicação da natureza e quantidade do material a ser coletado, o qual não poderá, de forma alguma, constituir coleção para intercâmbio, mostruário ou fins educativos.

§ 2º - A licença especial poderá ser concedida, ainda,

em CARATER PERMANENTE, para todo o território nacional, a cientistas das instituições nacionais, que tenham, por Lei, a atribuição de coletar material zoológico, para fins científicos, ressalvadas:

a) as áreas dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais Reservas Biológicas Federais, Estaduais e Municipais e, ainda, as pertencentes ou sob jurisdição de estabelecimentos oficiais, que se acharem sob regime especial;

b) as espécies que constam da lista oficial brasileira de espécies ameaçadas de extinção, instituída pela Portaría nº 303, de 29 de maio de 1968, dêste Instituto.

Artº 2º - A licença especial, concedida em CARÀTER PERMANENTE, não poderá ser utilizada para fins comerciais, esportivos ou quaisquer outros não científicos, sob pena do beneficiário incorrer nas sanções previstas no artigo 27, da Lei nº 5.197/67, além das penalidades a que possa estar sujeito, de acôrdo com o Código Penal e demais dispositivos legais.

Artº 3º - Os requerimentos, devidamente instruídos pelas instituições oficiais ou oficializadas, a que pertencerem os interessados bem como os daquelas de sua indicação, pelos quais se declaram responsáveis, embora estranhos aos seus quadros, deverão ser encaminhados, para exame e parecer, respectivamente, à administração do Parque Nacional, da Reserva Biológica ou da reserva equivalente, nos casos previstos nas alíneas a e b, do parágrafo 1º, do artigo 1º, e, à Delegacia Estadual do IBDF, no caso previsto no parágrafo 2º, do artigo 1º, da presente Portaría.

Artº 4º - Para a concessão da licença especial, quer de caráter temporário, quer de caráter permanente, de que trata esta Portaría, far-se-á necessário que o pedido seja instituido dos seguintes dados:

a) Dados pessoais

1. Nome do interessado
2. Nacionalidade
3. Naturalidade
4. Data do nascimento
5. Identificação
6. Residência

b) Dados funcionais

1. Título ou diploma
2. Profissão
3. Instituição a que pertence
4. Cargo que ocupa
5. Especialidade a que se dedica

c) Atividades programadas (somente para licenças concedidas em caráter temporário).

1. Objetivo visado
2. Descrição do projeto, classificando-o numa das hipóteses previstas no § 1º, do artigo 1º.
3. Descrição das atividades a serem desenvolvidas, bem como a estimativa da duração do projeto.
4. Indicação das áreas ecológicas escolhidas.
5. Descrição sumária do material a ser coletado, bem como o destino previsto.

Parágrafo único - Quando se tratar de cientistas estrangeiro, há necessidade de que o interessado esteja devidamente credenciado por entidade oficial de seu país de origem e autorizado a efetuar excursão no Brasil, pelo Conselho Nacional de Pesquisa, na conformidade do que dispõe o Decreto nº 62.203, de 31 de janeiro de 1968.

Artº 4º - A concessão da licença especial, de que trata a Presente Portaría, bem como sua renovação, quando concedida em caráter temporário, fica condicionada às seguintes exigencias:

a) apresentação de relatórios parciais, até 15 de dezembro no caso do projeto ter duração superior a um ano e relatório final, em três vías, destinado à instituição oficial brasileira responsável, ao término da realização do projeto;

b) encaminhamento, pela instituição oficial responsável, ao Parque Nacional, Reserva Biológica ou reserva equivalente, em que se realizou a pesquisa ou coleta do material, de duas vías dos relatórios referidos na alínea a dêste artigo;

c) será responsabilizada perante o IBDF, a instituição oficial brasileira, no caso de irregularidade decorrente da falta de cumprimento dos dispositivos contidos na presente portaría e, de modo geral, na legislação em vigor.

Art. 6º - A licença especial, de CARATER PERMANENTE de que trata o parágrafo 2º, do artigo 1º, desta Portaría, obriga a instituição responsável pelo cientista, a remeter ao IBDF, relatório anual das atividades do interessado, para fins de contrôle e apuração de dados científicos.

Art. 7º - Os pedidos, para realização de pesquisas ou para coleta de material destinado a fins científicos, devidamente instruídos, deverão ser individuais e dirigidos ao Presidente do IBDF, através da instituição oficial, responsável pelo interessado.

Parágrafo único - As licenças especiais somente serão válidas quando emitidas pela Presidência do IBDF, ou, por sua determinação, em cada caso, pelo Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza.

Art. 8º - Esta Portaría entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Río de Janeiro, 27 de maio de 1969.

a) Sylvio Pinto da Luz
Presidente

P O R T A R I A Nº 1.136

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos I e II, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 62.018 de 29.12.1967.

Considerando o que dispõem o inciso IX, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 289, de 28.02.67, o artigo 3º §§ 1º e 2º, e o artigo 6º, letra b, da Lei nº 5.197, de 03.01.67, e os artigos 16, 17, 19 e 20, da Portaría nº 253, de 18.04.68.

R E S O L V E :

Art. 1º - As empresas que exploram ou venham a explorar Criadouros Artificiais, com espécies da fauna silvestre protegidas pela Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, para obterem o seu registro no IBDF ficam obrigadas a apresentar planejamentos globais, em duas vías, observadas as fichas técnicas elaboradas por êste Instituto.

§ 1º - Dos planejamentos a executar ou em execução, elaborados sob a responsabilidade de técnicos especializados, deverão constar os seguintes elementos:

1. Espécies a reproduzir :
   a) Nome científico
   b) Nome vulgar
2. Condições para criação :
   a) Características do criadouro
   b) Número básico de fêmeas por reprodutor
   c) Agua
   d) Alimentação
3. Dados biológicos :
   a) Número de crias
   b) Número de gestações por ano
   c) Idade ideal para utilização econômica.

4. Dados tecnológicos e sanitários :

a) Produtos e subprodutos

b) Condições sanitárias

§ 2º - Os planejamentos a executar e/ou em execução, para o efeito de registro no IBDF, deverão ser acompanhados dos seguintes anexos

a) Comprovante do registro da firma na Junta Comercial ou órgão equivalente;

b) Título de propriedade da área destinada à instalação do criadouro, devidamente anotado no registro de imóveis;

c) Planta topográfica, indicando a área destinada à instalação do criadouro, assinada por profissional habilitado;

d) Planta da situação, na qual se assinale a posição da área destinada à instalação do criadouro em relação à sede do município, às estradas de acesso e respectivas distâncias dos mercados consumidores, para análise da viabilidade econômica.

Art. 2º - Uma vez aprovados os planejamentos apresentados pelas emprêsas, e após a verificação, pelo IBDF, de que os criadouros instalados oferecem condições de proporcionar aos espécimes em criação o mínimo previsto nas fichas biológicas, levantadas por êste Instituto, serão abertas, pelas dependências regionais dêste órgão, as fichas cadastrais que registrarão o número de matrizes e de reprodutores declarados.

§ 1º - Para efeito do contrôle da reprodução, e que servirá de base, posteriormente, ao fornecimento das quotas autorizadas para a comercialização, representadas por Guias de Trânsito, os novos pedidos de registro de matrizes somente serão atendidos, pelo IBDF, quando as espécies apresentadas por ocasião do planejamento global aprovado, já houverem cumprido o cronograma de produção anual estabelecido.

§ 2º - Os estoques ou volumes destinados à comercialização

não poderão ultrapassar as quotas estabelecidas pelo IBDF para os Criadouros Artificiais.

Art. 3º - Os espécimes, peles e couros da fauna silvestre, oriundos de Criadouros Artificiais, não poderão ser inseridos nos antigos estoques registrados antes da Portaría nº 253, de 18.04.68, pertencentes às emprêsas legalizadas na categoria de Comerciantes de peles e couros de animais silvestres, uma vez que as fichas de contrôle existentes serão canceladas, tão logo as firmas detentoras da mercadoria tenham negociado seu último exemplar.

Art. 4º - As emprêsas que exploram ou venham a explorar Criadouros Artificiais, com espécimes da fauna alienígena, não participarão do regime de quotas fixadas para aquelas provenientes da fauna silvestre, ficando obrigadas, entretanto, a apresentar o planejamento global exigido pelo IBDF, para efeito de registro, sem o que não lhes serão fornecidas as Guias de Trânsito para o transporte interestadual e para o exterior

Art. 5º - A liberação de estoques oriundos de Criadouros Artificiais, somente será autorizada pela Presidencia mediante o encaminhamento de requerimentos dos interessados, devidamente instruidos pelos responsáveis pelas dependências estaduais do IBDF, com base nos cronogramas de produção das diversas espécies, mencionando a idade e o tamanho para utilização econômica, que acompanharão os respectivos pedidos de concessão de Guias de Trânsito.

§ 1º - A entrega das Guias de Trânsito, pelas dependencias do IBDF, somente poderá ser feita na proporção autorizada pela Presidência e na época por esta fixada.

§ 2º - Se os estoques ou volumes apresentados pelas emprêsas ultrapassarem as quotas estabelecidas pelo IBDF, para comercialização, estas ficarão sujeitas, além das penalidades previstas no artigo 15, do

Decreto-Lei nº 289, de 28.2.67, também às prescritas nos artigos 27, 28, 29 e 30 da Lei nº 5.197 de 03.01.67.

Art. 6º - As emprêsas habilitadas à exploração de Criadouros Artificiais, farão suas declarações de estoque anualmente, das quais constarão os cronogramas de produção geral, e, particularmente, o número de crias obtidas de cada matríz declarada, bem como o número das que atingiram a idade ou o tamanho ideal para a utilização econômica.

Art. 7º - O IBDF inspecionará os Criadouros Artificiais diretamente, ou em convênio com os Estados ou Municípios, tão logo os planejamentos globais sejam aprovados, quando, então, autorizará a emissão de Alvarás de funcionamento.

Art. 8º - A falsa declaração de origem, bem como o transporte, depósito, exposição ou venda de qualquer produto da fauna, desacompanhado do respectivo certificado, sujeita o infrator às sanções já previstas no parágrafo 2º, do artigo 5º desta Portaría.

Art. 9º - Esta Portaría entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Río de Janeiro, 07 de outubro de 1969.

a) General Sylvio Pinto da Luz
Presidente

(Publicada no D.O.U., de 22.10.69,
Seção I, Parte II).

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
DELEGACIA ESTADUAL .....
FICHA DE CONTROLE DE CRIADOUROS ARTIFICIAIS

Distrito: Município: Estado :

REGISTRO Nº ...

Nome da firma:
Criadouro:
Endereço:
Depósitos:
Meios de transporte utilizados :

Esta ficha de contrôle da produção foi aberta em / / , conforme despacho constante do processo nº , da Presidencia do IBDF.

nome e cargo do responsável

ESPECIES : Matrizes registradas em				Nº de Gestações.	CRONOGRAMA MANUAL DA PRODUÇÃO							
					1ª Gestação ou postura			2ª Gestação ou postura			TOTAL	
NOME CIENTIFICO.	NOME VULGAR	MACHOS	FEMEAS		MES E ANO	MACHOS	FEMEAS	MES E ANO	MACHOS	FEMEAS	MACHOS	FEMEAS

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art.1º, § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Hydrochoerus Hydrochaeris

2. NOME COMUM : Capivara

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1. - Área mínima: 300 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores: Um macho e três fêmeas

3.3 - Água : É necessário ter água corrente ou estabilizada biológicamente.

3.4 - Alimentação : Na natureza nutre-se de plantas aquáticas e pasto verde; na criação pode ser usada ração do tipo equino (Equinolux ou Equinovita) com 200 gr. por día por animal adulto, associada a capins, raízes, batatas, grãos, frutas.

3.5 - Características do criadouro artificial : Perímetro da área totalmente cercado com altura mínima de 150 cms.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Distribui-se por todo o Brasil, junto a cursos e coleções de água.

4.2 - Número de crías : De três a seis crias por ano, a gestação é de cerca de 180 días.

4.3 - Ideal para abate : quando é atingido o comprimento de 90 cms.

4.4 - Cuidados especiais : Após o nascimento, as crias devem acompanhar a mãe, sendo indispensável separá-las do Macho.

4.5 - Observações :

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : couro, óleo, carne, dentes para enfeites.

6. DIVERSOS :

As condições sanitárias devem merecer cuidados especiais, em razão da possibilidade de a capivara poder ser depositária de tripanosomas.

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art.1º § 1º da Portaria nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO: Podocnemis expansa

2. NOME COMUM : Tartaruga amazonense

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 1.500 m^2 (como sugestão, 30 x 50 m)

3.2 - Número básico de reprodutores : Um macho para seis fêmeas.

3.3 - Água : É indispensável dispor de água, cêrca de 2 m^3 por animal

3.4 - Alimentação : Na natureza de frutos, plantas aquáticas, peixes crustáceos, na criação, deve dispor de peixes, camarões, frutas, verduras, farinha de mandioca. A ração deve ser dada uma ou duas vêzes ao dia.

3.5 - Características do criadouro artificial : A área deve ter um tanque de 30 x 20 mts, de preferência com fundo de terra, com profundidade de 2 m e com, pelo menos uma praia de areia. No caso de ser de cimento, êste deve ser liso, a alcalinidade deve ser quebrada com disposição de terra para recobrimento da superfície do fundo. Tôda a área do viveiro deve estar circundada com cercado de 1,5 m de altura.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Clima tropical em ambiente aquático.

4.2 - Número de crias : põe de 60 a 150 ovos.

4.3 - Idade ideal para abate : com a idade em tôrno de 6 anos.

4.4 - Cuidados especiais :

4.5 - Observações :

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : ovos, carne, gordura, casco.

6. DIVERSOS :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art.1º, § 1º da Portaria nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Felis tigrina, wiedii, geoffreeji

2. NOME COMUM : Gato-do-mato-pintado

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 50 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores : Um macho e uma fêmea.

3.3 - Água : água potável limpa.

3.4 - Alimentação : Na natureza pequenos animais, na criação devem ser fornecidos animais recém-abatidos integrais ou vivos.

3.5 - Características do criadouro artificial : A área deve ser coberta e telada com malha de 5 cm. no mínimo, com 2 metros de altura, pelo menos. O interior deve ser diversificado com troncos e galhos que permitam grande variedade de exercício físico e vivência psicológica.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Tem hábitos crepusculares e noturnos vivendo em lugares que possibilitem fáceis e numerosos abrigos, como arvoredo, pedras, etc.

4.2 - Número de crias : Dois filhotes por parto, no período quente e chuvoso, durante a gestação de 2 a 3 meses.

4.3 - Idade ideal para abate : Quando atingir tamanho comerciável.

4.4 - Cuidados especiais : O macho deve ser apartado da fêmea e da prole por ocasião da cria.

4.5 - Observações :

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : pele

6. DIVERSOS :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º, § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Tayassu pecari

2. NOME COMUM : Queixada

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 200 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores : quatro fêmeas para um macho

3.3 - Água : água potável renovada

3.4 - Alimentação : Na natureza nutre-se de raízes, tubérculos, frutos, na criação deve ser fornecido milho, aipim, inhame, taioba, batata doce, abóbora, pinhões, castanhas, côcos, hortaliças, como suplemento de rações para suinos, com as indispensáveis proteinas de origem animal.

3.5 - Características do criadouro artificial : Todo o viveiro deve ter cercados com 1,20 m de altura, pelo menos.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Vivem nos ambientes mais diversos, desde florestas a cerrados, com hábitos gregários em bandos numerosos.

4.2 - Número de crias : Dois filhotes por parto.

4.3 - Idade ideal para abate: Quando atinge 0,46 m de comprimento.

4.4 - Cuidados especiais :

4.5 - Observações :

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : couro e carne.

6. D I V E R S O S :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art.1º § 1º da Portaria nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Lutra platensis (também para L. enudris)

2. NOME COMUM : Lontra

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 300 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores :Um macho para cada fêmea.

3.3 - Água : De preferência corrente,com entradas e saídas teladas.

3.4 - Alimentação : Na natureza nutre-se de peixes, anfíbios, crustáceos, pequenos répteis, aves aquáticas, na criação, deve-se fornecer peixes, rãs ou outros pequenos animais, inclusive refugos de avicultura.

3.5 - Características do criadouro artificial : É necessário um tanque de pelo menos 150 m^2, com profundidade de 1,5 metro, de preferência com água corrente, com entrada e saída telada com malha pequena para retenção inclusive de peixes. O restante da área deve ser recoberta de vegetação. Todo o viveiro deve ser cercado com 1,60 m de altura.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Característica do habitat natural : Vive perto dos rios e coleções de água, residindo em barrancos e tocas.Possui hábitos noturnos.

4.2 - Número de crías : 2 a 3 filhotes por ano, sendo a época da reprodução em julho-agosto.

4.3 - Idade ideal para abate : Quando atingir 60 cms. de comprimento com exceção da cauda.

4.4 - Cuidados especiais : Deve-se apartar o macho da fêmea e da prole após a cria. Na alimentação com peixes, êstes devem ser criados à parte e dados a cada alimentação, caso contrário os animais extinguirão tôda a criação de peixes de uma vêz.

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos: pele

6. D I V E R S O S :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º, § 1º da Portaria nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Felis pardalis

2. NOME COMUM : Jaguatirica

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 100 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores : Um macho para uma fêmea.

3.3 - Água : água potável e limpa.

3.4 - Alimentação : Na natureza pequenos animais, na criação devem ser fornecidos animais recém-abatidos integrais ou vivos.

3.5 - Características do criadouro artificial : A área deve ser coberta e telada com malha de 5 cms. no mínimo, com 2 metros de altura, pelo menos. O interior deve ser diversificado com troncos e galhos que permitam variedade grande de exercício físico e vivência pscológica.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Tem hábitos crepusculares e noturnos, vivendo em lugares que possibilitem fáceis e numerosos abrigos como arvoredos, pedras, etc.

4.2 - Número de crias : Dois filhotes por parto, no período quente e chuvoso, durante a gestação leva de 2 a 3 meses.

4.3 - Idade ideal para abate : Quando atingir 70 cms de comprimento

4.4 - Cuidados especiais : O macho deve ser apartado da fêmea e da prole, por ocasião da cria.

4.5 - Observações:

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : pele.

6. D I V E R S O S :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Tayassu tajacu

2. NOME COMUM : Caitetu, cateto, porco-do-mato.

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 200 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores: Quatro fêmeas para um macho.

3.3 - Água : potável renovada.

3.4 - Alimentação : Na natureza nutre-se de raízes, tubérculos e frutas, na criação deve ser fornecido milho, aipim, inhame, taioba, batata doce, abóbora, bananas, pinhões, castanhas, côcos, hortaliças como suplemento ração para suinos, com as indispensáveis proteinas de origem animal.

3.5 - Características do criadouro artificial: todo o viveiro deve ser cercado com 1,20 m de altura pelo menos.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Vivem nos ambientes mais diversos, desde florestas a cerrados, com hábitos gregários em bandos numerosos.

4.2 - Número de crías : 2 filhotes por parto.

4.3 - Idade ideal para abate : Quando atingir 0,46 cm de comprimento.

4.4 - Cuidados especiais :

4.5 - Observações :

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos : couro e carne.

6. D I V E R S O S :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Pterenura brasiliensis

2. NOME COMUM : Ariranha

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 700 m^2

3.2 - Número básico de reprodutores: Tres fêmeas para um macho.

3.3 - Água :corrente, com entrada e saída telada.

3.4 - Alimentação : Na natureza nutre-se de peixes, pequenos mamíferos e aves aquáticas, na criação, de peixes e aves integrais.

3.5 - Características do criadouro artificial : É necessário um tanque de pelo menos 500 m2, com profundidade de 1,8 m, de preferência com água corrente com entradas e saídas teladas com malha pequena para retenção inclusive de peixes. O restante da área deve ser recoberta de vegetação e é conveniente que o tanque tenha barrancos, pois a ariranha na natureza nêles cava tocas e respiradouros. Todo o viveiro deve ter cercado de pelo menos 1,80 m de altura.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Vive junto dos rios e coleções de água, residindo em barrancos e tocas. Possui hábitos diurnos.

4.2 - Número de crias: 3 filhotes por fêmea.

4.3 - Idade Ideal para abate: Quando atingir 1,20 m de comprimento. Com excenção da cauda.

4.4 - Cuidados especiais : Deve-se apartar o macho da fêmea e da prole, após a cria. Na alimentação com peixes, êstes devem ser criados à parte e dados a cada alimentação, caso contrário os animais extinguirão tôda a criação de peixes de uma vêz.

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos: pele.

6. DIVERSOS

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Lumbricus terrestris, pheretima havavana. Glossoscolex giganteus e outros.

2. NOME COMUM : Minhoca oligoqueto, minhoca louca, minhoca-açu, minhocassu, etc.

3. CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO:

3.1 - Área mínima : 1 m x 1 m por 1 a 1,5 m de profundidade.

3.2 - Número básico de reprodutores: 1 por 1 (hormafrodita de fecundação cruzada).

3.3 - Água: Diáriamente mantendo o local sempre úmido, (porém sem encharcá-lo).

3.4 - Alimentação : Terra rica em matéria orgânica (terriço). A terra não deve ser muito compacta (muito pouco), enriquecida com turfa, açucares, gorduras e estêrco de curral bem curtido. Pode-se usar para isto: bagaço de cana de açucar, resíduos de melaço, abacates, vagens de ingá, água de sabão, polpa de café, restos de comida ricos em gorduras ou açúcares, etc. Deve-se tomar o cuidado de não colocar mais de 2% dêstes produtos misturados com a terra a fim de se evitar putrefações ou fermentações que são indesejáveis.

3.5 - Características do criadouro artificial : Recomenda-se fazer as valas de modo a facilitar a extração das minhocas. Por exemplo à maneira dos "silos trincheira" seria bem facilitado o trabalho; ou mesmo em lugares em que não haja barrancos se fizesse um declive longitudinalmente até 1,5 m a 2,0 m de profundidade, nivelando-se depois de modo a facilitar a retirada das minhocas. As valas poderão ser ou não forradas com tijolos para naquêles caso evitar-se a fuga dos oligoquetos. As mesmas deverão ser cobertas com bastante folhas, com esteiras etc., para se evitar a incidência direta dos raios solares, que, além de esquentar demais o local, secam o solo. Dentro do criadouro a temperatura deverá variar em tôrno de 20 ºC, sendo válido para isso, inclusive o sombreamento com árvores.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : As minhocas habitam os solos agrícolas ou agriculturáveis, ricos em matéria orgânica, desde que sejam muito sêcos.

4.2 - Número de crías : 12.000.000 a 16.000.000 de ovos, sendo que após 30 dias os mesmos já terão eclodido.

4.3 - Idade ideal para abate : Para venda ou exportação quando atingirem mais de 5 cms. de comprimento. Para terras agrícolas, de qualquer tamanho.

4.4 - Cuidados especiais : Nunca usar produtos químicos para obrigar as minhocas a saírem do solo, pois os mesmos são esterilizantes e tornarão o terreno imprestável para nova criação ou para a agricultura, devido a destruição micro flora e micro fauna do solo. Pode-se sempre usar processos mecânicos para a extração, não importando quais sejam.

4.5 - Observações : Cuidado especial com a superpopulação.

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos: As minhocas são comerciadas vivas, sendo importadas por alguns países europeus, ou mesmo vendida aos pescadores locais, principalmente o minhocussu. O Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza do IBDF julga porém, mais lucrativo usá-las para enriquecimento das terras de cultura, pois sabe-se que pela simples junção de 2.500 minhocas por metro quadrado de solo, conseguiu-se elevar de 2,5 vêzes a produção de batatas em uma determinada área cultivada.

6. D I V E R S O S :

FICHA TECNICA

(De acôrdo com o art. 1º § 1º da Portaría nº 1.136)

1. NOME CIENTIFICO : Leptodactyllus ocellatus, Rana catosbiana e outros.

2. NOME COMUM : Rã (touro-gigante, pimenta, etc.)

3. CONDIÇÕES DE CRIAÇÃO :

3.1 - Área mínima : 1,5 ha

3.2 - Número básico de reprodutores : 3 a 4 casais com 2 a 4 anos de idade.

3.3 - Água : Não pode faltar nunca nos tanques, em qualquer estágio de desenvolvimento do batráquio, corrente, de preferência.

3.4 - Alimentação:

3.4.1 - Adultos: (após 6 meses) - insetos, larvas diversas, etc. É necessário que os mesmos estejam vivos e movendo-se para a rã capturá-los.

3.4.2 - irino : Alimenta-se dos componentes do plancto até 45 dias; de 45 dias a 6 meses pode-se reforçar o plancto com adição de farelo de trigo, arroz, farinha de ossos de carne, etc.

3.4.3 - Plancto: (Formado por algas, protozoários, microcrustáceos, etc.) - Coloca-se nos tanques de criação algumas aguapés, caramujos de uma lagoa qualquer, água da mesma, e faz-se adubação com estêrco curtido de gado, porcos, cavalos, coelhos ou mesmo aves. Isto iniciará a formação do plancto do tanque.

3.4.4 - Para a alimentação dos adultos é recomendado criar-se dentro do ranário larvas de moscas em uma caixa de madeira sem fundo e sem tampa, apoiada em estacas de madeira e sôbre a qual coloca-se uma tela de arame.

Esta, instalada perto do tanque + 0,5 m em local abrigado por vegetação, coloca-se sôbre a tela farelo de algodão com estêrco fresco, podendo ainda ser colocado restos de matadouros. Êste material, que deverá estar sempre úmido, atrai várias moscas para desovar. As larvas à procura de alimentação acabam passando pela tela e caem ao chão onde são devoradas pelas rãs. Uti-

lizam-se, ainda, lâmpadas à noite, de 15 a 25 watts perto da cerca e a 30 cms. do solo em local escondido na vegetação para as rãs poderem se alimentar dos insetos atraídos pela lâmpada, sem serem pertubadas. Deve-se usar um anteparo de tela fina ao redor da lâmpada. Há ainda quem recomende a criação de pequenos peixes e ratos brancos para a limentação das rãs.

3.5 - Características do criadouro artificial : Os girinos são criados em tanques de terra de 20 m^2 (2 x 10 m)- (dá para 600 exemplares), com água corrente, havendo separação dos mesmos em diversos tanques, observando-se os seus tamanhos a fim de evitar se o canibalismo. Êstes tanques deverão ter um declive de 6% começando longitudinalmente de 0 cm até 60 cm. Há quem aconselhe 15 cm a 180 cm. A parte mais rasa deverá receber sol o dia inteiro e a mais funda ser sombreada. Deverá ainda, haver um piquete gramado em volta dos mesmos de 3 m de raio e possuir ainda pequenos arbustos. Êste piquete será por sua vêz cercado com zinco, bambú, alvenaria, etc., que será de 1 m de largura Deverá ainda, para a criação de peixes de pequeno porte, ter-se 2 tanques de 50 m x 20 m.

4. DADOS BIOLOGICOS :

4.1 - Características do habitat natural : Ambientes aquáticos.

4.2 - Número de crias: 5.000 a 20.000 ovos por fêmea.

4.3 - Idade para abate : 2 a 4 anos (antes da reprodução).

4.4 - Cuidados especiais : Canibalismo

4.5 - A reprodução se dá no início da primavera indo até outubro e novembro. Os casais permanecem unidos por 8 a 10 dias. Desova ao anoitecer ou à noite. O macho cavalga a fêmea mantendo-a sob forte pressão dos membros dianteiros, o que provoca a extrusão parcelada dos óvulos. A medida que vão sendo expulsos, são fecundados pelo esperma eliminado pelo macho. Aninham-se em uma substância gelatinosa de círculos concêntricos com área variável de 50 a 100 cm de diâmetro. A eclosão é de 3 a 4 dias após a postura, nascendo os girinos com aproximadamente 6 mm. Nesta face são exclusivamente aquáticos.

5. DADOS TECNOLOGICOS :

5.1 - Produtos e sub-produtos: Carne de ótimo paladar; digestibilida

de e altamente nutritiva. Há quem lhe atribua a qualidade de estimulante cardíaco. O couro serve para luvas finas e macias, carteiras de níqueis e adôrnos de couro. As rãs ainda podem ser vendidas a laboratórios.

6. DIVERSOS:

6.1 - Recomenda-se ao criador ler os trabalhos de "Ranicultura e Seu Rendimento Econômico" de Ascânio de Faria, publicado pelo Ministerio de Agricultura, e, "Rã em Cativeiro" da Revista Cooperpercotia, da Cooperativa Agrícola de Cotia - S. P.

PORTARIA Nº 3.481 - DN

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 23, do Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967,

Considerando o dispôsto no artigo 1º da Lei nº 5.197 de 03-01-67 e no inciso IX do artigo 4º do Decreto-Lei nº 289, de 28-02-67,

Considerando que a Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas cênicas Naturais dos Países da América, promulgada pelo Decreto Presidencial nº 58.054, de 23-03-1968, determina proteção total às espécies reconhecidamente ameaçadas de extinção, e

Tendo em vista o que se contem nos Processos nos. 6.578/68 e 11.933/72,

R E S O L V E :

Art. 1º - Reconhecer como Lista Oficial de Espécies Animais Ameaçadas de Extinção da Fauna Indígena, a seguinte relação:

1 MAMIFEROS :

1.1 PRIMATES :

- Cacajao calvus (I. Geoffroy, 1847); família CEBIDAE; nome comum : uacari-branco.

- Cacajao rubicundus (I. Geoffroy & Deville, 1848) família CEBIDAE: nome comum: uacari-vermelho.

- Cacajao melanocephalus (Humboldt, 1811); família : CEBIDAE ; nomes comuns : uacari-preto, uacari-de-cabeça-preta.

- Chiropotes albinasus (I. Geoffroy & Deville, 1848); família CEBIDAE; nome comum: cuxiu-de-nariz-branco.

- Alouatta fusca (E. Geoffroy, 1812); família : CEBIDAE; nome comum : guariba.

- Brachyteles arachnoides (E. Geoffroy, 1806); família CEBIDAE; nomes comuns: mono, buriqui, barbudinho, muriquina, mariquinha.

- Callimico goeldii (Thomas, 1904); família : CALLIMICONIDAE ; nome comum : calimico.

- Callithrix flaviceps (Thomas, 1903); família : CALLITHRICIDAE; nome comum : sagüi-da-serra.

- Leontopithecus rosalia rosalia (Linnaeus, 1758); família : CALLITHRICIDAE; nomes comuns: mico-leão, mico-leão-dourado, sagüi -piranga.

- Leontopithecus rosalia chrysomelas (Kuhl, 1820); família : CALLITHRICIDAE; nome comum: mico-leão-de-cara-dourada.

- Leontopithecus rosalia chrysopygus (Mikan, 1823); família CALLITHRICIDAE; nome comum: mico-leão-preto.

1.2 CARNIVORA

- Chrysocyon brachyurus (Illiger, 1811); família : CANIDAE; nomes comuns: guará, lobo-guara, lobo-vermelho.

- Atelocynus microtis (Sclater, 1882); família : CANIDAE; nome comum : cachorro-do-mato-de-orelha-curta.

- Speothos venaticus (Lund 1842); família : CANIDAE; nome comum : cachorro-do-mato-vinagre.

- Panthera onca palustris (Ameghino, 1888); família : FELIDAE; nomes comuns : onça-pintada, pintada, canguçu, onça canguçu, jaguar-canguçu.

- Pteronura brasiliensis brasiliensis (Gmelin, 1788); família MUSTELIDAE; nome comum : ariranha.

- Pteronura brasiliensis paranensis (Rengger, 1830); família: MUSTELIDAE; nome comum : ariranha.

- Grammogale africana africana (Desmaret, 1818); família: MUSTELIDAE; nome comum: doninha amazônica.

- Lutra platensis(Waterhouse, 1839); família : MUSTELIDAE; nome comum : lontra, lontra do sul.

1.3 EDENTATA:

- Tolypeutes tricinctus (Linnaeus, 1758); família : DASYPODIDAE nomes comuns : tatu-bola, tatuapara.

- Priodontes giganteus (Geoffroy, 1803); família DASYPODIDAE; nomes comuns: tatu-canastra, tatuaçu.

- Bradypus torquatus (Illiger, 1811); família BRADYPODIDAE;nome comum: preguiça-de-coleira.

= Myrmecophaga tridactyla tridactyla (Linnaeus, 1758); família MYRMECOPHAGIDAE; nome comum : tamanduá-bandeira.

1.4 SIRENIA :

- Trichechus inunguis (Natterer, 1883); família : TRICHECHIDAE; nome comum: peixe-boi.

- Trichechus manatus (Linnaeus, 1758); família : TRICHECHIDAE; nomes comuns: manati, peixe-boi.

1.5 RODENTIA:

- Chaetomys subspinosus (Olfers, 1818); família : ERETHIZONTIDAE; nome comum: ouriço-preto.

1.6 ARTIODACTYLA:

- Blastocerus dichotomus (Illiger, 1811); família : CERVIDAE;nomes comuns : cervo, cervo-do-pantanal.

- Ozotocerus bezoarticus bezoarticus (Linnaeus, 1758); família CERVIDAE; nome comum: veado-campeiro.

- Ozotocerus bezoarticus leucogaster (Goldfuss, 1817); família: CERVIDAE; nome comum: veado-campeiro.

2 AVES:

2.1 TINAMIFORMES:

- Tinamus solitarius solitarius (Vieillot, 1819);família: TINAMIDAE; nome comum: macuco.
- Tinamus solitarius pernambucensis (Berla, 1946); família:TINAMIDAE; nome comum: macuca-do-nordeste.
- Taoniscus nanus (Temminck, 1815); família: TINAMIDAE; nomes comuns: inhambú-carapé, codorna-buraqueira.
- Crypturellus noctivagus noctivagus (Wied, 1820); família:TINAMIDAE; nomes comuns: jaó, juó.
- Crypturellus noctivagus zabele (Spix, 1825); família: TINAMIDAE; nome comum: zabelê.

2.2 CICONIIFORMES:

- Tigrisoma fasciatum fasciatum (Such, 1825); família: ARDEIDAE; nome comum: socó-boi.
- Eudocimus ruber (Linnaeus, 1758); família: THRESKIORNITHIDAE; nome comum: guará.
- Phoenicopterus ruber ruber (Linnaeus, 1758); família: PHOENICOPTERIDAE; nomes comuns: flamingo, ganso-do-norte, ganso-cor-de-rosa.
- Phoenicopterus ruber chilensis (Molina, 1782); família:PHOENICOPTERIDAE; nome comum: flamingo.

2.3 ANSERIFORMES:

- Mergus octosetaceus (Vieillot, 1817); família: ANATIDAE; nomes comuns: pato-mergulhador, patão.

2.4 FALCONIFORMES:

- Leucopternis polinota (Kaupt, 1847); família: ACCIPITRIDAE; nome comum: gavião-pomba.

- Morphnus guianensis (Daudin,1800); família: ACCIPITRIDAE; nome comum: gavião-de-penacho.

- Harpia harpyja (Linnaeus, 1758); família : ACCIPITRIDAE; nomes comuns : uiraçu, harpia, gavião-real.

- Spizastur melanoleucus (Vieillot, 1816); família: ACCIPITRIDAE nome comum: gavião-pato.

- Spizaetus ornatus (Daudin, 1800); família: ACCIPITRIDAE; nomes comuns: apacanim, gavião-de-penacho.

- Spizaetus tyrannus (Wied,1820); família: ACCIPITRIDA; nome comum: gavião-pega-macaco.

2.5 GALLFORMES:

- Mitu mitu mitu (Linnaeus, 1766); família: CRACIDAE; nome comum mutum-do-nordeste

- Crax fasciolata pinima (Pelzeln, 1870); família: CRACIDAE; nome comum: mutum-pinima.

- Crax blumembachii (Spix, 1825); família: CRACIDAE; nome comum: mutum-do-sudeste.

- Penelope obscura bronzina (Hellmayr, 1914); família: CRACIDAE; nome comum: jacu-guaçu.

- Pipile jacutinga (Spix, 1825); familia: CRACIDAE; nome comum : jacutinga.

2.6 COLUMBIFORMES :

- Columbina cyanopsis (Pelzeln, 1870); família: COLUMBIDAE; nomes comuns: rolinha, rolinha-do-Brasil-Central.

- Claravis godefrida (Temminck & Knip, 1808-11); família: COLUMBIDAE; nomes comuns: pomba-de-espelho, pararú.

2.7 CUCULIFORMES:

- Neomorphus geoffroyi dulcis (Snethlage, 1927); família: CUCULIDAE; nomes comuns: jacu-verde, jacu-taquara, aracuão, jacu-molambo, jacu-porco.

2.8 PSITTACIFORMES :

- Anodorhynchus glaucus (Vieillot, 1816); família : PSITTACIDAE; nome comum: arara-cinza-azulada.

- Anodorhynchus leari Bonaparte, 1857; família : PSITTACIDAE; nome comum: arara-azul-pequena.

- Cyanopsitta spixii (Wagler, 1832); família : PSITTACIDAE; nome comum: ararinha-azul.

- Aratinga guarouba (Gmelin, 1788); família : PSITTACIDAE; nomes comuns : ararajuba, guaruba.

- Pyrrhura cruentata (Wied, 1820); família : PSITTACIDAE; nomem comuns: tiriba, fura-mato, cara-suja.

- Amazona vinacea (Kuhl, 1820); família : PSITTACIDAE; nome comum: papagaio-do-peito-roxo.

- Amazona brasiliensis brasiliensis Linnaeus, 1758); família PSITTACIDAE; nome comum: chauá.

- Amazona brasiliensis rhodocorytha (Salvadori, 1890); família: PSITTACIDAE; nomes comuns: chauá-verdadeiro, jauá, acumatanga, camutanga.

- Amazona petrei (Temminck, 1830); família : PSITTACIDAE; nomes comuns: chorão, charã, serrano.

- Pionopsita pileata (Scopoli, 1769); família : PSITTACIDAE; nomes comuns: cuiu-cuiu, periquito-rei, caturra.

- Touit melanonota (Allen, 1889); família : PSITTACIDAE; nome comum: papagainho.

2.9 MICROPODIIFORMES:

- Rhamphodon dohrni (Bourcier & Mulsant, 1852); família : TROCHYLIDAE; nome comum : beija-flor-de-Dohrn, bezourão.

- Colibri delphinae grenwalti (Ruschi, 1962); família : TROCHYLIDAE; nome comum: beija-flor-de-orelha-azul.

- Augastes lumachellus (Lesson, 1838); família : TROCHYLIDAE; nome comum: beija-flor-de-gravata-vermelha.

- Discosura longicauda (Gwelin, 1788); família : TROCHYLIDAE; nome comum : beija-flor-de-rabo-redondo.

2.10 - PASSERIFORMES :

- Myrmotherula erythronotos (Hartlaub, 1852); família : FORMICARIIDAE; nome comum : choquinha.

- Pyriglena leuconota leuconota (Spix, 1824); família : FORMICARIIDAE; nome comum: papa-formigas.

- Pyriglena atra (Swainson, 1825); família : FORMICARIIDAE; nome comum: papa-formigas.

- Rhopornis ardesiaca)Wied, 1831); família : FORMICARIIDAE;nome comum : papa-formigas.

- Rupicola rupicola (Linnaeus, 1776); família :COTINGIDAE; nomes comuns : galo-da-serra, galo-do-Pará.

- Cotinga maculata (Muller, 1783); família : COTINGIDAE; Nome comum: crejoá.

- Xipholena atropurpurea (Wied, 1820); família : COTINGIDAE;nomes comuns : cotinga, ferrugem.

- Calyptura cristata (Vieillot, 1818); família : COTINGIDAE;nome comum : tietê-coroa.

- Haematoderus militaris (Shaw, 1792); família : COTINGIDAE;nome comum : anambé-vermelho.

- Pyroderus scutatus scutatus (Shaw, 1792); família: COTINGIDAE; nome comum : pavó.

- Procnias averano averano (Hermann, 1783); família : COTINGIDAE; nomes comuns: araponga-do-nordeste, guiraponga.

- Myadestes leucogenys leucogenys (Cabanis, 1815); família : TURDIDAE; nome comum : sabiá-castanha.

- Tangara fastuosa (Lesson, 1831); família: THRAUPIDAE; nome comum : pintor-verdadeiro.

- Oryzoborus crassirostris maximiliani (Cabanis, 1851); família : FRINGILLIDAE; nome comum: bicudo.

3 REPTILIA :

3.1 CHELONIA:

- Dermochelys coriacea (Linnaeus, 1758); família : DERMOCHELYDAE; nome comum : tartaruga-de-couro.

- Chelonia imbricata (Linnaeus, 1758); família: DERMOCHELYDAE; nome comum : tartaruga-de-pente.

3.2 CROCODILIA:

- Caiman latirostris (Daudin, 1802); família: CROCODILIDAE;nome comum : jacaré-de-papo-amarelo.

4 INSECTA :

4.1 LEPIDOPTERA :

- Parides orophobus (Almeida, 1942); família: PAPILIONIDAE; nome comum : borboleta.

Art. 2º - Os animais constantes desta relação ficam protegidos de modo integral, de acôrdo com o estabelecido na Lei nº 5.197,de 03-01-67

Art. 3º - A não observância da presente portaría, constitui infração sujeita ás penalidades previstas na Lei nº 5.197, de 03-01-67, bem como no Decreto-Lei nº 289,de 28-02-67, sem prejuizo dos dispositivos previstos no Código Penal e demais leis vigentes, com as penalidades nêles cominados.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, e revoga a Portaría nº 303, de 29-05-68, na parte referente à fauna.

Río de Janeiro, 31 de maio de 1973.

Joaquim Francisco de Carvalho
Presidente Substituto.

MINISTERIO DE AGRICULTURA
Y GANADERIA

QUITO - ECUADOR

DOCUMENTO DEL ECUADOR

Arturo Ponce Salazar *

SISTEMA NACIONAL DE CONSERVACION DE AREAS SILVESTRES SOBRESALIENTES.-

1. INTRODUCCION :

El desarrollo de un país es el producto del aprovechamiento sabio y eficiente de sus recursos naturales y humanos que se logra mediante la planificación de la actividad humana para el empleo habitual y sostenido de los recursos naturales en la forma más eficiente posible. Por tradición, se ha atendido a la planificación sectorial, pero poco ha preocupado analizar y, en forma sistemática, planificar el uso de la tierra. En las ciudades, por necesidad, se ha ordenado el uso del espacio mediante la zonificación y en algunas áreas rurales de alto valor agrícola se ha iniciado la planificación del uso de la tierra. Pero, en las áreas silvestre, que se caracterizan por la ausencia casi completa de la intervención humana poco se ha hecho para planificar su uso futuro. Es precisamente en estas áreas donde la planificación puede tener mayor efecto, por cuanto hay pocos compromisos o usos existentes. Aquí, las decisiones de los planificadores pueden ser implementadas sin mayores obstáculos. Por otro lado, la falta de planificación puede tener efectos desastrosos que terminan con

---

* Ingeniero Agrónomo, Jefe del Departamento de Parques Nacionales y Vida Silvestre.- Dirección de Desarrollo Forestal.- Ministerio de Agricultura y Ganadería del Ecuador.

la destrucción irreversible de los recursos naturales renovables a raíz de la colonización espontánea y la deforestación masiva.

Uno de los mayores e irremplazables valores de las áreas silvestres sobresalientes en su estado natural pristino, libre de la intervención humana, donde los procesos naturales siguen su curso normal. Aquí se guardan las mejores muestras de la herencia natural del país, lo que es una inspiración profunda para los afortunados que pueden apreciarla. Una vez alterados, estas áreas desaparecen para siempre y por lo tanto debe ser preocupación de todo ciudadano responsable, la conservación de las áreas silvestres sobresalientes.

2. Propósito del Estudio :

El propósito de este estudio es contribuir el uso sabio de las áreas silvestres del país, a través de la presentación de una estrategia, para la conservación de las más sobresalientes. Es el resultado de una investigación de un año de duración efectuada por el Departamento de Parques Nacionales y Vida Silvestre de la Dirección General de Desarrollo Forestal, conjuntamente con el proyecto ECU/71/527 de las Naciones Unidas ejecutado por la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y Alimentación (FAO).*

La estrategia de las directrices que permiten el uso racional y eficiente de las áreas silvestres sobresalientes y el empleo adecuado de los escasos recursos humanos y financieros para la planificación y manejo de estas áreas.

3. Características de las Areas Silvestres :

En este estudio se usa el término "áreas silvestres" para indicar las áreas del país que se encuentra en estado más o menos natural, donde la influencia del hombre ha sido mínima. No se incluyen bajo esta categoría las áreas urbanas o rurales donde las alteraciones del hombre predominan.

Las áreas silvestres del Ecuador presentan características generales que deben tomarse en cuenta en la elaboración de los planes para su uso, en razón de que el uso productivo de cualquier tierra depende de la capacidad de los recursos naturales allí encontrados para sostener un uso dado. La capacidad de los recursos naturales está dictada y limitada por los factores ecológicos. En el Ecuador, como en el resto del mundo, la mayoría de las áreas silvestres todavía existentes no han sido aprovechadas por el hombre para la agricultura, ganadería, explotación forestal u otros usos precisamente porque allí se presentan condiciones ecológicas y físicas especiales, tales como factores extremos, pendientes fuertes, suelos pobres e inaccesibles que limitan severamente su potencial para usos tradicionales. Cualquier empleo tradicional rendirá una producción marginal insostenible que no contribuirá al desarrollo del país. Al contrario, estos usos llevan a la disminución del capital natural y contribuyen a la destrucción del medio ambiente con sus consecuentes efectos socio-económicos.

Las áreas silvestres que por sus valores naturales son superlativas o sobresalientes, pueden producir importantes productos y servicios como resultado de su protección y manejo adecuado. Entre los productos se encuentran los forestales, fauna, pastos naturales y agua. Los servicios más importantes incluyen la conservación de especies y ecosistemas, la regulación del medio ambiente, recreación, turismo, educación ambiental e investigación. Estos bienes y servicios producidos en forma sostenida contribuyen de manera sustancial al desarrollo nacional y a la vez mantienen el capital natural.

(*) Allen D. Putney, Oficial Forestal
(Expert en Parques Nacionales).

4. Palnificación del Estudio:

4.1 Fundamentos Técnicos :

Para llevar a efecto el estudio de las áreas silvestres sobresalientes del país y elaborar la estrategia nacional para su conservación, fué necesario partir de una serie de fundamentos técnicos que señalan a continuación:

4.1.1 La planificación de las áreas silvestres es de suma importancia para el uso racional de los recursos naturales renovables del país.

4.1.2 La urgencia de identificar, proteger y manejar las áreas silvestres sobresalientes ha obligado ha elaborar una estrategia nacional de conservación que aproveche los limitados recursos humanos y financieros con un mínimo de desperdicio de los mismos.

4.1.3 Usando una metodología adecuada, los resultados obtenidos permitirán determinar prioridades dentro de un márgen de error aceptable.

4.1.4 La estrategia nacional posibilitará la colaboración y apoyo de otras instituciones, sobre todo de los organismos regionales de desarrollo.

4.1.5 Ha sido necesario aplicar las definiciones, normas y metodologías de mayor aceptación internacional para ceñirse a tratados y acuerdos internacionales.

4.2 Manejo de Areas Silvestres mediante la determinación de objetivos. -

La producción sostenida de la óptima combinación de bienes y servicios de un área silvestre, con el mínimo de reducción en el capital natural, requiere la especificación precisa de los objetivos de manejo. Mientras más claros y precisos son los objetivos, es más fácil determinar cómo lograrlos.

Es logro de los objetivos de manejo puede realizarse por varios

sistemas, cada uno con su propia combinación de objetivos específicos. Existe una gama bastante amplia de nombres que se han aplicado a diferentes sistemas de manejo practicados en todo el mundo. En el presente estudio se ha escogido la terminología que tiene mayor aceptación en el continente americano, siempre que se adapte al medio ecuatoriano. Lo importante es especificar con claridad los objetivos involucrados en cada sistema de manejo.

La selección del sistema de manejo más adecuado para una área silvestre dada requiere un estudio de las alternativas de manejo basada en el análisis del recurso y su contexto socio-económico.

Es sólo a través de este proceso que se puede determinar la situación real del área, determinación que es indispensable para una planificación eficaz.

4.3 Metodología del Estudio :

El primer paso fué el inventario de las áreas naturales sobresalientes, mediante la localización de las zonas deshabitadas del país de acuerdo al último censo poblacional, obteniéndose un elevado porcentaje de la superficie nacional en condiciones inalteradas, principalmente en las estribaciones de la Cordillera Andina y la Región Oriental, lo mismo que en la zona Noroccidental cubierta por bosque tropical. Se obtuvieron un total de 90 áreas, distribuidas en las tres regiones naturales, algunas de ellas de gran extensión (Sangay y Río Yasuní) y otras pequeñas pero que prestan rasgos de gran significación para su conservación por su importancia para la recreación, la educación, el turismo o la investigación.

Con esta lista se procedió al reconocimiento individual de las áreas, dando especial atención, en esta fase a la evaluación comparativa de los valores, a su situación actual y a la exigencia de protección por las presiones existentes.

Cumplidas estas dos fases iniciales se procedió a la Selección de

las Areas, siendo eliminadas aquellas que, por razones obvias, se encontraban fuera de un posible manejo como áreas naturales, o que por sus escasos valores no justificaban una inversión para su manejo.

La etapa posterior constituyó la determinación de un Sistema Mínimo, comprendiéndose como tal un número determinado de áreas que serán atendidas prioritariamente, las mismas que deberán cumplir con exigencias u objetivos determinados. Para la determinación de prioridades se determinó el valor intrínseco de cada una de las áreas, en base a la calificación del recurso, uso que podrá ofrecer el área y las posibilidades de manejarla.

Para la calificación cuantitativa y cualitativa del recurso se consideró los siguientes aspectos : representación de las regiones naturales del país, ecosistemas terrestres y acuáticos, formaciones fisiográficas y geológicas, valor estético y de representación de los valores naturales. Los resultados de esta calificación indican la presencia de un gran número de áreas con elevado puntaje lo que demuestra la existencia de excelentes muestras representativas donde los recursos naturales pueden ser protegidos y manejados.

La calificación del Potencial de Uso de las áreas consideró los servicios y productos que ofrecen cada una de ellas; entre los servicios se contempló la conservación, recreación, educación e investigación y entre los productos la madera, el forraje, la fauna y el agua.

El tercer aspecto, o sea la posibilidad de ser manejada el área comprende los factores administrativos relacionados, como son la facilidad de administración, la urgencia de protección, factores legales de tenencia de tierra y la posible cooperación interinstitucional.

Por último, y para establecer el Sistema Mínimo se establecieron cuatro supuestos básicos que dan las directrices en la toma final

de decisiones; estos criterios básicos tienden a incluír áreas en las cuales :

a) Estén representados cada una de las provincias bióticas existentes en el país, usando como base las descritas por la IUCN (IUCN, 1974).

b) Estén representados los ambientes marinos.

c) Ofrezcan recreación a unagran mayoría de la población nacional, tomando en consideración los tres centros poblados más importantes : Quito, Guayaquil y Cuenca.

d) Incluyan todas las categorias de manejo propuestas para el Ecuador :

"Parques Nacionales", de acuerdo a los conceptos mundialmente aceptados y previniendo el cumplimiento de todos los objetivos y metas inherentes; "Reservas Ecológicas", incluyendo en esta categoría los Monumentos Naturales, Reservas Científicas Zonas de Reserva; "Areas Nacionales de Recreación" y "Reservas Faunísticas", comprendiendo en éstas últimas los posibles cotos de caza en aquellas áreas que presentan riqueza de fauna silvestre y donde puede dirigirse este tipo de manejo, incluyendo además las reservas de cacería para los grupos tribales que demandan estas reservas manejadas y dirigidas. Las Reservas Ecológicas están dirigidas a la protección de los valores naturales pero sin descartar la posibilidad de incluirlas, posteriormente, en otra categoría, cuando los estudios realizados así lo aconsejan.

5. Resultados Obtenidos :

5.1 Prioridades de Manejo o Sistema Mínimo :

Como resultado de las diferentes fases del estudio, que fueron señaladas anteriormente, se elaboró el Sistema Mínimo que comprende las siguientes áreas con la consiguiente prioridad para su manejo.

5.1.1 Islas Galápagos (Parque Nacional)

Este Archipiélago posee características de sumo interés para la ciencia y para el turismo, destacando el elevado

número de rasgos únicos en el mundo. En esta área prácticamente se han cumplido todas las fases de desarrollo y manejo: Establecimiento (estudio de alternativas y legislación). Dominio y Control, Implementación (plan maestro, planes de sitio y construcciones) y Administración,(personal, manejo del recurso, servicio para visitantes e investigación).

5.1.2 Areas del Volcán Sangay (Parque Nacional)

Incluye no solo las inmediaciones del permanentemente activo Volcán Sangay sino que llega a las regiones al alto Amazonas Esta área virgen de gran extensión abarca una variedad de ecosistemas que poseen una de las más ricas biotas del mundo. Se encuentran realizándose los estudios de alternativas así como se ha iniciado la elaboración de la legislación pertinente, igualmente se ha empezado la tarea de protección mediante el establecimiento de una guardería y campamento de operaciones.

5.1.3 Area de Puerto López (Parque Nacional)

Ubicada en la Costa, posee algunas de las mejores playas del país, que todavía guardan su estado natural. Incluye una gran extensión de bosque seco y bosque húmedo tropical, abundancia de fauna, sitioa de anidación de tortugas marinas. Estas características destacan su potencial como el único Parque Nacional en el Litoral ecuatoriano. Se ha terminado la primera fase del estudio de alternativas.

5.1.4 Cotacachi - Cayapas (Reserva Ecológica)

Ubicada en el sector noroccidental del país, incluye zonas de vida desde los nevados del volcán Cotacachi hasta los bosques húmedos tropicales en el sector del río Cayapas, debido a lo cual el área presenta una apreciable diversidad de flora y fauna. En cuanto a las fases de desarrollo y manejo están al concluirse los estudios de alternativas, iniciándose también la protección mediante el establecimiento de una guardería.

5.1.5 Area del Río Yasuní (Parque Nacional)

Comprende las cuencas de los ríos Yasuní y Nachiño tiene representación de muchos de los rasgos típicos orientales como zonas pantanosas, lagunas, áreas accidentales, sistemas fluviales y grandes extensiones de bosque húmedo tropicales.

Las principales ventajas son : (1) incluye dos cuencas enteras, y por lo tanto no hay peligro de contaminación de los ecosistemas acuáticos desde el exterior del área; (2) es tal su extensión, más de un millón de hectáreas, que sus ecosistemas terrestres pueden mantenerse intactos, libres de la influencia exterior. Esta última consideración es muy importante dada la complejidad de los ecosistemas del bosque húmedo tropical, que exigen grandes extensiones para su perpetuación. Se encuentran adelantados los estudios de alternativas, habiéndose iniciado su protección con el establecimiento de un puesto de control en Nuevo Rocafuerte.

5.1.6 Cotopaxi (Parque Nacional)

Ubicado a poca distancia de la capital de la República, posee rasgos de alto valor recreacional, turístico y educacional. Está por concluirse el estudio de alternativas, se está elaborando además, la legislación respectiva y la fase de protección se encuentra en vigencia mediante el establecimiento de un centro de administración e información.

5.1.7 Río Cuyabeno (Reserva de Protección Faunística)

Comprende una parte substancial de la cuenca del Río Cuyabeno, sobresaliendo por sus rasgos de fauna silvestre y potencial turístico. Tiene gran importancia como Reserva de Producción Faunística en la cual se podrá experimentar con varias formas de aprovechamiento económico de la vida silvestre, y luego, en base a estos experimentos, desarrollar programas de fomento económico del recurso faunístico. Se van a iniciar los estudios de alternativas.

5.1.8 Manglares del Río Guayas (Reserva Ecológica)

Los Manglares del Río Guayas, en su desembocadura en el Golfo de Guayaquil, son los manglares más intactos en el litoral ecuatoriano, Agregando a sus características de delta de río y su situación cercana a la ciudad de Guayaquil, tiene gran valor para la protección de ecosistemas, investigación científica y educación ambiental.

5.1.9 Lagos del Nudo las Cajas (Area Nacional de Recreación)

Esta área de la Cordillera Occidental a poca distancia de ciudad de Cuenca posee unos 250 lagos distribuidos en una área pequeña, lo que le da una atracción importante para la recreación, como la pesca deportiva, los paseos, las actividades de andinismo y la educación ambiental.

5.2 Política Nacional de Conservación de Areas Silvestres

El Gobierno Nacional consciente de la necesidad urgente de proteger áreas que constituyan una herencia natural del país, está interesado en llevar adelante un programa convenientemente planificado y que, justificando las máximas prioridades, sea aplicable dentro de las actuales posibilidades del país. Por tal mtoivo, ha acogido como base para la política en esta materia el documento al que nos hemos referido en este informe, el mismo que en forma inmediata será puesto en vigencia para cumplir con las aspiraciones de todos los organismos preocupados por este vital problema.

5.3 Responsabilidad de los organismos encargados de llevar a cabo esta política.

El Departamento de Parques Nacionales y Vida Silvestre del Ministerio de Agricultura y Ganadería tiene la responsabilidad de poner en ejecución esta Estrategia Nacional para la Conservación de las Areas Naturales sobresalientes del País, en la forma que ha sido programada, acatando estrictamente las prioridades señaladas.

No obstante, la política nacional tiende a que esta compleja función sea compartida con otros organismos estatales y particulares, lo que permitirá una acción interdisciplinaria, única forma de cumplir los objetivos propuestos.

Ing. Arturo Ponce S.

INFORME SOBRE LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA AMAZONIA PERUANA

Ing. Carlos Ponce del Prado
Director de Conservación Dirección General Forestal y de Fauna.
- Ministerio de Agricultura.

- Santarém, Pará, Brasil, 08 a 14 de novembro de 1976 -

P E R U

INFORME SOBRE LAS UNIDADES DE CONSERVACION EN LA AMAZONIA PERUANA

Ing. Carlos Ponce del Prado
Director de Conservación
Dirección General Forestal y de Fauna
Ministerio de Agricultura

INTRODUCCION

En el Perú, el territorio situado al Este de los Andes, recibe la denominación de Selva, que es parte integrante de la Hoya Amazónica y que ocupa una extensión de 806.041 Km^2, lo que representa el 62.7 % de la superfície total del país. En esa parte del territorio nacional se distinguen dos regiones: la Ceja de la Selva y la Selva.

La Ceja de Selva, o región de Vertientes Orientales, es el flanco oriental de la Cordillera de los Andes, cuyo límite superior, en promedio, se encuentra a unos 3.800 metros de altura. A partir de los 800 a 600 m.s.n.m. se considera que comienza la Selva, lo que muchos autores estiman como un límite arbitrario.

En el transcurso de los siglos, en estas dos regiones se asentaron grupos humanos que elbaoraron una particular actitud para relacionarse con el medio natural y utilizar sus recursos. Se repitió en esta parte del mundo un proceso de adaptación, de carácter universal, del cual dependía la supervivencia misma de las comunidades.

Informaciones que se recogieron en el momento del arribo del hombre europeo a este continente, dan cuenta, en muchos casos con exactitud y en otros con fantasía, de la magnifica relación del poblador nativo con los bosques, la fauna y en fin con los recursos naturales que le

proporcionaban el sustento. Muchos son los pueblos, y en estos también se reproducen lo que se conoce de otras latitudes, que implantaron algunos tabus religiosos, precisamente para salvaguardar el patrimonio natural.- Por ejemplo, en el Perú de hoy, en la cordillera de Yanshaga, en la Selva Central, la Comunidad Amuesha sostiene con plausible terquedad, la prohibición de extraer recursos de un área boscosa en tierras de gran pendiente; ni siquiera se puede atravesar ese territorio y para ir al otro lado hay que bordear la cordillera. Esa prohibición está relacionada con la protección de la fauna, por cuanto al constituir la caza fuente tradicional de alimentos, era preciso establecer limitaciones para algunas áreas, que además podían servir de emporios para sucesivas dispersiones naturales.

Decenas de ejemplos podrían citarse de las prácticas de uso racional de los recursos por parte de los pueblos nativos de la Amazonia y de la Amazonía Peruana en particular. Como ello no es posible de hacer en esta introducción, es suficiente recordar que en la caza diaria de subsistencia, los nativos observan un control que ejercitan introduciendo en los territorios de caza una apropiada señalización para evitar la sobreexplotación, para lo cual dejan restos de animales en los caminos y trochas; en los caseríos exponen los cráneos de las presas, para advertir en cierto modo, sobre las limitaciones de captura en determinada área.

Es lógico suponer que por más que se conozca tan positiva experiencia de las comunidades nativas en relación al uso de los recursos renovables, los organismos oficiales encargados de su conservación no pueden pretender que su copia y aplicación solucione los problemas ecológicos que se presentan en la Amazonía, eso sería un insostenible romanticismo. Esa información puede y debe servir de pauta para la elaboración de los sistemas apropiados de conservación y algo muy importante, debe ser

utilizada en una amplia difusión para concientizar al público y ganar su apoyo en las grandes tareas de conservación.

Es en parte precisamente el abandono de positivas prácticas de uso de los recursos y la cada vez más creciente voracidad consumista, que ha ocasionado el retroceso o pérdida de muchos de los componentes de la flora y fauna amazónicas. Por ejemplo, Malleux (1975) señala que la agricultura migratoria en la Ceja de Selva ha producido la pérdida irremediable de 4.500.000 hectáreas, vale decir el 5.7% de la Amazonía Peruana. De otro lado, las poblaciones de algunas especies de animales silvestres de valor comercial, como el Lobo de río (Pteronura brasiliensis), Lagarto negro (Melanosuchus niger) y Lagarto blanco (Caiman sclerops) fueron llevadas a su límite biológico. Debe señalarse también la pérdida constante del suelo, disminución del cauce de los ríos y las catástrofes que la deforestación de las Vertientes Orientales tra consigo.

Como respuesta de los investigadores, técnicos y del poder público, ante el mal uso que se hace diariamente de los recursos naturales renovables de la Amazonía, se hace necesario desarrollar una nueva tecnología que se contraponga a la explotación indiscriminada. Es preciso estructurar y desarrollar desplegando por cierto de un gran esfuerzo nacional, sistemas de manejo de los recursos, que respondan a la aplicación de esa nueva tecnología. Dentro de ella se ubica, precisamente, la protección y manejo de areas silvestres sobresalientes, organizando una red regional y nacional de Unidades de Conservación.

El mantenimiento y desarrollo de una red de áreas naturales protegidas, debe relacionarse con otras manifestaciones de la nueva tecnología, como es el caso de los asentamientos rurales integrados.- Con ello, es decir sumando los resultados de todos esos sistemas de uso se logrará el objetivo general de conservación de los ecosistemas de la Amazonía.

Como elemento escencial para asegurar el uso racional de los recursos naturales renovables en los territorios al Este de la Cordillera de los Andes, es preciso generar una conciencia ecológica, es decir crear una fé. Evidentemente esa fé debe ser estimulada por los niveles más altos del poder público. En el caso del Perú, en los últimos cinco años de han conseguido significativos avances en la formación de esa conciencia ecológica, que tienen su expresión entre otros, en la promulgación de la Ley Forestal y de Fauna Silvestre, la primera en la historia de la República en legislar sobre el recurso de fauna silvestre. Otra expresión de ello ha sido el establecimiento de muchas más Unidades de Conservación que todas las establecidas anteriormente.

En esta oportunidad, nos corresponde informar, en particularidad, sobre las Unidades de Conservación en la Amazonía, pero recordamos que esa acción de nuestro Gobierno está sólidamente integrada a la política nacional de conservación, cuyos lineamientos se están perfeccionando para cubrir en el menor tiempo posible las necesidades apremiantes que se presentan en la preservación y uso racional de los ambientes y recursos naturales renovables.

1.0 BASES LEGALES Y NORMATIVAS

1.1 LEY FORESTAL Y DE FAUNA SILVESTRE

La Ley Forestal y de Fauna Silvestre, Decreto Ley 21147, constituye el instrumento legal de mayor jerarquía que norma el establecimiento y gestión de las Unidades de Conservación en el Perú.

En el Capítulo II del Título Segundo de esta Ley, se dan las disposiciones referentes a las Unidades de Conservación. Esas Unidades son consideradas bajo el régimen de recurso forestal, lo que determina que sean domínio público. En efecto, el Artículo 1º de esa Ley, dispone que los recursos forestales y de fauna silvestre son de dominio público, no existiendo derechos adquiridos sobre ellos.

En el Capítulo ya señalado, se fijan las categorias de Unidades de Conservación que entrañan las definiciones contenidas en los artículos que a continuación se transcriben :

Artículo 16º.- Se denomina Parques Nacionales, las áreas destinadas a la protección, con carácter de intangible, de las asociaciones naturales de la flora y fauna silvestre y de las bellezas paisajísticas que contienen.

Artículo 17º.- Se denominan Reservas Nacionales, las áreas destinadas a la protección y propagación de especies de la fauna silvestre cuya conservación sea de interés nacional. El aprovechamiento de sus productos será realizado por el Estado. Cuando las Reservas Nacionales deban ser establecidas necesariamente sobre tierras de uso agropecuario, el Ministerio de Agricultura podrá autorizar que el aprovechamiento de la fauna silvestre sea realizado por los conductores de dichas tierras y establecerá las limitaciones que compatibilicen el doble uso del área.

Artículo 18º.- Se denominan Santuarios Nacionales, las áreas destinadas

a proteger con carácter de intangible, una especie o una comunidad determinada de plantas o animales, así como las formaciones naturales de interés científico o paisajístico.

Artículo 19º .- Se denominan Santuarios Históricos, las áreas destinadas a proteger, con carácter de intangible, los escenarios naturales en que se desarrollan acontecimientos gloriosos de la historia nacional.

En el Capítulo I del Título Sexto de esa misma Ley, se fijan las infracciones forestales y de fauna, que involucran aquellas de aplicación en materia de Unidades de Conservación. La Ley dispone que esas infracciones deben ser sancionadas con multa no menor de un mil soles oro (S/..... 1,000.00) ni mayor de cien mil soles oro (S/.100,000.00), teniendo en cuenta la gravedad de la infracción y el daño causado, así como la capacidad económica del infractor. Asimismo, se establece que aquellas infracciones que constituyan delitos sancionados por el Código Penal, deben ser denunciados ante el Poder Judicial, sin perjuicio de las multas y comiso fijados para cada caso.

Si bien en muchos capítulos de la Ley que nos ocupa se tratan algunos aspectos que en cierta medida pueden referirse a Unidades de Conservación, solo los dos Capítulos mencionados se contraen específicamente a esas Unidades. Como puede observarse, la Ley Forestal y de Fauna constituye una ley de bases, que da el marco legal para la elaboración de las disposiciones reglamentarias, que se requieren para la gestión de las Unidades de Conservación. Es por ello, que se ha redactado el correspondiente proyecto de Reglamento de Unidades de Conservación, que se encuentra en trámite de aprobación.

Debe señalarse que se considera especialmente importante contar con el conjunto de disposiciones y normas que traten sobre toda la proble

mática del manejo de las Unidades de Conservación, reunidas y consignadas en un solo instrumento legal. Esto facilita en gran medida las acciones de gestión del organismo oficial responsable.

En la coordinación que se ha efectuado, para fines de la elaboración y tramitación del proyecto de Reglamento ya aludido, se ha tenido especial cuidado en poner las disposiciones siguientes :

1.- Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SINUC). Establecer que los Parques Nacionales, Reservas Nacionales, Santuarios Nacionales y Santuarios Históricos integran el Sistema Nacional de Unidades de Conservación.

2.- Zonificación. Fijar que conforme a los requerimientos específicos de cada Unidad de Conservación, debe efectuarse la correspondiente y obligatoria zonificación, conforme al detalle siguiente :

a) Zona Vedada: área natural, inalterada o muy poco alterada por el hombre, que contiene ecosistemas únicos y frágiles que rquieren de protección absoluta, excluyéndose toda visita, con la sólo excepción del ejercício de acciones de control y vigilancia.

b) Zona restringida: área natural que presenta un mínimo de intervención humana, conteniendo ecosistemas características y en la que se permite un moderado uso sólo para fines de investigaciones científica. En esta zona queda prohibido el uso de motores o vehículos que produzcan alteración del medio ambiente.

c) Zona primitiva: área natural que contiene paisajes con rasgos significativos, que se prestan para el desarrollo de actividades limitadas a determinarse para cada caso, dentro de un ambiente dominado por el medio natural.

d) Zona de recreación: área natural que contiene paisaje y recursos sobresalientes, que se prestan para el desarrollo de actividades recreativas relativamente intensas. En esta zona se permiten instalar infraestruc

tura vial y de apoyo para servicio de los visitantes cuidando de mantener el ambiente lo más natural posible.

e) Zona de utilización directa: área natural de una Reserva Nacional donde se realiza el aprovechamiento de la fauna silvestre.

f) Zona de recuperación: área donde el medio natural ha sido severamente dañado, siendo necesario realizar obras planificadas para su recuperación Una vez recuperada se asignará a una de las zonas antes descritas.

g) Zona de servicio: área de reducida extensión en la que se instala la infraestructura de la administración o centros de interpretación de la Unidad de Conservación.

Para reforzar la disposición que obliga a proceder a la zonificación de una Unidad, se propone disponer en el Reglamento, que no se podrán realizar campañas ni proyectos para efectuar o incrementar el uso turístico, recreativo, educativo y cultural en aquellas Unidades en que no se haya ejecutado la zonificación total o parcial.

3.- Conservación. Establecer que la conservación del patrimonio natural primará sobre todos los demás objetivos de las Unidades de Conservación. Es decir, el cumplimiento de los objetivos de protección de la flora, fauna y bellezas escénicas es de carácter prioritario.

4.- Plan Director. Fijar la obligación de elaborar y actualizar el Plan Director del Sistema Nacional de Unidades de Conservación, que constituye el documento oficial y rector que determina la política, estrategia, metas y acciones para el desarrollo de ese Sistema.

5.- Planes Maestros. Disponer la colaboración y actualización de los planes maestros, en los que se fijará la planificación para el desarrollo de cada Unidad.

6.- Consejo Consultivo del SINUC. Disponer el establecimiento de ese Consejo, con el fín de concitar el apoyo de las diferentes instituciones para el desarrollo de las Unidades de Conservación y optinizar el uso de las capacidades de cada Sector.

7.- Comités Locales de las Unidades de Conservación. Establecer esos comités conformado por personas e instituciones de la localidad que al ser motivados por las administraciones de cada Unidad, desplieguen una acción que favoresca la preservación y manejo de cada una de las Unidades del Sistema.

8.- Vigilancia. Reiterar, conforme lo dispone la Ley que la vigilancia en las Unidades de Conservación será efectuada por el personal de la Policía Forestal, la misma que investigará las infracciones previstas, debiendo denunciarlas ante la Jefatura de la Unidad o Distrito Forestal, correspondiente.

9.- Régimen económico. Disponer que las Unidades de Conservación realicen sus actividades con recursos de la siguiente procedencia:

a) Presupuesto General de la República;
b) Donaciones; y
c) Contratos.

1.2 OTRAS LEYES

1. Ley de Reforma Agraria. Esta Ley, aprobada por Decreto Ley 17716 (1969), en relación a la inafectabilidad de las áreas destinadas a Unidades de Conservación dispone lo siguiente:

"Artículo 25º.- Se considerarán como inafectables para los fines de Reforma Agraria, los parques y bosques nacionales, reservas forestales y las zonas arqueológicas declaradas por Ley".

Como puede observarse la legislación de reforma contempló debidamente el status especial de los Parques Nacionales y Reservas Equivalen

tes, para salvaguardar el patrimonio natural, previsión reforzada con las disposiciones de la Ley Forestal y de Fauna Silvestre.

2. Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuaria de las Regiones de Selva y Ceja de Selva.

El Decreto-Ley Nº 20653 (1974), declara, en su artículo 5º, de interés público la conservación, protección, mejoramiento y utilización racional de los recursos naturales renovables de las regiones de Selva y Ceja de Selva. Es fácil percatarse del significado de esta declaración para efectos de fortalecer la decisión política y las acciones de preservación del patrimonio natural de la Amazonía Peruana.

En esa misma Ley, como resultado de una coherente política sobre el particular, se exceptúa de la adjudicación de tierras a las comunidades nativas las declaradas como Unidades de Conservación. En efecto, literalmente se establece lo siguiente: "Artículo 54º.- No podrán ser adjudicadas las zonas declaradas parques nacionales, reservas nacionales, SAntuarios nacionales, bosques nacionales y bosques de protección..."

1.3 DISCUSION

Al referirse en los aspectos legales y normativos referentes a las Unidades de Conservación, debe insistirse en la importancia que presenta contar con una legislación específica y clara, en la que además de incorporarse los conceptos modernos de gestión de esas Unidades y de respetar los acuerdos internacionales sobre la materia, se tenga especial cuidado en aplicar las experiencias internas ganadas en cada región del país. Es menester, por otra parte, incluír en esa legislación, novedosas medidas de política y de administración, a fin de contribuir al desarrollo del Sistema.

En el caso concreto del Perú, se ha tenido muy presente que las Unidades de Conservación no sólo constituyen patrimonio de nuestra Nación sino también de la humanidad y es por ello que en la nueva legislación forestal, Ley Forestal y de Fauna, se ha consignado con la mayor aproximación posible el criterio de Parque Nacional, recomendado y aprobado en la Asamblea General de IUCN, efectuada en Nueva Delhi en 1969. Nos atrevemos a afirmar, que la definición legal de un Parque Nacional vigente en el Perú, resume con bastante fidelidad el texto de la recomendación de la IUCN, referida líneas arriba.

Consideramos que es altamente positivo que cada país haga un esfuerzo por aplicar el criterio sobre Parques Nacionales que se base en la declaración de la IUCN, lo que contribuirá a establecer una red mundial de Unidades con objetivos generales comunes es decir, se conseguirá no por romanticismo sino con fines prácticos de gran valor, que los diferentes países y regiones del planeta tengan áreas naturales equivalentes, que los unan y que refuercen la colaboración entre los países que es algo más a lo que contribuyen las Unidades de Conservación.

2.0 ORGANIZACION

Las Unidades de Conservación en el Perú han estado bajo jurisdicción del Ministerio de Agricultura desde el establecimiento del primer Parque Nacional, en 1963. Posteriormente, se ha mantenido tal dependencia y la Ley Orgánica del Sector Agrario, en vigencia, aprobada por Decreto Ley Nº 21022 (Dic. 1974), señala en su artículo 2º que el ámbito de ese Sector comprende las tierras agrícolas, forestales y eriazas, las aguas de los ríos, lagos y otras fuentes acuíferas, los recursos forestales, la flora y la fauna silvestre. En ese ámbito están involucradas las Unidades de Conservación, como muy bien lo interpreta el Reglamento de Organización y Funciones de los Organos del Ministerio de Agricultura, aprobado

por Decreto Supremo Nº 0956-75-AG de agosto de 1975 y que reglamenta la citada Ley Orgánica.

2.1 ORGANO TECNICO NORMATIVO

Dentro de la organización del Sector Público Agrário (Decreto-Ley Nº 21022) se han considerado los órganos técnicos-normativos, como puede observarse en el organograma adjunto. Los órganos técnico-normativos son los encargados de orientar, normar, coordinar, supervisar, apoyar y evaluar las actividades de los órganos ejecutivos; asimismo, corresponde a los órganos técnico-normativos proponer a la Alta Dirección del Ministerio las alternativas de política, planes, programas y proyectos, en el ámbito de su competencia.

Precisamente, en relación a la gestión de Unidades de Conservación la Dirección General Forestal y de Fauna es el órgano técnico-normativo. En efecto, según lo dispone el artículo 99 del Reglamento de Organización y Funciones ya acotado, (D.S. 0956-75-AG), la citada Dirección General tiene entre otras las funciones siguientes:

- Proponer a la Alta Dirección, en coordinación con la Oficina Sectorial de Planificación Agraria, las alternativas de política, así como los planes, programas y proyectos en el ámbito de su competencia (inciso d, - art. 99º citado).

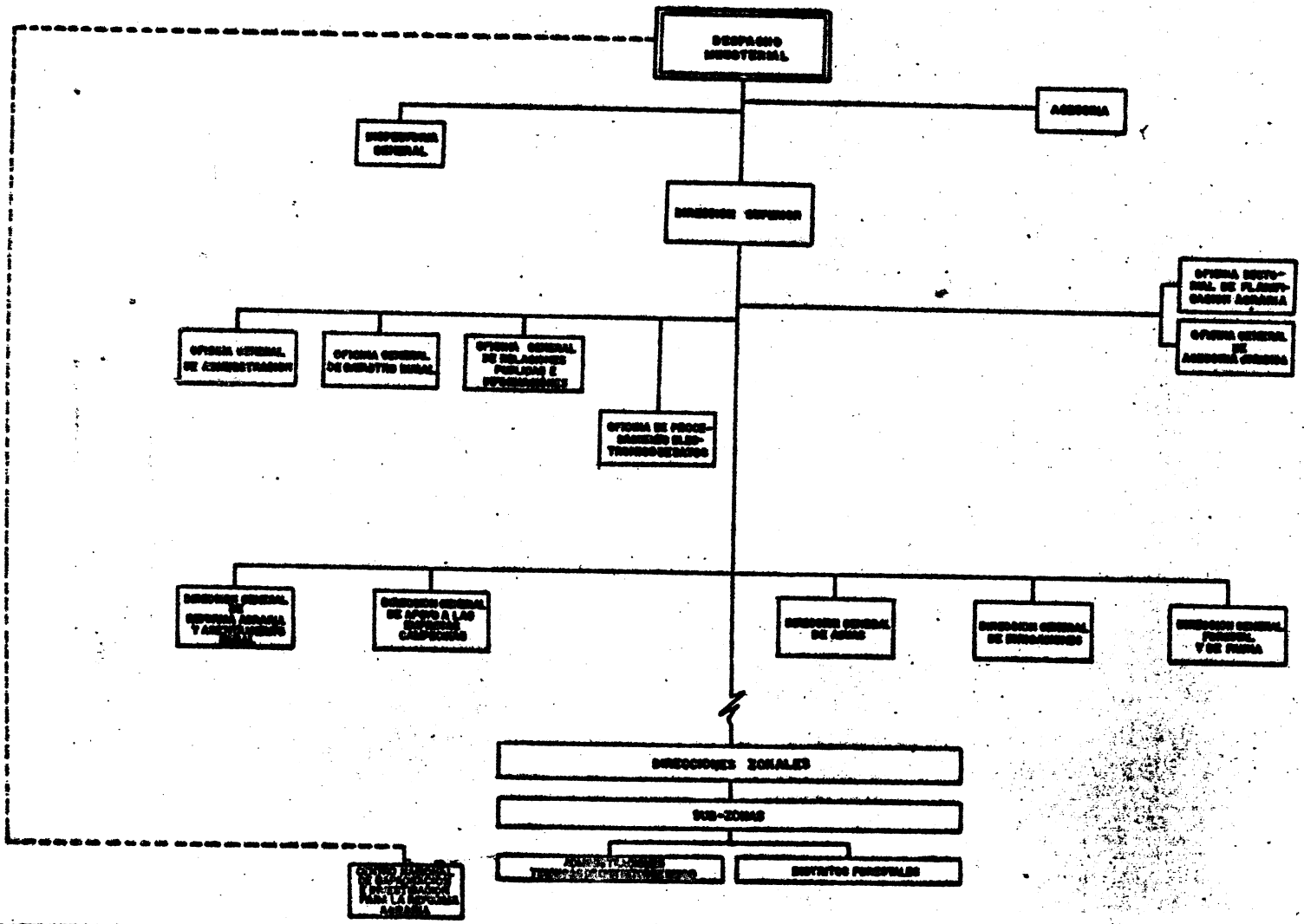
- Realizar y apoyar los estudios para el establecimiento de Bosques Nacionales, Bosques de Libre Disponibilidad, Bosques de Protección, Unidades de Conservación, Cotos de Caza y Reservas Comunales (inciso h.).

- Administrar los Bosques Nacionales y Unidades de Conservación que le encargue expresamente la Alta Dirección (inciso i).

- Resolver de acuerdo a las disposiciones en vigencia los recursos

SECTOR PUBLICO AGRARIO (D.L. 21022)

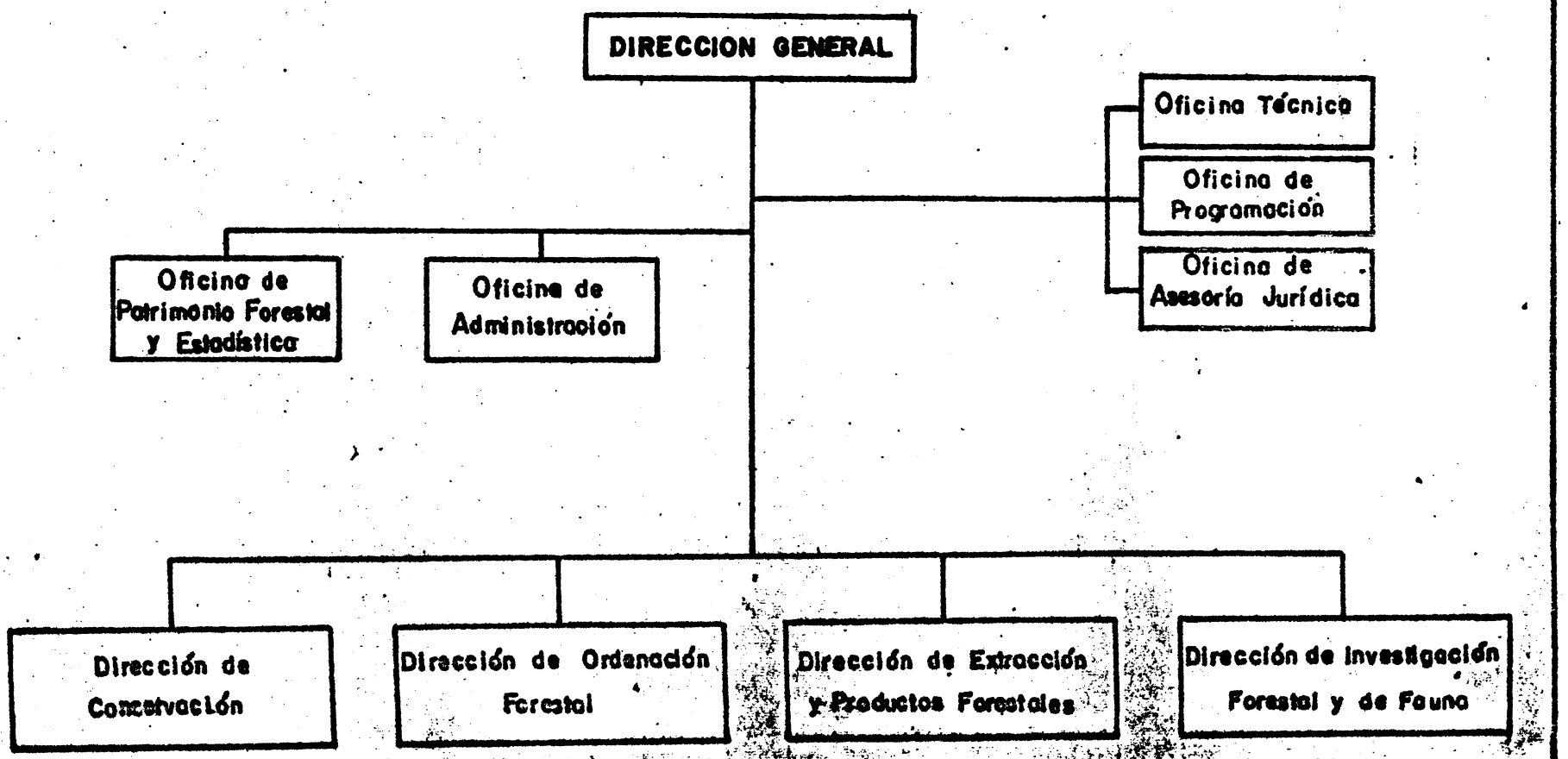
PERU



FUENTE: DIRECCION GENERAL DE ASESORIA Y APOYO DE LA ADMINISTRACION AGRARIA — MINISTERIO DE ALIMENTACION Y AGRICULTURA — GOBIERNO DEL PERU

DIRECCIÓN GENERAL FORESTAL Y DE FAUNA

PERU



impugnativos que se interpongan por infracción cometida en las Unidades de Conservación y Bosques Nacionales que sean administrados directamente por esa Dirección General (inciso g).

A su vez, según lo dispuesto en el artículo 100º del mismo Reglamento de Organización del Ministerio, el Director General Forestal y de Fauna tiene entre otras las atribuciones que se señalan a continuación en relación a las Unidades de Conservación :

- Autorizar a nivel nacional las investigaciones y estudios científicos, así como la recolección de material para los mismos en las Unidades de Conservación (inciso c, art. 100º citado).

- Proponer la expropiación de los predios de dominio privado que se requieran para el establecimiento de Unidades de Conservación (inciso e).

- Proponer a la Alta Dirección el establecimiento de Unidades de Conservación (inciso g).

- Autorizar el aprovechamiento de la fauna silvestre cuando las Reservas Nacionales sean establecidas sobre tierras de uso agropecuario (inciso ñ).

En el Proyecto de Reglamento de Unidades de Conservación de la Ley Forestal y de Fauna Silvestre, se considera, compatibilizando o ampliando las funciones y atribuciones citadas más arriba, que corresponde a la Dirección General lo siguiente :

- Presidir el Consejo Consultivo del Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SINUC) ;

- Determinar el número de visitantes que puede ingresar cada año y la densidad máxima de público que puede estar al mismo tiempo;

- Otorgar, con exclusividad, las autorizaciones para investigaciones

científicas dentro de las Unidades de Conservación;

- Aprobar los Reglamentos de cada Unidad ;
- Aprobar las normas de señalización de las Unidades de Conservación;
- Elaborar y actualizar el Plan Director del SINUC ;
- Aprobar los convenios y contratos relacionados con el desarrollo de las Unidades de Conservación; y
- Ejecutar el manejo técnico de las Unidades del SINUC.

Debe informarse que la Dirección de Conservación que se aprecia en el organigrama de la Dirección General Forestal y de Fauna que se acompaña, constituye la dependencia de línea encargada de asesorar a la Dirección General en el cumplimiento de las acciones relacionadas con el desarrollo de las Unidades de Conservación.

2.2 ORGANOS EJECUTIVOS

Dentro de los órganos ejecutivos del Ministerio de Agricultura se distinguen :

a) los de nivel de ámbito zonal, que lo constituyen las Direcciones Zonales, con su propia estructura que incluye dependencias de control, asesoramiento, de apoyo y de línea; y

b) los de nivel local, que en lo que compete a las Unidades de Conservación son los Distritos Forestales.

Las Direcciones Zonales tienen a su cargo, en la mayoría de los casos, la administración de las Unidades de Conservación, manteniendo relaciones funcionales con la Dirección General Forestal y de Fauna.

De otra parte, los Distritos Forestales, en cuyo ámbito territorial puede encontrarse una o más Unidades de Conservación, tiene respecto a ésta las funciones siguientes:

ORGANIGRAMA FUNCIONAL DE LA DIRECCION DE CONSERVACION

CONSERVACION

Conservar la flora y la fauna en vías de extinción; Planificar y coordinar el manejo de la fauna silvestre a nivel nacional; Estructurar, coordinar y supervisar los programas para el funcionamiento del Sistema Nacional de Unidades de Conservación; Planificar la conservación del medio ambiente rural a nivel nacional; Difundir normas técnicas relacionadas con la Conservación de la Naturaleza.

FLORA Y FAUNA SILVESTRE

Conservar las especies de flora y fauna silvestre amenazadas o en vías de extinción; Evaluar la fauna silvestre; Preparar dispositivos legales para la conservación de las especies de flora y fauna en vías de extinción; Establecer y supervisar los Cotos de Caza; Fomentar la utilización racional de la fauna silvestre; Programar la extensión educativa en materia de conservación de la flora y fauna silvestre y del medio ambiente; Elaborar normas técnicas para el manejo de la fauna silvestre y para el establecimiento y funcionamiento de los Cotos de Caza y Reservas Comunales.

UNIDADES DE CONSERVACION

Evaluar áreas naturales a reservarse y las áreas reservadas; Formular planes de desarrollo y proyectos de factibilidad para las Unidades de Conservación; Establecimiento, dirección técnica y supervisión de las Unidades de Conservación; Organizar y coordinar programas de extensión para la difusión del Sistema Nacional de Unidades de Conservación y de cada Unidad en particular; Elaborar normas técnicas para la administración de las Unidades de Conservación.

P E R U

- Administrar las Unidades de Conservación que se le encomienda (inciso c, art. 135º del Reglamento de Organización, aprobado por Decreto Supremo 0956-75-AG).

- Otorgar permiso para uso turístico, recreativo o cultural en las Unidades de Conservación que se encuentran administrando (inciso r,art.citado). Esta función se compatibilizará cuando se apruebe el Reglamento de Unidades de Conservación, dejándola como competencia del Jefe de cada Unidad.

- Ejecutar las sanciones impuestas a los infractores en las Unidades de Conservación (inciso ñ) y tramitar los expedientes para el cobro por la vía coactiva de las multas impuestas (inciso p).

2.3 ORGANIZACION DE CADA UNIDAD DE CONSERVACION

Teniendo en consideración la diversidad de situaciones que se presentan en cada Unidad de Conservación, debido a factores de ubicación y de recursos financieros, se ha tenido especial cuidado en proponer únicamente una organización con lineamientos básicos, que se adapten en todas las Unidades, quedando los aspectos particulares a ser considerados y aprobados en el respectivo Reglamento de cada Parque, Reserva o Santuario

Reforzando el criterio de que las Unidades de las Areas Naturales protegidas en el país, se ha propiciado que en la mayoría de los casos se les otorgue la categoría de Distrito Forestal. Esto posibilita una dependencia directa de las Direcciones Zonales, lo que elimina niveles administrativos intermedios, que muchas veces han sido obstáculo para el desarrollo de las Unidades. Por otra parte, el otorgamiento de esa categoría, de Distrito Forestal, permite que las Jefaturas de las Unidades estén situadas en un nivel jerárquico apreciable, que facilite su labor de coordinación intra e intersectorial.

La máxima autoridad en una Unidad de Conservación es el Jefe, el mismo que debe presentar una formación profesional, de preferencia relacionada con el manejo de áreas naturales.

Como puede observarse en el organigrama modelo que se adjunta, en una Unidad deben apeturarse como mínimo dos Departamentos; uno de ellos encargado de planificar y conducir todos los aspectos relacionados con el manejo de la Unidad, que incluye básicamente las acciones de protección, uso público e investigaciones y el otro, que tiene a su cargo el manejo de personal, movimiento financiero, abastecimiento.

Debe señalarse, por otra parte, que al organizarse la Policía Forestal de la Guardia Civil, se ha establecido que el control en las Unidades de Conservación establecidas reviste primera prioridad. En efecto, tal decisión ha sido oficializada desde hace algunos meses por ese Cuerpo Policial. Según se ha previsto, en cada Unidad existirá un Destacamento de la Policía Forestal, bajo comando de un oficial. Ese Destacamento tendrá bajo su mando varios puestos con 4 a 6 efectivos cada uno. Se han realizado todas las coordinaciones pertinentes, a fin de que esos puestos estén ubicados estratégicamente para aumentar su eficiencia de acción.

El Jefe de la Unidad de Conservación y el Jefe de Destacamento de Policía Forestal deben mantener relaciones de coordinación, como se indica en el organigrama adjunto.

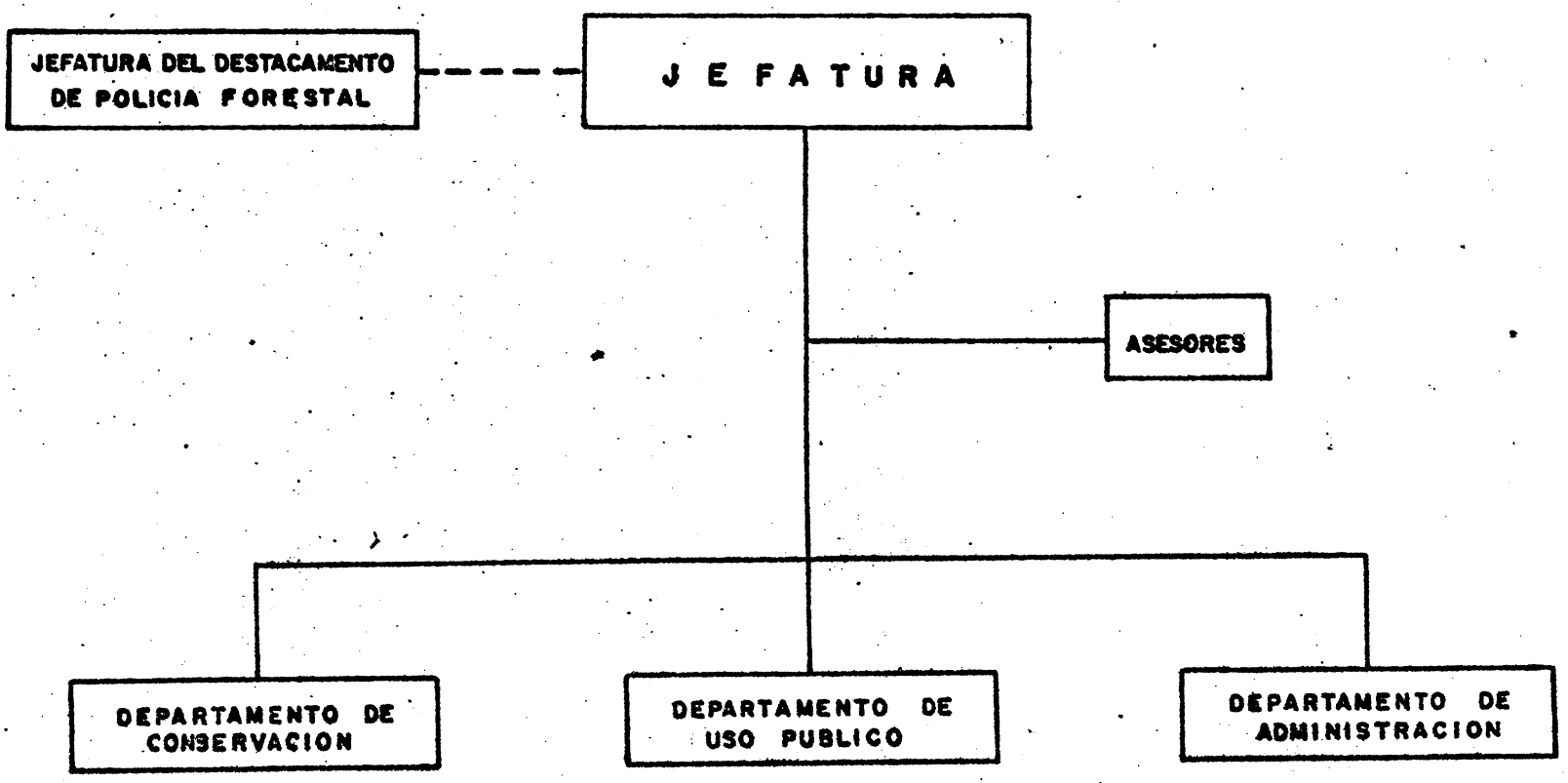
En el Reglamento de Unidades de Conservación y el Reglamento de cada Unidad, se fijarán las atribuciones previsibles que correspondan a cada nivel dentro de la Unidad.

2.4 DISCUSION

Como puede apreciarse de la información anteriormente expuesta, en el Perú la gestión de las Unidades de Conservación es compartida, en

MODELO DE ORGANIGRAMA DE UNA UNIDAD DE CONSERVACION

(Perú)



distintos ámbitos administrativos, por un órgano de nivel nacional, de carácter técnico-normativo que es la Dirección General Forestal y de Fauna y por los órganos ejecutivos que son las Direcciones Zonales. En la legislación vigente se dispone categóricamente que la citada Dirección General es el único órgano del Ministerio de Agricultura encargado del manejo técnico de las Unidades del SINUC, es decir, ejercita las funciones técnico-normativas que le fijan las leyes y reglamentos citados.

Dentro de las actuales condiciones administrativas y la organización ya descrita para el Perú, a fin de asegurar el armonioso desarrollo de las Unidades de Conservación, es imprescindible que la gestión de las mismas responda una dirección común, que garantice la integridad y cumplimiento de los objetivos generales del SINUC. Es por ello, que la Ley del Sector Agrario y su Reglamento, determinan que toda la acción política y normativa corresponde a un sólo órgano, la Dirección General Forestal y de Fauna. En el proyecto de Reglamento de Unidades de Conservación, como ya se ha visto, se refuerza tal rol que es beneficioso, desde todo punto de vista, para asegurar el desarrollo del Sistema.

La experiencia mundial ha demostrado la conveniencia de que las Unidades de Conservación de un país, es decir, los Parques Nacionales y Reservas Equivalentes, estén bajo administración de un organismo único, dependiente de la máxima autoridad del Estado. Ello se justifica al tenerse en cuenta, como es conocido, que esas Unidades constituyen el máximo esponente del patrimonio natural. Siempre es deseable contar con un organismo especializado, que en algunos países recibe la denominación de Servicio. Sin embargo, en nuestro país sí bien somos concientes de la justeza de tal concepción, producto de una larga experiencia, no se ha encontrado posible, por ahora, modificar la estructura administrativa, por lo que se han tenido que hacer todos los esfuerzos por adecuarla,

permitiendo que las decisiones mayores referentes a las Unidades de Conservación se tomen a nivel central. Eso no entraña que no se alienten a nivel local la manifestación y ejecución de iniciativas que se reflejen en la mejor marcha de cada Unidad, pero que no produzcan alteraciones a los principios y directivas generales del Sistema.

En los años pasados, en tanto se procuraba la adecuación de las relaciones del nivel técnico-normativo y del nivel ejecutivo, se presentaron constantes conflictos, muchos de ellos debido exclusivamente a actitudes personales o celos institucionales. Para superar esos impases se ha mantenido un permanente diálogo, impulsado por el nivel nacional (técnico normativo). Como resultado de ello, hoy se puede afirmar que los Directores Zonales comprenden la problemática de las Unidades de Conservación y la necesidad y conveniencia de centralizar todos los aspectos técnicos en un sólo organismo, o sea en la Dirección General Forestal y de Fauna.

Otra experiencia adquirida en nuestro país en la gestión de las Unidades de Conservación, se refiere a la necesidad de eliminar los niveles intermediarios, procurando que la Jefatura de cada Unidad tenga la posibilidad real de comunicarse directamente con la máxima autoridad del nivel ejecutivo, es decir con el Director Zonal. Para ello se ha propiciado otorgar a las Unidades de Conservación la categoría de Distrito Forestal. Lo complejo de los problemas que se presentan en los Parques, Reservas o Santuarios, los cuales por lo general cubren grandes extensiones que tienen que soportar presiones de toda índole, exige que se atiendan sus requerimientos con la mayor prontitud y eficiencia, lo cual en nuestro medio se facilita acortando las cadenas de relaciones administrativas.

Uno de los mayores problemas que se afrontan actualmente en el Perú, en la gestión de las Unidades de Conservación, es la falta de personal profesional y de mando medio especializado. La capacitación del perso

nal en actual servicio constituye una permanente preocupación, que no siempre puede ser satisfecha. Asimismo, procuramos contar con el apoyo de la Universidad Nacional Agraria (Lima) y demás Universidades, para captar el nuevo personal, que posea la preparación básica indispensable. En la citada Universidad funciona desde hace varios años una Sección de Parques Nacionales y Vida Silvestre, dentro del Programa Académico de Ciencias Forestales; sin embargo no siempre se logra entusiasmar a un número deseado de alumnos, que posteriormente puedan cubrir las necesidades, por lo menos del Servicio Oficial. La Universidad Nacional del Centro, con sede en Huancayo (Sierra Central), mantiene algunos cursos relativos a Unidades de Conservación.

3.0 UNIDADES DE CONSERVACION EN LA AMAZONIA PERUANA

Cabe recordar, que las Unidades de Conservación son componentes de uno de los sistemas de manejo de las áreas naturales. En efecto en el Perú se consideran los sistemas de manejo relacionados con las áreas naturales que se indican en el Cuadro Nº 1. Todos ellos tienen de una u otra forma, el respaldo legal requerido; sin embargo, con la denominación tal Sistema, se conoce por ahora únicamente al que se refiere a las Unidades de Conservación. Para mayor ilustración, en el Cuadro Nº 2, se señala las categorías y número de unidades relativas a cada sistema.

Cuadro Nº 1

DIFERENTES SISTEMAS DE MANEJO

(C. Ponce y A. Brack, 1976)

1. UNIDADES DE CONSERVACION

1.1 PARQUE NACIONAL :	protección con carácter de intangible de las asociaciones naturales de la flora y fauna silvestres y de las bellezas paisajísticas.
1.2 RESERVA NACIONAL :	protección y propagación de la fauna silvestre permitiéndose la utilización racional sólo por parte del Estado.
1.3 SANTUARIO NACIONAL:	protección con carácter de intangible de especies o comunidades determinadas de plantas y animales, así como de las formaciones naturales de interés científico o paisajístico.
1.4 SANTUARIO HISTORICO:	protección con caráter de intangible de los escenarios naturales en que se desarrollan acontecimientos gloriosos de la historia nacional.

2. MANEJO FORESTAL

2.1 BOSQUE NACIONAL :	producción permanente de madera, otros productos forestales y de fauna silvestre en bosques naturales administrados por el Estado.

3. MANEJO DE FAUNA

3.1 COTO DE CAZA : (Oficial)	utilización racional de la fauna silvestre en tierras de dominio público con fines de caza deportiva.
3.2 COTO DE CAZA : (Privado)	utilización racional de la fauna silvestre en tierras de dominio privado

con fines de caza deportiva.

3.3 RESERVA COMUNAL : conservación de la fauna silvestre en beneficio de las poblaciones aledañas para las que dicho recurso es fuente tradicional de alimentación.

4. MANEJO DE PESCA

RESERVA DE PESCA : propagación o utilización racional de los recursos hidrobiológicos en aguas interiores continentales.

5. PROTECCION DE CUENCAS, SUELOS, POBLADOS, VIAS DE COMUNICACION, ETC.

BOSQUES DE PROTECCION : conservación de suelos, aguas, con el objeto de proteger tierras agrícolas, infraestructura vial, así como para garantizar el aprovisionamiento de agua para consumo humano, agrícola e industrial.

Cuadro Nº 2

DIFERENTES TIPOS DE SISTEMAS DE MANEJO CON FINES DE CONSERVACION EN EL PERU

(C. Ponce y A. Brack, 1.976)

SISTEMA	CATEGORIA	NºDE UNIDADES	CATEGORIA DEL DISPOSITIVO LEGAL PARA ESTABLECIMIENTO
1. Unidades de Conservación	1.1 Parque Nacional	5 establecidos 3 proyectos	Decreto Supremo D
	1.2 Reserva Nacional	4 establecidas 2 proyectos	Decreto Supremo
	1.3 Santuario Nacional	1 establecido 3 proyectos	Decreto Supremo
	1.4 Santuario Historico	1 establecido 2 proyectos	Decreto Supremo
2. Manejo Forestal	2.1 Bosque Nacional	9 establecidos	Resolución Suprema (Expedida por el Presidente de la República).
3. Manejo de Fauna	3.1 Coto de Caza(Oficial)	1 establecido	Resolución Suprema
	3.2 Coto de Caza(Privada)	1 proyecto	Resolución Ministerial
	3.3 Reservas Comunales	1 proyecto	Resolución Suprema
4. Manejo de Pesca	4.1 Reservas de Pesca (Oficial)	6 establecidas	Resolución Ministerial
5. Protección de Cuencas, Suelos, Poblados, Vías de Comunicación,etc.	5.1 Bosque de Protección	-	Resolución Suprema

Nota: Los Decretos Supremos son los dispositivos legales de mayor jerarquía después de las leyes y son rubricados por el Presidente de la República. Las Resoluciones Supremas les siguen en jerarquía y también son expedidas por el Presidente.

3.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVACION

En el Perú, el establecimiento del Primer Parque Nacional (o Unidad de Conservación) se produjo 89 años después que se estableció el Parque Nacional Yellowstone (1872). En el país existía una indiferencia del público y de los poderes del Estado en relación a la protección de áreas naturales representativas. Fueron muy pocos los esfuerzos que se realizaron en tal sentido, aún en tiempos tan recientes como la década del 60. En efecto, después de que se estableció el Parque Nacional Cutervo, en 1961, en el transcurso de los once años subsiguientes sólo se declararon el Parque Nacional Tingo María (1965), mal planificado y la Reserva Nacional de Pampa Galeras (1967). Es decir, de las once (11) Unidades de Conservación establecidas hasta la fecha, ocho (8) han sido declaradas entre 1973 y 1975.

Dentro de la evolución de los conceptos para la estructuración del Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SINUC), se ha fijado a nivel conceptual y oficial que el desarrollo de ese Sistema debe responder básicamente al objetivo de conservar las muestras representativas de todas las zonas de vida natural del territorio nacional. Como resultado de esta decisión técnica y administrativa, se han hecho las evaluaciones y compatibilizaciones pertinentes, a fin de que efectivamente el SINUC involucre, en el futuro, los exponentes sobresalientes del patrimonio natural. Para tal efecto, se han utilizado como criterios para la evaluación y propuesta de establecimiento de Unidades de Conservación los siguientes: a) Zonas de Vida Natural en el Perú (Tosi J.A. 1960); b) Mapa Forestal del Perú (Malleux J. 1975); c) Provincias Bióticas del Perú (Brack A. 1976); y d) Refugios Forestales (Lamas G. 1975).

Al presente, el SINUC está integrado por once Unidades que cubren una superficie de 3.775.921 hectáreas es decir 2.94% del territo-

rio nacional. Esta información se detalla en el cuadro Nº 3; en el cuadro Nº 4 se mencionan las Unidades de Conservación próximas a establecerse.

3.2 UNIDADES DE CONSERVACION EN LA AMAZONIA

En la Amazonia, en las regiones de Ceja de Selva y Selva, están ubicadas cuatro de las once Unidades de Conservación establecidas en el Perú. En estas regiones se establecerán a corto y mediano plazo otras que permitan completar los objetivos de conservación de áreas naturales de esa parte del país. Especial atención se desea prestar al establecimiento de aquellas Unidades que se sitúen en los centros de dispersión del Pleitosceno.

Es preciso reconocer que nos encontramos en la etapa inicial de estructuración de la red de Unidades de Conservación en la Amazonía y que por lo tanto se presentan para la administración oficial grandes tareas, que demandarán un esfuerzo especial.

Parque Nacional de Cutervo

Objetivos :

- Conservar la flora y fauna nativas de la cordillera de Tarros, que incluyen especies en vías de extinción.
- Proteger de la destrucción las bellezas escénicas y el patrimonio arqueológico de la cordillera de Tarros.
- Incrementar el desarrollo socio-económico de la región mediante el turístimo integrado.
- Desarrollo investigaciones científicas, principalmente de la fauna cavernícola.

Altitud :	Media	3,000 m.s.n.m.
	Máxima	3,500 m.s.n.m.
	Mínima	2,200 m.s.n.m.

Cuadro Nº 3

UNIDADES DE CONSERVACION ESTABLECIDAS

Nombre	UBICACION	Extensión Ha.	Establecida en	por
PARQUES NACIONALES				
Cerros de Amotape	Depto. Tumbes y Pirra Prov. Sullana, Tumbes y Contralmirante Villar	91,300	1975	D.S.0800-75-AG
Huascarán	Depto. Ancash Prov. Recuay, Huaraz, Carhuaz, Yungay, Huaylas, Pomabamba, Huari, Corongo, Sihuas, Bolognesi	340,000	1975	D.S. 622-75-AG
Cutervo	Depto. Cajamarca Prov. Cutervo	2,500	1961	Ley 13694
Tingo María	Depto. Huánuco Prov. Leoncio Prado	18,000	1965	Ley 15574
Manu	Dpto. Cuzco y Madre de Dios Prov. Paucartambo, Manu	1'532,806	1973	
RESERVAS NACIONALES				
Paracas	Depto. Ica	335,000	1975	D.S.1281-75-AG
Pampa Galeras	Depto. Ayacucho Prov. Lucanas	60,000	1967	R.S.157-A
Pacaya-Samiria	Depto. Loreto Prov. Alto Amazonas, Requena y Ucayali	1'387,500	1972	D.S.06-72 PE
Junín	Depto. Junín Prov. Junín y Pasco	53,000	1974	D.S.0750-74-AG
SANTUARIOS NACIONALES				
Huayllay	Depto. Pasco Prov. Pasco	6,815	1974	D.S.0750-74-AG
SANTUARIOS HISTORICOS				
Chacamarca	Depto. Junín Prov. Junín	2,500	1974	D.S.0750-74-AG

Cuadro Nº 4

UNIDADES DE CONSERVACION PROXIMAS A ESTABLECERSE

CATEGORIA	UBICACION	SUPERFICIE PROBABLE Ha.
PARQUES NACIONALES		
Loreto	Depto. Loreto	por determinarse
RESERVAS NACIONALES		
Lachay	Depto. de Lima Prov. Chancay	5,070
Titicaca	Depto. Puno Prov. Puno	60,000
SANTUARIOS NACIONALES		
Calipuy	Depto. La Libertad Prov. Santiago de Chuco	30,000
Titancayocc	Depto. Ayacucho	por determinarse
SANTUARIOS HISTORICOS		
Machu Picchu	Depto. Cuzco Prov. La Convención y Urubamba	50,000

Coordenadas geográficas:

Latitud Sur 6º 18'48'' - 6º 08'

Longitud Oeste 78º 51'25" - 78º 41'50"

Hidrografía :

a) Principales cursos de agua.- En el territorio del Parque existen muchas quebradas que dan orígen a ríos de altura, que a su vez son tributarios de los ríos de la Vertiente Oriental de la Cordillera de Los Andes. En el límite Norte del Parque se encuentran el río El Palto y en el sector Noreste nace el río Tambillo.

b) Lagos, lugares húmedos y pantanos.- No existen lagos, lagunas ni pantanos, pero se encuentran lugares húmedos.

Pedología : El tipo de suelo dominante en el Parque es el arcilloso-limo-humoso. En estos suelos el grado de acidez está comprendido entre 5.0-6.0 p.h.

Clima :

Temperatura anual :	Media	13º C
	Máxima	19º C
	Mínima	8º C

Precipitación media anual : 810 mm.

Parque Nacional Tingo María

Objetivos :

- Proteger las especies de flora y fauna, especialmente el guácharo (*Steatornis coripensis*).

- Proteger formaciones naturales de interés científico y paisajístico que se encuentran dentro del área de la Unidad ("La Bella Durmiente", "Cueva de las Lechuzas", "Quebrada Bella").

- Poner a disposición del público estos valores, para su cultura y recreación.
- Elevar el nivel de vida del poblador local, estableciendo nuevas fuentes de trabajo por medio del efecto multiplicador de turismo.

Altitud :	Media	890 m.s.n.m.
	Máxima	1,090 m.s.n.m.
	Mínima	690 m.s.n.m.

Hidrografía :

Hay numerosos riachuelos, quebradas y manantiales en los linderos y dentro del Parque. El Parque está limitado al Oeste por el río Huallaga, al Norte por el río Monzón, al Sur por la Quebrada Honda, al Este por una quebrada no sspecificada y al Noreste por el riachuelo Bella. Además se reconocen otras quebradas como son Quebrada Arica en el sector Norte y Quebrada Tambillo en el sector Oeste, entre otras menos conspicuas.

Geologia :

Predominio de rocas sedimentarias mesozoicas y cenozoicas; las rocas metamórficas afloran en menor proporción y sólo excepcionalmente las de tipo intensivo. Dentro de las rocas sedimentarias hay preponderancia de rocas calizas de edad tirásica-jurásica.

Pedología :

Conformado por suelos pesados latériticos, arcillosos en las partes altas y suelos aluviales arcillo-arenosos en las partes bajas.

Clima :

Precipitación anual promedio : 3,300 mm.

Temperatura media anual : 22º C

Humedad relativa mínima : 55%

Humedad relativa máxima : 98%

Parque Nacional del Manu

Objetivos :

- Conservar los recursos de flora y fauna silvestres de la Selva, Ceja de Selva y Andes del Sur del país.
- Brindar las facilidades necesarias para la educación, investigación y estudio sobre el medio.
- Fomentar la recreación hacia la naturaleza.

Altitud máxima : 4,000 m.s.n.m

mínima : 240 m.s.n.m.

Coordenadas geográficas :
Latitud Sur 11º17' - 13º11'
Longitud Oeste 72º28' - 71º12'

Hidrografia :

a) Principales cursos de agua.- La cuenca del río Manu cubre hasta un 80% de la superficie total del Parque. El río Manu tiene su orígen a la altura del Istmo de Fitzcarrald. Desde este punto sigue primero una dirección de Sur a Norte hasta encontrar el río Cashpajali, para luego seguir de Oeste a Este hasta el río Panagua, con un recorrido total dentro del Parque de 290 Kms. Además del río Cashpajali y Panagua, el río Manu tiene como principales afluentes a los ríos Sotileja y Cumerjali situados en la márgen derecha.

Los tributarios del río Alto Madre de Dios que tienen su orígen dentro del Parque, son los ríos Pantiacolla, Piñipiñi o Maestron Tono y Coshñipata.

b) Lagos, lugares húmedos y pantanos.- A lo largo de todo el recorrido del río Manu se observan gran número de meandros abandonados que favorecen la formación de lagunas temporales o permanentes, que constituyen magnificos refugios para la fauna silvestre. Mientras que el agua del río

Manu y sus afluentes siempre contiene cierta proporción de material arcilloso que le dá una coloración rojiza, el agua de los lagos y lagunas es cristalina.

Geologia : El río Manu desde sus nacientes hasta el río Cumerjali corre por una planicie interrumpida por colinas formadas por sedimiento rocoso. A partir de ese punto, discurre por terrenos bajos asentados también sobre rocas sedimentarias no consolidadas de gran profundidad, siendo las copas superficiales de edad cuaternaria y reciente.

Pedologia : El suelo que domina en el sector y Noreste del Parque es el conocido como "Latosol-húmico-dulce" con un grado de acidez comprendido entre 5.0 a 6.5 ph. y que es resultado de la acción del clima sobre rocas de orígen igneo o metamórfico.

En los sectores Central y Sur, los suelos laterizados y podsolizados con un grado de acidez de 4.5 o más (fuertemente ácidas), ocupan la mayor superficie. Existen terrazas con material aluvial compuesto de sedimentos gruesos, como cascajo.

Clima :

Sector Norte y Nor-Este

Temperatura media anual : 24º C

Precipitación : 2,000 mm.

Meses de mayor precipitación : febrero y marzo

Sectores Central y Sur

Temperatura media anual : 20º C

Precipitación : 4,000 mm.

Meses de mayor precipitación : febrero y marzo.

Sector Sur-Este

Temperatura media anual : 19º C

Meses de mayor precipitación : febrero.

Reserva Nacional Pacaya - Samiria

Objetivos :

- Conservar la flora y fauna silvestre representativas de la Selva Baja.
- Desarrollar programas de utilización racional de la fauna silvestre o ictiológica, que permita demostrar la implementación de nuevas fuentes de trabajo, en beneficio de los habitantes de la región.
- Ejecutar programas específicos para la utilización racional del paiche (Arapaima gigas) y de los primates.

Sector Pacaya :

Altitud	Media	160 m.s.n.m.
	Máxima	200 m.s.n.m.
	Mínima	125 m.s.n.m.

Coordenadas geográficas :

Latitud	Sur	4º57' - 6º37'
Longitud	Oeste	74º12' - 75º31'

Hidrografía :

a) Principales cursos de agua.- Este sector se encuentra ubicado en la cuenca hidrográfica del río Pacaya, que constituye un sistema formado por más de 20 lagos conocidos. Las aguas de este río son aguas de filtración con una reacción aproximada de 6.8 ph. El río Pacaya desemboca en el canal de Puinahua que es un brazo del río Ucayali.

b) Lagos, lugares húmedos y pantanos.- Además de los mencionados lagos y sus respectivos riachuelos y/o quebradas existen numerosos pantanos.

Geología : Las capas superficiales del territorio de la Reserva son de edad cuaternaria reciente, compuesta de materia aluvial diversificada, que en las planicies aumenta anualmente cuando se cubre con las aguas del río cargadas de sedimento.

Pedología : Entre los suelos predominan los tipos ácidos arcillosos con limo y humus aluvial, que se encuentran en los fardos y márgenes del sistema hidrográfico. En los sectores altos las capas de humus son fácilmente lavables por las precipitaciones, cuando son despejados de la vegetación arbórea. Se manifiesta la ausencia de cascajo, rocas y guijarros.

Altitud : Media 350 m.s.n.m.
Máxima 500 m.s.n.m.
Mínima 100 m.s.n.m.

Coordenadas geográficas :
Latitud Sur 4º40' - 6º12'
Longitud Oeste 74º12'- 75º42'

Hidrografía :

a) Principales cursos de agua.- El territorio de este Sector está atravesado por el río Samiria, del que toma el nombre y que conforma un complicado sistema hidrográfico con muchos lagos y lagunas; este río desemboca en el Marañón.

b) Lagos, lugares húmedos y pantanos.- Se estima la existencia de más de 40 grandes lagos, además de lagunas, todas las cuales sirven de refugio a la fauna silvestre, principalmente acuática.

A las orillas del río principal y sus afluentes existen zonas pantanosas.

Pedalogía : Los tipos de suelos que predominan son los lateriticos y aluviales. Los suelos ácidos arcillosos con Limo y Humus aluvial se encuentran en los fondos y márgenes del sistema hidrográfico.

En los sectores altos las capas de humus son fácilmente lavables por la precipitación, cuando son despojados de la vegetación arbórea. Es notoria la ausencia de cascajo, rocas y guijarros.

Clima :

Temperatura media 25º C

máxima 31º C

mínima 19º C

Precipitación anual : 2,500 mm.

Al hacer el análisis del desarrollo de las Unidades de Conservación citadas, se constata que dos de ellas, el Parque Nacional Cutervo y el Parque Nacional de Tingo María, no han sido implementadas. Los primeros obstáculos para su desarrollo se refieren a los criterios que se tuvieron para su propio establecimiento. En el caso del Parque Nacional de Cutervo, se pretendió proteger un área muy reducida de una formación natural sobresaliente. En efecto, se reservaron únicamente 2,500 hectáreas, cuando debió protegerse bajo ese status más de 30,000. Esto originó una persistente discrepancia entre los técnicos y una sucesión de actitudes positivas y negativas respecto a su desarrollo. En 1973, el servicio oficial encaró una evaluación cuyos resultados pusieron de manifiesto el significado del área para preservar bosques relictos de las Vertientes Orientales, con su fauna y paisajes particulares. Desde ese año, la administración forestal está tramitando la ampliación del Parque, para alcanzar una superficie de 24,000 hectáreas. En esta Unidad la protección es deficiente y por otra parte no se brinda ningún servicio de uso público.

En lo que se refiere al Parque Nacional Tingo María, los problemas han sido aún mayores, pues la Ley misma de establecimiento de esa Unidad no sólo no fijaba los límites, sino que declaraba que el Parque se establecía en la ciudad de Tingo María, lo que contrariaba los principios que rigen el establecimiento de una categoría de unidades. Tal dislate no se repitirá, dada la vigencia de esa moderna y precisa legislación sobre

la materia ya expuesta anteriormente, así como por la centralización de ese tipo de iniciativas y acciones en un sólo Sector del Estado. Para superar ese error en la declaración misma de ese Parque, la Dirección General ha cumplido las evaluaciones del caso, de las que se desprende la conveniencia de fijar un área de 18,000 hectáreas, en las tierras que aún conservan el paisaje natural, próximas a la ciudad de Tingo María, pero lo suficientemente protegidas por su misma ubicación y que no deben ser entregadas a la expansión urbana. En esa área selecionada, se encuentran importantes recursos que es preciso preservar.

Teniendo en cuenta lo que antecede, debe analizarse, brevemente el desarrollo del Parque Nacional del Manu y de la Reserva Nacional Pacaya-Samiria, lo que se expone a continuación.

Parque Nacional del Manu

a) Inversiones :

El Tesoro Público ha otorgado para el desarrollo del Parque, los recursos financieros siguientes :

1968	200,000 (Soles Oro)
1969	513,000
1970	700,000
1971-72	1'698,000
1973-74	1'674,000
1975-76	10'000,000

Asimismo, se ha contado con el apoyo del Fondo Mundial para la Naturaleza (WWF) con la inversión siguiente:

1968	7,000 (dólares USA)
1969	5,800
1975	41,750
1976	25,100

b) Personal en los años 1975-1976

Técnicos

-1 Jefe del Parque

-1 Jefe del Departamento de Conservación

-1 Jefe del Departamento de Administración

Servicio

- 1 Mecánico-Motorista
- 3 Motoristas
- 3 Choferes
- 1 Sanitario

De Vigilancia

- 5 Jefes de Puesto
- 12 Guarda parques

Total de servidores, 28

c) Acciones ejecutadas

1975 - 1976

- Administración, vigilancia y control.
- Construcción de :
  a) Una Casa-Administración
  b) Tres Puestos de Vigilancia
  c) Un Refugio
  d) Dos Depósitos-Vivienda
  e) Cuatro miradores.

- Implementación de la infraestructura existente.
- Implementación de equipo de transporte.
- Recepción de turismo científico.
- Extensión sobre el Parque.

d) Acciones futuras

1977

- Administración, vigilancia y control.
- Construcción de :
  a) Dos estaciones administrativas
  b) Dos refugios
  c) Tres miradores
  d) Infraestructura básica para el turismo
  e) Centro de Investigaciones (Akanaco)
- Implementación de Infraestructura
- Implementación de equipos de transporte y comunicaciones.
- Extensión (charlas, conferencias y exposiciones)
- Elaboración y desarrollo inicial de un plan de investigaciones sobre flora y fauna.
- Recepción de turismo experimental
- Otorgamiento de facilidades al Sistema de la Universidad Peruana para la realización de studios e investigación sobre la evaluación de los recursos del Parque
- Realización de un curso de capacitación para el personal del Parque.

1978

- Administración del Parque
- Establecimiento de Infraestructura, construyendo e implementando lo siguiente :
  a) Dos estaciones administrativas
  b) Dos estaciones biológicas
  c) Implementar facilidades para el turismo dentro del Parque.
  d) Centro de Interpretación (Pakitza).
- Implementación de equipo de transporte y comunicaciones.
- Extensión y fomento del turismo hacia el Parque.

- Evaluación de los recursos del Parque.
- Conducción del Plan de Investigaciones.
- Realización de un seminario de capacitación para el personal del Parque.

Reserva Nacional Pacaya-Samiria

La gestión de esta Reserva Nacional, según lo dispuesto por la legislación vigente, debe ser coordinada con el Ministerio de Pesquería, por la ingerencia de ese Sector sobre los recursos ictiológicos.

En 1940 el Estado declaró Zona Reservada la cuenca del río Pacaya, afluente del río Ucayali y en 1944 también estableció una Zona Reservada en la cuenca del río Samiria, tributario del Marañón. Posteriormente, en 1968, se decretó la Reserva Nacional del Pacaya, con una superficie de 660,000 hectáreas y el Coto Oficial de Caza del Samiria, con una extensión de 1'166,000 hectáreas. Tales Unidades se mantuvieron hasta 1972, en que se estableció la Reserva Nacional Pacaya-Samiria.

En resumen, desde 1940 el Estado está presente en esas áreas y no obstante fluctuaciones significativas, relacionadas con la atención brindada por el Gobierno se ha mantenido una positiva protección, procurando recuperar las poblaciones de las especies ictiológicas, para realizar su manejo racional. Dentro de la planificación del SINUC, se prevé la intervención del Sector Agrario para el desarrollo de esa Reserva, a partir de 1977. La información que sigue corresponde a la inversión del Ministerio de Pesquería.

a) Inversiones :

1975-1976

Sector Pacaya	S/.6'000,000
Sector Samiria	6'000,000
	12'000,000

b) Personal en los años 1975-1976:

Técnico

- 3 Profesionales

De Servicio

- 6 Auxiliares Administrativos

De Vigilancia

- 54 Auxiliares

Total de servidores, 63.

c) Acciones ejecutadas

1975 - 1976

- Administración
- Vigilancia y Control, Mantenimiento de 16 puestos de vigilancia.
- Protección de todas las especies de animales y de los bosques.
- Extracción racional y única de paiche con fines de comercialización controlada.
- Realización de investigaciones científicas.

3.3 DISCUSION

Reconociendo la necesidad de organizar Unidades de Conservación en la Amazonía, se ha seguido una estrategia dirigida a asignar, en el más breve plazo, la implementación de las Unidades establecidas, pero sin discutir la ubicación y declaración de otras, que preserven los ambientes naturales representativos de esa extensa parte del país.

Sin embargo, la evaluación de las áreas naturales no se ha realizado con la intensidad que se requería para completar los objetivos de conservación del SINUC, en las regiones de Ceja de Selva y Selva. Como se ha indicado, para la ubicación de áreas protegidas dentro del Sistema, se

han usado diversos criterios, que se han compatibilizado, para asegurar la preservación de los referidos ambientes. Uno de los mayores obstáculos para realizar las evaluaciones ha sido, en primer término, la deficiente información básica sobre recursos naturales de esas regiones. En muchos casos, la información fué insuficiente y en otras prácticamente no existía. La administración oficial de Unidades de Conservación, es decir el ex-Servicio y la actual Dirección General Forestal y de Fauna, no contaron durante muchos años con los recursos financieros necesarios para cumplir una evaluación de conveniente nivel, que permitiera obtener la información que debía servir para elaborar los criterios de establecimiento de las Unidades.

No obstante esta notoria falta de información, dentro de los lineamientos de política para el establecimiento y gestión de las Unidades de Conservación en la Amazonía, se tuvo especial cuidado en fijar que ellas se establecerían, prioritariamente, en las áreas que reunían el máximo de ecosistemas representativos de las diferentes formaciones naturales. Paralelamente, se ha impulsado la reestructuración o replanteo de objetivos para las dos únicas Unidades, el Parque Nacional Cutervo y el Parque Nacional Tingo María, que no respondían a las exigencias de los criterios aprobados y en vigencia para esa categoría de áreas protegidas.

En la actualidad, siguiendo esas pautas o lineamientos de política, se está planificando el establecimiento de nuevas Unidades, en base a una evaluación integrada, que ha tenido como principal apoyo los avances en la formación sobre los centros de dispersión del Pleistoceno.

Tanto para la realización de las referidas evaluaciones para el establecimiento de las Unidades, como su posterior administración, el servicio oficial se ha enfrentado con la escasez de personal técnico calificado. En efecto, hasta hace menos de diez años, las Universidades y escue

las de especialización del país, no prestaban ninguna importancia e interés en la formación de profesionales sobre gestión de áreas naturales protegidas. Se han dado casos que aún teniendo los recursos financieros necesarios, no se ha podido encontrar personal calificado que se encargara de la gestión de Unidades de Conservación. Esta deficiencia no es particular para la Amazonía, sino que se ha presentado a nivel nacional; sin embargo ha sido más aguda en esa región, debido posiblemente a que las Unidades de Conservación en ella establecidas se encuentran sumamente aisladas de los centros de movimiento. Esta falta de personal especializado se ha sentido tanto en el nivel profesional, como en el de mando medio. En este último, la situación es aún más grave, por cuanto hasta el momento no se han podido tomar previsiones para superarla; es decir, en la actualidad y a corto y medio plazo no se vislumbra, aún una salida a esta demanda. Será preciso, para solucionar este problema, que el Ministerio de Agricultura insista a fin de que en los Programas de las Escuelas Superiores de Educación Profesional, en donde se forman precisamente personal de mando medio, se incluyan las materias para formar técnicos en manejo de área naturales.

Por otra parte, es necesario señalar que para impulsar el establecimiento y desarrollo de las Unidades de Conservación en la Amazonía, es preciso generar y mantener una amplia y positiva coordinación intersectorial, que acuda en primer término a los Sectores del Estado más ligados al uso de recursos y a la producción. Esa coordinación, debe ser el resultado de una nueva concepción en la planificación regional. Desafortunadamente, aún no se ha logrado interesar suficientemente a los organismos de planificación regional, lo que constituye una tarea de la alta prioridad. Sin embargo, cabe hacer notar que en la planificación nacional ya se han logrado importantes avances, que son el resultado del aumento de una conciencia ecológica.

Finalmente, como problema presente en el desarrollo de las Unidades de Conservación en la Amazonía, debe señalarse el ejercicio de un eficiente control. Si bien es cierto que en el caso del Parque Nacional del Manu la estratégica ubicación de sus límites permite la defensa natural de muchos de sus sectores, en lo que se refiere a las otras Unidades establecidas, existe una permanente presión por parte de los pobladores rurales de las áreas aledañas. Para disminuir esta presión, se han cumplido importantes y satisfactorias gestiones con los organismos de Reforma Agraria y Asentamiento Rural, con el objeto de reubicar a los pobladores que constituían potencial amenaza para la integridad de las Unidades. Esas gestiones han sido reforzadas con contínuas campañas de extensión, que han llevado a una relación favorable con los pobladores locales. El ejercicio del control de las Unidades de Conservación de la Amazonía y de todo el país, se verá optimizado con la próxima intervención de la Policia Forestal de la Guardia Civil del Perú.

INFORMACION RECOMENDADA

BRACK A., RIOS M. y REYES F. 1973 Evaluación y bases para el establecimiento de un Coto de Caza y un Parque Nacional en la Cordillera de los Amotapes (Piura y Tumbes). Dirección General Forestal y de Caza y Universidad Nacional Agraria, Lima 52 p. + anexos.

BRACK A. y VILCHEZ S. 1974 Informe sobre la situación actual del Parque Nacional Cutervo (Cajamarca) Ministerio de Agricultura, Lima 24 p. + mapas.

DOUROJEANNI M.J. 1968 Estado actual de la conservación de la flora, de la fauna en el Perú Ciencia Interamericana 9 (1-6): 1-12.

DOUROJEANNI M.J. y TOVAR A. 1972 Evaluación y bases para el manejo del Parque Nacional de Tingo María (Huánuco-Perú) Universidad Nacional Agraria, La Molina 71 p. + anexos.

DOUROJEANNI M.J. 1973 Fundamentos y ejecución del programa de Parques Nacionales y Reservas Equivalentes en el Perú IN II Taller Internacional sobre Manejo de Areas Silvestres Iguazú, Argentina 20 p.

DOUROJEANNI M.J. 1975 Conservación y Turismo en el Lago Titicaca Desarrollo 2(16): 10-16.

DOUROJEANNI M.J. 1976 Utilización de los Recursos Naturales Renovables en el Perú Anales II CONIAP 55-66.

DOUROJEANNI M.J. 1975 Estrategias para la conservación de los bosques tròpicales húmedos con especial referencia a los Parques Nacionales y Reservas Equivalentes IN XIII Reunión Técnica de la IUCN. KINSHASA, Zaire. Setiembre de 1975 32 p. (mimeografiado).

DOUROJEANNI M.J. 1976 Machu Picchu y el Sistema Nacional de Unidades de Conservación del Perú. Parques 1 (2): 8-11.

GRIMWOOD I.R. 1967 Recomendaciones para la conservación de la vida salvaje y el establecimiento de parques y reservas nacionales en el Perú. Ministerio Británico de Desarrollo Exterior, Lima 32 p.+ 9 apéndices.

HOFMANN R. y PONCE C. 1971 El Gran Parque Nacional del Manu Ministerio de Agricultura, Lima Informe Nº 17 : 12 p. + mapas.

HOFMANN R., PONCE DEL PRADO C. y OTTE K.C. 1976 Registro de dos nuevas especies de mamíferos para el Perú, Odocoileus dichotomus (Illiger - 1811) y Chysocyon brachyurus (Illiger) 1811 con notas sobre su habitat Revista Forestal del Perú (en prensa).

MALLEUX J. 1975 Mapa Forestal del Perú (Memoria explicativa) Universidad Nacional Agraria, Lima 161 p.

PERU Ministerio de Agricultura 1974 Plan Nacional de Desarrollo Forestal 1974-1980 Lima, 233 p.

PERU Delegación Oficial 1974 Documentos de la Delegación Oficial del Perú en la Reunión Internacional sobre Sistemas de Producción para el Trópico Americano (Sistema de Uso de la Tierra Ministerio de Agricultura del Perú e Instituto Interamericano (Sistema de Uso de la Tierra) Ministerio de Agricultura del Perú e Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA Lima, Perú Junio 10-15, 1974 Informe de Conferencias, Censos y Reuniones Nº 41.

PONCE DEL PRADO C. 1971 Resumen de los Parques Nacionales y Reservas Equivalentes del Perú Ministerio de Agricultura, Lima 51 p. + mapas + anexos.

PONCE DEL PRADO C., SAITO C. y MOLLER-HERGT S. Lista de las Unidades de Conservación del Perú Ministerio de Agricultura, Dirección General Forestal y de Fauna, Dirección de Conservación Lima (en prensa).

RICHARDS P.W. 1972 Los Parques Nacionales en las zonas tropicales húmedas IN Segunda Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales, Yellowstone y Gran Teton 10 p.

RUIZ G. 1976 Acciones de Desarrollo del Parque Nacional del Manu Ministerio de Agricultura, Dirección General Forestal y de Fauna, Dirección de Conservación Lima 7 p. (mimeografiado).

TOSI Y.A. 1960 Zonas de Vida Natural en el Perú Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas-Zona Andina, Lima Boletín Técnico Nº 5 270 p.

TOVAR A. 1973 Flora y Fauna del Perú VII El Parque Nacional del Huascarán El Serrano 22 (279) : 9-15.

ANEXOS AL DOCUMENTO DEL PERU

RESUMENES, CUADROS, MAPAS Y DISPOSITIVOS LEGALES SOBRE UNIDADES DE CONSERVACION, FLORA Y FAUNA SILVESTRE.

P E R U

OBJETIVOS DE LOS DIFERENTES SISTEMAS DE MANEJO

1. UNIDADES DE CONSERVACIÓN

1.1 PARQUE NACIONAL :	protección con carácter de intangible de las asociaciones naturales de la flora y fauna silvestres y de las bellezas paisajísticas.
1.2 RESERVA NACIONAL :	protección y propagación de la fauna silvestre permitiéndose la utilización racional solo por parte del Estado
1.3 SANTUARIO NACIONAL :	protección con carácter de intangible de especies o comunidades determinadas de plantas y animales, así como de las formaciones naturales de interés científico y paisajístico.
1.4 SANTUARIO HISTORICO :	protección con carácter de intangible de los escenarios naturales en que se desarrollaron acontecimientos gloriosos de la historia nacional.

2. MANEJO FORESTAL

2.1 BOSQUE NACIONAL :	producción permanente de madera, otros productos forestales y de fauna silvestre en bosques naturales administrados por el Estado.

3. MANEJO DE FAUNA

3.1 COTO DE CAZA : (Oficial)	utilización racional de la fauna silvestre en tierras de dominio público con fines de caza deportiva.
3.2 COTO DE CAZA : (Privado)	utilización racional de la fauna silvestre en tierras de dominio privado con fines de caza deportiva.
3.3 RESERVA COMUNAL :	conservación de la fauna silvestre en beneficio de las poblaciones aledañas para las que dicha recurso es fuente

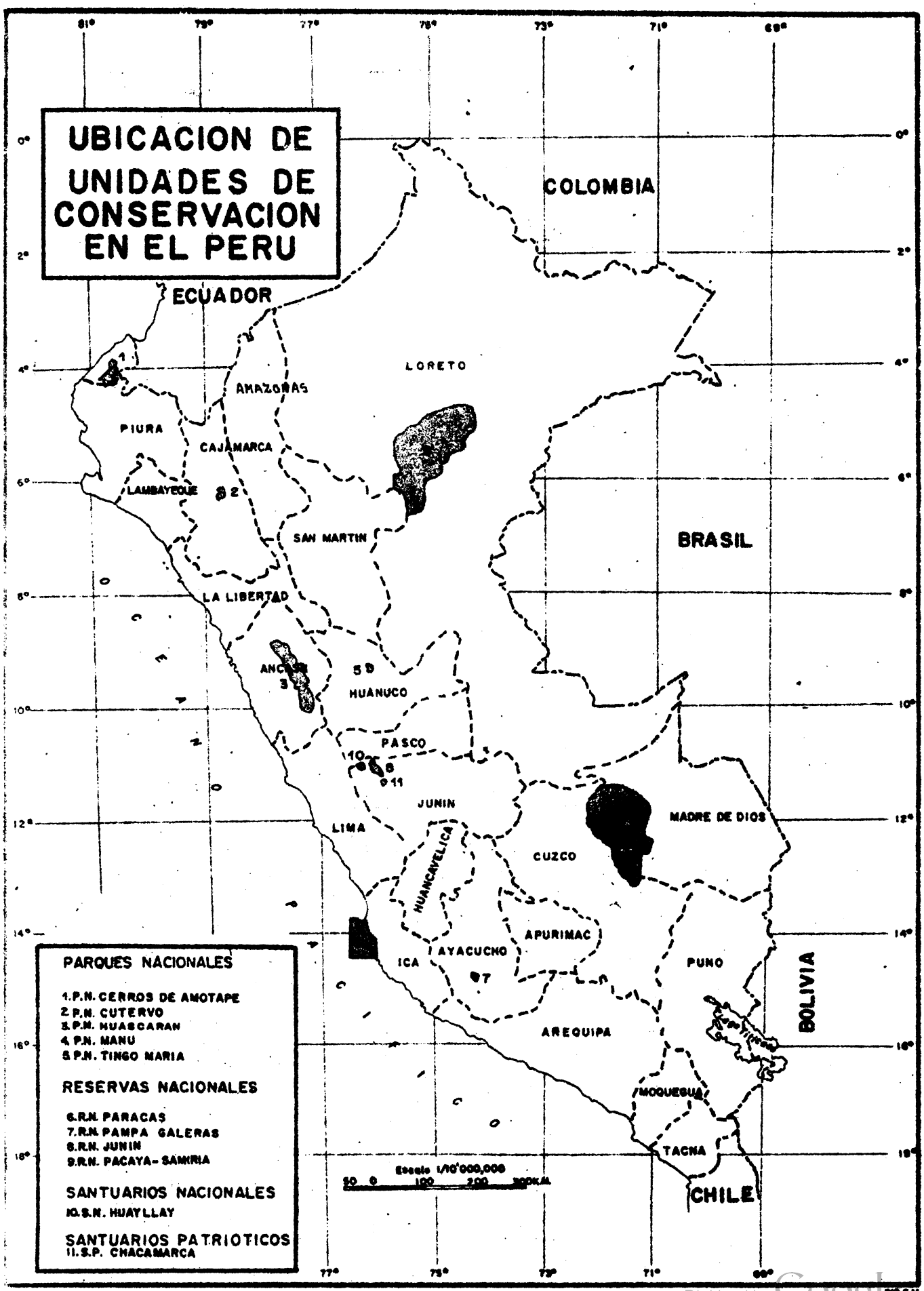
tradicional de alimentación.

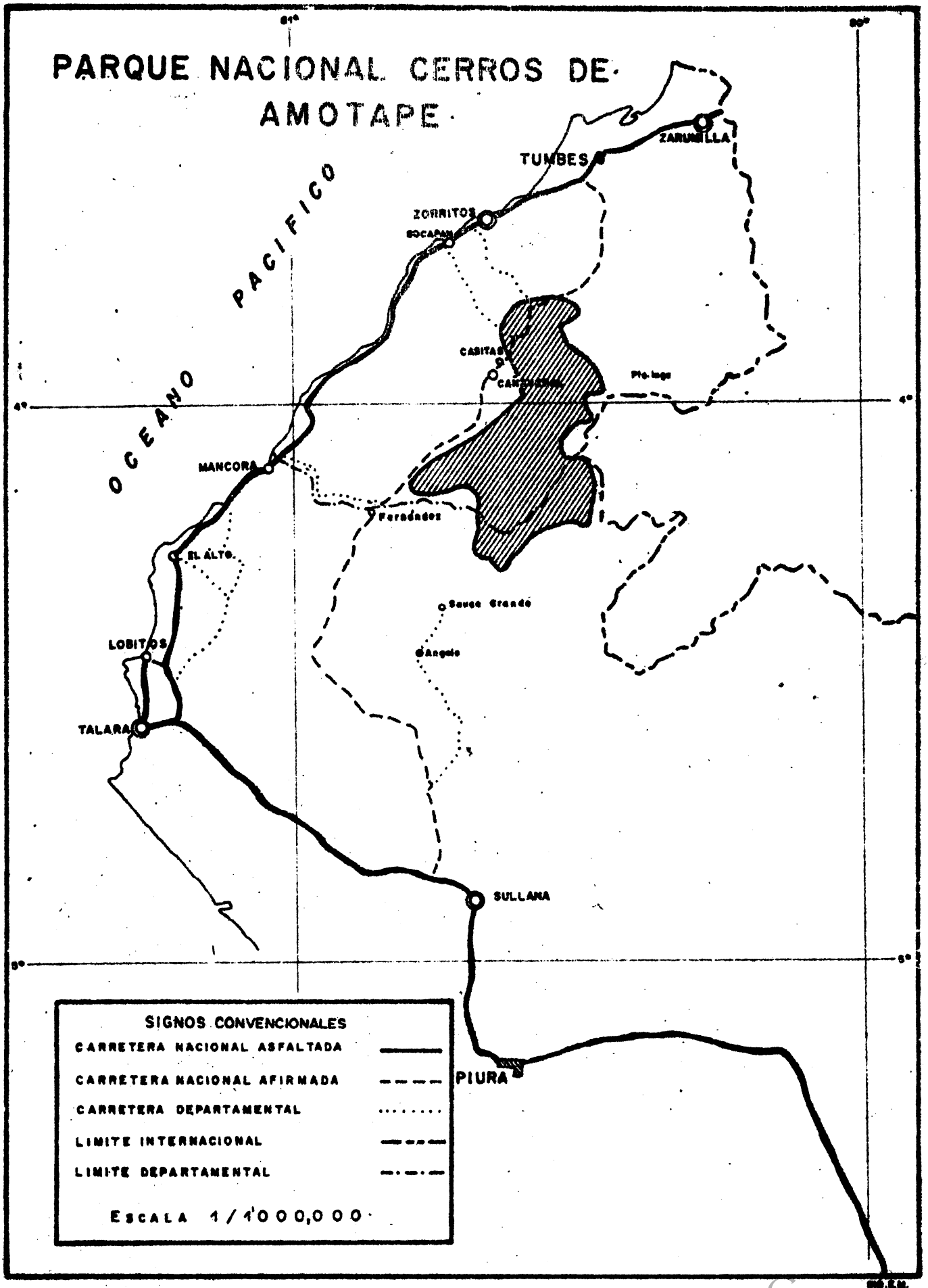
4. MANEJO DE PESCA

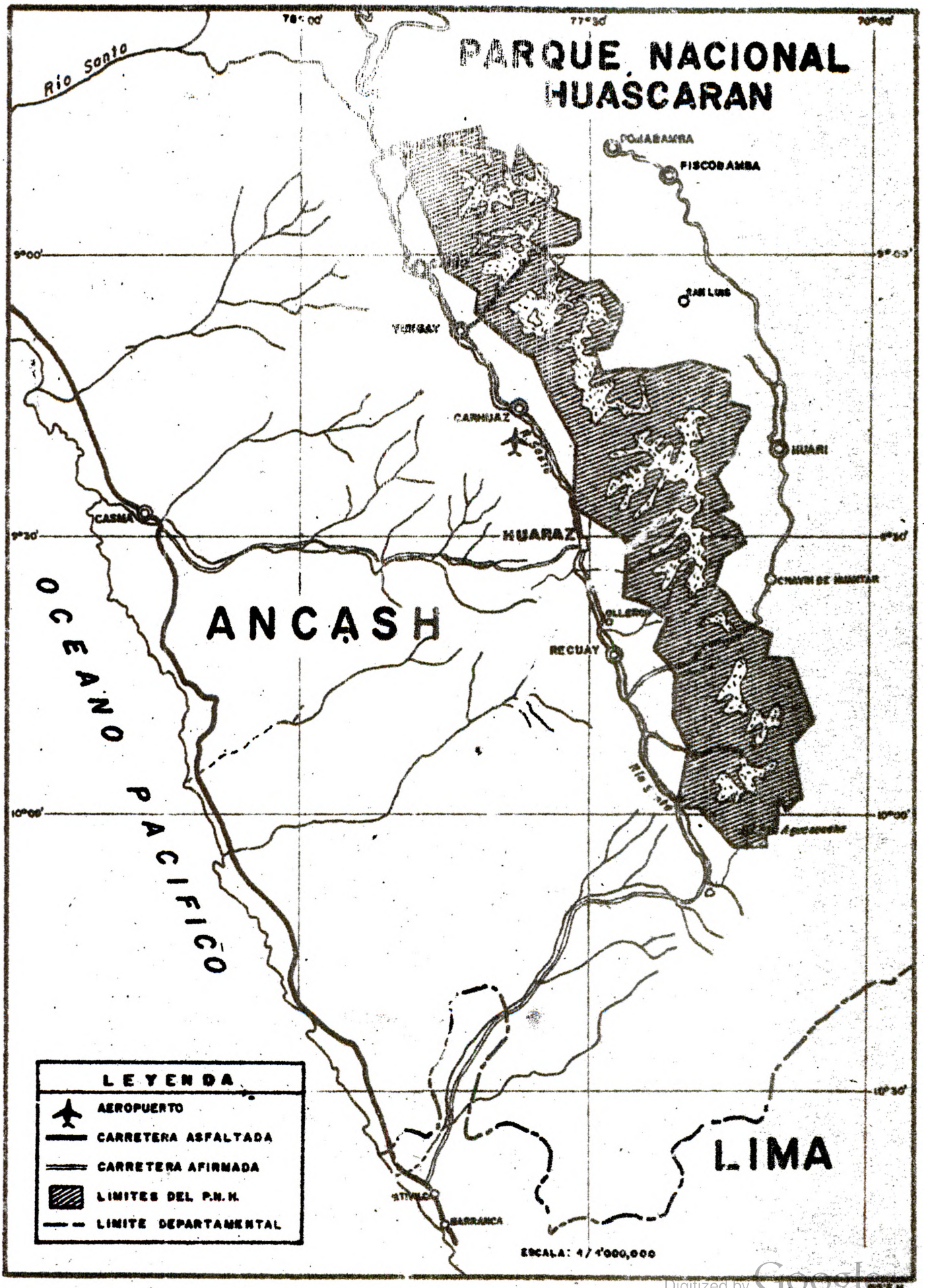
4.1 RESERVA DE PESCA : propagación o utilización racional de los recursos hidrobiológicos en aguas interiores continentales.

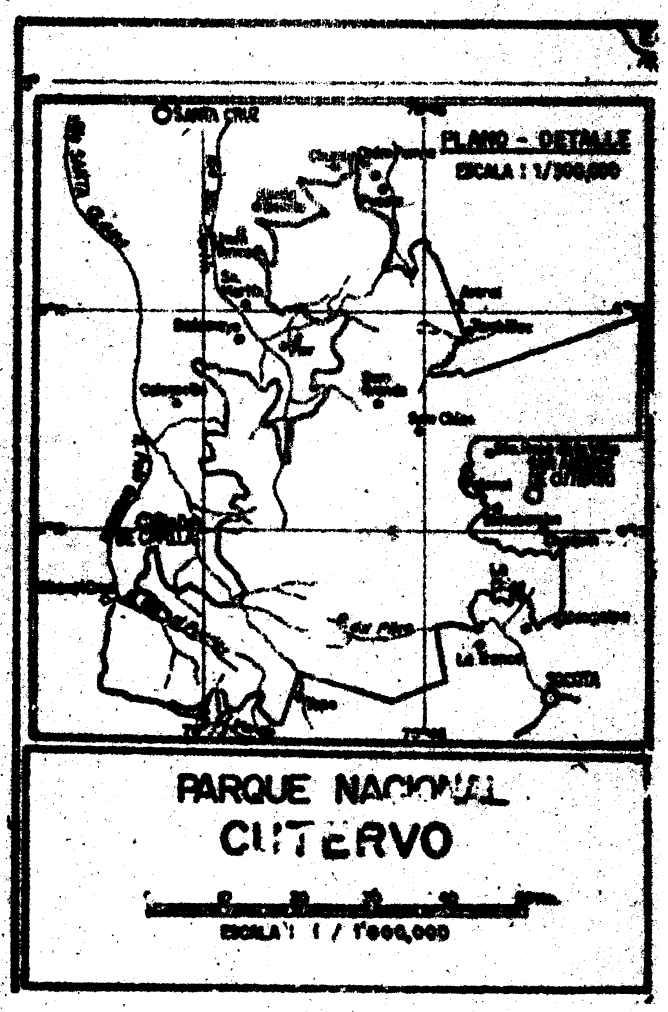
5. PROTECCION DE CUENCAS, SUELOS, POBLADOS, VIAS DE COMUNICACION, ETC.

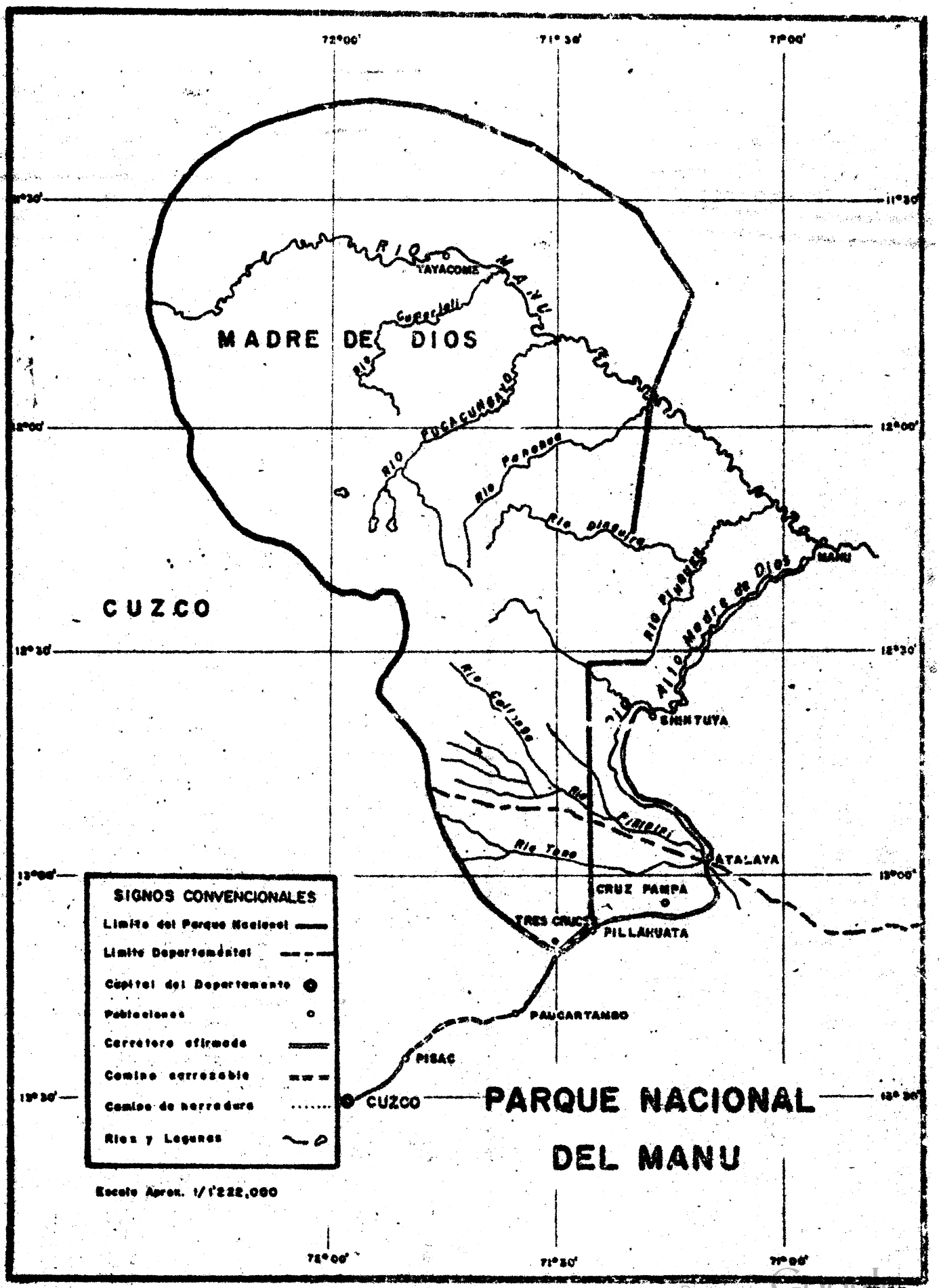
5.1 BOSQUE DE PROTECCION: conservación de suelos, aguas, con el objeto de protejer tierras agricolas, infraestructura vial, así como para garantizar el aprovisionamiento del agua para consumo humano, agrícola e industrial.



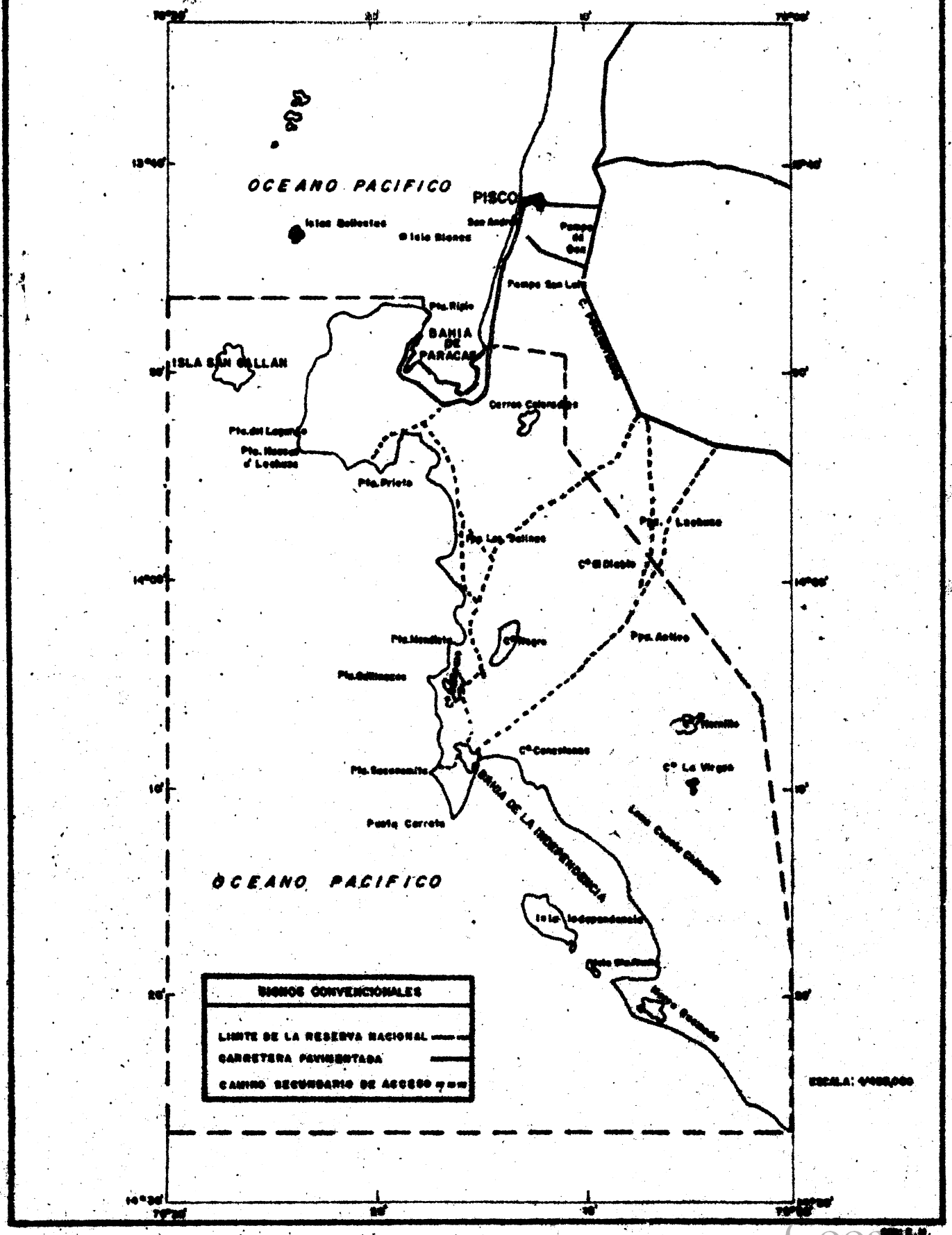




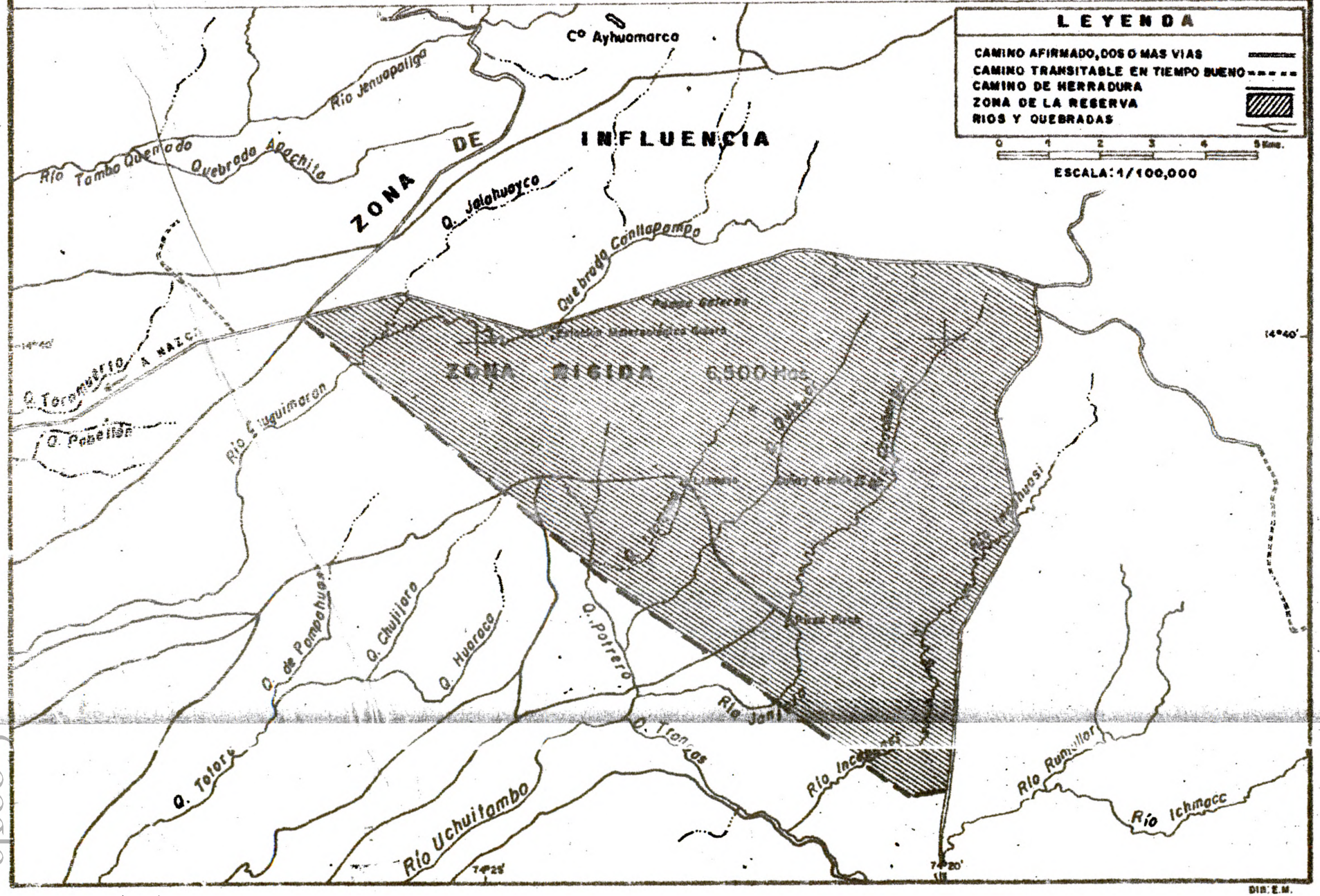


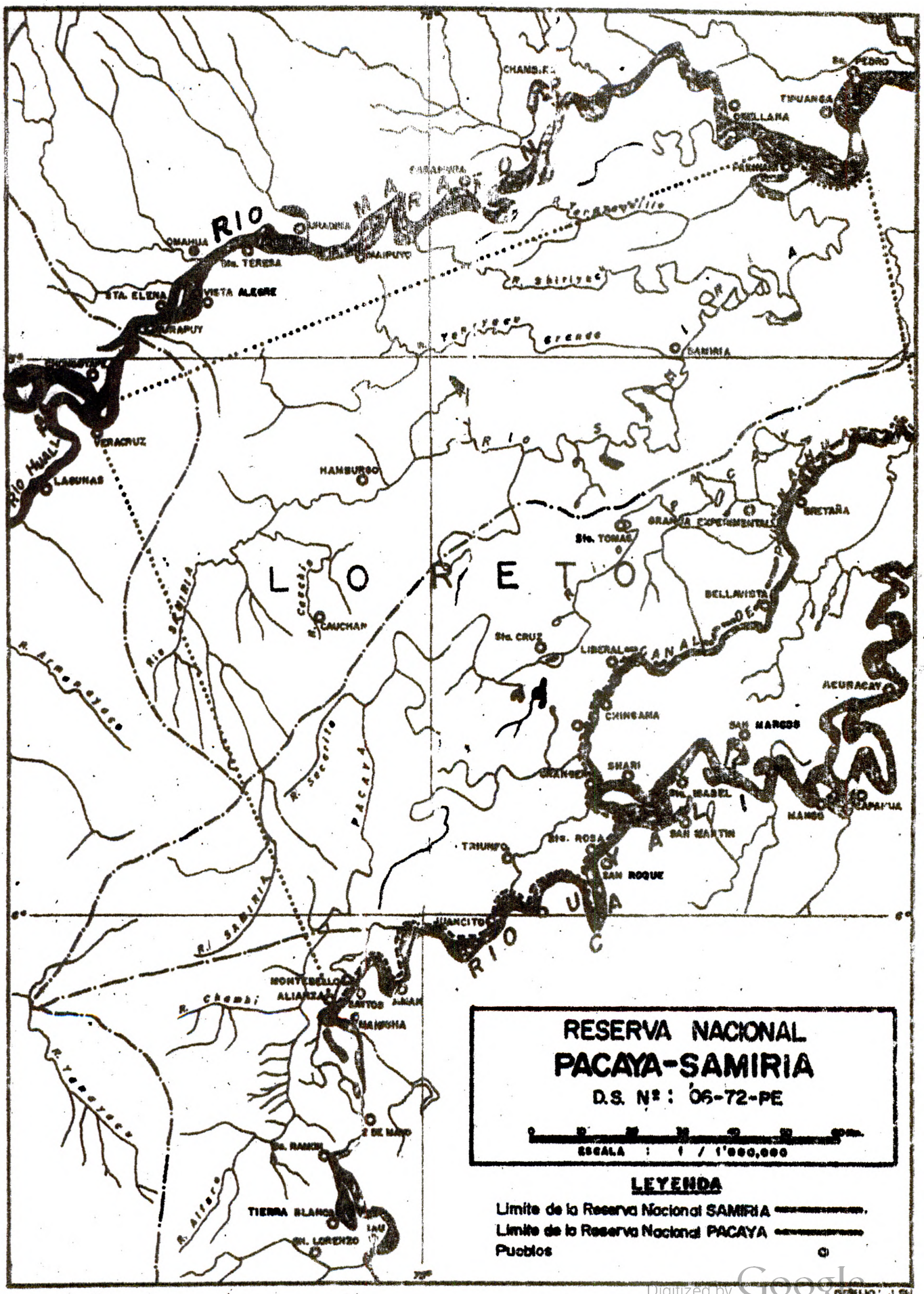


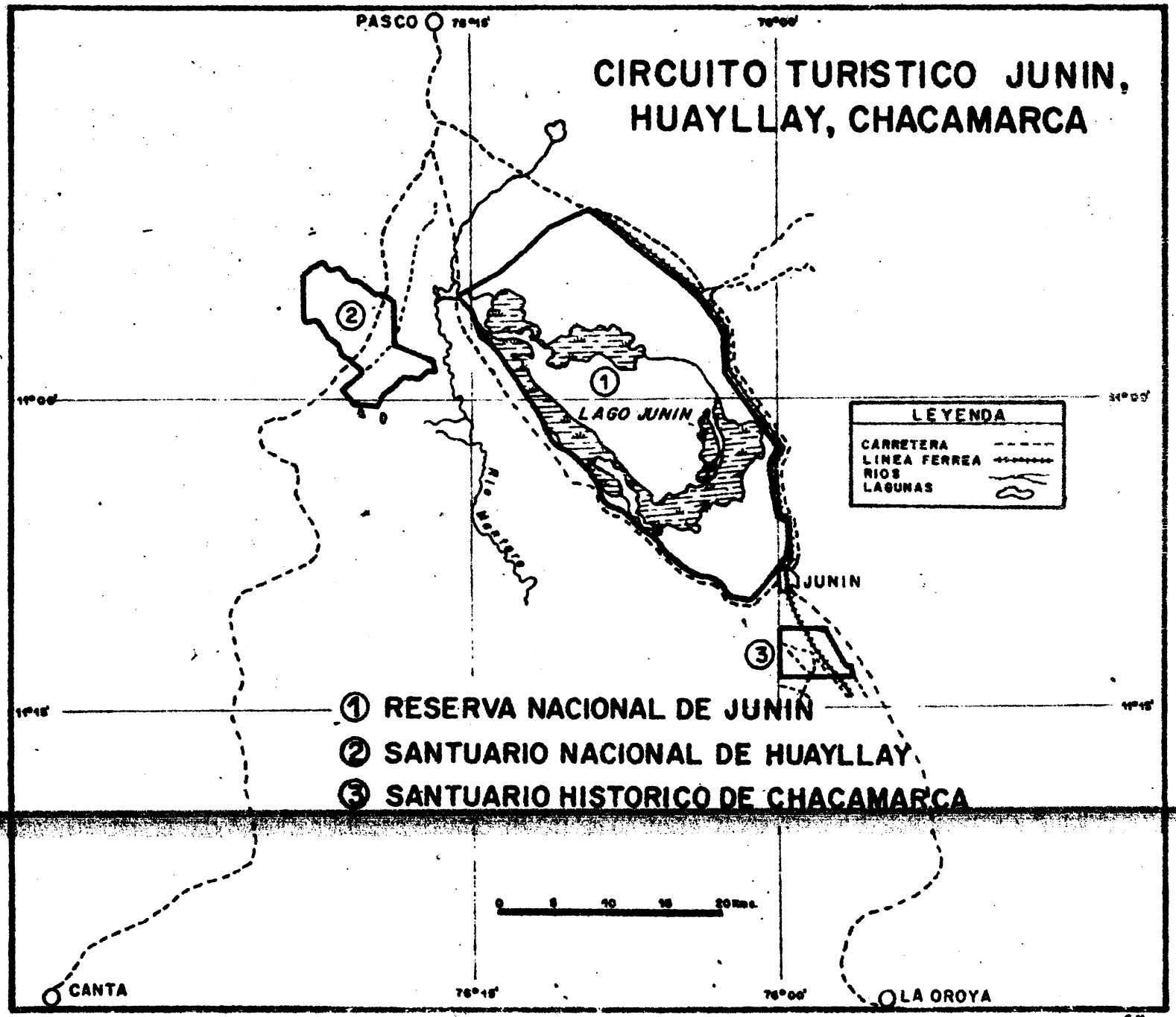
RESERVA NACIONAL DE PARACAS



RESERVA NACIONAL DE PAMPA GALERAS






CIRCUITO TURISTICO JUNIN, HUAYLLAY, CHACAMARCA
PASCO
LAGO JUNIN
JUNIN
CANTA
LA OROYA
LEYENDA
CARRETERA
LINEA FERREA
RIOS
LAGUNAS
① RESERVA NACIONAL DE JUNIN
② SANTUARIO NACIONAL DE HUAYLLAY
③ SANTUARIO HISTORICO DE CHACAMARCA

UNIDADES DE CONSERVACION ESTABLECIDAS

Nombre	Ubicación	Extensión Ha.	Establecida en	por
PARQUES NACIONALES				
Cerro de Amotape	Dpto. Tumbes y Piura Prov. Sullana, Tumbes y Contralmirante Villar	91.300	1975	D.S.0800-75-AG
Huascarán	Depto. Ancash Prov. Recuay, Huaraz Carhuaz, Yungay, Huaylas, Pomabamba, Huari, Corongo Sihuas, Bolognesi	340.000	1975	D.S.622-75-AG
Cutervo	Dpto. Cajamarca Prov. Cutervo	2.500	1961	Ley 13694
Tingo María	Dpto. Huánuco Prov. Leoncio Prado	18.000	1965	Ley 15574
Manu	Dpto. Cuzco y Madre de Dios Prov. Paucartambo, Manu	1'532,806	1973	D.S 644-73-AG
RESERVAS NACIONALES				
Paracas	Dpto. Ica Prov. Pisco e Ica	335,000	1975	D.S.1281-75-AG
Pampa Galeras	Dpto. Ayacucho Prov. Lucanas	60,000	1967	R.S. 157-A
Pacuya-Samiria	Dpto. Loreto Prov. Alto Amazonas Requeña y Ucayali	1'387,500	1972	D.S.06-72 PE
Junín	Dpto. Junín Prov. Junín y Pasco	53,000	1974	D.S.0750-74-AG
SANTUARIOS NACIONALES				
Huayllay	Dpto. Pasco Porv. Pasco	6,815	1974	D.S.0750-74-AG
SANTUARIOS PATRIOTICOS				
Chacamarca	Dpto. Junín Prov. Junín	2,500	1974	D.S.0750-74-AG

UNIDADES DE CONSERVACION EN PROYECTO

Nombre	Ubicación	Extensión probable
PARQUES NACIONALES		
Machu Picchu	Dpto. Cuzco Prov. Convención Urubamba	50,500
Cutivireni	Dpto. Junín Prov. Jauja	235,400
RESERVAS NACIONALES		
Lachay	Dpto. Lima Prov. Chancay	5,070
Titicaca	Dpto. Puno	50,000
SANTUARIOS NACIONALES		
Titancayoc	Dpto. Ayacucho	440
Calipuy	Dpto. La Libertad Prov. Santiago de Chuco	30,000
Umayo	Dpto. Puno Prov. Puno	2,560

P E R U

CATEGORIAS ALTERNATIVAS PARA EL MANEJO DE AREAS NATURALES EN EL SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVACION

OBJECTIVOS	PARQUES NACIONALES	RESERVAS NACIONALES	SANTUARIOS NACIONALES	SANTUARIOS HISTORICOS
1 - Conservación de muestras representativas de los ambientes naturales				
a) Ecosistemas	X	X	0	?
b) Especies o comunidades	0	0	X	?
2 - Conservación de los recursos geneticos	X	X	X	?
3 - Conservación de los recursos hídricos	0	0	0	?
4 - Protección de sitios historicos y monumentos arqueológicos	0	0	0	X
5 - Manejo de la Fauna	-	X	-	-
6 - Control de la Erosión	0	0	0	?
7 - Proporcionar Recreo y Cultura	X	0	0	X
8 - Desarrollo del Turismo	0	0	0	0
9 - Fomento y Desarrollo de investigación científica	X	X	X	?

X Objectivo primordial

0 Objectivo siempre presente pero no es primordial

? Se incluye si los recursos lo permitieren

- Ausente,

P E R U

DIFERENTES TIPOS DE SISTEMAS DE MANEJO CON FINES DE CONSERVACIÓN EN EL PERU

SISTEMA	CATEGORIA	Nº DE UNIDADES EXISTENTES	CATEGORIA DEL DISPOSITIVO LEGAL
1 - Unidades de Conservación	1.1 Parque Nacional	5 establecidos 3 proyectos	Decreto Supremo (Expedido por Presidente de la República)
	1.2 Reserva Nacional	4 establecidos 2 proyectos	Decreto Supremo
	1.3 Santuario Nacional	1 establecido 3 proyectos	Decreto Supremo
	1.4 Santuario Historico	1 establecido 2 proyectos	Decreto Supremo
2 - Manejo Forestal	2.1 Bosque Nacional	9 establecidos	Resolución Suprema (Expedido por el Presidente de la República).
3 - Manejo de Fauna	3.1 Coto de Caza(Oficial)	1 establecido	Resolución Suprema
	3.2 Coto de Caza(Privado)	1 proyecto	Resolución Ministerial
	3.3 Reservas Comunales (Comunal)	1 proyecto	Resolución Suprema
4 - Manejo de Pesca	4.1 Reservas de Pesca (Oficial)	6 establecidos	Resolución Ministerial
5b- Protección de Cuencas, Suelos, Poblados, Vias de Comunicación, etc.	5.1 Bosque de Protección	- -	Resolución Suprema

ESPECIES VEDADAS DE LA FLORA Y FAUNA SILVESTRES

1. FLORA

Quinuar o queñaa (*Polylepis* spp.)	Decreto Supremo Nº 1014-73-AG
Quishuar o q'olle(*Buddleia* spp.)	" " " "
Ccasi o Jasi (*Haplorhus peruviana*)	" " " "
Puya o Santón (*Puya raimondii*)	" " " "
Ojé (*Ficus antihelmintica*)	R. S. Nº 808/1671
Leche-caspi (*Galactodendron utilissima*)	" " "

2. FAUNA

2.1 Veda indefinida

A nivel nacional :

- Oso de anteojos (*Tremarctos ornatus*)	R. M. Nº 5056 - 70 - A G
- Jaguar u Otorongo (*Felis onca*)	" " "
- Pinchaque o bestia negra (*Tapirus pinchaque*)	" " "
- Condor andino (*Vultur gryphus*)	" " "
- Parihuana o Flamenco (*Phoenicopterus chilensis*)	" " "

En la región de la Selva (Selva Alta y Baja)

Todas las especies de mamíferos, aves, reptiles y batracios con excepción de :

Venado colorado (*Mazama americana*)	D. S. Nº 934 - 73 - A G
Sajino (*Tayassu tajacu*)	" " "
Huangana (*Tayassu pecari*)	" " "
Sachaveca (*Tapirus terrestris*)	" " "
Majaz o Picuru (*Cuniculus paca*)	" " "
Añuje o culpes (*Dasyprocta* spp.)	" " "
Machotero o pacarana (*Dinamys branickii*)	" " "
Ronsoco (*Hydrochoeris hydrochoeris*)	" " "
Carachupa o armadillo (*Dasypus novemcintus*)	" " "
Paujiles (*Mitu* spp.)	" " "
Pucacunga (*Nothocrax* sp.)	" " "
Pavas de monte (*Penelope* sp., *Ortalis* sp.)	" " "

Fauna

Perdices de Selva (varias especies)	D. S. Nº 934 - 73 - A G
Palomas de Selva (varias especies)	" " "
Motelo (Geochelone sp.)	" " "

En la Sierra :

Taruca (Hippocamelus antisensis)	R. M. Nº 5056 - 70 - A G
Suri o Nandú (Pterocnemia pennata)	" " "
Vicuña (Vicugna vicugna)	D. Ley Nº 17.816
Guanaco (Lama guanicoe)	Ley Nº 9.147
Chinchilla (Chinchilla lániger)	" " "

En la Costa :

Aves guaneras (guanay, pinguino, pelícano, piqueros, etc.)

Lagarto de Tumbes (Crocodylus acutus) R. S. Nº 343

2.2 Veda temporal (Resolución Suprema Nº 236)

En la Costa : del 15 de Dic. al 31 de Mar.

Venado gris (Odocoileus virginianus)
Conejo silvestre (Sylvilagus brasiliensis)
Cuy silvestre (Cavia tschudii)
Vizacacha (Lagidium peruanum)
Perdices (Tinamiformes)
Patos (Anseriformes)

En la Selva : 01 Dic. al 31 de Mar.

Ronsoco (Hydrochoeris hidrochaeris)
Sajino (Tayassu tajacu)
Huangana (Tayassu pecari)
Venado colorado (Mazama americana)

LEY FORESTAL Y DE FAUNA

DECRETO LEY Nº 21147

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DEL PERU

POR CUANTO:

El Gobierno Revolucionario ha dado el Decreto Ley siguiente:

EL GOBIERNO REVOLUCIONARIO

CONSIDERANDO :

Que es propósito del Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada que el aprovechamiento racional de los recursos naturales del país, contribuya al desarrollo social y a la efectiva independencia económica de la Nación :

Que a tal propósito responde el Decreto Ley Nº 20.653, Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuaria de las Regiones de Selva y Ceja de Selva, cuyos alcances es indispensable ampliar y complementar en cuanto se refiere a los recursos forestales y a la fauna silvestre;

Que los recursos forestales y la fauna silvestre constituyen uno de los principales recursos naturales renovables del país siendo conveniente propiciar su conservación así como fomentar la transformación y comercialización de los productos que se deriven de ellos;

Que es necesario garantizar los derechos del Estado y regular los de aquellos que directa o indirectamente concurran a las actidades vinculadas con los recursos y productos forestales y de fauna silvestre;

En uso de las facultades de que está investido; y

Con el voto aprobatorio del Consejo de Ministros:

Ha dado el Decreto Ley siguiente:

TITULO I

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 1º - Los recursos forestales y la fauna silvestre son del dominio público y no hay derechos adquiridos sobre ellos.

Artículo 2º - El presente Decreto Ley norma la conservación de los recursos forestales y de la fauna silvestre; y establece el régimen de uso, transformación y comercialización de los productos que se deriven de ellos

Artículo 3º - Para los fines del presente Decreto Ley, entiéndase por recurso forestal, a las tierras cuya capacidad de uso mayor es forestal, los bosques y todos los componentes de la flora silvestre cualquiera que sea su ubicación en el territorio nacional, y entiéndase por fauna silvestre, a todas las especies que viven libremente en las regiones naturales del país así como a los ejemplares de las especies domesticadas que por abandono u otras causas se asimilen en sus hábitos a las silvestres.

Artículo 4º - Corresponde al Ministerio de Agricultura normar, regular y controlar la conservación de los recursos forestales y de la fauna silvestre, así como autorizar su aprovechamiento, con excepción de las especies que se reproducen en las aguas marinas o continentales que corresponden a la jurisdicción del Ministerio de Pesquería. Corresponde a los Mnisterios de Agricultura y de Industria y Turismo la transformación de los recursos forestales.

Artículo 5º - Las tierras cuya capacidad de uso mayor es forestal no podrán ser utilizadas con fines agropecuarios cualquiera que sea su ubicación en el territorio nacional.

Artículo 6º - Los trabajadores de las empresas privadas dedicadas a la extracción y/o comercialización de los recursos y productos forestales y de menor de 33% de la renta neta anual de dichas empresas. El reglamento establecerá la forma en que se hará efectiva la distribución de la referi-

da participación.

Artículo 7º - Los recursos forestales y la fauna silvestre del país se usarán en armonia con el interés social. Cualquiera que fuera su causa, denominación o modalidades son nulas las estipulaciones que obliguen al pago con productos forestales y/o de fauna silvestre de habilitaciones recibidas, sean éstas en dinero y/o bienes.

Corresponde al Fuero Agrario los conflictos que pudieran suscitarse en cumplimiento del presente artículo. En caso de comprobarse la infracción, el habilitador perderá a favor del habilitado el valor que le hubiera entregado.

TITULO II

DE LOS BOSQUES Y UNIDADES DE CONSERVACION

CAPITULO I

DE LOS BOSQUES

Artículo 8º - Para los fines del presente Decreto Ley, son bosques las comunidades vegetales naturales en las que predominan especies leñosas referidas a determinada superficie de suelo, así como las plantaciones forestales.

Artículo 9º - Por su orígen los bosques se clasifican en Naturales y Cultivados. Los Bosques Naturales, previo los estudios pertinentes, podrán ser declarados: Bosques Nacionales, Bosques de Libre Disponibilidad, Bosques de Protección y Unidades de Conservación.

Los Bosques Cultivados, son las plantaciones forestales efectuadas en tierras claificadas como aptas para tal fín.

Artículo 10º - Se denomina Bosques Nacionales, los bosques naturales declarados aptos para la producción permanente de madera, otros productos forestales y de fauna silvestre, cuya utilización sólo podrá ser realizada directa y exclusivamente por el Estado. La declaración se hará por Resolución Suprema.

realizado por el Estado. Cuando las Reservas Nacionales deban ser establecidas necesariamente sobre tierras de uso agropecuario, el Ministerio de Agricultura podrá autorizar que el aprovechamiento de la fauna silvestre sea realizado por los conductores de dichas tierras y establecidas las limitaciones que compatibilicen el doble uso del área.

Artículo 18º - Se denomina Santuarios Nacionales, las áreas destinadas a proteger con carácter de intangible, una especie o una comunidad determinada de plantas o animales, así como las formaciones naturales de interés científico o paisajístico.

Artículo 19º - Se denomina Santuarios Históricos, las áreas destinadas a proteger, con carácter de intangible, los escenarios naturales en que se desarrollan acontecimientos gloriosos de la historia nacional.

Artículo 20º - Serán expropiados a favor del Estado los predios de dominio privado que se requiera para el establecimiento de Unidades de Conservación.

TITULO III

DE LA REFORESTACION

Artículo 21º - Declárase de interés público y necesidad nacional la reforestación en todo el territorio de la República.

Artículo 22º - Se entiende por reforestación el establecimiento de masas forestales con fines de protección y/o producción. Estas actividades podrán realizarse solo en las tierras a que se refiere el Artículo 3º del presente Decreto Ley.

Artículo 23º - El uso de tierras con fines de reforestación, será otorgado mediante contratos de reforestación expedidos a título gratuito por el Ministerio de Agricultura en las condiciones siguientes:

a. Duración, por períodos renovables de 20 a 40 años, según las especies a plantarse y las condiciones ecológicas;

b. Programa de reforestación, que asegure la continuidad de las plan-

taciones;

c. Superfície, debiendo presentarse un estudio de factibilidad técnico-económica como requisito para solicitar más de 100 has.;

d. Especies, en concordancia con la política forestal establecida; y

e. Los productos de la plantación serán propiedad del contratista.

La modalidad de participación de los trabajadores no socios en la renta neta anual de las empresas dedicadas a la reforestación se especificará en el Reglamento.

Los propietarios de los predios rústicos colindantes tendrán prioridad absoluta para el otorgamiento de dichos contratos.

Artículo 24º - El Ministerio de Agricultura tiene a su cargo la delimitación de las áreas que se requieren reforestar con fines de protección, y estará encargado de promover y/o realizar dicha actividad.

Artículo 25º - Las normas de este Título no son aplicables a los Programas de Reforestación que se ejecuten en cumplimiento de contratos de extracción forestal.

TITULO IV

DE LOS PRODUCTOS FORESTALES Y DE FAUNA SILVESTRE

CAPITULO I

DE LA EXTRACCION FORESTAL

Artículo 26º - Denomínase producto forestal a todos los componentes aprovechables de la flora extraída del bosque. Para fines del presente Decreto Ley los productos forestales se clasifican:

a. En estado natural; y

b. Transformados.

Artículo 27º - Por extracción forestal se entiende la obtención de productos en estado natural de la flora del bosque. La extracción forestal

comprende:

a. La recolección de plantas alimenticias, ornamentales, medicinales e industriales para su uso en forma natural o elaborada;

b. La recolección de hojas, flores, frutos, semillas, tallos, raíces, látex, aceites, resinas, gomas, ceras y otros para su uso en forma natural o elaborada; y

c. La tala de árboles, el trozado, arrastre y transporte de la madera rolliza hasta las plantas de transformación.

Artículo 29º - La extracción forestal con fines científicos solo podrá ser realizada para proyectos de investigación de interés nacional, mediante autorizaciones otorgadas por la Dirección General Forestal y de Fauna.

Artículo 30º - La extracción de madera con fines industriales y/o comerciales será autorizada en cada caso por el Ministerio de Agricultura de acuerdo a la siguiente prioridad:

a. Las empresas de propiedad social y las comunidades nativas;

b. Las empresas públicas;

c. Las comunidades campesinas, sociedades agrícolas de interés social y cooperativas;

d. Las empresas privadas; y

e. Los pequeños extractores.

Artículo 31º - La extracción de madera por empresas de propiedad social comunidades nativas, comunidades campesinas, sociedades agricolas de interés social, cooperativas y empresas privadas, se realizará mediante contratos de extracción forestal intransferibles otorgados por el Ministerio de Agricultura, en los cuales se establecerá necesariamente lo siguiente:

a: Superficie, hasta 100.000 hectáreas;
b. Duración, por periodos renovables de 10 años;
c. Especies objeto de la extracción y volúmenes correspondientes;
d. Precio de la madera; y
e. Programas de reforestación.

El otorgamiento del contrato requerirá la previa presentación de un estudio de factibilidad técnico-económica. Cuando la superficie sea de más de 50.000 hectáreas la aprobación será por Decreto Supremo.

Artículo 32º - La extracción forestal, así como la transformación y la comercialización de los productos forestales por el Estado se hará a través de las empresas públicas existentes y la que se creará para tal fín dentro del Sector Agrario.

Artículo 33º - Las empresas públicas a que se refiere el artículo anterior establecerán y conducirán unidades de desarrollo forestal integral en áreas seleccionadas por sus condiciones socio-económicas y disponibilidad de recursos forestales.

Artículo 34º - Las empresas públicas efectuarán directamente la extracción de madera en los bosques que le asigne el Ministerio de Agricultura mediante contratos de extracción forestales en los que se establecerá necesariamente lo siguiente:

a. Superficie y duración;
b. Especies objeto de la extracción y volúmenes correspondientes;
c. Precio de la madera; y
d. Programas de reforestación.

El otorgamiento de contratos requerirá previamente de la presentación de estudios de factibilidad técnico-económica y su aprobación será por Decreto Supremo.

Artículo 35º - La extracción de madera dentro del territorio de las comunidades nativas sólo podrá ser realizada por éstas. Cuando la extracción sea con fines industriales y/o comerciales, se hará en forma comunitaria preferentemente bajo la forma de empresas multicomunales de propiedad social y con permisos de extracción otorgados por el Ministerio de Agricultura en los cuales se establecerá necesariamente lo siguiente:

a. Especies objeto de la extracción y volúmenes correspondientes;

b. Precio de la madera; y
c. Programas de reforestación.

El Ministerio de Agricultura asesorará, con carácter prioritario, a las comunidades nativas para este fín.

Artículo 36º - El Ministerio de Agricultura podrá otorgar contratos de extracción forestal con carácter intransferible a favor de pequeños extractores que realicen en forma personal las labores de extracción de madera, bajo las condiciones siguientes :

a. Superficie, hasta 1.000 hectáreas;
b. Duración, por periodos renovables no menores de 2, ni mayores de 10 años;
c. Especies objeto de la extracción y volúmenes correspondientes;
d. Precio de madera; y
e. Programas de reforestación.

Artículo 37º - La extracción de productos forestales diferentes a la madera se realizará mediante contratos de extracción forestal intransferibles, otorgados por el Ministerio de Agricultura, en los cuales se estipulará la superficie y la duración, los volúmenes o pesos del producto de acuerdo a la especie y a la capacidad de producción del bosque, los precios de los mismos, y las medidas que aseguren la conservación y/o reposición del recurso según el caso.

Artículo 38º - El Ministerio de Agricultura otorgará contratos o permisos de extracción forestal, según corresponda en los álveos o cauces naturales y/o artificiales, riberas y fajas marginales, sólo en los casos en que no se propicie la acción erosiva de las aguas o para prevenir un mal mayor, previa opinión de la Autoridad de Aguas.

Artículo 39º - El Ministerio de Agricultura fijará anualmente los precios de los productos forestales al estado natural a ser extraido de la flora del bosque.

Artículo 40º - Son causales de rescisión de los contratos de extracción forestal las siguientes :

a. Incumplimiento reiterado de los programas de reforestación, salvo por causa de fuerza mayor;

b. Destinar el área motivo del contrato a actividades diferentes a las pactadas o ceder su aprovechamiento a terceros;

c. Incurrir en delito y/o infracción grave que implique riesgos y/o cause severos perjuicios a los recursos forestales;

d. Incumplimiento de las normas sobre salario mínimo, descanso semanal, goce vacacional, seguridad social y jornada legal; y

e. No pagar las participaciones en las utilidades previstas en el Artículo 6º del presente Decreto Ley dentro de los 90 días siguientes al cierre del balance del ejercicio económico.

Artículo 41º - La rescisión de los contratos de extracción forestal en los que no se haya cumplido las condiciones que señala el presente Decreto Ley, será declarada administrativamente de acuerdo al procedimiento siguiente: La autoridad forestal distrital realizará una inspección ocular y actuará las demás pruebas que estime pertinentes; los interesados podrán formular observaciones u oposiciones hasta en el acto mismo de la inspección ocular. Cuando conforme el artículo anterior corresponda rescindir el contrato, la Jefatura del Distrito Forestal elevará el informe pertinente a la respectiva Dirección Zonal del Ministerio de Agricultura, la misma que emitirá la Resolución Directoral que declare la rescisión, notificándose de ello al interesado en el domicilio señalado por él, en la capital de la provincia donde se encuentra el área del contrato, quien podrá interponer recurso de apelación dentro del término de quince dias ante la Dirección General Forestal y de Fauna. Esta absolverá el grado solicitando la expedición de la Resolución Ministerial correspondiente, con cuya notificación quedará agotada la vía administrativa.

Cuando los contratos de extracción forestal abarquen superficies de menos de 5.000 hectáreas las instancias administrativas serán la Jefatura del Distrito Forestal y la Dirección Zonal respectiva.

Artículo 42º - La extracción forestal con fines industriales y/o comerciales en las unidades agropecuarias adjudicadas en aplicación del Decre-

to Ley Nº 20.653 - Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuaria de las Regiones de Selva y Ceja de Selva - requerirá necesariamente de un permiso de extracción otorgado por el Ministero de Agricultura al adjudicatario y estará sujeta al pago de los derechos correspondientes.

Artículo 43º - El Poder Ejecutivo, por Resolución Suprema a propuesta del Ministerio de Agricultura declarará vedada por plazo indefinido la extracción forestal de las especies de la flora que se encuentren amenazadas de extinción.

Artículo 44º - La exportación de productos forestales al estado natural podrá ser autorizada con fines de investigación científica o difusión cultural mediante autorización del Ministerio de Agricultura. En caso de tratarse de productos de especies vedadas de la flora, las autorizaciones para la extracción y exportación serán por Resolución Suprema.

Artículo 45º - El Ministerio de Agricultura podrá otorgar contratos de exploración y evaluación de recursos forestales por un término no mayor de 2 años, sobre una superficie que no exceda del doble de la extensión que pueda autorizarse para la celebración de contratos de extracción forestal.

El contratista está obligado a informar semestralmente al Ministerio de Agricultura acerca del avance y resultado de los estudios y tendrá prioridad para el otorgamiento del contrato de extracción forestal en el área explorada y evaluada, hasta el límite señalado en el artículo 31º del presente Decreto Ley.

Artículo 46º - Las autoridades políticas prestarán garantías en forma inmediata a los titulares de contratos de extracción forestal contra los actos cometidos por terceros que pertuben o impidan el normal aprovechamiento del área del contrato, sin perjuicio del derecho al libre tránsito por las carreteras, caminos y senderos.

CAPITULO II

DE LA EXTRACCION O CAZA DE FAUNA SILVESTRE

Artículo 47º - Denomínase producto de la fauna silvestre a todos los componentes aprovechables cazados, capturados o recolectados. Para fines del presente Decreto Ley los productos de la fauna silvestre se clasifican :

a. En estado natural; y

b. Transformados.

Artículo 48º - La fauna silvestre pertenece al dominio público y su extracción o caza se sujetará a las disposiciones del presente Decreto Ley y a las normas técnicas que imparta la Dirección General Forestal y de Fauna a fin de garantizar el uso racional de los recursos.

La extracción de los productos de la fauna silvestre comprende la acción de cazar o capturar animales silvestres, así como recolectar sus huevos o sus derechos.

Artículo 49º - La caza se clasifica en :

a. De subsistencia, cuando el extractor la destina para consumo directo de él y de su familia.

b. Deportiva, con fines de recreación y por tanto sin ánimo de lucro;

c. Sanitaria, que se practica con el objeto de evitar los daños que las especies de la fauna silvestre pueden ocasionar en forma permanente o eventual;

d. Científica, que se realiza con fines de investigación o propagación; y,

e. Comercial, para obtener un beneficio economico.

Artículo 50º - La caza deportiva sólo podrá ser ejercida con licencia expedida por el Ministerio de Agricultura, la cual puede ser otorgada a personas naturales o a clubes de caza reconocidos y estará sujeta al pago de los derechos correspondientes.

Artículo 51º - La caza sanitaria sólo podrá ser ejercida por personal

autorizado por el Ministerio de Agricultura, salvo en caso de peligro inminente.

Artículo 52º - La caza con fines científicos sólo podrá ser realizada para proyectos de investigación de interés nacional.

Artículo 53º - La extracción o caza comercial de la fauna silvestre, podrá ejercerse únicamente a través de contratos personales intransferibles que otorgue el Ministerio de Agricultura.

Los contratos se concederán en las áreas y por el tiempo que en cada caso se determine y deberán indicar las especies, tarifas reajustables anualmente, el número de ejemplares y las fechas señaladas en el calendario de caza.

Artículo 54º - El Ministerio de Agricultura fijará anualmente los precios de los productos de la fauna silvestre al estado natural.

Artículo 55º - La extracción de la fauna silvestre dentro del territorio de las Comunidades Nativas, sólo podrá ser realizada por sus integrantes. Cuando la extracción sea de carácter comercial, se hará en forma comunitaria y requerirá de la autorización del Ministerio de Agricultura.

Artículo 56º - La Dirección General Forestal y de Fauna elaborará los Calendarios Regionales de Caza basándose en las técnicas de manejo de fauna silvestre y en otras normas destinadas a proteger, conservar y aprovechar debidamente la fauna.

Artículo 57º - El Poder Ejecutivo, por Decreto Supremo a propuesta del Ministerio de Agricultura, declarará vedado por plazo indefinido, el aprovechamiento de las especies de la fauna silvestre en vías de extinción, sin perjuicio de las vedas periódicas que convengan.

Artículo 58º - La extracción de especies vedadas y/o la exportación de los especímenes sólo podrá ser autorizada con fines de investigación científica o de difusión cultural, mediante Resolución Suprema.

Artículo 59º - El Ministerio de Agricultura podrá establecer Cotos de Caza en tierras del dominio público seleccionada para fines de caza deportiva. La declaración se hará mediante Resolución Suprema.

Asimismo, el Ministerio de Agricultura podrá autorizar la caza deportiva organizada en tierras de propiedad privada. El establecimiento de Cotos de Caza en tierras de propiedad privada requerirá de autorización del Ministerio de Agricultura.

Artículo 60º - El Ministerio de Agricultura establecerá Reservas Comunales para la conservación de la fauna silvestre en beneficio de las poblaciones aledañas para las que dicho recurso es fuente tradicional de alimentación. Estas Reservas se establecerán mediante Resoluciones Supremas previas las coordinaciones que sean necesarias con el Ministerio de Pesquería en caso de incluirse cuerpos de agua.

CAPITULO III

DEL APROVECHAMIENTO INTEGRAL EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES

Artículo 61º - Los proyectos de asentamiento rural a que se refiere el Decreto Ley Nº 20.653 - Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuária de las Regiones de Selva y Ceja de Selva - contemplarán, prioritariamente el aprovechamiento optimizado de los recursos naturales renovables del área mediante la integración de las actividades forestales, agrícolas ganaderas, piscícolas y de fauna silvestre, bajo empresa de propiedad social y formas asociativas y manteniendo los equilibrios naturales y la productividad de los ecosistemas.

Artículo 62º - En los proyectos de asentamiento rural y otros programas de desarrollo agropecuario debe considerarse necesariamente la utilización de la madera de las áreas programadas para ser desboscadas.

Artículo 63º - Cualquiera fuere la modalidad y ubicación de las empresas dedicadas a la extracción forestal estarán obligadas a destinar las

áreas necesarias para la producción alimentaria de auto-consumo, así como a establecer centros poblados acordes con el número de sus trabajadores y dotados de los servicios necesarios.

CAPITULO IV

DE LA TRANSFORMACION Y COMERCIALIZACION

Artículo 64º - Las actividades industriales forestales que se desarrollen en zonas de asentamiento rural determinadas de acuerdo a las normas del Decreto Ley Nº 20.653 - Ley de Comunidades Nativas y de Promoción Agropecuaria de las Regiones de Selva y Ceja de Selva - estarán bajo la jurisdicción del Ministerio de Agricultura.

Corresponde a la jurisdicción del Ministerio de Industria y Turismo las actividades antes referidas que se desarrollen fuera de las zonas de asentamiento rural. Dichas actividades se regirán por la Ley General de Industrias y por lo dispuesto en el presente Decreto Ley.

Artículo 65º - Las actividades de transformación de los productos de fauna silvestre estarán bajo la jurisdicción del Ministerio de Agricultura.

Artículo 66º - El Estado fomentará el establecimento y desarrollo de las actividades de transformación así como de comercialización guardando la siguiente prioridad: empresas de propiedad social, comunidades nativas, comunidades campesinas, sociedades agricolas de interés social y cooperativas.

Artículo 67º - El establecimiento de plantas de transformación de productos forestales será autorizado conjuntamente por los Ministerios de Agricultura y de Industria y Turismo.

Para la instalación o ampliación de industrias que aprovechan como insumos productos forestales o de fauna silvestre se requerirá informe favorable del Ministerio de Agricultura.

Artículo 68º - El Estado propiciará que las industrias tiendan a una

transformación integral de los productos forestales y de fauna silvestre, para lo cual brindará apoyo tecnológico y demás incentivos necesarios.

Artículo 69º - Queda prohibida la exportación con fines industriales y/o comerciales de productos forestales y de fauna silvestre al estado natural.

Artículo 70º - Los propietarios de plantas de transformación de productos forestales y de fauna silvestre están obligados a suministrar a los Ministerios de Agricultura y de Industria y Turismo, los datos e informaciones que le sean solicitados, así como de permitir a sus funcionarios el libre ingreso a sus instalaciones.

Artículo 71º - Los propietarios de plantas de transformación de productos forestales y de fauna silvestre sólo podrán adquirir productos forestales y de fauna silvestre al estado natural cuya extracción haya sido autorizada por el Ministerio de Agricultura.

CAPITULO V

DE LA PROMOCION Y REGIMEN TRIBUTARIO

Artículo 72º - El Ministerio de Agricultura establecerá y/o promoverá los siguientes servicios:

a. De asistencia técnica integral;
b. De maquinaria forestal;
c. De procesamiento y conservación de productos forestales y de fauna silvestre;
d. De comercialización y mercadeo de insumos y productos; asimismo promoverá industrias de transformación de los productos forestales y de fauna silvestre; y
e. De investigación y experimentación forestal y de fauna silvestre.

Los servicios antes indicados se canalizarán preferentemente a través de empresas de propiedad social y formas asociativas.

Artículo 73º - El Estado, a través de las entidades pertinentes, establecerá los mecanismos y normas necesarios para asegurar que los créditos

a otorgarse para las actividades de reforestación y extracción forestal bajo formas asociativas se haga en condiciones preferenciales, estableciendo tasas de interés, plazos de gracia y de amortización de primera prioridad.

La diferencia entre las tasas de interés que se cobre en aplicación de este artículo y las que normalmente cobran los Bancos Estatales de Fomento será cubierta con transferencias del Gobierno Central.

El Banco de Fomento Agropecuario, en función de la demanda y de las prioridades establecidas en los Planes de Desarrollo, dedicará porcentajes crecientes de sus colocaciones en favor de los pobladores rurales dedicados a la reforestación en la Sierra y Ceja de Selva.

Artículo 74º - Los pobladores rurales que habitan en zonas fronterizas y que se dedican a actividades forestales y de fauna silvestre gozarán de un tratamiento especial en cuanto a asistencia y prestación de servicios, en la forma que determinará el reglamento.

Artículo 75º - Los Bonos de la Deuda Agraria serán aceptados a su valor actual por la Banca de Fomento Estatal cuando ello sirva para financiar hasta el setenta por ciento (70%) del valor de una empresa forestal ubicada en la Región de Selva, debidamente calificada, en la cual el tenedor de los bonos aporte en efectivo el treinta por ciento (30%) del valor de dicha empresa. Las participaciones en la empresa no podrán ser transferidas en un período de diez años, salvo que el producto de su venta se invierta en otra empresa forestal, ubicada en la Región.

Artículo 76º - El Ministerio de Agricultura y los demás organismos competentes del Estado se encargarán de organizar la integración voluntaria de los pequeños extractores dedicados a la extracción forestal y/o de fauna silvestre en empresas de propiedad social y subsidiariamente en cooperativas de extracción forestal y/o de fauna de una localidad, para favorecer la unificación de esfuerzos y la utilización de servicios comunes, reducir los costos de los insumos y los costos de los servicios aisitenciales y de

asesoramiento técnico propios o estatales.

TITULO VI

DE LAS INFRACCIONES Y SANCIONES Y DEL CONTROL

CAPITULO I

DE LAS INFRACCIONES Y SANCIONES

Artículo 77º - Se consideran infracciones las siguientes:

a. La invasión o usurpación de Bosques Nacionales, Bosques de Protección, Unidades de Conservación, Cotos de Caza y de las áreas bajo contrato de extracción forestal, de fauna silvestre y de reforestación;

b. La provocación de incendios forestales;

c. La falsificación o alteración de documentos que impidan la correcta fiscalización de los productos forestales y de fauna silvestre;

d. Ceder a terceros el uso del área materia del contrato de extracción forestal, de fauna silvestre o de reforestación;

e. Incumplir las disposiciones que dicte el Ministerio de Agricultura sobre control sanitario y de incendios forestales;

f. La eliminación de los bosques para destinar las tierras a la actividad agrícola o ganadera sin la autorización del Ministerio de Agricultura;

g. El uso de las marcas que emplee el Ministerio de Agricultura para el control de los productos forestales y de fauna silvestre;

h. Realizar operaciones o trabajos forestales o agropecuarios en la proximidad de bosques con el empleo de fuego, sin autorización del Ministerio de Agricultura;

i. Destruir o alterar los linderos, señales y mojones que implante el Ministerio de Agricultura;

j. Realizar extracciones forestales y/o de fauna silvestre sin la correspondiente autorización o efectuarla fuera de la zona autorizada, así como la transformación y comercialización de dichos productos;

k. La tala y la caza o captura, así como la comercialización interna o externa de la flora y fauna declaradas en veda;

l. La tala de árboles en estado de regeneración, los marcados para realizar estudios y como semilleros y los que no reunan los requisitos que señala el reglamento, así como su transformación y comercialización;

m. El incumplimiento de las condiciones establecidas en los contratos de extracción forestal, de fauna silvestre y de reforestación;

n. No iniciar los trabajos de extracción forestal o de fauna silvestre dentro de los plazos convenidos, salvo causas de fuerza mayor debidamente verificadas por el Ministerio de Agricultura;

o. Impedir el libre ingreso al personal autorizado del Ministerio de Agricultura a la zona de extracción forestal o de fauna silvestre;

p. La extracción de productos forestales en volúmenes superiores a los señalados en el contrato;

q. Ocasionar la muerte de árboles productoras de goma, resinas o sustancias análogas, por negligencia y/o abuso en la explotación;

r. El mantenimiento de animales vivos en instalaciones que no reunan condiciones de higiene y salubridad;

s. El incumplimiento de las disposiciones relativas a vedas temporales sexo, edad, tamaño y número de animales silvestres cazados o capturados; calendarios de caza; medios empleados para caza o captura; y conservación de la fauna silvestre en los Parques, Reservas y Santuarios Nacionales, así como la destrucción de nidos o madrigueras;

t. La negativa de los propietarios de plantas de transformación de productos forestales y de fauna silvestre a suministrar la información que les solicite el Ministerio de Agricultura o el Ministerio de Industria y Turismo y/o impedir el libre ingreso a sus instalaciones de los funcionarios autorizados;

u. El establecimiento o ampliación de plantas de transformación de productos forestales y de fauna silvestre sin las autorizaciones a que se refiere el Artículo 67º del presente Decreto Ley.

v. La adquisición por las plantas de transformación de productos forestales o de fauna silvestre cuya extracción no haya sido autorizada;

x. La transformación y/o comercialización de los productos forestales y de fauna silvestre cuyos precios no hubieran sido cancelados al Estado; y

y. El transporte de los productos forestales y de fauna silvestre sin los documentos oficiales que los amparen.

Artículo 78º - Las infracciones señaladas en el artículo anterior serán sancionadas con una multa no menor de 1.000 soles oro ni mayor de 100.000 soles oro, teniendo en cuenta la gravedad de la infracción y el daño causado, así como la capacidad económica del infractor.

Artículo 79º - Las infracciones señaladas en el artículo 77º que constiuyan delitos sancionados por el Código Penal, serán denunciados ante la autoridad competente sin perjuicio de la aplicación de los dispuestos por el presente Decreto Ley.

Artículo 80º - Considerase como delitos sancionados por el Decreto Ley Nº 17816 la caza, captura, recolección, transformación y comercialización de ejemplares de la fauna silvestre declarada en veda por plazo indefinido asi como la posesión, transporte, transformación, comercialización o exportación de sus productos.

Artículo 81º - La reincidencia en las infracciones previstas en el artículo 77º será sancionada con una multa hasta el triple del límite máximo establecido.

Artículo 82º - En el caso de las infracciones señaladas en los incisos m) y n) del artículo 77º además de la imposición de la multa, a que hace mención el artículo 78º, se señalará un plazo para que se subsane el incumplimiento. Vencido dicho plazo, de no haberse subsanado, se procederá a la rescisión del contrato.

Artículo 83º - En el caso de una sucesiva reincidencia de la infracción señalada en el inciso t) del artículo 77º, cuando se trate de plantas de transformación de propiedad de grupos asociativos de interés social, procederá la intervención del Estado por un período de hasta un año. En caso de plantas de transformación de empresas particulares, los propietarios serán sancionados en cada reincidencia con una multa por un valor doble a la anterior.

Artículo 84º - Las infracciones señaladas en los incisos d) y q) del artículo 77º conllevarán además de la multa la rescisión del contrato.

Artículo 85º - La rescisión de un contrato de extracción forestal o de fauna silvestre inhabilita al contratista para obtener otro contrato por un periodo de 1 a 5 años según la importancia del contrato. En caso de una segunda rescisión la inhabilitación será definitiva.

Artículo 86º - Las infracciones señaladas en los incisos j), k), l),p) s), v), x), e y) del Artículo 77º conllevarán además el comiso de los productos, los que serán rematados en subasta pública, no pudiendo ser adquiridos por el o los infractores.

Artículo 87º - El Poder Ejecutivo queda facultado para actualizar periódicamente mediante Decreto Supremo, el monto de las multas establecidas.

CAPITULO II

DEL CONTROL

Artículo 88º - Corresponde al Ministerio de Agricultura dictar las normas para el control sanitario forestal y de fauna silvestre, así como para la prevención de incendios en bosques naturales y cultivados. Los titulares de los contratos de extracción forestal y de reforestación están obligados a aplicar las medidas que a este respecto señale la Dirección General Forestal y de Fauna.

Artículo 89º - Corresponde al Ministerio de Agricultura el control de la extracción de los productos forestales y de fauna silvestre en estado natural, así como de la transformación y comercialización conjuntamente con los Ministerios respectivos.

Artículo 90º - La introducción de especies exóticas de la flora y fauna silvestre en el país, requerirá autorización del Ministerio de Agricultura.

Artículo 91º - Créase la Policia Forestal del Perú como dependencia especializada de la Dirección General de la Guardia Civil del Perú, la que mantendrá relaciones técnico normativas con el Ministerio de Agricultura a través de su Dirección General Forestal y de Fauna.

Artículo 92º - La Policia Forestal tendrá, para el cumplimiento de sus funciones específicas, las atribuciones que determina el presente Decreto Ley y sus Reglamentos, además de las que su Ley Orgánica confiere a la Guardia Civil del Perú.

Artículo 93º - El Ministerio de Agricultura consignará en sus presupuestos las partidas necesarias para el funcionamiento de la Policia Forestal y los transferirá anualmente al Ministerio del Interior.

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS

PRIMERA.- Para una mejor administración de los recursos forestales y de la fauna silvestre en función a sus características ecológicas y por razones de operación, se subdividirá el territorio nacional en Distritos Forestales, que son subdivisiones de las Zonas Agrarias y dependen de la Dirección Zonal respectiva.

SEGUNDA.- La jurisdicción, organización y funciones de los Distritos Forestales, serán señaladas en el Reglamento.

TERCERA.- Compete al Fuero Agrario conocer las acciones reales, personales y mixtas, derivadas de los contratos de exploración, de extracción forestal, de fauna silvestre y de reforestación.

CUARTA .- El Ministerio de Agricultura llevará el Registro General Forestal y de Fauna Silvestre. El Reglamento establecerá las disposiciones legales sobre su organización y funcionamiento.

QUINTA .- Modifícase los Artículos 3º y 23º del Decreto Ley Nº 21022 Ley Orgánica del Sector Agrario en la forma siguiente:

"Artículo 3º - Compete al Sector Agrario el planeamiento, la ejecución y el control del proceso de Reforma Agraria, el incremento del área agrícola, la administración y conservación de los suelos, recursos hídricos, forestales y de la fauna silvestre, la transformación de los productos forestales; así como el planeamiento, dirección, fomento y control de la producción agrícola no alimentaria".

Artículo 23º - La Dirección General Forestal y de Fauna tiene a su cargo la preservación, la conservación y uso de los recursos forestales y de la fauna silvestre, así como la transformación de sus productos".

SEXTA.- Declárase en estado de reorganización la Dirección General Forestal y de Fauna del Ministerio de Agricultura, la que tendrá lugar dentro del término de 90 días y facúltase a dicho Ministerio a organizar los Distritos Forestales y establecer Sub Direcciones Forestales y de Fauna cuando la importancia de las actividades forestales y de fauna silvestre en las Zonas Agrarias así lo justifique.

SETIMA.- Con el fin de desarrollar una tecnologia propia y brindar la asistencia necesaria en investigación forestal, el Estado asegurará los medios necesarios para implementar la investigación forestal en el Ministerio de Agricultura y en el Sistema de la Universidad Peruana.

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

PRIMERA.- Las licencias y contratos de exploración y extracción de los recursos forestales y de la fauna silvestre vigentes a la publicación del presente Decreto Ley se adecuarán a las condiciones establecidas por el presente Decreto Ley y su Reglamento en un plazo no mayor de un año.

SEGUNDA.- Los procedimientos de carácter administrativo que no hayan concluido se sujetarán a las disposiciones establecidas en el presente Decreto Ley, a partir del trámite que se encuentre pendiente a la fecha de su vigencia excepto los términos que hubiesen comenzado a correr antes de

ésta, a los que se aplicarán las normas más favorables a los interesados.

DISPOSICION FINAL

Derógase el Decreto Ley Nº 14552 y, asimismo derógase, modifícase o déjase en suspenso, en su caso, las disposiciones legales y administrativas que se opongan al cumplimiento del presente Decreto Ley.

Dado en la Casa de Gobierno, en Lima, a los trece dias del mes de mayo de mil novecientos setenta y cinco.

General de División EP JUAN VELASCO ALVARADO, Presidente de la República.

General de División EP FRANCISCO MORALES BERMUDEZ CERRUTTI, Presidente del Consejo de Ministros y Ministro de Guerra.

Teniente General FAP ROLANDO GILARDI RODRIGUEZ, Ministro de Aeronautica.

Vice Almirante AP GUILLERMO FAURA GRAIG, Ministro de Marina.

General de División EP JORGE FERNANDEZ MALDONADO SOLARI, Ministro de Energía y Minas.

General de División EP JAVIER TANTALEAN VANINI, Ministro de Pesquería

Vicealmirante AP AUGUSTO GALVEZ VELARDE, Ministro de Vivienda y Construcción.

Teniente General FAP DANTE POGGI MORAN, Ministro de Trabajo. Encargado de la Cartera de Salud.

General de División EP ENRIQUE GALLEGOS VENERO, Ministro de Agricultura.

General de División EP PEDRO RICHTER PRADA, Ministro del Interior, Encargado de la Cartera de Relaciones Exteriores.

Contralmirante AP ALBERTO JIMENEZ DE LUCIO, Ministro de Industria y Turismo.

General de Brigada EP AMILCAR VARGAS GAVILANO, Ministro de Economia y Finanzas.

General de Brigada EP RAFAEL HOYOS RUBIO, Ministro de Alimentación, Encargado de la Cartera de Comercio.

General de Brigada EP RAUL MENESES ARATA, Ministro de Transportes y

Comunicaciones.

General de Brigada EP RAMON MIRANDA AMPUERO, Ministro de Educación.

POR TANTO:

Mando se publique y cumpla.

Lima, 13 de Mayo de 1.975.

General de División EP JUAN VELASCO ALVARADO.

General de División EP FRANCISCO MORALES BERMUDEZ CERRUTTI.

Teniente General FAP ROLANDO GILARDI RODRIGUEZ.

Vice Almirante AP GUILLERMO FAURA GAIG.

General de División EP ENRIQUE GALLEGOS VENERO.

C O N T E N I D O

2.5.1.3 Parque Nacional Manu

2.5.1.4 Parque Nacional Sol y Campo

2.5.1.5 Parque Nacional de Tingo María

2.5.2 Reservas Nacionais

2.5.2.1 Pampa Galeras

2.5.2.2 Lago de Junín

2.5.3 Santuarios Nacionales

2.5.3.1 De Chacamarca

2.5.3.2 De Huayllay

2.5.3.3 De Lachay (Proyecto)

3.0 DISPOSITIVOS LEGALES REFERENTES A LA FAUNA BAJO JURISDICCION DEL SECTOR PESQUERO

3.1 Acuerdos Internacionales

3.2 Dispositivos Generales

3.3 De la Pesca

3.3.1 En Aguas Marinas

3.3.2 En Aguas Continentales

3.4 Especies Protegidas

3.4.1 Anchoveta

3.4.2 Bonito

3.4.3 Camarón de río

3.4.4 Concha de abanico

3.4.5 Corvina

3.4.6 Merlín

3.4.7 Ostión de río

3.4.8 Paiche

3.4.9 Pez vela

3.4.10 Rana

3.4.11 Suchi

3.4.12 Trucha

3.5 Areas Reservadas

3.5.1 Islas Guaneras

3.5.2 Lagunas

3.5.2.1 De Langui-Layo

3.5.2.2 De Arapa

3.5.3 Lagos

MINISTERIO DE AGRICULTURA

DIRECCION GENERAL FORESTAL Y DE FAUNA

Dirección de Conservación

DISPOSITIVOS LEGALES REFERENTES AL RECURSO SILVESTRE EN EL PERU

COMPILADO POR:

BLGO. Richard Bustamante Morote

Jefe de Equipo de Legislación y Control.

Lima, Mayo de 1975.

3.5.3.1 De Quistococha
3.5.3.2 De Rimachi

3.5.4 Ríos
3.5.4.1 Mazán
3.5.4.2 Pacaya
3.5.4.3 Samiria
3.5.4.4 Tamayo

1.0 INTRODUCCION

En el Perú existen numerosos dispositivos legales que amparan nuestra flora y fauna silvestre, éstas datan de muchos años atrás.

En el presente trabajo no pretendemos darlos a conocer en su integridad, sino que en una primera aproximación hemos recopilado al márgen de nuestras posibilidades la mayoría de los dispositivos y de los cuales damos más adelante una lista breve.

Quedará para un futuro trabajo el completar esta colección a fin de alcanzar nuestras metas trazadas y publicar un Volúmen completo de los dispositivos legales referentes a flora y fauna silvestres.

2.0 DISPOSITIVOS LEGALES REFERENTES A LA FAUNA BAJO JURISDICCION DEL SECTOR AGRARIO

2.1 Acuerdos y Convenios Internacionales

- Protección de la Flora, Fauna y Bellezas Escénicas, el Perú ratificó su participación el 22.02.46. Convención de Washington, 12.10.40.

- Convenio entre el Perú y Bolivia (Lima, 15 de junio de 1948). Sanidad, Caza, Pesca y Forestación.

- Convenio del Pacífico Sur entre los países de Ecuador, Chile y Perú (Santiago de Chile, 18 de agosto de 1.962). Reglamenta la vigilancia y control de caza de cetáceos.

- Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Flora y Fauna Silvestre. (Washington, 2 de marzo de 1973).- El Perú aprobó la misma por D.L. Nº 21.080 del 20 de Enero de 1975.

2.2 Dispositivos Generales

- Decreto Supremo Nº 08 (9 de marzo de 1949).-Se encarga al

Ministerio de Agricultura a organizar dentro de la Dirección de Pesqueria la División de Caza.

- Decreto Supremo Nº 52 (10 de Setiembre de 1949)
  Se realiza la Estructuración de la Dirección de Pesquería y Caza.

- Resolución Suprema Nº 0021 (7 de Febrero de 1950).
  Se encarga a la Dirección de Pesquería y Caza velar por la Conservación y protección de la vida silvestre.

- Resolución Suprema (15 de Febrero de 1962).- Se crea una Comisión de Protección a los animales.

- Decreto Supremo Nº 12-F (27 de Abril de 1962).- Se crea la Oficina Nacional de Evaluación de Recursos Naturales (ONERN) dependiente del Ministerio de Fomento y Obras Públicas.

- Decreto Supremo Aclaratorio ONERN (10 de Octubre de 1962)
  Autonomia para cumplir sus fines.

- Resolución Suprema (10 de Octubre de 1962)
  Reglamento de la ONERN

- Decreto Ley Nº 14373 (12 de Enero de 1963)
  Se declara el paso de la ONER al Instituto Nacional de Planificación.

- Decreto Ley Nº 14552 (11 de Julio de 1963)
  Se crea el Servicio de Forestal y Caza encargado del aprovechamiento racional y permanente de los Bosques y Terrenos Forestales de la Nación, así como de la vida Silvestre, conservando y fomentando la Fauna Silvestre.

- Resolución Suprema Nº 490-A (1963)
  Se aprueba el Reglamento de la Ley 14552 que normará el aspecto administrativo.

- Ley Nº 16726 (16 de Noviembre de 1967)
  Capítulo VI Protección de la Fauna Silvestre.

- Reglamento de la Ley Nº 16726 (1967)
  Se determina diversas Unidades de Conservación.

- Decreto Ley Nº 19600 (21 de Noviembre de 1972)
  Ley Orgánica del Sector Agrario. DEROGADA.

- Decreto Ley Nº 21022 (17 de Diciembre de 1974)
  Ley Orgánica del Sector Agrario. ACTUAL VIGENCIA.

- Decreto Ley Nº 21147 (13 de Mayo de 1975)
  Ley Forestal y de Fauna Silvestre

2.3 Dispositivos legales sobre Fauna Silvestre

2.3.1 Administración y Control

2.3.1.1 Caza Científica

- Resolución Ministerial Nº 0537-74-AG(25 de Febrero de 1974) Reglamenta y regula los alcances del Art. 6º del D.S.934-73-AG.

2.3.1.2 Caza Deportiva

- Estatuto de la Federación de Caza y Pesca Deportiva.

2.3.1.3 Cazadores

- Resolución Suprema Nº 299 (29 de Setiembre de 1952)
  Obligación de cazadores y comerciantes en pieles a inscribirse en el Registro de la Dirección de Pesquería y Caza del Ministerio de Agricultura.

- Decreto Supremo (30 de Junio de 1964)
  Sobre el uso de armas por los habitantes rurales de las zonas selváticas.

- Reglamento del D.S. 30.06.64
  Otorgamiento de Licencias

- Decreto Supremo (9 de Mayo de 1966)
  Modificando el Reglamento de control de armas, municiones y explosivos de uso civil.

2.3.1.4 Abigeato

- Ley Nº 10202 (30 de Diciembre de 1944)
  Represión del delito de abigeato.

2.3.1.5 Decomisos

- Constitución del Estado Parte del Código de Aduanas Art. 548º y 560º; Ley 7 de Enero de 1896. Contrabando y penas de Decomiso Arts.1º y 2º.

- Decreto Supremo (25 de Junio de 1949)
  Participación de los sercidores públicos en el producto de los contrabandos que ellos denuncien.

- Decreto Supremo Nº 0043 (15 de Diciembre de 1954)
  Participación de los Funcionarios Públicos en el contrabando y decomiso de pieles o lana de vicuña que ellos denuncien.

2.3.1.6 - Exportación

- Ley Nº 8532 (25 de Abril de 1937)
  Impuesto que deben pagar las pieles de los animales silvestres.

- Ley Nº 10268 (15 de Octubre de 1945)
  Se destina el importe recaudado del impuesto por Leyes 2275 y 8532 a la Sociedad de Beneficiencia Pública de Loreto.

- Resolución Suprema Nº65 (17 de Enero de 1945)
  Sellado de pieles de alpaca, llama, ovinos, zorro y vizcacha y otros animales excepto: vicuña, guanaco y chinchilla.

2.3.1.7 Impuestos

- Ley Nº 10268 (15 de Octubre de 1945)
  Sobre la distribución del Impuesto por leyes 2275 y 8532 a la Sociedad de Beneficiencia Pública de Loreto.

2.3.1.8 Inspecciones

- Resolución Ministerial Nº 2364 (20 de Setiembre de 1963)
  Sobre las inspecciones periódicas por personal del Servicio de Forestal y Caza a los Establecimientos dedicados al comercio e industrialización de productos de la caza.

2.3.1.9 Multas

- Resolución Ministerial Nº 2500 (25 de Noviembre de 1955)
  Efectividad de las Multas por los Servicios Regionales de Agricultura.

2.3.1.10 Prevención Sanitaria

- Resolución Suprema Nº 148 (6 de abril de 1962).
  Medidas de prevención sanitaria y tarifas de importación y exportación de animales, productos y subproductos de origen animal.

2.3.2 Conservación

2.3.2.1 Veda Indefinida

- Resolución Ministerial 5056-70-AG(27 de Noviembre de 1970).
  Declaración de veda indefinida de 13 especies de vida silvestre.

- Decreto Supremo Nº 934-73-AG(3 de Octubre de 1973).
  Veda por tiempo indefinido de todas las especies de animales silvestres excepto 15 especies, siempre y cuando éstas sean destinadas al consumo humano.

- Resolución Ministerial Nº 4124-73-AG (22 de Octubre de 1973).
  Realización de un Inventario detallado de especies y calidad existentes de animales silvestres vivos y de cueros y pieles de los comerciantes registrados en las Direcciones Zonales.

- Instrucciones (22 de Octubre de 1973)
  Para la aplicación del D.S. 934-73-AG (03 de octubre de 1973) y R.M. 4124-73-AG.

- Decreto Supremo Nº 1191-74-AG (20 de Noviembre de 1974)
  Se modifica el Art.6º del D.S. 934-73-AG.

2.3.2.2 Veda Temporal

- Resolución Suprema Nº 236 (4 de Junio de 1951)
  Se establece épocas de veda para la costa, sierra y selva.

- Resolución Ministerial Nº 2925 (03 de Diciembre de 1951).
  Medidas de comercialización de pieles de animales silvestres durante el período de veda para la caza de dichos animales.

- Resolución Ministerial Nº 1448 (27 de Mayo de 1953).
  Se modifica la R.M. 2925 del 03.12.51.

2.4 Especies Protegidas

2.4.1 Alpaca

- Resolución Suprema (22 de Julio de 1931)

2.4.2 Chinchilla

- Decreto Supremo Nº 5 (04 de Enero de 1940)
  Se prohibe la caza de la chinchilla y se establecen criaderos.

- Ley Nº 9147 (14 de Junio de 1940)
  Se prohibe la caza de chinchilla, vicuña y guanaco

- Ley Nº 14161 (23 de Junio de 1962)
  Se modifica el Art. 4º de la Ley Nº 9147.

2.4.3 Guanaco

- Ley Nº 9147 (14 de Junio de 1940)
  Se prohibe la caza de chinchilla, vicuña y guanaco.

- Ley Nº 14161 (23 de Junio de 1962)
  Se modifica el Art. 4º de la Ley Nº 9147.

2.4.4 Lagartos

- Resolución Suprema Nº 214 (15 de Mayo de 1946)
  Se prohibe la caza del lagarto en zonas reservadas para la crianza y explotación del paiche.

- Decreto Supremo Nº 1171 (20 de Diciembre de 1946)
  Explotación industrial del lagarto. DEROGADA.

- Resolución Suprema Nº 343 (16 de Octubre de 1950)
  Se prohibe la caza de lagartos en los rios de la Costa Norte del Perú.

- Decreto Supremo Nº 070 (16 de Noviembre de 1950)
  Explotación Industrial del Lagarto y el Otorgamiento de permisos provisionales para cazar e industrializar lagartos.

- Resolución Ministerial Nº 1813 (17 de Noviembre de 1950)
  Se fija el tamaño para la caza de lagarto.

- Decreto Supremo Nº (17 de Junio de 1955)
  Sobre la exportación de pieles de lagarto.

- Resolución Ministerial Nº 2525 (18 de Noviembre de 1955)
  Se fija el tamaño para la explotación del lagarto blanco

2.4.5 Lobos Marinos

- Decreto Supremo (24 de Enero de 1934)
  Se prohibe la caza de lobos marinos y la pesca de ballenas.

- Decreto Supremo Nº 453 (09 de Julio de 1946)
  De las condiciones para obtener permisos para cazar e industrializar lobos marinos.

- Decreto Supremo Nº 11 (19 de Noviembre de 1958)
  Se prohibe la caza de lobos marinos y la posesión, comercio e industrialización de sus productos.

- Decreto Supremo Nº 22 (27 de Diciembre de 1.961)
  Referente a las multas que se impónen.

- Resolución Ministerial Nº 954 (31 de Marzo de 1964)
  Se prohibe la caza de lobos marinos de uno y dos pelos así como la industrialización de sus pieles.

2.4.6 Vicuña

- Oficio del Marqués de Rocafuerte (22 de Noviembre de 1768)
  A quienes las recogen, que las trasquilen y no las maten

a a fín de que no se extingan.

- Decreto de Bolívar (5 de Julio de 1825)
  Se prohibe la caza de vicuña

- Decreto Supremo (8 de Octubre de 1920)
  Se prohibe la comercialización de los productos de la vicuña.

- Decreto Supremo Nº 83 (9 de Abril de 1926)
  Se prohibe la exportación de lanas de vicuña.

- Resolución Ministerial (16 de Diciembre de 1920)
  Disposiciones complementarias al D.S. del 08.10.20.

- Resolución Duprema (8 de Marzo de 1933)
  Se podrá realizar la exportación de vicuña bajo ciertas restricciones y con participación directa del estado.

- Decreto Supremo Nº 26 (31 de Enero de 1936)
  Sobre la crianza y explotación de la vicuña

- Ley Nº 9147 (14 de Junio de 1940)
  Se prohibe la caza de vicuña, chinchilla y guanaco.
  Vigente solo en parte de acuerdo al D.L. 17816.

- Ley Nº 10189 (22 de Febrero de 1945)
  Mejoramiento de los Auquénidos y el impuesto que gravará toda clase de lanas.

- Decreto Supremo (29 de Agosto de 1945)
  Premia al Presbítero Juan Pablo Cabrera, que por primera vez obtuvo paco-vicuñas en Ayapata, Macusani.

- Decreto Supremo Nº 0043 (15 de Diciembre de 1954)
  Se estimulará económicamente a las personas que denuncien contrabando de lanas de vicuña.

- Ley Nº 13516 (Publicada en el Peruano, 24.02.61)
  El producto proveniente de la aplicación del D.S. del 31.0.36 constituíra rentas de la Universidad Técnica del Altiplano.

- Expediente Nº 3133-A J/1961 (25 de Setiembre de 1961)
  Recomendaciones de las medidas precisas de la Ley 9147.

- Decreto Supremo Nº 16 (29 de Setiembre de 1961)
  Distribución del monto líquido proveniente de los decomisos de pieles, lanas y tejidos de vicuña incautados.

- Ley Nº 14161 (23 de Junio de 1962)
  Modifica el Art. 4º de la Ley Nº 9147.

- Decreto Ley Nº 17816 (16 de Setiembre de 1969)
  Protección íntegra de la vicuña, se prohibe la caza por 10 años además de la exportación e importación interna de pieles de vicuña así también de los productos manufacturados.

- Convenio entre el Gobierno de la República de Bolívia y el Gobierno de la República del Perú para la conservación de la Vicuña.
  Suscrito en La Paz, el 16 de Agosto de 1969.

2.5 Dispositivos Legales sobre Unidades de Conservación

2.5.1 Parques Nacionales

2.5.1.1 Parque Nacional de Cutervo

- Ley Nº 13694 (8 de Setiembre de 1961)
  Se crea el Parque Nacional de Cutervo en la Provincia de Cajamarca.

- Resolución Ministerial Nº 0447 (31 de Mayo de 1968).
  Se prohibe la tala de árboles y caza de animales silvestres en el Parque Nacionalde Cutervo

2.5.1.2 Parque Nacional de Huascarán

- Proyecto de Ley Nº aprobado en la Cámara de Senadores (10 de Diciembre de 1960)
  Para la creación del Parque Nacional Huascarán en la provincia de Yungay, Departamento de Ancash.

- Resolución Ministerial Nº 101
  Se prohibe la tala de árboles y vegetación;además la caza de animales silvestres en el Parque Nacional Huascarán (Cordillera Blanca).

2.5.1.3 Parque Nacional Manu

- Decreto Supremo Nº 005-68-AG (7 de Marzo de 1968)
  Se reserva el área para establecer el Gran Parque Nacional del Manu.

- Decreto Supremo Nº 644-73-AG (29 de Mayo de 1973)
  Se establece el Parque Nacional del Manu en las provincias Manu y Paucartambo de los Departamentos de Madre de Dios y Cuzco.

2.5.1.4 Parque Nacional Sol y Campo

- Ley Nº 15566 (14 de Mayo de 1965)
  Se establece el Parque Nacional Sol y Campo en el Valle del Rimac, Carretera Central Km. 44 al 52.

2.5.1.5 Parque Nacional de Tingo Maria

- Decreto Supremo Nº 61 (16 de Octubre de 1950)
  Se declara Reserva Nacional "Cueva de lechuzas" en la Región de Tingo María, Departamento de Huánuco.

- Ley Nº 15574 (14 de Mayo de 1965)
  Se crea el Parque Nacional en la ciudad de Tingo María, Provincia de Leoncio Prado, Departamento de Huánuco con las zonas naturales "Bella Durmiente" y "Cuevas de lechuzas".

2.5.2 Reservas Nacionales

2.5.2.1 Pampa Galeras

- Resolución Suprema Nº 157-A (18 de Mayo de 1967)
  Se establece la Reserva Nacional de Vicuñas en Pampa Galeras, Provincia de Lucanas, Departamento de Ayacucho.

2.5.2.2 Lago de Junín

- Decreto Supremo Nº 0750-74-AG(7 de Agosto de 1974)
  Se establece la Reserva Nacional de Junín, provincias de Junín y Pasco de los Departamentos respectivos.

2.5.3 Santuarios Nacionales

2.5.3.1 Santuario Nacional de Chacamarca

- Decreto Supremo Nº 0750-74-AG (7 de Agosto de 1974)
  Se establece el Santuario Patriótico Nacional de Chacamarca, Provincia de Junín, Departamento de Junín.

2.5.3.2 Santuario Nacional de Huayllay

- Decreto Supremo Nº 0750-74-AG (07 de Agosto de 1974)
  Se establece el Santuario Nacional de Hauyllay en la Provincia de Pasco, Departamento de Pasco.

2.5.3.3 Santuario Nacional de Lachay (PROYECTO)

- Ley Nº 6268 (31 de Octubre de 1928)
  Se declaran propiedad del Estado todas las Lomas de la Costa (Lachay y otras).

- Ley Nº 9358)14 de Marzo de 1941)
  Se deroga el Art. 2º de la Ley anterior, además se reconoce los títulos de propiedad a particulares previos a la dación de la presente Ley.

3.0 DISPOSITIVOS LEGALES REFERENTES A LA FAUNA BAJO JURISDICCION DEL SECTOR PESQUERO

3.1 Acuerdos Internacionales

- Resolución Suprema Nº 175 (3 de Junio de 1953)
  Ministerio de Agricultura-Servicio de Pesquería
  "Explotación y Conservación de las Riquezas Marítimas del Pacífico Sur"
  Firmadas en Santiago de Chile el 18 de Agosto de 1952 por los países de Chile, Ecuador y Perú.

- Decreto Supremo Nº 012 (5 de Diciembre de 1958)
  Sobre las Actividades de Pesca comercial se establecen horas y límites para realizar dicha actividad extractiva.

3.2 Dispositivos Generales

- Decreto Supremo Nº 545 (2 de Julio de 1943)

Centralización de las Actividades relacionadas con la Industria Pesquera en el Ministerio de Agricultura.

- Resolución Ministerial Nº 444 (30 de Abril de 1947)
  Se faculta a la Dirección de Pesquería del Ministerio de Agricultura establecer épocas de veda en todos los recursos agrícolas de la República.

- Decreto Supremo Nº 8 (9 de Marzo de 1949)
  Se encarga a la Dirección de Pesquería del Ministerio de Agricultura a que se llamará Dirección de Pesquería y Caza el Control y Reglamentación de dichas actividades en la República.

- Decreto Supremo Nº 51 (10 de Setiembre de 1949)
  Sobre la atribución exclusiva de la Dirección de Pesquería y Caza a intervenir en todo lo concerniente a la pesca, caza y sus industrias.

3.3 De la Pesca

3.3.1 En Aguas Marinas

- Decreto Ley Nº 10932 (17 de Diciembre de 1948)
  Sobre la pesca con materias explosivas y con sustancias venenosas.

- Decreto Supremo Nº 041 (20 de Agosto de 1954)
  Se encarga al Ministerio de Marina y Hacienda la vigilancia y control de las actividades de pesca en el mar.

- Decreto Supremo (5 de Enero de 1956)
  Reglamento para otorgar permisos de Pesca a Barcos Extranjeros en Aguas Jurisdiccionales del Perú.

3.3.2 En Aguas Continentales

- Ley Nº 8002 (20 de Febrero de 1935)
  Se prohibe el empleo de materias explosivas y sustancias tóxicas para la pesca en los rios, mares y lagos.

- Ley Nº 8543 (04 de Junio de 1937)
  De las sanciones a los infractores por uso de materias explosivas y sustancias tóxicas.

- Resolución Ministerial Nº 2398 (10 de Junio de 1961)
  De la prohibición temporal del uso de redes agalleras en el Lago Titicaca.

3.4 Especies protegidas

3.4.1 Anchoveta

- Decreto Supremo Nº 11 (29 de Agosto de 1962)
  Del otorgamiento por R.M.del Ministerio de Agricultura para el funcionamiento de Fábricas de Harina de Pescado

- Reglamento del Decreto Supremo Nº 11
  De los requisitos para el Otorgamiento de Licencias.

- Decreto Supremo Nº 5 (17 de Febrero de 1965)
  De la captura de la anchoveta.

- Decreto Supremo Nº 14 (23 de Abril de 1965)
  Suspensión del otorgamiento de Licencias y Ampliaciones de Fábricas de Harina de pescado.

3.4.2 Bonito

- Resolución Suprema Nº 020 (25 de Enero de 1956)
  Se prohibe la pesca de chauchilla con fines industriales.

3.4.3 Camarón de río

- Resolución Ministerial Nº 1785(14 de Noviembre de 1950)
  Veda temporal anual del camarón de río (Bythinis caementarius) y tamaño de extracción durante la época de explotación.

- Resolución Ministerial Nº 2917(29 de Noviembre de 1951)
  Se prohibe la comercialización e industrialización de la cola cocida o seca del camarón.

- Decreto Supremo Nº 42 (29 de Setiembre de 1952)
  Del otorgamiento de Permisos para la pesca del camarón de río por la Dirección de Pesquería y Caza.

- Resolución Ministerial Nº 414 (10 de Febrero de 1953)
  Reglamento de pesca y comercio del camarón de río.

- Resolución Ministerial Nº 589 (29 de Marzo de 1965)
  Veda temporal del camarón de río (Cryphiops caementarius).

3.4.4 Concha de abanico

- Resolución Ministerial Nº 1125 (13 de Mayo de 1958)
  Del tamaño de extracción de las "conchas de abanico" (Pecten purpuratus) en la zona marítima del Callao.

- Resolución Ministerial Nº 3886 (26 de Julio de 1962)
  De la ampliación a las demás zonas pesqueras del litoral los efectos de la R.M. Nº 1125.

3.4.5 Corvina

- Resolución Directoral Nº 25 (29 de Abril de 1953)
  Del tamaño de extracción de la "corvina" (Sciaena gilberti).

3.4.6 Merlín

- Resolución Suprema Nº 18 (27 de Febrero de 1957)
  De la pesca del "merlín negro" (Makaira marlina) con fines deportivos, licencias, multas, etc.

3.4.7 Ostión de río

- Decreto Supremo Nº 03 (30 de Diciembre de 1940)
  Se encarga al Estado de la explotación y comercialización del "ostión de río" en la Región del Oriente.

3.4.8 Paiche

- Resolución Ministerial Nº 500 (10 de Abril de 1943)
  Se prohibe la pesca del "paiche" (Arapaima gigas)

3.4.9 Pez vela

- Resolución Suprema Nº 18 (27 de Febrero de 1957)
  De la pesca del "pez vela" (Istiophorus greyi) con fines deportivos. Otorgamiento de Licencias.Multas. Otros

3.4.10 Rana

- Resolución Suprema Nº 208 (16 de Noviembre de 1956)
  Permiso para pescar ranas con fines comerciales. DEROGADA.

- Resolución Suprema Nº 592 (15 de Octubre de 1964)
  Se modifica la anterior Resolución, sobre la libre pes-

3.4.10 ca bajo ciertas restricciones en cuanto a tamaño de la "rana" (Bactrachophrynus macrostomus). VIGENTE.

3.4.11 Suchi

-Ley Nº 14632 (27 de Agosto de 1963)
Se crea una Estación Experimental de Piscicultura para el estudio, cría y propagación del "suchi" (Trichomyoterus dispar).

3.4.12 Trucha

- Decreto Supremo Nº 10 (2 de Marzo de 1935)
Del establecimiento de criaderos y viveros de peces y la reglamentación dictada para el departamento de Junín se haga extensivo a los demás departmantos de la República.

- Resolución Directoral (2 de Julio de 1956)
Se prohibe la pesca de trucha en la provincia de Castrovirreyna.

- Decreto Supremo Nº 09 (16 de Noviembre de 1956)
Se reglamenta la pesca deportiva y comercial de la "trucha".

- Resolución Ministerial Nº 859 (10 de Abril de 1957)
Sobre la explotación de la "trucha" en la Laguna de Paca.

- Resolución Ministerial Nº 2234 (19 de Agosto de 1957)
Se fijan bases para la Licitación Pública de la Explotación de la "trucha" en aguas públicas.

- Resolución Ministerial Nº 2398 (10 de Julio de 1961)
Se prohibe el uso de redes agalleras para la pesca.

- Decreto Supremo Nº 1 (14 de Febrero de 1964)
Se permite la pesca libre de "trucha arco iris" en aguas públicas excepto en las sujetas a veda por el Servicio de Pesquería. Se fija el tamaño de extracción Se prohibe el uso de explosivos. Se establecen multas.

- Resolución Suprema Nº 803 (1º de Julio de 1965)
Veda temporal de pesca de trucha en la Hoya del Titicaca.

- Resolución Ministerial Nº 721 (25 de Mayo de 1966)
  Se exceptúa la pesca con fines de alimentación y deportiva.

3.5 Areas Reservadas

3.5.1 Islas Guaneras

- Decreto Supremo Nº 52 (30 de Setiembre de 1965)
  Veda permanente para la pesca industrial de anchoveta en un radio de 10 millas alrededor de las Islas: Guañape, Chincha y La Vieja.

3.5.2 Lagunas

3.5.2.1 De Langui-Layo

- Ley Nº 14632 (27 de Agosto de 1963)
  Se crea una Estación Experimental de Piscicultura para el estudio cria y propagación del suchi. Zona Reservada.

3.5.2.2 De Arapa

- Resolución Directoral Nº 15-01-(28 de Enero de 1964)
  Se prohibe la pesca en la Laguna Arapa por embarcaciones procedentes del Lago Titicaca.

3.5.3 Lagos

3.5.3.1 Quistococha

- Resolución Suprema Nº 0134 (16 de Agosto de 1956)
  Se declara Zona Reservada el Lago Quistococha Provincia de Maynas, Departamento de Loreto; para la crianza de "paiche".

3.5.3.2 Rimachi

- Resolución Suprema Nº 1231 (19 de Noviembre de 1945)
  Se declara Zona Reservada para la crianza y pesca del "paiche" por el estado el Lago Rimachi situado entre los ríos Morona y Pastaza en la Provincia del Alto Amazonas, Departamento de Loreto.

3.5.4 Rios

3.5.4.1 Mazán

- Resolución Suprema Nº262 (10 de Junio de 1965)
  Se declara Zona Reservada para el Estado el Sistema Hidrográfico del río Mazán hasta la desembocadura con el río Napo.

3.5.4.2 Pacaya

- Resolución Suprema Nº68(12 de Junio de 1940)
  Se declara Zona Reservada para la multiplicación y cría artificial de "paiche" el área fluvial del río Pacaya.

- Decreto Supremo Nº 210-68-AG (10 de Octubre de 1968)
  Se reserva la Cuenca del río Pacaya desde sus nacientes para el establecimiento de la Reserva Nacional del Pacaya en el departamento de Loreto.

3.5.4.3 Samiria

- Resolución Suprema Nº 877 (23 de Octubre de 1944)
  Se declara Zona Reservada para la pesca del "paiche" el Sistema Hidrográfico del río Samiria.

- Resolución Suprema Nº 217 (15 de Mayo de 1946)
  Se amplía las Zonas Reservadas para la crianza y explotación del "paiche" todo el Sistema Hidrográfico del río Samiria.

- Decreto Supremo Nº 1223 (20 de Diciembre de 1946)
  Establecimiento de Puertos de Control de entrada y salida a las Zonas Reservadas.

- Resolución Directoral Nº 32 (14 de Marzo de 1967)

Se declara Zona de Estudio el área que comprende las cuencas de los rios Pacaya y Samiria del departamento de Loreto.

- Decreto Supremo Nº 210-68-AG (10 de Octubre de 1968)
  Se declara la Cuenca del río Samiria, Zona de Explotación Piloto de Pesca y Coto Fluvial de Caza del Samiria en el Departamento de Loreto.

3.5.4.4 Tamayo

- Resolución Suprema Nº 1231 (19 de Noviembre de 1945)
  Se declara Zona Reservada para la crianza del "paiche" por el estado El Sistema Hidrográfico del río Tamayo de la provincia de Coronel Portillo del Departamento de Loreto.

DOCUMENTO DA VENEZUELA

José Rafael García *

INTRODUCCION

Según el mapa Ecológico de Venezuela basado en el Sistema de Zonas de Vida, de Holdridge, Venezuela cuenta con 271.390 Km². de Bosque Húmedo TROPICAL y el resto del país tiene las siguientes categorias:

Formación	Km.² Area	% país
Maleza desértica tropical	270	0,30
Monte espinoso tropical	9.333	1,02
Bosque muy seco tropical	26.630	2,91
Bosque seco tropical	342.660	37,60
Bosque húmedo tropical	250.580	27,50
Bosque muy húmedo tropical	20.810	2,18
Monte espinoso premontano	4.790	0,52
Bosque seco premontano	12.020	1,40
Bosque húmedo premontano	50.210	5,52
Bosque muy húmedo premontano	122.620	13,44
Bosque pluvial premontano	38.300	4,19
Bosque seco montano bajo	800	0,08
Bosque húmedo montano bajo	3.690	0,44
Bosque muy húmedo montano bajo	11.370	1,24
Bosque pluvial montano bajo	12.127	1,32
Bosque húmedo montano	180	0,01
Bosque muy húmedo montano	2.210	0,24
Bosque pluvial montano	2.180	0,23
Páramo y Páramo pluvial subalpino, Tundra pluvial alpino, Nival	1.270	0,13
Total ...	912.050	100

Sin embargo la formación de TROPICO-Húmedo más importante se encuentra situada al Sur de Venezuela y enmarcada por el Río Orinoco, el más importante y caudaloso de Venezuela con una cuenca de 918.000 Km.²

* Ingeniero Agronomo Asesor en Parques Nacionales del Ministerio de Agricultura y Cría de Venezuela.

Esta región Sur abarca una superficie de 180.145 $Km.^2$ y ocupa el Territorio Federal Amazonas y el Distrito Cedeño del Estado Bolívar.

Se encuentra localizada entre los paralelos 0º 43' y 6º de latitud Norte.

Antecedentes Históricos

El inmenso Territorio Amazonas hasta hace apenas 6 años se encontraba en un estado muy parecido a como lo encontraron los españoles cuando del descubrimiento de América. Apenas se conocían los nombres de algunos ríos y de los grupos de indígenas entre los cuales se encontraban los Makiritares, los Piarca, los Guahibos, los Panares, los Guaramos, etc., descendientes todos de los Caribes. Estos grupos indígenas tenían una economía fundada en el aprovechamiento de los recursos naturales y basada en la pesca y la caza y algunas labores de agricultura de conucos.

Con el mito de El Dorado en el Siglo XVI, los Conquistadores Españoles se aventuraron en el Territorio Amazonas y así muchas expediciones incursionaron por la extensa red fluvial y fundaron una serie de poblados entre ellos: San Fernando de Atabapo en 1758; Santa Bárbara en 1758; La Esmeralda en 1759; Solano en 1760 y San Carlos en 1760.

La Constitución Federal de 1864 crea el Territorio Amazonas y luego le fué cambiado el nombre por Territorio de Río Negro y en 1893 toma definitivamente el nombre de Territorio Federal Amazonas. Su capital tradicional fué San Fernando de Atabopo hasta 1928 cuando fué trasladada a Puerto Ayacucho situado hacia el Norte sobre el Río Orinoco.

Características de la Región Sur

Esta región Sur es la que corresponde a la Región Amazónica en Venezuela motivo de esta reunión.

Las características sobresalientes de la región son las siguientes:

a) Población. Tiene el índice de población más bajo del país. Su población es de 50.000 habitantes de los cuales el 40% es formada

por grupos indígenas. Su densidad es de 0,2 habitantaes por Km^2.

b) Hidrografía. Las tierras de la región sur son drenadas por una red importante de ríos entre los cuales se encuentran el Río Orinoco, Ventuari, Río Negro, Caño Casiquiare y muchos otros. Se ha estudiado un potencial hídrico de 20 millones de KW.

c) Orografía. La parte central es la más abrupta y en ella se encuentran numerosas montañas que sobrepasan alturas de 2.000 m/s/m.

d) Vegetación. Este aspecto es uno de los más resaltantes, ya que es en esta zona donde existe la mayor masa homogénea de bosque húmedo tropical de Venezuela en una extensión de 150.000 Km^2.

e) Clima. La temperatura media anual sobrepasa los 25º C, salvo en las zonas altas donde hay un descenso de temperatura y la precipitación media anual oscila entre 2.400 m.m. y 4.000 m.m.

f) Suelos. Los suelos más representativos de la región pertenecen a los grupos de litosoles y localizados en el extremo Norte (Puerto Ayacucho-Manaplare) y Podzoles rojos-amarillos ubicados hacia el Sur.

Desarrollo de la Región Sur
o Región Amazónica.

El Gobierno de Venezuela consciente de la necesidad de atender la problemática de la Región Sur la cual ocupa el 26,2% de la superfície del país, con fecha 3 de julio de 1969 y por Resolución del Ministerio de Obras Públicas, creó la Comisión para el Desarrollo del Sur de Venezuela (CODESUR), con la finalidad de estudiar y evaluar los recursos potenciales del área con el objeto de planificar su desarrollo y ejecutar los proyectos que contribuyan al progreso económico de la Región.

Se señalarán como metas inmediatas las siguientes:

1.- Cubrir cartográfica y aerofotográficamente la Región.

2.- Realizar inventarios de recursos a gran visión especialmente en materia geológica, hidrográfica, edafológica y de vegetación

3.- Diseñar y ejecutar una infraestructura de penetración para apoyo de los estudios.

4.- Promover la revitalización de las diversas comunidades de la Región, especialmente en los aspectos de salud, educación y empleo

En base a ésto, se procedió a ejecutar las siguientes actividades:

1.- Preparación del Mapa Preliminar de la Región.

2.- Cubrimiento aerofotográfico de la Región.

3.- Inventario a gran visión de los recursos.

4.- Estudios económicos.

5.- Estudios de población y de recursos humanos.

6.- Varios estudios específicos.

7.- Atlas de la Región. Se recopiló toda la información obtenida y se publicaron 2.000 ejemplares.

Simultáneamente se elaboró un programa de obras de infraestructuras :

a) Programa de penetración terrestre.
Se construyeron 959 Km. de vías terrestres.

b) Programa de penetración fluvial.

c) Programa de edificaciones educativas y sanitarias.

d) Programa de vivienda y urbanismo.

e) Programa de centros poblados cívico-militar.

f) Programa turístico.

g) Programa de desarrollo socio-económico.

h) Programa de Cooperativas.

i) Programa de Promoción de Empresas.

j) Programa de adaptación de Búfalos.

k) Programa de agricultura experimental

l) Programa de desarrollo comunal.

m) Programa juvenil.

A mediados de 1974, fué creada una Comisión Ad-honorem la cual tu

vo como objetivo la evaluación de los programas realizados y ejecución por CODESUR desde 1969 con la finalidad de recomendar al Ministerio de Obras Públicas sobre la reorientación de las futuras actividades.

En el informe producido de la evaluación se recomendaba el dar prioridad a un programa intensivo de estudios e investigaciones de la Región Sur, a fín de obtener el conocimiento necesario para delinear alternativas de uso y manejo de los recursos.

Este nuevo enfoque implicaba la necesidad de replantear objetivos y lineamientos que se adaptasen a la realidad de la Región.

Producto de estas revisiones lo constituye un informe "Linoamientos para la Planificación y Desarrollo de la Región Sur de Venezuela".- CODESUR 1975.

En base a este nuevo órden de ideas CODESUR ha reformulado un estudio básico en dos programas principales: El de Investigación sobre Biología y de Investigaciones sobre la utilización de recursos del Territorio Federal Amazonas.

<u>Programas y sus componentes principales.</u>

Programa Bio-Ecológico.

a) Sistema agropecuario.

b) Ecosistema bosque

c) Ecosistema acuático.

Programa de Utilización de Recursos.

a) Proyecto de zonificación.

b) Proyecto de Industrialización de recursos naturales.

En la actualidad la ejecución de estos programas están funcionando y a mediano y largo plazo se tendrá suficiente información a fín de tener una base firma para planificar el futuro de la Región Sur de Venezuela.

Aunque esta parte de mi intervención no corresponde concretamente con los fines de esta reunión, me pareció conveniente informar en forma muy resumida la labor que ejecuta la Comisión Especial para el Desarrollo del Sur de Venezuela, a fin de que sea conocida la labor que el gobierno de Venezuela ejecuta en su correspondiente región amazónica.

Planificación de Unidades de Conservación.

Introducción.-

Según la legislación venezolana sobre recursos naturales renovables, se pueden decretar legalmente las siguientes áreas naturales las cuales tendrán la condición de Unidades de Conservación.

Estas áreas son las siguientes:

Parques Nacionales.

Monumentos Naturales.

Zonas Protectoras.

Reservas de Regiones Vírgenes.

Reservas Forestales.

La Ley Forestal, de Suelos y de Aguas, declara a estas áreas como de utilidad pública.

Además la Ley de Protección a la Fauna Silvestre considera las siguientes áreas:

Reservas de Fauna Silvestre.

Refugios de Fauna Silvestre.

Santuarios de Fauna Silvestre.

Administrativamente estas áreas están adscritas a la Dirección General de Recursos Naturales Renovables del Ministerio de Agricultura y Cría.

Todas estas áreas son declaradas por decreto ejecutivo en Consejo de Ministros.

Solamente con la aprobación del Congreso Nacional podrán ser derogadas o modificados estos decretos.

Unidades de Conservación en la Región Amazónica.

Venezuela cuenta solamente con una Unidad de Conservación en su región amazónica. Esta Unidad de Conservación corresponde a la Reserva Forestal de Sipapo.

INFORMACION BASICA SOBRE LA RESERVA FORESTAL
" SIPAPO"

Fué creada mediante Resolución Nº 16 de fecha 7 de enero de 1963, publicado en la Gaceta Oficial de la República de Venezuela Nº 27.044 de fecha 8 de enero de 1963.

Superficie aproximada: 1.215.500 Ha. Des esta superficie gran parte está constituida por terrenos montañosos de altas pendientes y se presentan gran cantidad de afloramientos rocosos, lo cual dificulta grandemente su accesibilidad, mientras que las zonas con mejores condiciones de suelo y vegetación se encuentran en las márgenes de los ríos en una proporción relativamente baja.

Ubicación política: Territorio Federal Amazonas, Departamento Atures y Atabapo.

Ubicación geográfica: Latitud Norte: 4º 07' 10" y 5º 45' 33".
Longitud Oeste: 66º 23' 07" y 67º 50' 13".

Precipitación promedio: 2.500 mm.

Temperatura media : 25º C.

Altura mayor : Aproximadamente 2.400 m.s.m. (Tepuy).

Con fotografias aéreas pancromáticas tomadas en 1970, se elaboró un mapa de vegetación a escala 1:50.000, siendo reducido posteriormente a escala 1:500.000, la clasificación utilizada fué la siguiente:

Bosque alto, bosque medio, bosque bajo, bosque de galería, mateza sabana, talas y afloramientos rocosos.

La superficie aproximada que ocupa dentro de la Reserva cada uno de estos tipos de vegetación es:

Tipo de Vegetación	Area	Porcentaje
Bosque alto (Ba)	262.000	21,56
Bosque medio(Bm)	525.300	43,22
Bosque bajo (Bj)	74.000	6,09
Bosque de galería (G)	11.200	0,92
Maleza (M) Sabanas (S) Talas (T)	276.000	22,71
Afloramiento rocoso (AF)	67.000	5,60
T o t a l	1.215.000	100,00

En el año 1974 se hizo un análisis comparativo de las imágenes ERTS-1 (Estudio Recursos de la Tierra por medio de Satélites), con la fotografía convencional para lo cual se tomó en cuenta el mapa hecho con fotografía convencional, las clasificaciones hechas para las imágenes de satélite se hicieron tomando en cuenta las condiciones fisiográficas, ya que el original de las imágenes de satélite presentan una escala de 1:3.369.000, sin embargo, las imágenes se trabajaron a escalas 1:500.000 y 1:250.000 debido a que el aumento de la imagen va perdiendo nitidez.

Sobre esta área existe material cartográfico y fotográfico (a diferentes escalas).

<u>Fotográficos</u> : Fotografía convencional, imágenes de satélite e imágenes de radar.

<u>Cartográficos</u>: Cartas, mapas, etc.

Accesibilidad : Por vía fluvial

Se encuentra esta Reserva bajo la administración directa del Ministerio de Agricultura y Cría, bajo la supervisión de un ingeniero Forestal encargado de la ejecución de las actividades que se programan.

Los programas realizados en la Reserva El Sipapo han sido muy pocos, más bien con carácter exploratorio, siendo entre otros los siguientes:

Inventarios forestales exploratorios en una longitud de 40 Km. de picas aproximadamente (los datos se encuentran aún sin procesar), exploraciones dendrológicas y recolección de muestras botánicas, marcación de árboles portagranos, recolección de frutos para la extracción de semillas, vuelos de reconocimiento y vigilancia.

En Venezuela una Reserva Forestal corresponde a "un área boscosa con reconocida capacidad productiva y con linderos definidos, la cual se destinará al aprovechamiento forestal racional, con base a los planes técnicos que formulen el Ejecutivo Nacional y los particulares.

Además es importante señalar que el aprovechamiento de las reservas forestales, manejadas directamente por el servicio forestal se podrá realizar mediante:

1.- Licitación de la cuota anual de explotación.

2.- Licitación de más de una cuota anual de explotación, hasta el número máximo de cuotas anuales del turno previsto en el plan de ordenación y manejo.

Una vez decretada una Reserva Forestal, el Ministerio de Agricultura y Cría procederá a determinar las áreas de dicha reserva que serán manejadas directamente por el Servicio Forestal y las que serán destinadas al manejo por particulares.

Por lo antes expuesto, se deduce que una Reserva Forestal es un área donde se efectúa explotación forestal técnicamente bajo el principio de rendimiento sostenido, o sea que se trata de una Unidad de Conserva-

ción donde se utiliza el recurso bosque sin detrimento del mismo.

De los estudios que actualmente se ejecutan en la Región Sur de Venezuela saldrán las bases para el ordenamiento del uso de la tierra y por consiguiente las diferentes áreas naturales que deberán ser decretadas Reservas Forestales, Parques Nacionales, Monumentos Naturales, Reservas de Regiones Vírgenes, Reservas de Fauna Silvestre, Refugios de Fauna Silvestre y Santuarios de Fauna Silvestre.

Parques Nacionales y Monumentos Naturales

En la Primera Reunión de Países Amazónicos sobre Parques Nacionales y Manejo de Conservación de la Blota Amazónica efectuada en Leticia, Colombia, los días 4, 5 y 6 de julio de 1975, cada país asistente propuso una lista de posibles Unidades de Conservación para la Región Amazónica.

En esa oportunidad Venezuela informó que tenía en proyecto el Parque Nacional fronterizo "Cerro de la Neblina", colindante con Brasil y en el Monumento Natural "Piedra de Cocuy", adyacente a las fronteras de Brasil y Colombia.

Estas dos áreas están en proyecto desde hace unos 20 años. La causa por la cual no se han decretado legalmente es la poca presión demográfica existente en la zona la cual las hace poco vulnerables al deterioro.

Como dijimos anteriormente, una vez concluidos los estudios de reconocimiento en la región se procederá a implementar un sistema completo de Unidades de Conservación.

Fauna Silvestre

En la actualidad no existen Unidades de Conservación en lo referente a la Fauna Silvestre. Sin embargo es importante mencionar lo siguiente

a) El 3 de mayo del corriente año el Congreso de la República decretó la Ley aprobatoria de la convención sobre comercio internacional de especies amenazadas de fauna y flora silvestres, la cual había sido firmada en Washington D.C. el 3 de marzo de 1973. Se anexa la Gaceta Oficial donde apareció publicada.

b) El 4 de abril de 1974 se decretó veda general de fauna silvestre por 2 años. Se prohibe la caza comercial y deportiva.

c) El 4 de abril de 1976, se prorrogó la veda de caza deportiva y comercial por un año.

Sin duda que estas disposiciones legales contribuyen a la protección de la fauna amazónica.

Manejo de las Unidades de Conservación.

Las normas de manejo de las Unidades Administrativas existentes en Venezuela están contempladas en la Ley Forestal, de Suelos y de Aguas y su Reglamento y en la Ley de Protección a la Fauna Silvestre.

En principio cada Unidad Administrativa tiene un Técnico Administrador y el personal subalterno técnico-administrativo de acuerdo con la importancia de cada Unidad.

Además el aspecto de vigilancia se cubre con personal militar de las Fuerzas Armadas de Cooperación o Guardia Nacional.

Este cuerpo tiene atribuciones específicas en la Ley Forestal, de Suelos y de Aguas que le confieren la guardería de los recursos naturales renovables.

En el caso de los Parques Nacionales se cuenta con Guardaparques civiles que colaboran en la vigilancia de estas Unidades.

Estructura Administrativa

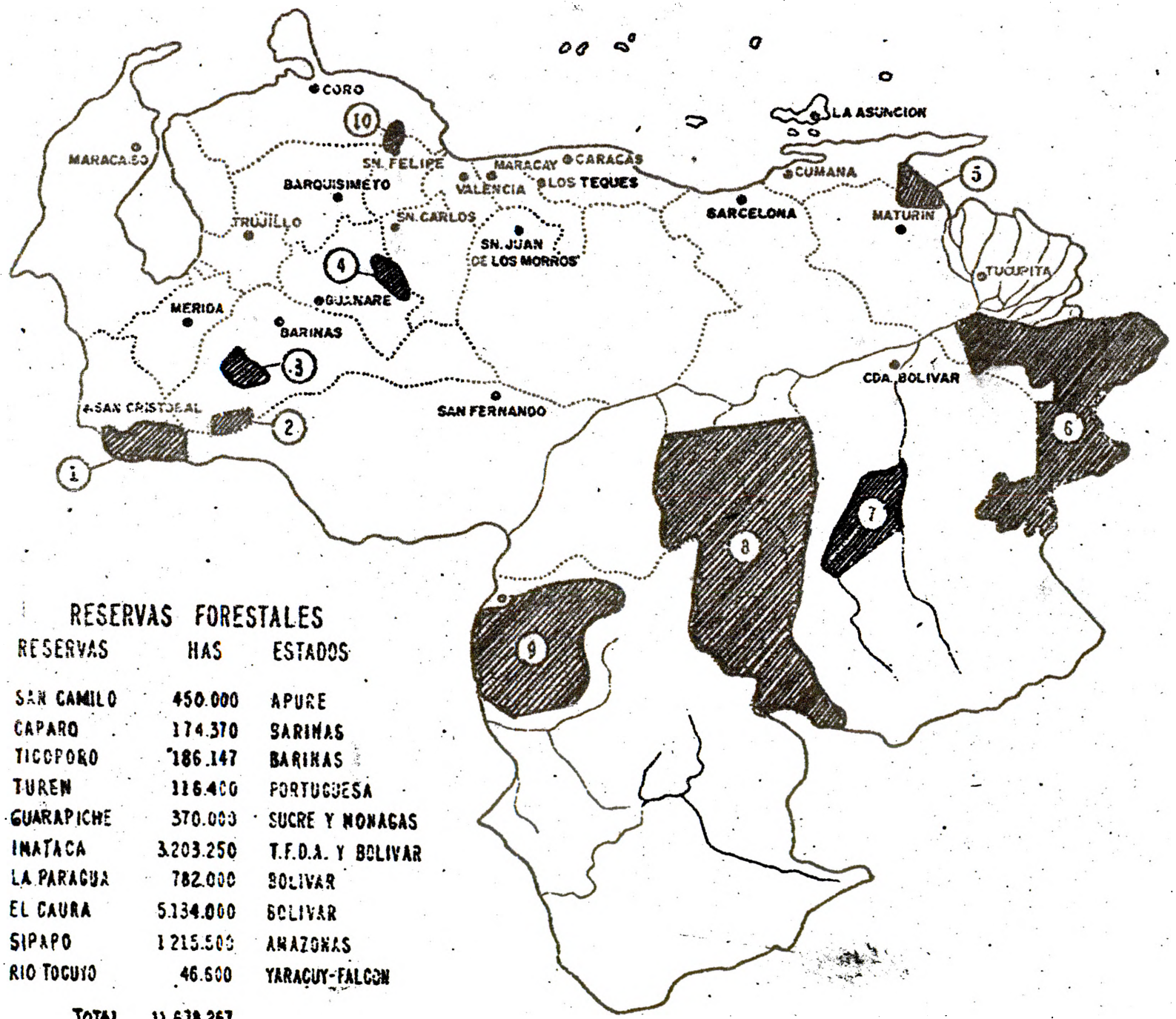
En Venezuela hasta la fecha las Unidades de Conservación está adscritas legalmente al Ministerio de Agricultura y Cría por intermedio de la Dirección General de Recursos Forestales Renovables.

Esta Dirección General está subdividida en Direcciones, Oficinas Nacionales, Divisiones y Secciones.

La Administración de las Unidades de Conservación se tiene la siguiente jerarquía:

RESERVAS FORESTALES DECRETADAS

Nombre	Superficie en Has.	Año Decreto
1) Turen	116.400	1950
2) Ticoporo	136.147	1955
3) San Camilo	450.000	1961
4) Caparo	117.000	1961
5) Imataca	3.203.250	1961
6) Guarapiche	370.000	1963
7) Sipapo	1.215.500	1963
8) El Caura	5.134.000	1968
9) La Paragua	782.000	1968
10) Río Tocuyo	46.600	1968
Total Hectáreas % superficie del país	11.620.897	12.74 %



RESERVAS FORESTALES

	RESERVAS	HAS	ESTADOS
1	SAN CAMILO	450.000	APURE
2	CAPARO	174.370	BARINAS
3	TICOPORO	186.147	BARINAS
4	TUREN	116.400	PORTUGUESA
5	GUARAPICHE	370.000	SUCRE Y MONAGAS
6	INATACA	3.203.250	T.F.D.A. Y BOLIVAR
7	LA PARAGUA	782.000	BOLIVAR
8	EL CAURA	5.134.000	BOLIVAR
9	SIPAPO	1.215.500	AMAZONAS
10	RIO TOCUYO	46.600	YARACUY-FALCON
	TOTAL	11.678.267	

Dib.-o.c.y.- 15-1-1974.

PARQUES NACIONALES DECRETADOS

	Nombre	Superficie en Has.	Año Decreto
1.-	"Henri Pittier"	107.800	1937
2.-	"Sierra Nevada"	190.000	1952
3.-	" Guatopo "	92.640	1958
4.-	"El Avila "	85.192	1958
5.-	"Yurubí "	23.670	1960
6.-	"Canaima "	3.000.000	1962
7.-	"Yacambú "	14.580	1962
8.-	"Cueva de la Quebrada El Toro"	8.500	1969
9.-	"Archipiélago Los Roques"	225.153	1972
10.-	"Macarao "	15.000	1973
11.-	"Mochima "	94.935	1973
12.-	"Laguna de La Restinga"	10.700	1974
13.-	"Médanos de Coro"	90.280	1974
14.-	"Laguna de Tacarigua"	18.400	1974
15.-	"Cerro El Copey"	7.130	1974
16.-	"Aguaro - Guariquito"	569.000	1974
17.-	"Morrocoy"	32.090	1974
18.-	"El Guácharo "	15.500	1975
19.-	"Terepaima"	16.971	1976
	Total Hectares	4.617.541	

MONUMENTOS NATURALES DECRETADOS

Nombre	Superficie	Año Decreto
I.- "Alejandro de Humboldt"	181	1949
II.- "Arístides Rojas"	1.530	1949
III.- "María Lionza"	40.000	1960
IV.- "Cerro Santa Ana"	1.900	1972
V.- "Laguna de Las Marites"	3.674	1974
VI.- "Las Tetas de María Guevara"	1.670	1974
VII.- "Cerros Matasiete y Guayamurí"	1.672	1974
Total Hectareas	50.727	

Total Parques Nacionales	4.617.541 Has.
Total Monumentos Naturales	50.727 Has.
Total Has. protegidas	4.668.268

Superficie de Venezuela	912.050 Km^2
Superficie de Parques Nacionales y Monumentos Naturales.....	46.683 Km^2
% de la superficie del país	5.1 %

REFUGIOS DE FAUNA DECRETADOS

Nombre	Superficie en Has.	Año Decreto
"Cuare "	11.625	1972
"Isla de Aves"	3,9	1972
"Chiriguare"	44.500	1974
Total hectáreas % superficie del país	56.328,90 0.06 %	

RESERVAS DE FAUNA

Nombre	Superficie en Has.	Año Decreto
"Ciénegas de Juan Manuel"	227.795	1975
% Superficie del país	0,25 %	

LITERATURA CONSULTADA

1.- NELSON BLANCO y LUIS CHESNEY.- Lineamiento de CODESUR para el Estudio de los Recursos Naturales.-Dirección de Recursos Hidráulicos. Caracas, 1976.

2.- TOMAS A. Mc. KENZIE.- Las alternativas salvo-agricolas en la zona trópico-húmeda de Venezuela y sus aplicaciones para plantaciones forestales.-Dirección de Recursos Hidráulicos-CODESUR. Caracas,1976.

3.- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y CRIA.- Zonas de Vida de Venezuela.- Caracas, 1969.

4.- CODESUR.- El Desarrollo del Sur de Venezuela.- CODESUR.Caracas, 1974

5.- CODESUR.- Cuatro Años del programa de desarrollo del Sur de Venezuela.- Caracas, 1974.

6.- LUIS CHESNEY.- Ensayo de especies forestales en el Territorio Federal Amazonas.- Fase de eliminación.-CODESUR.-Caracas, 1976.

7.- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y CRIA.- Ley Forestal, de Suelos y de Aguas y su Reglamento.- Caracas, 1969.

8.- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y CRIA.- Ley de Protección a la Fauna Silvestre.- Caracas, 1970.

9.- MINISTERIO DE OBRAS PUBLICAS.- Ley Orgánica del Ambiente.- Caracas, 1976.

==========

ANEXO AL DOCUMENTO DE VENEZUELA

LEY APROBATORIA DE LA CONVENCION SOBRE COMERCIO INTERNACIONAL DE ESPECIES AMENAZADAS DE FAUNA Y FLORA SILVESTRE

EL CONGRESO DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA,

D E C R E T A :

Artículo Unico: Se aprueba en todas sus partes la "Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Fauna y Flora Silvestres" firmada en Washington D.C., el 3 de marzo de 1975, y cuyo texto es el siguiente:

CONVENCION SOBRE EL COMERCIO INTERNACIONAL DE ESPECIES AMENAZADAS DE FAUNA Y FLORA SILVESTRES

Los estados contratantes,

RECONOCIENDO que la fauna y flora silvestre, en sus numerosas bellas y variadas formas constituyen un elemento irremplazable de los sistemas naturales de la tierra, tienen que se protegidas por esta generación y las venideras;

CONSCIENTES del creciente valor de la fauna y flora silvestre desde los puntos de vista estético, científico, cultural, recreativo y económico;

RECONOCIENDO que los pueblos y Estados son y deben ser los mejores protectores de su fauna silvestre;

RECONOCIENDO además que la cooperación internacional es esencial para la protección de ciertas especies de fauna y flora silvestre contra su explotación excesiva mediante el comercio internacional;

CONVENCIDOS de la urgencia de adoptar medidas apropiadas a este fín;

HAN ACORDADO lo siguiente:

A R T I C U L O II
Definiciones

Para los fines de la presente Convención, y salvo que el contexto indique otra cosa:

a) "Especies" significa toda especie, subespecie o población geográficamente aislada de una u otra;

b) "Espécimen" significa:

i) todo animal o planta, vivo o muerto;

ii) en el caso de un animal de una especie incluida en los Apéndices I y II, cualquier parte o derivado facilmente identificable, en el caso de un animal de una especie incluida en el Apéndice III, cualquier parte o derivado fácilmente identificado que haya sido especificado en el Apéndice III en relación a dicha especie;

iii) en el caso de una planta, para especies incluidas en el Apéndice I, cualquier parte o derivado fácilmente identificable; y para especies incluidas en los Apéndices II y III, cualquier parte o derivado fácilmente identificable especificado en dichos Apéndices en relación con dicha especie;

c) "Comercio" significa exportación, reexportación, importación e introducción procedente del mar;

d) "Reexportación" significa la exportación de todo espécimen que haya sido previamente importado;

e) "Introducción procedente del mar" significa el traslado a un Estado de especímenes de cualquier especie capturados en el medio marino fuera de la jurisdicción de cualquier Estado;

f) "Autoridad Científica" significa una autoridad científica nacional designada de acuerdo con el artículo IX;

g) "Autoridad Administrativa" significa una autoridad administrativa nacional designada de acuerdo con el artículo IX;

h) "Parte" significa un Estado para el cual la presente Convención ha entrado en vigor.

ARTICULO I

Principios Fundamentales

1. El Apéndice I incluirá todas las especies en peligro de extinción que son o pueden ser afectadas por el comercio. El comercio de especímenes de estas especies deberá estar sujeto a una reglamentación particularmente estricta a fín de no poner en peligro aún mayor su supervivencia y se autorizará solamente bajo circunstancias excepcionales.

2. El Apéndice II incluirá:

a) Todas las especies que, si bien en la actualidad no se encuentran necesariamente en peligro de extinción a menos que el comercio en especímenes de dichas especies esté sujeto a una reglamentación estricta a fin de evitar utilización incompatible con su supervivencia, y;

b) aquellas otras especies no afectadas por el comercio, que también deberán sujetarse a reglamentación con el fin de permitir un eficaz control del comercio en las especies a que se refiere el subpárrafo a) del presente párrafo.

3) El Apéndice III incluirá todas las especies que cualquiera de las Partes manifieste que se hallan sometidas a reglamentación dentro de su jurisdicción con el objeto de prevenir o restringir su explotación, y que necesitan la cooperación de otras Partes en el control de su comercio.

4) Las Partes no permitirán el comercio en especímenes de especies incluidas en los Apéndices I, II y III excepto de acuerdo con las disposiciones de la presente Convención.

ARTICULO III

Reglamentación del Comercio en Especímenes de Especies incluidas en el Apéndice I

1) Todo comercio en especímenes de especies incluidas en el Apéndice I se realizará de conformidad con las disposiciones del presente artículo

2) La exportación de cualquier especímen de una especie incluida en el Apéndice I requerirá la previa concesión y presentación de un permiso de exportación, el cual únicamente se concederá una vez satisfechos los siguientes requisitos :

a) que una Autoridad Científica del Estado de Exportación haya manifestado que esa exportación no perjudicará la supervivencia de dicha especie;

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de Exportación haya verificado que el especímen no fué obtenido en contravención de la legislación vigente en dicho Estado sobre la protección de su fauna y flora;

c) que una Autoridad Administrativa del Estado de Exportación haya verificado que todo especímen vivo será acondicionado y transportado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato; y

d) que una Autoridad Administrativa del Estado de Exportación haya verificado que un permiso de importación para el especímen ha sido concedido.

3. La importancia de cualquier especímen de una especie incluida en el Apéndice I requerirá la previa concesión y presentación de un permiso de importación y de un permiso de exportación o certificado de reexportación. El permiso de importación únicamente se concederá una vez satisfechos los requisitos siguientes:

a) que una Autoridad Científica del Estado de importación haya manifestado que los fines de la importación no serán en perjuicio de la supervivencia de dicha especie;

b) que una Autoridad Científica del Estado de importación haya verificado que quien se propone recibir un especímen vivo lo podrá albergar y cuidar adecuadamente; y

c) que una Autoridad del Estado de importación haya verificado que el especímen no será utilizado para fines primodialmente comerciales.

4. La reexportación de cualquier especímen de una especie incluida en el Apéndice I requerirá la previa concesión y presentación de un certificado de reexportación, el cual únicamente se concederá una vez satisfechos los siguientes requisitos:

a) que una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación haya verificado que el especímen fué importado en dicho Estado de conformidad con las disposiciones de la presente Convención;

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación haya verificado que todo especímen vivo será acondicionado y transportado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato; y

c) que una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación haya verificado que un permiso de importación para cualquier especímen vivo

ha sido concedido.

5) La introducción procedente del mar de cualquier especímen de una especie incluida en el Apéndice I requerirá la previa concesión de un certificado expedido por una Autoridad Administrativa del Estado de introducción. Unicamente se concederá un certificado una vez satisfechos los siguientes requisitos:

a) que una Autoridad Científica del Estado de introducción haya manifestado que la introducción no perjudicará la supervivencia de dicha especie;

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de introducción haya verificado que quien se propone recibir un especímen vivo lo podrá albergar y cuidar adecuadamente; y

c) que una Autoridad Administrativa del Estado de introducción haya verificado que el especímen no será utilizado para fines primordialmente comerciales.

ARTICULO IV

REGLAMENTACION DEL COMERCIO DE ESPECIMENES DE ESPECIES INCLUIDAS EN EL APENDICE II

1. Todo comercio en especímenes de especies incluidas en el Apéndice II se realizará de conformidad con las disposiciones

2. La exportación de cualquier especímen de una especie incluida en el Apéndice II requerirá la previa concesión y presentación de un permiso de exportación, el cual únicamente se concederá una vez satisfechos los siguientes requisitos:

a) que una Autoridad Científica del Estado de exportación haya manifestado que esa exportación no perjudicará la supervivencia de esa especie;

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de exportación haya verificado que el espécimen no fué obtenido en contravención de la legislación vigente en dicho Estado sobre la protección de su fauna y flora; y

c) que en una Autoridad Administrativa del Estado de exportación haya verificado que todo espécimen vivo será acondicionado y transporta-

do de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato.

3. Una Autoridad Científica de cada Parte vigilará los permisos de exportación expedidos por ese Estado para especímenes de especies incluidas en el Apéndice II y las exportaciones efectuadas de dichos especímenes.- Cuando una Autoridad Científica determine que la exportación de especímenes de cualquiera de esas especies debe limitarse a fin de conservarla, a través de su hábitat, en un nivel consistente con su papel en los ecosistemas donde se halla y en un nivel suficientemente superior a aquel en el cual esa especie sería susceptible de inclusión el Apéndice I, la Autoridad Científicará a la Autoridad Administrativa competente las medidas apropiadas a tomarse, a fin de limitar la concesión de permisos de exportación para especímenes de dicha especie.

4. La importación de cualquier espécimen de una especie incluida en el Apéndice II requerirá la previa presentación de un permiso de exportación o de un certificado de reexportación.

5. La reexportación de cualquier espécimen de una especie incluida en el Apéndice II requerirá la previa concesión y presentación de un certificado de reexportación, el cual únicamente se concederá una vez satisfechos los siguientes requisitos :

a) que una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación haya verificado que el espécimen fué importado en dicho Estado de conformidad con las disposiciones de la presente Convención; y

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación haya verificado que todo espécimen vivo será acondicionado y transportado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato.

6. La introducción procedente del mar de cualquier espécimen de una especie incluida en el Apéndice II requerirá la previa concesión de un certificado expedido por una Autoridad Administrativa del Estado de introducción. Unicamente un certificado una vez satisfechos los siguientes requisitos :

a) que una Autoridad Científica del Estado de introducción haya manifestado que la introducción no perjudicaría la supervivencia de dicha especie; y

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de introducción haya verificado que cualquier espécimen vivo será tratado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o mal trato.

7. Los certificados a que se refiere el párrafo 6 del presente Artículo podrán concederse por períodos que no excedan de un año para cantidades totales de especímenes a ser capturados en tales períodos, con el previo asesoramiento de una Autoridad Científica que haya consultado con otras autoridades científicas nacionales, o cuando sea apropiado, autoridades científicas internacionales.

ARTICULO V

Reglamentación del Comercio de Especímenes de Especies Incluidas en el Apéndice III

1. Todo comercio en especímenes de especies incluidas en el Apéndice III se realizará de conformidad con las disposiciones del presente Artículo.

2. La exportación de cualquier espécimen de una especie incluida en el Artículo III procedente de un Estado que la hubiere incluido en dicho Apéndice, requerirá la previa concesión y presentación de un permiso de exportación, el cual únicamente se concederá una vez satisfechos los siguientes requisitos :

a) que una Autoridad Administrativa del Estado de exportación haya verificado que el espécimen no fué obtenido en contravención de la legislación vigente en dicho Estado sobre la protección de su fauna y flora; y

b) que una Autoridad Administrativa del Estado de exportación haya verificado que todo espécimen vivo será acondicionado y transportado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro

en su salud o maltrato.

3. La importación de cualquier espécimen de una especie incluida en el Apéndice II requerirá, salvo en los casos previstos en el párrafo del presente Artículo, la previa presentación de un certificado de origen, y de un permiso de exportación cuando la importación proviene de un Estado que ha incluido esa especie en el Apéndice III.

4. En el caso de una reexportación, un certificado concedido por una Autoridad Administrativa del Estado de reexportación en el sentido de que el espécimen fué transformado en ese Estado, o está siendo reexportado o, aceptado por el Estado de importación como prueba de que se ha cumplido con las disposiciones de la presente Convención respecto de ese espécimen

ARTICULO VI

Permisos y Certificados

1. Los permisos y certificados concedidos de conformidad con las disposiciones de los Artículos III, IV y V deberán ajustarse a las disposiciones del presente Artículo.

2. Cada permiso de exportación contendrá la información especificada en el modelo expuesto en el Apéndice IV y únicamente podrá usarse para exportación dentro de un periodo de seis meses a partir de la fecha de su expedición.

3. Cada permiso o certificado contendrá el título de la presente Convención, el nombre y cualquier sello de identificación de la Autoridad Administrativa que lo conceda y un número de control asignado por la Autoridad Administrativa.

4. Todas las copias de un permiso o certificado expedido por una Autoridad Administrativa serán claramente marcadas como copias solamente y ninguna copia podrá usarse en lugar del original, amenos que sea así endosa-

do.

5. Se requerirá un permiso o certificado separado para cada embarque de especímenes.

6. Una Autoridad Administrativa del Estado de importación de cualquier espécimen cancelará y conservará el permiso de exportación o certificado de reexportación y cualquier permiso de importación correspondiente presentado para amparar la importación de ese espécimen.

7. Cuando sea apropiado y factible, una Autoridad Administrativa podrá fijar una marca sobre cualquier espécimen para facilitar su identificación. Para estos fines, marca significa cualquier impresión indeleble, sello de plomo u otro medio adecuado de identificar un espécimen, diseñado de manera tal que haga su falsificación por personas no autorizadas lo más difícil posible.

ARTICULO VII

Extenciones y otras Disposiciones Especiales relacionadas con el Comercio

1. Las disposiciones de los Artículos III, IV y V no se aplicarán al tránsito o transbordo de especímenes a través, o en el territorio de una parte mientras los especímenes permanecen bajo control aduanal.

2. Cuando una Autoridad Administrativa del Etsado de exportación o de reexportación haya verificado que un espécimen fué adquirido con anterioridad a la fecha en que entraron en vigor las disposiciones de la presente Convención respecto de ese espécimen, las disposiciones de los Artículos III, IV y V no se aplicarán a ese espécimen si la Autoridad Administrativa expide un certificado a tal efecto.

3. Las disposiciones de los Artículos III, IV y V no se aplicarán a especímenes que son artículos personales o bienes del hogar. Esta exención no se aplicará si :

a) en el caso de especímenes de una especie incluida en el Apéndice I, estos fueron adquiridos por el dueño fuera del Estado de su residencia normal y se importen en ese Estado; o

b) en el caso de especímenes de una especie incluida en el Apéndice II:

i) estos fueron adquiridos por el dueño fuera del Estado de su residencia normal y en el Estado que se produjo la separación del medio silvestre;

ii) estos se importan en el Estado de residencia normal del dueño; y

iii) el Estado en que se produjo la separación del medio silvestre requiere la previa concesión de permisos de exportación antes de cualquier exportación de esos especímenes;

a menos que una Autoridad Administrativa haya verificado que los especímenes fueron adquiridos antes que las disposiciones, de la presente Convención entraren en vigor respecto de ese especímenes.

4. Los especímenes de una especie animal incluida en el Apéndice I y criados en cautividad para fines comerciales, o de una especie vegetal incluida en el Apéndice I y reproducidos artificialmente para fines comerciales, serán considerados especimenes de las especies incluidas en el Apéndice II.

5. Cuando una Autoridad Administrativa del Estado de exportación haya verificado que cualquier espécimen de una especie animal ha sido criado en cautividad o que cualquier especímen de una especie vegetal ha sido reproducida artificialmente, o que sea una parte de ese animal o planta que se ha derivado de uno u otra, un certificado de esa Autoridad Administativa a ese efecto será aceptado en sustitución de los permisos exigidos en virtud de las disposiciones de los Artículos III, IV o V.

6. Las disposiciones de los Artículos III, IV y V no se aplicarán al préstamo, donación o intercambio no comercial entre científicos o instituciones científicas registrados con la Autoridad Administrativa de su Estado, de especímenes de herbario, otros especímenes preservados, secos o in

crustados de museo, y material de plantas vivas que lleven una etiqueta expedida o aprobada por una Autoridad Administrativa.

7. Una Autoridad Administrativa de cualquier Estado podrá dispensar con los requisitos de los Artículos III, IV y V y permitir el movimiento, sin permisos o certificados, de especímenes que formen parte de un parque zoológico, circo, colección zoológica o botánica ambulante u otras exhibiciones ambulantes, siempre que :

a) el exportador o importador registre todos los detalles sobre esos especímenes con la Autoridad Administrativa;

b) los especímenes están comprendidos en cualquiera de las categorías mencionadas en los párrafos 2 ó 5 del presente Artículo, y

c) la Autoridad Administrativa haya verificado que cualquier espécimen vivo será transportado y cuidado de manera que se reduzca al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato.

ARTICULO VII

Medidas que deberán tomar las Partes

1. Las Partes adoptarán las medidas apropiadas para velar por el cumplimiento de sus disposiciones y para prohibir el comercio de especímenes en violación de las mismas. Estas medidas incluirán :

a) Sancionar el comercio o la posesión de tales especímenes, o ambos; y

b) prever la confiscación o devolución al Estado de exportación de dichos especímenes.

2. Además de las medidas tomadas conforme al párrafo 1 del presente Artículo, cualquier Parte podrá, cuando lo estime necesario, disponer cualquier método de reembolso interno para gastos incurridos como resultado de la confiscación de un espécimen adquirido en violación de las medidas tomadas en la aplicación de las disposiciones de la presente Convención.

3. En la medida posible, las Partes velarán por que se cumplan, con un mínimo de demora, las formalidades requeridas para el comercio en especí-

menes. Para facilitar lo anterior, cada Parte podrá designar puertos de salida y puertos de entrada ante los cuales deberán presentarse los especímenes para su despacho. Las Partes deberán verificar además que todo espécimen vivo, durante cualquier período de tránsito, permanencia o despacho, sea cuidado adecuadamente, con el fin de reducir al mínimo el riesgo de heridas, deterioro en su salud o maltrato.

4. Cuando se confisque un espécimen vivo de conformidad con las disposiciones del párrafo 1 del presente Artículo:

a) el espécimen será confiado a una Autoridad Administrativa del Estado confiscador;

b) La Autoridad Administrativa, después de consultar con el Estado de exportación, devolverá el espécimen a ese Estado a costo del mismo, o a un Centro de Rescate u otro lugar que la Autoridad Administrativa considere apropiado y compatible con los objetivos de esta Convención; y

c) la Autoridad Administrativa podrá obtener la asesoría de una Autoridad Científica o, cuando lo considere deseable, podrá consultar con la Secretaría, con el fín de facilitar la decisión que deba tomarse de conformidad con el subpárrafo b) del presente párrafo, incluyendo la selección del Centro de Rescate u otro lugar.

5. Un Centro de Rescate, tal como lo define el párrafo 4 del presente Artículo significa una institución designada por una Autoridad Administrativa para cuidar el bienestar de los especímenes vivos, especialmente de aquellos que hayan sido confiscados.

6. Cada Parte deberá mantener registros del comercio en especímenes de las especies incluidas en los Apéndices I, II y III, que deberán contener:

a) los nombres y las direcciones de los exportadores e importadores; y

b) el número y la naturaleza de los permisos y certificados emitidos; los Estados con los cuales se realizó dicho comercio; las cantidades y los tipos de especímenes, los nombres de las especies incluídas en los Apéndices I, II y III, y, cuando sea apropiado, el tamaño y sexo de los especímenes.

ño y sexo de los especímenes.

7. Cada Parte preparará y transmitirá a la Secretaría informes periódicos sobre la aplicación de las disposiciones de la presente Convención incluyendo :

a) un informe anual que contenga un resumen de la información prevista en el subpárrafo b) del párrafo 6 del presente artículo; y

b) un informe bienal sobre medidas legislativas, reglamentarias y administrativas adoptadas con el fín de cumplir con las disposiciones de la presente Convención.

8. La información a que se refiere el párrafo 7 del presente artículo estará disponible al público cuando así lo permita la legislación vigente de la Parte interesada.

ARTICULO IX

Autoridades Administrativas y Científicas

1. Para los fines de la presente Convención, cada Parte designará :

a) una o más Autoridades Administrativas competentes para conceder permisos o certificados en nombre de dicha Parte; y

b) una o más Autoridades Científicas.

2. Al depositar su instrumento de rectificación, aceptación, aprobación o adhesión, cada Estado comunicará al Gobierno Depositario el nombre y la dirección de la Autoridad Administrativa autorizada para comunicarse con otras Partes y con la Secretaría.

3. Cualquier cambio en las designaciones o autorizaciónes previstas en el presente artículo, será comunicado a la Secretaría por la Parte correspondiente, con el fín de que sea transmitido a todas las demás Partes.

4. A solicitud de la Secretaria o de cualquier Autoridad Administrativa designada de conformidad con el párrafo 2 del presente artículo, la Autoridad Administrativa designada de una Parte transmitirá modelos de sellos u otros medios utilizados para autenticar permisos o certificados.

ARTICULO X

Comercio con Estados que no son Partes de la Convención

En los casos de importaciones de, o exportaciones y reexportaciones a Estados que no son Partes de la presente Convención, los Estados Partes podrán aceptar, en lugar de los permisos y certificados mencionados en la presente Convención, documentos comparables que conforme sustancialmente a los requisitos de la presente Convención para tales permisos y certificados, siempre que hayan sido emitidos por las Autoridades gubernamentales competentes del Estado no Parte de la presente Convención.

ARTICULO XI

Conferencia de las Partes

1. La Secretaría convocará a una Conferencia de las Partes a más tardar dos años después de la entrada en vigor de la presente Convención.

2. Posteriormente, la Secretaria convocará reuniones ordinarias de la Conferencia por lo menos una vez cada dos años, a menos que la Conferencia decida otra cosa, y reuniones extraordinarias en cualquier momento a solicitud, por escrito, de por lo menos un tercio de las Partes.

3. En las reuniones ordinarias o extraordinarias de la Conferencia, las Partes examinarán la aplicación de la presente Convención y podrán :

a) adoptar cualquier medida necesaria para facilitar el desempeño de las funciones de la Secretaría;

b) considerar y adoptar enmiendas a los Apéndices I y II de conformidad con lo dispuesto en el artículo XV;

c) analizar el progreso logrado en la restauración y conservación de las especies incluidas en los Apéndices I, II y III;

d) recibir y considerar los informes presentados por la Secretaría o cualquiera de las Partes; y

e) cuando corresponda, formular recomendaciones destinadas a mejorar

la eficacia de la presente Convención.

4. En cada reunión ordinaria de la Conferencia, las Partes podrán determinar la fecha y sede de la siguiente reunión ordinaria que se celebrará de conformidad con las disposiciones del párrafo 2 del presente artículo.

5. En cualquier reunión, las Partes podrán determinar y adoptar reglas de procedimiento para esa reunión.

6. Las Naciones Unidas, sus Organismos Especializados y el Organismo Internacional de Energía Atómica, así como cualquier Estado no Parte en la presente Convención, podrán ser representados en reuniones de la Conferencia por observadores que tendrán derecho a participar sin voto.

7. Cualquier organismo o entidad técnicamente calificado en la protección, preservación o administración de fauna y flora silvestres que será comprendido en cualquiera de las categorías mencionadas a continuación, podrá comunicar a la Secretaría su deseo de estar representado por un observador en las reuniones de la Conferencia y será admitido salvo que objeten por lo menos un tercio de las Partes presentes:

a) organismos o entidades internacionales, tanto gubernamentales como no gubernamentales, así como organismos o entidades gubernamentales nacionales; y

b) organismos o entidades nacionales no gubernamentales que han sido autorizados para ese efecto por el Estado en que se encuentran ubicados.

Una vez admitidos, estos observadores tendrán el derecho de participar sin voto en las labores de reunión.

ARTICULO XII

La Secretaría

1. Al entrar en vigor la presente Convención, el Director Ejecutivo del Programa de las Naciones Unidas para el Medio proveerá una Secretaría. En la medida y forma en que lo considere apropiado, el Director Ejecutivo po

drá ser ayudado por organismos y entidades internacionales o nacionales, gubernamentales, con competencia técnica en la protección, conservación y administración de la fauna y flora silvestre.

2. Las funciones de la Secretaría incluirá las siguientes :

a) organizar las Conferencias de las Partes y prestarles servicios ;

b) desempeñar las funciones que le son encomendadas de conformidad con los artículos XV y XVI de la presente Convención;

c) realizar estudios científicos y técnicos, de conformidad con los programas autorizados por la Conferencia de las Partes, que contribuyan a la mejor aplicación de la presente Convención, incluyendo estudios relacionados con normas para la adecuada preparación y embarque de especímenes vivos y los medios para su identificación;

d) estudiar los informes de las Partes y solicitar a éstas cualquier información adicional que a ese respecto fuere necesaria para asegurar la mejor aplicación de la presente Convención;

e) señalar la atención de las Partes cualquier cuestión relacionada con los fines de la presente Convención;

f) publicar periódicamente y distribuir a las Partes, ediciones revisadas de los Apéndices I, II y III, junto con cualquier otra información que pudiere facilitar la identificación de especímenes de las especies incluidas en dichos Apéndices;

g) preparar informes anuales para las Partes sobre las actividades de la Secretaría y de la aplicación de la presente Convención, así como los demás informes que las Partes pudieren solicitar;

h) formular recomendaciones para la realización de los objetivos y disposiciones de la presente Convención, incluyendo el intercambio de información de naturaleza científica o técnica; y

i) desempeñar cualquier otra función que las Partes pudieren encomendarle.

ARTICULO XIII

Medidas Internacionales

1. Cuando la Secretaría, a la luz de información recibida, considere que cualquier especie incluida en los Apéndices I o II se halla adversamen

te afectada por el comercio en especímenes de esa especie, o de que las disposiciones de la presente Convención no se están aplicando eficamente, la Secretaría comunicará esa información a la Autoridad Administrativa autorizada de la Parte o de las Partes interesadas.

2. Cuando cualquier Parte reciba una comunicación de acuerdo a lo dispuesto en el párrafo 1 del presente artículo, ésta, a la brevedad posible y siempre que su legislación lo permita, comunicará a la Secretaría todo dato pertinente, y, cuando sea apropiado, propondrá medidas para corregir la situación. Cuando la Parte considere que una investigación sea conveniente, ésta podrá llevar a cabo por una o más personas expresamente autorizadas por la Parte respectiva.

3. La información proporcionada por la Parte o emanada de una investigación de conformidad con lo previsto en el párrafo 2 del presente artículo, será examinada por la siguiente Conferencia de las Partes, la cual podrá formular cualquier recomendación que considere pertinente.

ARTICULO XIV

Efecto sobre la legislación nacional y convenciones Internacionales

1. Las disposiciones de la presente Convención no afectarán en modo alguno el derecho de las Partes de adoptar:

a) medidas internas más estrictas respecto de las condiciones de comercio, captura, posesión o transporte de especímenes de especie incluídas en los Apéndices I, II y III, o prohibirlos enteramente; o

b) medidas internas que restrinjan o prohiban el comercio, la captura, la posesión o el transporte de especies no incluídas en los Apéndices I, II o III.

2. Las disposiciones de la presente Convención no afectarán en modo alguno las disposiciones de cualquier medida interna u obligaciones de las Partes derivadas de un tratado, convención o acuerdo internacional referentes a otros aspectos del comercio, la captura, la posesión o el trans-

porte de especimenes que está en vigor o entre en vigor con posterioridad para cualquiera de las Partes, incluidas las medidas relativas a la aduana, salud pública o a las cuarentenas vegetales o animales.

3. Las disposiciones de la presente Convención no afectarán en modo alguno las disposiciones u obligaciones emanadas de los tratados, convenciones o acuerdos internacionales concluidos entre Estados y que crean una unión o acuerdo comercial regional que establece o mantiene un régimen común aduanero hacia el exterior y que elimina regimenes aduaneros entre las Partes respectivas en la medida en que se refieran al comercio entre los Estados miembros de esa unión o acuerdo.

4. Un Estado Parte en la presente Convención que es también Parte en otro tratado, convención o acuerdo internacional en vigor cuando entre en vigor la presente Convención y en virtud de cuyas disposiciones se protege a las especies marinas incluidas en el Apéndice II, quedará eximida de las obligaciones que le imponen las disposiciones de la presente Convención respecto de los especímenes de especies incluidas en el Apéndice II capturados tanto por buques matriculados en ese Estado como de conformidad con las disposiciones de esos tratados, convenciones o acuerdos internacinales.

5. Sin perjuicio de las disposiciones de los artículos III, IV y V, para la exportación de un especímen capturado de conformidad con el párrafo 4 del presente artículo únicamente se requerirá un certificado de una Autoridad Administrativa del Estado de introducción que señalare que el especímen ha sido capturado conforme a las disposiciones de los tratados, convenciones o acuerdos internacionales pertinentes.

6. Nada de los dispuesto en la presente Convención prejuzgará la codificación y el desarrollo progresivo del derecho del mar por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar, convocada conforme a la Resolución 2.750 C (XXV) de la Asamblea General de las Naciones Unidas,

ni las reivindicaciones y tesis jurídicas presentes o futuras de cualquier Estado en lo que respecta al derecho del mar y a la naturaleza y al alcance de la jurisdicción de los Estados ribereños y de los Estados de pabellón.

ARTICULO XV

Enmiendas a los Apéndices I y II

1. En reuniones de la Conferencia de las Partes, se aplicarán las siguientes disposiciones en relación con la adopción de las enmiendas a los Apéndices I y II :

a) Cualquier Parte podrá proponer enmiendas a los Apéndices I o II para consideración en la siguiente reunión. El texto de la enmienda propuesta será comunicado a la Secretaría con una antelación no menor de 150 dias a la fecha de la reunión. La Secretaría consultará con las demás Partes y las entidades interesadas de conformidad con lo dispuesto en los subpárrafos b) y c) del párrafo 2 del presente artículo y comunicará las respuestas a todas las Partes a más tardar 30 días antes de la reunión;

b) las enmiendas, serán adoptadas por una mayoria de dos tercios de las Partes presentes y votantes. A estos fines, "Partes presentes y votantes" significan Partes presentes que emiten un voto afirmativo o negativo. Las Partes que se abstienen de votar no serán contadas entre los dos tercios requeridos para adoptar la enmienda;

c) las enmiendas adoptadas en una reunión entrarán en vigor para todas las Partes 90 dias después de la reunión, con la excepción de las Partes que formulen reservas de conformidad con el párrafo 3 del presente artículo.

2. En relación con las enmiendas a los Apéndices I y II presentadas entre reuniones de la Conferencia de las Partes, se aplicarán las siguientes disposiciones :

a) Cualquier Parte podrá proponer enmiendas a los Apéndices I o II para que sean examinadas entre reuniones de la Conferencia, mediante el procedimiento por correspondencia enunciado en el presente párrafo;

b) En lo que se refiere a las especies marinas, la Secretaría, al reci

bir el texto de la enmienda propuesta, lo comunicará inmediatamente a todas las Partes. Consultará además, con las entidades interguber namentales que tuvieren una función en relación con dichas especies especialmente con el fín de obtener cualquier información científica que éstas puedan suministrar y asegurar la coordinación de las medidas de conservación aplicadas por dichas entidades. La Secretaría transmitirá a todas las Partes, a la brevedad posible, las opiniones expresadas y los datos suministrados por dichas entidades, junto con sus propias comprobaciones y recomendaciones;

c) En lo que se refiere a especies que no fueran marinas, la Secretaría al recibir el texto de la enmienda propuesta, lo comunicará inmediatamente a todas las Partes y, posteriormente, a la brevedad posible comunicará a todas las Partes sus propias recomendaciones al respecto;

d) cualquier Parte, dentro de los 60 días después de la fecha en que la Secretaría haya comunicado sus recomendaciones a las Partes de conformidad con los subpárrafos b) o c) del presente párrafo, podrá transmitir a la Secretaría sus comentarios sobre la enmienda propuesta, junto con todos los datos científicos e información pertinentes;

e) La Secretaría transmitirá a todas las Partes, tan pronto como le fuera posible, todas las respuestas recibidas, junto con sus propias recomendaciones;

f) si la Secretaría no recibiere objeción alguna a la enmienda propuesta dentro de los 30 días a partir de la fecha en que comunicó las respuestas recibidas conforme a lo dispuesto en el subpárrafo e) del presente párrafo, la enmienda entrará en vigor 90 días después para todas las Partes, con excepción de las que hubieren formulado reservas conforme al párrafo 3 del presente artículo;

g) si la Secretaría recibiera una objeción de cualquier Parte, la enmienda propuesta será puesta a votación por correspondencia conforme a los dispuesto en los subpárrafos h), i) y j) del presente párrafo;

h) la Secretaría notificará a todas las Partes que se ha recibido una notificación de objeción;

i) salvo que la Secretaría reciba los votos a favor, en contra o en abstención de por lo menos la mitad de las Partes dentro de los 60 dias a partir de la fecha de notificación conforme al subpárrafo h) del presente párrafo, la enmienda propuesta será transmitida a la siguiente reunión de la Conferencia de las Partes;

j) siempre que se reciban los votos de la mitad de las Partes, la enmienda propuesta será adoptada por una mayoría de dos tercios de los Estados que voten a favor o en contra;

k) la Secretaría notificará a todas las Partes el resultado de la votación;

l) si se adoptara la enmienda propuesta, ésta entrará en vigor para todas las Partes 90 días después de la fecha en que la Secretaría notifique su adopción, salvo para las Partes que formulan reservas conforme a lo dispuesto en el párrafo 3 del presente artículo.

3. Dentro del plazo de 90 días previstos en el subpárrafo c) del párrafo 1 o subpárrafo l) del párrafo 2 de este Artículo, cualquier Parte podrá formular una reserva a esa enmienda mediante notificación por escrito al Gobierno Depositario. Hasta que retire su reserva, la Parte será considerada como Estado no Parte en la presente Convención respecto del comercio en la especie respectiva.

ARTICULO XVI

Apéndice III y sus Enmiendas

1. Cualquier Parte podrá, en cualquier momento, enviar a la Secretaría una lista de especies que manifieste se hallan sometidas a reglamentación dentro de su jurisdicción para el fín mencionado en el párrafo 3 del Artículo II. En el Apéndice III se incluirán los nombres de las Partes que las presentaron para inclusión, los nombres científicos de cada especie ahi presentada y cualquier parte o derivado de los animales o plantas respectivos que se especifiquen respecto de esa especie a los fines del subpárrafo b) del Artículo 1.

2. La Secretaría comunicará a las Partes, tan pronto como le fuere posible después de su recepción, las listas que se presenten conforme a lo dispuesto en el párrafo 1 del presente Artículo. La lista entrará en vigor como parte del Apéndice III 90 días después de la fecha de dicha comunicación. En cualquier oportunidad después de la recepción de la comuni

cación de esta lista, cualquier Parte podrá, mediante notificación por escrito al Gobierno Depositario, formular una reserva respecto de cualquier especie o parte o derivado de la misma. Hasta que retire esa reserva, el Estado respectivo será considerado como Estado no Parte en la presente Convención respecto del comercio en la especie, parte o derivado de que se trata.

3. Cualquier Parte que envie una lista de especies para inclusión en el Apéndice III, podrá retirar cualquier especie de dicha lista en cualquier momento, mediante notificación a la Secretaría, la cual comunicará dicho retiro a todas las Partes. El retiro entrará en vigor 30 dias despúes de la fecha de dicha notificación.

4. Cualquier Parte que presente una lista conforme a las disposiciones del párrafo 1 del presente Artículo, remitirá a la Secretaría copias de todas las leyes y reglamentos internos aplicables a la protección de dicha especie, junto con las interpretaciones que la Parte considere apropiadas o que la Secretaría pueda solicitarle. La Parte, durante el período en que la especie en cuestión se encuentre incluida en el Apéndice III comunicará toda enmienda a dichas leyes y reglamentos, así como cualquier nueva interpretación, conforme sean adoptadas.

ARTICULO XVII

Enmiendas a la Convención

1. La Secretaría, a petición por escrito de por lo menos un tercio de las Partes, convocará una reunión extraordinaria de la Conferencia de las Partes para considerar y adoptar enmiendas a la presente Convención. Las enmiendas serán adoptadas por una mayoria de dos tercios de las Partes presentes y votantes. A estos fines, "Partes presentes y votantes" significa Partes presentes que emiten un voto afirmativo o negativo. Las Partes que se abstienen de votar no serán contadas entre los dos tercios requeridos para adoptar la enmienda.

2. La Secretaría transmitirá a todas las Partes los textos propuestos de la enmienda por lo menos 90 dias antes de su consideración por la Conferencia.

3. Toda enmienda entrará en vigor para las Partes que le acepten 60 dias después de que dos tercios de las Partes depositen con el Gobierno Depositario sus instrumentos de aceptación de la enmienda. A partir de esa fecha, la enmienda entrará en vigor para cualquier otra Parte 60 dias después de que dicha Parte deposite su instrumento de aceptación de la misma

ARTICULO XVIII

Arreglo ce Controversias

1. Cualquier controversia que pudiera surgir entre dos o más Partes con respecto a la interpretación o aplicación de las disposiciones de la presente Convención, será sujeto a negociación entre las Partes en la controversia.

2. Si la controversia no pudiere resolverse de acuerdo con el párrafo 1 del presente Artículo, las Partes podrán, por consentimiento mutuo, someter las controversias a arbitraje, en especial a la Corte Permanente de Arbitraje de la Haya y las Partes que así sometan la controversia se obligarán por la decisión arbitral.

ARTICULO XIX

Firma

La presente Convención estará abierta a la firma en Washington, hasta el 30 de abril de 1973, y a partir de esa fecha, en Berna, hasta el 31 de diciembre de 1974.

ARTICULO XX

Ratificación, Aceptación y Aprobación

La presente Convención estará sujeta a ratificación, aceptación o

aprobación. Los instrumentos de ratificación, aceptación o aprobación serán depositados en poder del Gobierno de la Confederación Suiza, el cual será el Gobierno Depositario.

ARTICULO XXI

Adhesión

La presente Convención estará abierta indefinidamente a la adhesión. Los instrumentos de adhesión serán depositados en poder del Gobierno Depositario.

ARTICULO XXII

Entrada en vigor

1. La presente Convención entrará en vigor 90 dias después de la fecha en que se haya depositado con el Gobierno Depositario el décimo instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión.

2. Para cada Estado que ratifique, acepte o apruebe la presente Convención, o se adhiera a la misma, después del depósito del décimo instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, la Convención entrará en vigor 90 dias después de que dicho Estado haya depositado su instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión.

ARTICULO XXIII

Reservas

1. La presente Convención no estará sujeta a reservas generales. Unicamente se podrán formular reservas específicas de conformidad con lo dispuesto en el presente Artículo y en los Artículos XV y XVI.

2. Cualquier Estado, al depositar su instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, podrá formular una reserva específica con relación a :

a) Cualquier especie incluida en los Apéndices I, II y III; o

b) cualquier parte o derivado especificado en relación con una especie incluida en el Apéndice III.

3. Hasta que una Parte en la presente Convención retire la reserva formulada de conformidad con las disposiciones del presente Artículo, ese Estado será considerado como Estado no Parte en la presente Convención respecto del comercio en la especie, parte o derivado especificado en dicha reserva.

ARTICULO XXIV

Denuncia

Cualquier Parte podrá denunciar la presente Convención mediante notificación por escrito al Gobierno Depositario en cualquier momento. La denuncia surtirá efecto doce meses después de que el Gobierno Depositario haya recibido la notificación.

ARTICULO XXV

Depositario

1. El original de la presente Convención, cuyos textos en chino, español, francés, inglés y ruso son igualmente auténticos, será depositado en poder del Gobierno Depositario, el cual enviará copias certificadas a todos los Estados que la hayan firmado o depositado instrumentos de adhesión a ella.

2. El Gobierno Depositario informará a todos los Estados signatarios y adherentes, así como a la Secretaría, respecto de las firmas, los depósitos de instrumentos de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, la entrada en vigor de la presente Convención, enmienda, formulaciones y retiros de reservas y notificaciones de denuncias.

3. Cuando la presente Convención entre en vigor, el Gobierno Depositario transmitirá una copia certificada a la Secretaría de las Naciones Unidas para su registro y publicación de conformidad con el Artículo 102 de

la Carta de las Naciones Unidas.

EN TESTIMONIO DE LO CUAL, los Plenipotenciarios infrascritos, debidamente autorizados a ello, han firmado la presente Convención.

Hecho en Washington, el día tres de marzo de mil novecientos setenta y tres.

Dado, firmado y sellado en el Palacio Federal Legislativo, en Caracas a los tres dias del mes de mayo de mil novecientos setenta y seis.- Año 167º de la Independencia y 118º de la Federación.

El Presidente
(L. S.)
GONZALO BARRIOS

El Vicepresidente,
Oswaldo Alvarez Paz.

Los Secretarios,
Andrés Eloy Blanco Iturbe.

Leonor Mirabal M.

Palacio de Miraflores, en Caracas, a los diecisiete dias del mes de mayo de mil novecientos setenta y seis.- Año 167º de la Independencia y 118º de la Federación.

Cúmplase.
(L. S.)
CARLOS ANDRES PEREZ

Refrendado,
El Ministro de Relaciones Exteriores
(L. S.)
Ramón Escovar Salom.

Refrendado.
El Ministro de Agricultura y Cría,
(L. S.)
Carmelo Contreras.

REUNIÃO INTERNACIONAL SOBRE MANEJO
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA
REGIÃO AMAZÔNICA

LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

G.B. Wetterberg
Dr. de Filosofía
Administrador de Reflorestamento
e Conservação da FAO no Brasil.

Santarém, PA.- Brasil
Novembro, 8-14 de 1976

I N D I C E

INTRODUÇÃO

O Tema "Legislação das Unidades de Conservação", é um dos assuntos gerais escolhidos para a discussão nesta Reunião Internacional da Administração de Unidades de Conservação na Região Amazônica. Enquanto os outros temas podem ser orientados especificamente na situação Amazônica, a legislação pode ser contemplada melhor, dentro de um contexto mais amplo. É improvável que a legislação de unidades de conservação, atual e futuramente, em qualquer das nações aquí representadas, será elaborada apenas para a parte do seu território que está localizado na Região Amazônica.

A intenção dêste trabalho é apresentar, do ponto de vista técnico e administrativo, sugestões gerais que poderiam se consideradas na elaboração de nova legislação conservacionista. Êste trabalho trata principalmente das unidades de conservação no nível nacional que pertencem ao sistema de Parques Nacionais de um país. De acôrdo com a finalidade desta reunião, estas sugestões estão apresentadas como material de trabalho para a próxima reunião do Comité Intergovernamental Técnico para Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônica, que será realizado em 1977 em Brasília.

É importante esclarecer desde o início, que o autor não é advogado nem se considera um especialista em assuntos legais, mas tem certa experiência na elaboração de legislação conservacionista. Outrossim, é importante esclarecer que, na opinião do autor, restrições sociais e políticas próprias das nações, torna-se impraticável a transferência direta das leis de um país para outro.

Êste trabalho é constituído de 4 assuntos principais: 1- Uma breve retrospectiva da evolução histórica da legislação do meio-ambiente e recursos naturais, que representam o contexto básico da leguslação moderna das unidades de conservação; 2 - Unidades de conservação dentro de uma lei ou código sistemático do meio-ambiente; 3 - Leis reguladouras de unidades de conservação; 4 - Aplicação da lei.

UMA BREVE RESTROPECTIVA DA EVOLUÇÃO HISTORICA DA LEGISLAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE

Em 1976, em um trabalho sôbre legislação do meio-ambiente, Guillermo J. Cano, um importante contribuinte na legislação dos recursos naturais na Colombia e Argentina como também autor de muitas publicações sôbre êste tema, elaborou na evolução histórica da orientação funcional desta Legislação. Esta evolução aquí resumida, fornece uma estrutura global da temática especifica da legislação das unidades de conservação.

Em poucas palavras, Cano (1) identificou quatro passos na evolução: Primeiro: leis orientadas pelo proveito de recursos especificos; Segundo: leis referentes a "especies totais" de recursos naturais; Terceiro: leis referentes aos recursos naturais como uma totalidade; e, Quarto: legislação relativa ao meio-ambiente.total.

Leis Referentes ao Proveito Individual de Recursos Naturais Específicos

Este tipo de legislação é exemplificada pelas leis de propriedades de terra agrícolas e urbanas, de irrigação, navegação fluvial e de uso doméstico da água. Estas leis são orientadas pelo proveito dos recursos como por exemplo terra e água, mas não explícitamente pela conservação dos recursos.

Leis Referentes a Espécies Totais dos Recursos Naturais

Essas leis muitas vêzes reunem as leis dispersadas acima mencionadas. Por exemplo, uma lei geral da água podería incorporar leis separadas do proveito de irrigação, hidro-elétrica e navegação, considerando em primeiro lugar os recursos como uma totalidade e, em segundo lugar os proveitos diversos dêsses recursos.

Outros exemplos seriam as leis de flora, fauna, minas, terras e energias; todas as comuns no mundo de hoje. Alguns exemplos brasileiros são a Lei da Proteção da Fauna (Nº 5.197 de 1967) e o Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965). Ambos contém parágrafos significativos para a fundação de unidades de conservação.

Leis Referentes aos Recursos Naturais como uma Totalidade

Alguns países teem uma legislação já consolidada que trata de diversas espécies dos recursos, dando a cada uma posição de importância igual e determinando princípios gerais para toda a conservação dos recursos naturais. Como resultado dessa tendência a lei dos recursos naturais tornou-se um ramo legítimo de ciencias jurídicas, instituido nos cursos universitários.

As primeiras tentativas de combinar a legislação dos recursos específicos, incluíram a Lei Venezuelana de Florestas, Terras e Aguas de 1.955, como também o projeto do Código dos Recursos Naturais para Jujuy, Argentina 1.959. Em 1.975, o Perú proclamou a Lei da Floresta e Vida Selvagem (decreto Lei Nº 21.147).

O Código Nacional da Colombia da Proteção dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio-Ambiente (Decreto Lei Nº 2.811 de 1.974) conseguiu quase que a integração total dos recursos naturais 1/.

Legislação Relativa ao Meio-Ambiente Total

A lei do meio-ambiente, que integra recursos naturais como uma parte da totalidade do meio-ambiente, parece ser o último passo nêste desenvolvimento evolucionário da Legislação. Repetindo, o Código Colombiano de 1.974 é um exemplo protótipo nêste sentido. Um outro exemplo regional é a Lei do Meio-Ambiente Orgânico da Venezuela de 15 de junho de 1.976.

Legislação como esta, trata elementos interrelacionados do meio-ambiente humano incluíndo recursos naturais (flora, fauna, fontes primárias de energia), fenomênos naturais prejudiciais (enchentes, epidemias), cultivos (agricultura, silvicultura, águacultura), e elementos feitos pelo homem (edificações, estradas, alimentos, medicamentos, herbicídas, barulho, odores). Porém como a Legislação dêste tipo necessáriamente é ampla para enunciarmos objetivos nacionais, mais tarde deve ser interpretada pe

1/ O decreto Nº 2.811 exclui recursos não renováveis (reservas petrolíferas e minerais) como foi definida pelo Congresso Colombiano na autorição dos preparativos dêsse Código).

las leis e decretos específicos regulativos.

Unidades de conservação como parte desta legislação são colocadas, como o autor acredita, em um contexto realístico. Enquanto aquêles de nos que estamos trabalhando nêste campo podermos ganhar vantagens através da legislação separada das unidades de conservação, parecería inapropriado isolar estas unidades do meio-ambiente geral. Uma tendência de ver unidades de conservação de dois lados, uma vez que o do legislativo como parte da totalidade dos recursos de uma nação, e do outro lado do ponto de vista administrativo incluindo-as como iguais com florestas, terras, correntes de água, pesca, etc., parece ser óbvio em certos países (2).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE UM CODIGO DE POLITICA GERAL SOBRE O MEIO-AMBIENTE

A legislação de unidades de conservação pode ser considerada dentro do contexto estrutural descrito acima, ou, se isso em alguns países ainda não é possível, fora dêsse contexto. Em qualquer caso, a legislação moderna das unidades de conservação deve ser percebida em dois níveis. O primeiro é o mais importante, é no nível de uma política geral. A êste nível que é discutido abaixo e que compõe a maior parte dêsse trabalho, são estabelecidos princípios, possibilitando assim solucionar casos onde não existem regras. O segundo nível, ou o nível regulador, será debatido em um capítulo mais adiante.

A política geral deve ser clara, concisa e livre de detalhes reguladores e administrativos. Além de uma discussão resumida sôbre a necessidade de um retrospecto prior da legislação existente, nove temas básicos são debatidos. A transformação destas concepções em um número equivalente de artigos legais proporcionará o esteio da legislação nacional das unidades de conservação.

Retrospectiva da Legislação Existente

Prévio o projeto da legislação da unidade de conservação, uma retrospectiva de todas as leis relativas a um país, é essencial, e serve como

base para analisar as necessidades e determinar os precedentes. Na Colombia, um retrospecto mostrou assuntos importantes no Código Fiscal de 1912; os fatos de que uma Lei de 1.959 declarou todos os reinados do país como parques nacionais e de que um regulamento de 1.971 proibiu a entrada de doentes mentais nos parques nacionais; como também a existencia legal de um parque nacional (Guasca) que não estava sob controle da agencia administrativa atual.

Definição do Têrmo "Sistema de Parques Nacionais"

Um só artigo definindo o têrmo "Sistema de Parques Nacionais" proporciona o ponto de partida para a legislação das unidades de conservação. Esta definição podería dizer:"... aquêle grupo de áreas com um valor excepcional para herança nacional, que, para o benefício da população da nação; e, devido á suas características naturais, culturais ou históricas, são reservadas e declaradas pelo govêrno nacional em uma categoria definida mais adiante."

Objetivos

Em um estudo feito recente em parques nacionais da América do Sul, baseado entre outras coisas, em entrevistas com diretores de Departamentos de Parques Nacionais que representaram oficialmente seus países na Segunda Conferência Mundial de Parques Nacionais em 1.972, foi concluído que alguns dêsses representantes talvez não soubessem, ou não podiam articular, porque seus países t m parques nacionais (4). Sem objetivos claramente definidos, será extremamente difícil fazer decisões precisas quanto ao manejo e desenvolvimento das áreas. Entretanto, a pronunciação dos objetivos não elimina decisões difíceis, ela esclarece os problemas, possibilitando assim, decisões racionais.

O Dr. J.A. Wagar (5) mostrou que o objetivo básico de toda a dministração de terras é manter um fluxo contínuo de benefícios para a população.

A flora e fauna não são manejadas por sua própria causa, e sim por nossa causa. Em um nível do sistema de parques, os objetivos para considerar na legislação podem incluir:

- preservar exemplos de fenômenos naturais, científicos e culturais de uma importância nacional e internacional. *
- estimular o turismo nacional e internacional.
- utilizar terras de outra maneira marginal como base para desenvolvimento rural.
- fornecer áreas biológicas, geológicas e históricas-culturais adequadas para pesquisas científicas dos recursos.
- conservar as correntes de água.
- preservar exemplos de regiões fisiográficas de uma nação.
- preservar exemplos do ecosistemas como pontos de referência àmbiental
- fornecer oportunidades para satisfazer necessidades básicas do homem, como por exemplo, variação, recreação, solidão, auto-realização estética.
- garantir estabilidade ecológica através da preservação de diversidade biológica.

---

* Quase sempre uma área de valor significativo <u>internacional</u> de um país terá uma alta significância nacional. O objetivo disso, ou motivo similar deixará em aberto a possibilidade para uma unidade de conservação ser considerada simultâneamente (6) como : "Reserva da Biosfera" em colaboração com o programa do "Homem e a Biosfera" da UNESCO;"World Heritage Trust Area" no Convenio de Proteção da Herança Cultural e Natural Mundial; ou uma "GEMS Area" dentro do Programa do Meio-Ambiente das Nações Unidas - EARTHWATCH Global Environmental Monitoning System.

Sistemas Alternativos de Manejo

A Legislação relativa ás unidades de conservação, deveria definir uma gama de sistemas de manejo que são mútuamente exclusivos, e podem ser selecionadas de acôrdo com os objetivos de manejo. Dr. K. Miller (7) identificou doze sistemas de manejo comuns nos diversos países da América Latina, como também os objetivos primários da conservação de cada um. Os sistemas de manejo são : Parque Nacional, Monumento Natural, Reserva Científica ou Biológica, Santuário de Animais Selvagens, Reservas de Recursos, Floresta Nacional, Reserva ou Fazenda de Caça, Zona de Proteção, Áreas de Recreação, Servidão e Direito de Passagems relativa a Paisagem, Monumentos Culturais e Programas de Proteção de Correntes de água.

Os sistemas de manejo que uma nação pretende adotar deveriam ser listados e definidos através da legislação relativa, mencionando os objetivos de cada um.

Plano do Sistema de Parques Nacionais

Provavelmente nenhuma legislação sôbre unidades de conservação no mundo antecipa a preparação de um Plano do Sistema de Parques Nacionais. Embora um artigo que requeira tal plano forneceria um mandato legal para uma sistemática introdução biológica na criação de unidades de conservação. Um Plano do Sistema de Parques Nacionais é um documento que identifica os diversos tipos de áreas a serem incluídas na conclusão do Sistema de Parque Nacionais do país. Uma vez elaborado, êle permite aos departamentos governamentais correspondentes estabelecer prioridades na seleção de novas áreas, e no despojamento das áreas impróprias, como também a coordenação com entidades de planejamento nacional. Outrossim, permite aos departamentos formar metódicamente e agressivamente um sistema de parques que representa a herança natural e cultural do país, em vez de confiar em ad hoc indicações oportunistas.

Planos como êste existem agora no Canadá (8), nos Estados Unidos(9)

e na Grecia (10) em quanto no Equador foi feito um trabalho similar (11). No Brasil já foi iniciado um plano como êste (12) e terá a maior prioridade nos anos de 1977-1978 no Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do país. O plano brasileiro consistiria de duas componentes: A Análise da Estruturabiofísica Nacional e o Sistema Nacional das Unidades de Conservação.

Providências para Estabelecer Penalidades

No nível da política geral da legislação será suficiente mencionar que poderiam estabelecer-se penalidades para a infração dos regulamentos (a serem determinados) nas unidades de conservação de acôrdo com o Código Civil e outra legislação em vigor.

Propriedades das terras

Um artigo deveria indicar que as unidades de conservação se tornarão propriedades físicas do Estado, e autorizar claramente a expropriação de terras e melhoramentos a fim de obter por parte, o contrôle do Estado. Apesar de que isso não é feito no Japão, na Inglaterra e em outros países Europeus devido a uma longa história de ocupação legal, na opinião do autor, seria altamente desejável realizar isto quando há oportunidades.

Um parágrafo separado dêsse artigo poderá permitir o estabelecimento de zonas-reservadas, se for necessário, ao redor das unidades de conservação, permitindo restrições e limitações nas propriedades particulares nestas zonas.

Ainda em um outro parágrafo dêsse artigo poderia proibir a ocupação especulativa negando o reconhecimento do valor de novos melhoramentos nas áreas já declaradas.

Designação do Corpo Administrativo

Um artigo deveria delegar a responsabilidade da administração, proteção e desenvolvimento das unidades de conservação para um "corpo-governa-

mental competente". Um parágrafo separado deveria autorizar a este corpo-governamental para preparar decretos regulamentares ou declarações de políticas gerais, estabelecendo detalhadamente a política, proibições, regulamentos e normas de procedimento do Sistema de Parques Nacionais.

Exigências dos Planos de Manejo

Os planos de manejo servem como base para o funcionamento das unidades de conservação a nível individual. Enquanto detalhes não são necessários na política geral de legislação, será apropriado um artigo que exija que um plano de manejo seja preparado para cada unidade, de preferência por um grupo de planejamento interdisciplinário. Mesmo assim, é necessário revisar e atualizar estes planos periódicamente.

Procedimento no estabelecimento de Unidades de Conservação Federais

O estabelecimento de unidades de conservação deve obedecer a disposição do mais elevado nível governamental. A "autoridade governamental competente", de acôrdo com o Plano do Sistema de Parques Nacionais, poderia originar recomendações para novos parques ou reservas. Porém, um artigo relativo a isso poderá requerer opiniões favoráveis dos Conselhos Nacionais, Científicos e Técnicos; Departamentos Nacionais de Planejamento; e Conselhos Nacionais de Proteção do Meio-Ambiente, se existem, prior a aprovação do Congresso ou a assinatura presidencial nos decretos da criação.

LEIS REGULAMENTARES PARA IMPLEMENTAÇÃO

O dedreto regulamentar, ao contrário da legislação de política geral* discutida acima, deveria conter normas detalhadas para o funcionamento diário do Sistema de Parques Nacionais. Como geralmente é uma lei em uma ca

---

* P.H. Sand, oficial da legislação do meio-ambiente da FAO, descreveu algumas formas da assistência técnica internacional (13) disponível para a legislação do meio-ambiente nos níveis de política e de regulamentação.

tegoria inferior promulgada pelo Ministerio incluindo a "autoridade governamental competente", é usualmente uma lei bastante flexível. Normas regulatórias toleram variações geográficas e permitem a incorporação de detalhes técnicos desconhecidos pelos legisladores. Este tipo de sistema permite adaptações conforme a necessidade, sem nova legislação maior.

Como a maioria da legislação é constituida por um acôrdo pluralístico de considerações políticas/técnicas/legais, as leis nem sempre são tecnicamente perfeitas como seria desejável. No caso do Código Colombiano algumas restrições foram aplicadas devido a um mandato legislativo. Além disso, foram cortados mais do que 50 artigos da minuta do Código quando voltou do Gainete Presidencial. As leis regulamentares possibilitam a recuperação pelo menos daquela parte da legislação de política geral que foi considerada "muito regulamentária".

Exemplos de declarações de política de manejo (18) ou administração (14) (15) são bastante comuns e podem incluir muitos assuntos. O "Acuerdo Nº 42 de 1971" da Colombia foi um passo importante no estabelecimento dos estatutos de parques na América Latina. Enquanto que êste acôrdo atualmente está sendo revisado para coincidir com o Código do Meio-Ambiente de 1.974, partes dêle serviram como modêlo aproveitável para outros países. Quando uma nação entra nesta fase de legislação seria aconselhável juntar material similar de vários países para selecionar aqueles ítens que se adaptarão melhor na própria situação. Como é impraticável entrar em detalhes sôbre todos os ítens possíveis a serem incluídos, oito ítens importantes serão mencionados mais adiante.

Objetivos Secundários

De acôrdo com os objetivos principais determinados na lei de política geral, objetivos secundários podem ser mencionados apropriadamente aqui. Alguns exemplos são:

- Promover pesquisas em pontos destacados da herança cultural e natural do país.
- Capacitar Brasileiros, Bolivianos, Colombianos, Peruanos, Venezuelanos, etc. para identificar e entender pontos destacados da sua hernaça natural e cultural.
- Proporcionar aos visitantes oportunidades de recreação compatíveis com os objetivos principais das unidades de conservação.

Definições

A terminología exata é um recurso que ajuda nas atividades diárias. Palavras chaves como por exemplo "plano de manejo", "zonificação" e "interpretação ambiental" merecem uma definição nêste lugar.

As categorías das zonas aptas para planos de manejo também deveriam ser claramente definidas. Um sistema de zonificação que, está de acôrdo com modernas normas internacionais e que está recebendo uma ceitação crescente na América Latina, como em outros países do mundo, inclue as seguintes categorías (16) :

Zonas de Proveito Intensivo	Zona Científica
Zona do Proveito Extensivo	Zona Primitiva
Zona da Recuperação Natural	Zona Histórico-Cultural
Zona do Proveito Especial	(Zona Tampão)

Responsabilidades e Poderes da Autoridade Administrativa

As responsabilidades e poderes da "autoridade governamental competente" variam de país a país. Isto deveria ser delineado aquí se não fôsse abrangido já em outra legislação.

Normas de Manejo

A fím de completar o artigo na lei de política geral, que requer planos de manejo, detalhes específicos podem ser articulados na lei regulatória. Isto pode incluir a definição das zonas que serão aproveitadas dentro de um sistema de manejo, cujas atividades e facilidades serão permiti

das em cada zona, como também normas para edificações, estradas, sistemas de esgôtos e marcações. Concessões e contratos, prêços de entrada e uso , contrôle e vigilância são assuntos que poderão ser tratados aquí.

Também poderá ser incluida a previdência permitindo a "autoridade governamental competente" estabelecer a capacidade máxima de cargo nas áreas de sua jurisdição.

Penalidades e Multas

As penalidades por violação deverão ser claramente estabelecidas. Em vêz de valores fixos é melhor estipular multas em um valor equivalente ao salário mínimo vigente, permitindo assim, um reajuste para inflação. O dinheiro recolhido desta maneira deveria ser aplicado únicamente em melhoramentos dos parques.

Penalidades como detenção e confiscação de armas e ferramentas, devem estar de acôrdo com o Código Civil e Penal existente.

Direitos e Obrigações do Público

Um artigo deve permitir o uso das unidades de conservação, de acôrdo com os planos de manejo, para todas as pessoas independentes de raças, filiação política, religião ou classe social. Outros artigos poderão tratar as licenças de entrada, responsabilidade dos visitantes para riscos a êle mesmo e, serviço de guías públicos.

Pesquisas feitas por pessoas ou por Institutos deverão ser controlados no sentido de que serão somente aceitas pesquisas que não podem ser efetuadas fora dos limites da unidades de conservação. As unidades de conservação são, de uma maneira ideal, o melhor que uma nação possui, e êste constrangimento eliminará o uso das áreas como simples cenário. Cópias de coleções, de fotografias e publicações, como também relatórios periódicos deverão ser solicitados dos pesquisadores, uma vêz que foi concedida a autorização por escrito.

Proibições

Será conveniente incluir aquí, uma lista geral de proibições de acôrdo com as circunstancias locais. A minuta proposta do Decreto Regulatório da Colombia (17) especificou 31 proibições.

Providências Gerais

Esta parte da lei regulatória permite um esclarecimento de "assuntos indesejáveis" específicos de cada país. Por exemplo, na Colombia foram tomadas providências para mudar o nome do assim chamado "parque nacional" que na realidade era um parque urbano em Bogotá. Esta parte da minuta do Decreto Regulatório também sugeriu mudar os "parques naturais nacionais" da Colombia para "parques nacionais" de acôrdo com as normas internacionais, mas principalmente pelo fato de que os pontos culturais feitos pelo homem são maiores atrações em algumas dessas áreas. Isso tornou o têrmo "natural" inapropriado.

APLICAÇÃO DA LEI

Legislaçaõ das unidades de conservação, em sí, não é nada sem a sua aplicação. Porém a aplicação não se limita apenas em "ações policiais". Logo após a aprovação da legislação, é necessária uma divulgação ampla através dos meios de comunicação e publicações especiais para fazê-la do conhecimento da população.

As organizações administrativas talvêz necessitem ser renovadas para poder cumprir as nossas responsabilidades. Isso é uma época ideal para acabar com procedimentos ineficientes, e fortalecer o corpo administrativo nas áreas onde o empenho foi adiantado pela legislação.

O treinamento também é uma parte integral da aplicação da lei. O pessoal que não elaborou diretamente a legislação necessitará de um pequeno curso explicando suas complexidades. Isso tem uma importância especial no nível administrativo encarregado de aplicar diretamente a lei. Seminários públicos também serão aconselháveis.

Enfim, a medida que a nova legislação cría compromissos adicionais, serão necessários mais recursos humanos e financeiros para a sua implementação. Deverí a ser elaborada nova legislação das unidades de conservação, sempre tendo-se em vista esta última consideração ... serão disponíveis os recursos suficientes para permitir sua implantação e sustentação?

RESUMO

Quatro assuntos foram discutidos nêste trabalho, principalmente no que se refere ao ponto de vista técnico e administrativo.

1 - A evolução histórica da legislação do meio-ambiente e recursos naturais foi descrita, começando nas leis primárias sôbre diversos proveitos dos recursos específicos, até a legislação referente a totalidade do meio-ambiente. Esta última categoria, ou Lei do Meio-Ambiente, inclui realísticamente as unidades de conservação como apenas uma parte da totalidade do meio-ambiente, e é um contexto estrutural apropriado para a moderna legislação sôbre unidades de conservação.

2 - Dentro do contexto do Código do Meio-Ambiente, menos do que vinte artigos bem redigidos necessitam de uma ligação especial com as unidades de conservação. Porém nêste campo é importante que os artigos sejam claros e concisos na fixação da política geral da nação. Alguns aspectos principais abrangidos são: a definição do têrmo "Sistema de Parques Nacionais", objetivos, sistemas alternativos de manejo, Plano do Sistema de Parques Nacionais, uma indicação sôbre as penalidades que serão estabelecidas, propriedades da terra, designação do corpo administrativo, exigência do Plano de Manejo, e procedimentos no estabelecimento de unidades de conservação.

3 - A lei regulatória, ao contrário da legislação sôbre política geral, deverá conter normas detalhadas para o funcionamento diário. Como habitualmente é uma lei de segunda categoria na América Latina, ela tem a vantagem de flexibilidade e consequentemente pode ser adaptadas a novas descobertas científicas ou mudanças nas prioridades sociais. Muitas nações teem leis reguladoras ou enunciadas políticas equivalentes. Uma revisão de tantas quantas sejam possíveis sería um bom ponto de partida para as autoridades que pretendem promulgar uma nova legislação de unidades de conservação nêste nível. Alguns aspectos principais abrangidos são: objetivos secundários, definições, responsabilidades e poderes da autoridade adminis-

trativa, sistema de zonificação para os planos de manejo e outras normas administrativas, penalidades e multas, direitos e obrigações da população, lista de proibições e providencias gerais.

4 - O assunto final debatido foi a execução da legislação das unidades de conservação. A execução foi considerada em um sentido amplo para incluir divulgação, reorganização administrativa, treinamento, como também as ações policiais. A vontade e habilidade do govêrno em dedicar recursos financeiros e humanos a execução deveria ser o primeiro fator a ser considerado na elaboração de uma nova legislação das unidades de conservação.

Foi apresentada aquí, uma sínteses técnica oriundas das experiencias de vários países. Como a maioria das leis são compromissos pluralísticos de considerações políticas, técnicos e legais, estas leis nem sempre serão técnicamente perfeitas como desejamos. Devido a isto, será aconselhável avaliar críticamente a chamada "legislação modelo" em têrmos da própria situação do país. Cada nação tem os seus constrangimentos sociais e políticos próprios, os quais, enfim, são os fatores dominantes na elaboração de uma nova legislação de unidades de conservação.

LITERATURA CITADA

1) Cano, Guillermo J. 1976, Methodology for integrated legislation on human environment and natural resources. Item 2, 11 of Provisional Agenda. Regional Expert Consultation on Environmental Development. Bogotá, Colombia. FAO/RLAT. Santiago, Chile 28 pp.

2) Wetterberg, G.B. and Meganck, R.A. 1976. Colombian national parks and related reserves: research needs and management. Paper prepared for Commission on Man And Environment of International Geographical Union XXIII International Geographical Congress. Rostov-Kazan USSR. July 15-26, 1976, 60 pp.

3) Wetterberg, G.B.; Dávila, Alvaro; and Meganck, R.A. 1975. Recopilación de normas legales y reglamentarias sobre parques nacionales en Colombia. Annex D.2 (d) FAO Final Report to Colombian Government RLA/72/028 TF 199, 15 pp.

4) Wetterberg, G.B, 1974. The history and status of South American nacional parks and an evalution of selected management options. PhO dissertation Univ. of Washington. Publication Nº 74-29, 525. Vol. XXXV,Nº 7, 1975. Dissertation International, Ann Arbor, Michigan USA 48105 270pp

5) Wagar, J.A. 1966. Quality in outdoor recreation. Trends in Parks And Recreation. Vol. 3 Nº 3. Park Practice Program. National Conference on State Parks. Washington D.C. p.p. 9-12.

6) Miller, K.R. 1976. Global dimensions of wildland management in relation to development and environmental conservation in Latin America.- Item 2.5.5 of Provisional Agenda. Regional Expert Consultation on Environmental Development. Bogotá, Colombia. FAO/RLAT. Santiago, Chile 15 pp.

7) Miller, K.R. 1974. Ecological guidelines for the management and development of national parks and reserves in the American humid tropics. Paper Nº 6 Session II. Proceedings of IUCN International Meetings Humid Tropics (Caracas) IUCN Morges New Series Nº 31 pp. 91-108.

8) Canada, Ministery of Indian Affairs and Northern Development. 1972.- National parks system planning manual. (2nd edition, 2nd printing 1974) Part A-Terrestrial environment of Canada, 119 pp.; Part B-Marine Environments of Canada, 20 pp.

9) U.S. Departament of Interior. 1972. National park system plan. Part One History, 164 pp.; Part Two-Natural History, 140 pp. National Park Service, Washington, D.C.

10) Larsen, J.W. 1974. National park system (natural history) for Greece. U.S. Dept. of Interior. National Park Service. Wash. DC 162 pp.

11) FAO 1976. Estrategia preliminar para la conservación de areas silvestres sobresalientes del Ecuador. Informe Final. Based on work of Allen D. Putney. UNDP/FAO/ECU/71/527. Quito. 61 pp.

12) Wetterberg, G.B.; Jorge Padua, M.T.; Soares de Castro, C.; e Carvalho de Vasconcelos, J.M. 1976. Una análise de prioridade de conservação da natureza na Amazonia. PRODEPEF Série Técnica UNDP/FAO/IBDF/BRA-545 (In Press).

13) Sand, P.H. 1976. Environmental legislation and tecnical assistance. Item 2.10 of Provisional Agenda. Regional Expert Consultation on Environmental Development. Bogotá, Colombia. FAO/RLAT. Santiago, Chile 14 pp.

14)- U.S. Department of Interior, 1973. Administrative policies for historical areas of the national park system. National Park Service. Washington, D.C. 170 pp.

15) U.S. Department of Interior. 1970. Administrative policies for natural areas of the national park system. National Park Service. Washington, D.C. 147 pp.

16) Moseley, J.J.; Thelen, K.D.; and Miller, K.R. 1974. Planificación de parques nacionales. Documento Tecnico de Trabajo Nº 15. Proj. FAO/RLAT/TF 199. Santiago, Chile 43 pp. (1976 editions in French) and English. FAO Rome).

17) FAO 1975. Proyecto del decreto reglamentario del sistema de parques nacionales. Based on work of G.B. Wetterberg. Annex D 2a-e of FAO Final Report to Colombian Government-Environment and Natural Resources Code Project. RLA/72/028 TF 199.

18) U.S. Department of Interior, 1975. Management policies. National Park Service. Washington, D.C. 117 pp.

REUNIAÕ INTERNACIONAL SOBRE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO AMAZONICA

" ALGUNS DADOS RELATIVOS AOS CUSTOS E BENEFICIOS DE PARQUES NACIONAIS NA AMERICA LATINA"

Arne Dalfelt

M.S. Especialista em Manejo de Areas Silvestre
Departamento de Ciencias Florestais.
Centro Agronómico Tropical de Investigação e Ensino - CATIE
Turrialba, Costa Rica

Santarém, PA., BRASIL,

Novembro 8-14 de 1976

I N D I C E

I. AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à todas as pessoas que apoiaram êste levantamento. Especialmente agradeço ao Dr. Kenton R. Miller, pelas idéias e orientações que me levaram a iniciar o trabalho, ao Kyran D. Thelen, que contribuiu com valiosos conselhos e apoio, à Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e ao Departamento de Ciencias Florestais do Centro Agronômico Tropical de Investigação e Ensino em Turrialba, Costa Rica, pela assistencia prestada.

Envío também meus reconhecimentos para todas as pessoas que colaboraram com dados e informações desde a Patagonia até o México.

Arne Dalfelt

II - Introdução

O problema básico para encontrar meios de quantificar custos e benefícios de uma área protegida como um parque nacional não é novo. Conservacionistas sempre enfrentaram êste problema tentando determinar os valores de conservação e expressar estes valores numa linguagem significativa para o público, e para os homens de decisões elevadas. Enquanto os defensores de programas e projetos alternativos tinham possibilidade de mostrar numéricamente os valores econômicos, oriundos de proveito de outras áreas, sempre foi difícil para os conservacionistas estabelecer valores monetários para estética, conservação de Fauna e Flora, cultura, etc. A existencia dêsses valores não é negociável mas é muito difícil quantificá-los.

Nos países em desenvolvimento a falta de reconhecimento dêsses valores muitas vezes é o maior obstáculo para os conservacionistas, em obter apoio governamental, no estabelecimento e administração de parques nacionais e outras áreas protegidas.

Ainda não é aceito por todos que a conservação dos recursos naturais e culturais, e utilização dêsses recursos, para proveito benéfico da sociedade como por exemplo, o valor da recreação no campo, merece um tratamento igual políticamente e e economicamente, como se dá na saúde pública, educação e outras atividades similares não econômicas. Os conservacionistas e defensores do meio ambiente devem continuar a procurar meios para quantificar êsses valores e apresentar argumentos mais defensíveis em favor da conservação do meio ambiente.

Este trabalho não pretende estabelecer a fórmula da avaliação dos numerosos valores intangíveis, que são relacionados aos parques nacionais. Êle tem como objetivo apenas a descrição de diversos custos e benefícios relativos a estas áreas, e, apresentar a coleção de informações relativas e êstes custos e benefícios de alguns

parques e reservas da América Latina. Esperamos, que estas informações ajudem os conservacionistas, os govêrnos, administradores de terra e a população em geral na avaliação relativa a conservação.

Queremos chamar a atenção que nêste trabalho os custos e benefícios ou investimentos e rendimentos tem um significado algo discordante do normal. Dêste modo o desenvolvimento rural, oportunidades de investimentos, oportunidades de emprêgos, etc., são considerados benéficos ou rendimentos enquanto os conflitos nos uso da terra, planejamento, aquisição de terreno, etc., são considerados investimentos ou custos. Êste fato será mencionado em diversos capílos.

Foi feito um esfôrço para coletar dados relativos aos benefícios e custos de um número estatísticamente representativo de parques e reservas da América Latina, o que podería ser usado para documentar o valor das áreas protegidas. Mas não tivemos sucesso como está descrito no capítulo seguinte, no ítem "coleção de dados".

Pensando nisto esperamos que as informações apresentadas trarão algum proveito, na tentativa de aumentar a eficiência da administração e manejo dos recursos naturais e culturais da América Latina.

III Bases estatísticas e coleção de dados

Devido a inexistência de relevantes dados estatísticos na maioria das países da América Latina, êste trabalho se afastou da idéia original de fazer um estudo comparativo de análises de custos.

O fato de que cada país usa um sistema orçamentário diferente e consequentemente atividades similares da programação como por exemplo, proteção ou serviço de visitantes são muitas vêzes lançados em categorias orçamentárias pouco especificadas como administração ou pessoal, o que impossibilita a determinação correta do valor aplicado atualmente no programa. Por esta razão é práticamente

impossível comparar orçamentos entre os países ou mesmo até entre diferentes parques no mesmo país.

Outro problema é que as informações estatísticas sôbre diversos ítens que interessam nêste estudo não existem na maioria dos países.

Alguns dêsses dados que se baseiam em estimativas do govêrno, podem ser inexatos. Devido a isso reduzimos a coleção de dados para êstes casos onde tenha sido possível obter informações exatas.

Sempre quando foi possível e geralmente ligado a outras atividades das viagens, os dados foram coletados.

Por isso a amostra obtida não se pode considerar como estatísticamente ao azar e nem sistemática, que óbviamente transforma-se em um possível êrro na amostra. Qualquer estratificação dos parques nacionais não podem ser consideradas praticável devido as grandes diferenças na maneira de administração, as diferenças de recursos naturais, financeiros e humanos disponíveis, e devido a inúmeros outros fatores. Os resultados e conclusoẽs devem ser considerados, devido a isso, apenas como coleção de informações sem prova estatística.

A. INTRODUÇÃO GERAL NO SISTEMA DE PARQUES NACIONAIS DA AMERICA LATINA

1. Retrospectiva histórica

No início do século XIX foi introduzido na América Latina a idéia de parques nacionais, quando o primeiro movimento de conservação desenvolveu-se e quando em seguida foram criados diversos parques mas até uns anos atrás não existia uma expansão significante do programa de parques nacionais desta região.

A rápida destruição e perda de pontos inigualáveis e do ecosistema, resultou a fundação de varios parques na última década.

Como resultado do crescente interesse na conservação da herança cultural e natural dêsse continente, projetos de parques nacionais ou reservas estão sendo incluídas em vários programas nacionais de desenvolvimento da América Latina.

2. Distribuição geográfica

A distribuição de parques nacionais atualmente, segundo a lista de parques nacionais e reservas das Nações Unidas preparadas pela IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources), encontra-se no mapa Nº 1.

3. Custos e Benefícios

O estabelecimento e administração de um parque nacional óbviamente requer certos custos financeiros, mas também produz resultados benéficos. Alguns dêsses benefícios (e certos custos) são considerados a ser economicamente intangíveis, isto significa a impossibilidade ou dificuldade em medi-los. Exemplo dêsses benefícios intangíveis são as belezas paisagísticas, tradições culturais ou ruínas arqueológicas protegidas.

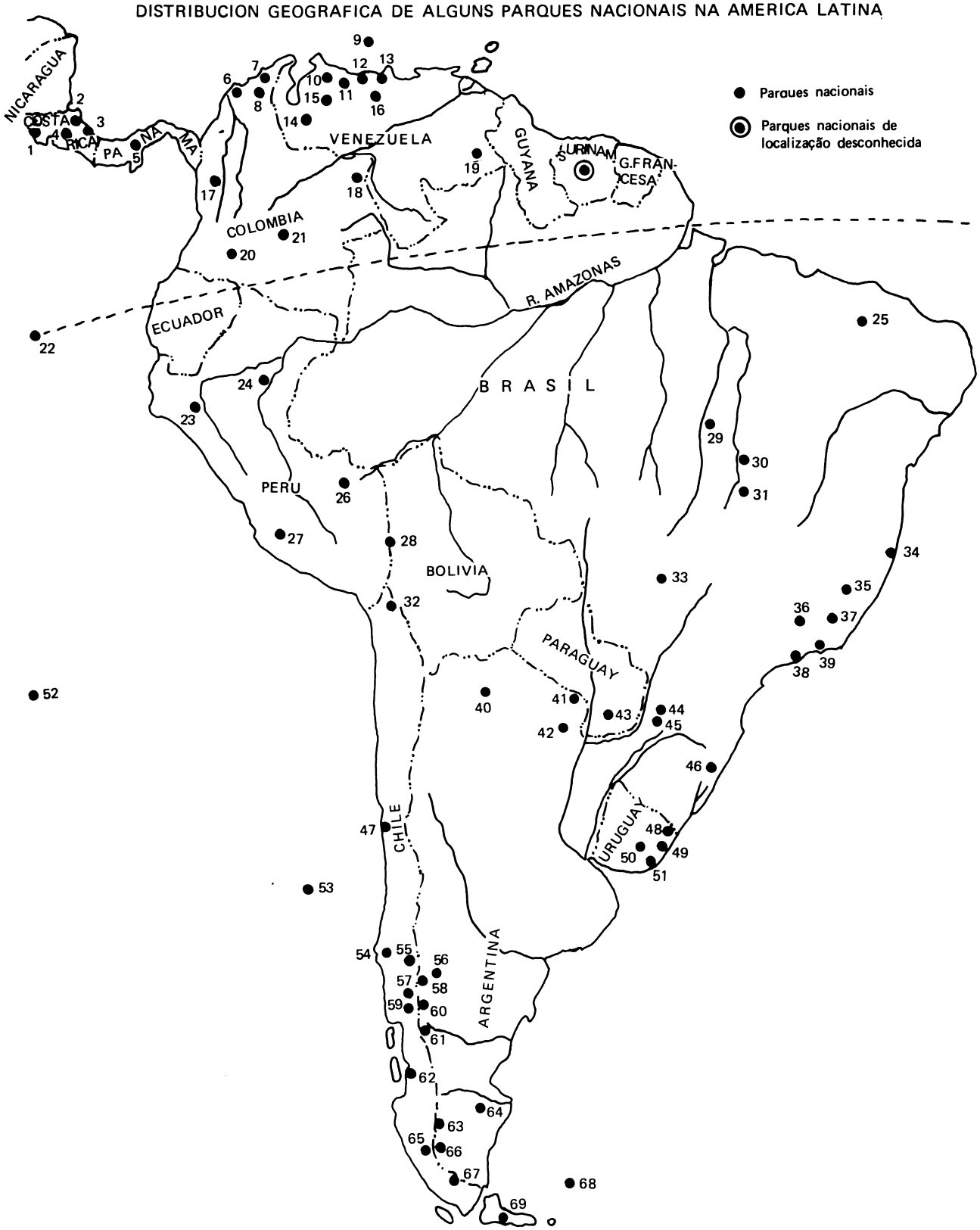
Existem muitos que julgam todos os benefícios como intangíveis, em última análise, porque eventualmente contribuem para a satisfação

do homem. Então o têrmo "tangível" refere-se á nossa habilidade de medir os benefícios.

Porém os benefícios intangíveis considerados nêste estudo, são muito reais e muitas vêzes aparecem por meio de outros setores não separáveis, mas como parte integral de outros benefícios. Isso é o caso das paisagens e sua relação com o turismo, material genético e sua relação á ciencias, ou recreação e sua relação com a saúde pública e o bem estar. Devido a dificuldade de medir êsses valores êles são muitas vêzes vistos por cima pelos políticos, líderes governamentais como também pela população geral da América Latina.

Êste estudo é uma tentativa de mostrar alguns custos e benefícios da conservação de certas áreas como parques nacionais ou unidades similares de conservação.

DISTRIBUCION GEOGRAFICA DE ALGUNS PARQUES NACIONAIS NA AMERICA LATINA



Referencia no Mapa

1. Santa Rosa
2. Tortuguero
3. Cahuita
4. Volcan Poas
5. Altos de Campana
6. Isla Salamanca
7. Tayrona
8. Sierra Nevada
9. Archipielago "Los Roques"
10. Cueva de la Quebrada del Toro
11. Yurubi
12. Henri Pittier
13. El Avila
14. Sierra Nevada de Merida
15. Yacambu
16. Guatopo
17. Las Orquídeas
18. El Tuparro
19. Canaima
20. Purace
21. Sierra de la Macarena
22. Galapagos
23. Cutervo
24. Pacaya
25. Sete Cidades
26. Manu
27. Pampa Galeras
28. Ulla Ulla
29. Araguaia
30. Chapada dos Veadeiros
31. Brasilia
32. Lauca
33. Emas
34. Monte Pascoal
35. Caparaó
36. Itatiaia
37. Serra dos Orgãos
38. Serra da Bocaina
39. Tijuca
40. El Rey
41. Río Pilcomayo
42. Chaco
43. Ybycui
44. Iguaçu
45. Iguazu
46. Aparados da Serra
47. Fray Jorge
48. San Miguel
49. Santa Teresa
50. Arequita
51. Cabo Polonio
52. Easter Island
53. Juan Fernández
54. Nahuelbuta
55. Congullio
56. Laguna Blanca
57. Lanin
58. Puyehue
59. Vicente Pérez Rosales
60. Nahuel Huapi
61. Los Alerces
62. Laguna San Rafael
63. Perito F.P. Moreno
64. Pretrified forest
65. Bernardo O'Higgens
66. Los Glaciares
67. Torres del Paine
68. Kidney Island
69. Tierra del Fuego
70. A.M. de Agostini
71. Cabo de Hornos

4. Parques Nacionais e Reservas

Há grande variações nas características físicas como também nos motivos para o estabelecimento dos parques nacionais na região.

Os objetivos de alguns parques da América Latina, são demonstrados na tabela Nº 1.

De acôrdo com os critérios internacionais o parque nacional deveria ter um ecosistema inalterado, em conjunto com outros fatores ou fenômenos naturais de alto valor científico ou estético. Êle deveria ter também uma zona natural protegida, pelo menos 1.000 hec., e ao mesmo tempo um orçamento suficiente para proteger eficientemente os recursos naturais.

Pelos líderes governamentais, legisladores e a população em geral da América Latina a idéia do Parque Nacional muitas vêzes é vista num contexto diferente da definição internacional comumente aceitada. A legislação também muitas vêzes não determina claramente as definições e propósitos de parques nacionais, assim é possível considerar áreas como parques nacionais, sendo áreas de apenas alguns hectares, muitas vêzes em condições completamente artificiais ou alteradas pelo homem como também permite usos incompatíveis, com critérios internacionais.

De fato, em alguns parques nacionais da América Latina são aplicados todos os critérios internacionais, principalmente em relação a administração, organização e aspectos de proteção.

Reservas equivalentes é um têrmo usado para áreas que cumprem os requisitos de parques nacionais, relativa enquanto tiver uma proteção geral, extensão acima do limite mínimo e preservação adecuada do seu status.

As reservas equivalentes diferem dos parques nacionais em dois critérios: 1) - Como reserva estrita da natureza e onde a visitação pública não é permitida e, 2) Como áreas protegidas por outras auto-

ridades não sendo governamentais. Existem relativamente poucas dessas áreas e muitas vêzes a administração é diferente dependendo da nação, devido a falta de critérios internacionais. Uma lista de parques nacionais e reservas equivalentes da América Latina, conforme a lista das Nações Unidas, com sua respectiva extensão, encontra-se no Anexo Nº 1.

B. CUSTOS COMPREENDIDOS NO ESTABELECIMENTO E OPERAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS E RESERVAS NA AMERICA LATINA.

1. Recursos Humanos

No contexto dêsse trabalho, recursos humanos ou pessoais, necessários para a administração e operação de parques nacionais ou reservas, são considerados como custos ou investimentos, diferentes dos custos salariais.

Parques Nacionais tem uma extrutura administrativa relativamente complexa incluindo o planejamento, administração, serviços aos visitantes e proteção. Se o objetivo é alcançar uma administração efetiva, isso requer um investimento obrigatório do pessoal. Porém, devido a falta geral de verbas na América Latina e o pessoal com insuficiente treinamento, raramente são encontradas as condições ideais. Isso geralmente causa sérios problemas, num lado na proteção dos recursos e no outro lado nos preparativos necessários o dos serviços aos visitantes.

Devido isso, até agora programas adequados de proteção não estão sendo implantados mesmo nos parques com administração mais intensiva. Por exemplo, o parque nacional Santa Rosa na Costa Rica, considerado como um dos parques com a melhor administração da América Central, não é capaz de fornecer uma proteção total para algumas espécies selvagens contra caçadores furtivos e o Parque Nacional El Avila na Venezuela, um parque com uma das mais intensivas vigilâncias, tem problemas constantes com invasores.

Tabela Nº 1

Objetivos principais da fundação de alguns parques nacionais e reservas da América Latina.

Parques Nacionais	Objetivos da fundação
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Proteção de pontos históricos e zonas ecológicas.
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	Proteção de pontos geológicos e zonas ecológicas.
P.N. Tayrona, Colombia	Proteção de zonas ecológicas, paisagens e pontos arqueológicos.
P.N. Salamanca, Colombia	Proteção de pássaros e mangues.
P.N. Henri Pittier, Venezuela	Proteção de Flora, Fauna e bacias hidrográficas.
P.N. Canaima, Venezuela	Proteção de bacias hidrográficas, paisagens e pontos inigualáveis.
P.N. El Avila, Venezuela	Proteção de bacias hidrográficas, paisagens e áreas recreativas.
P.N. Guatopo, Venezuela	Proteção de bacias hidrográficas, flora e fauna.
P.N. Arquipélago Los Roques, Venezuela	Proteção dos ecosistemas marinhos e das ilhas.
P.N. Iguazu, Argentina	Proteção de pontos inigualáveis, turismo, proteção da flora e da fauna
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	Proteção de paisagens e recreação/ oportunidades turísticas.
P.N. Tikal, Guatemala	Proteção de ruinas arqueológicas.
P.N. Manu, Peru	Proteção de zonas ecológicas e recursos geneticos.
Reserva, Pampa Galeras, Peru	Proteção da vicunha para sobrevivencia da espécie e sua utilização.
Reserva Pacaya, Peru	Proteção da vida selvagem e do potencial de pesca.
P.N. Santa Teresa, Uruguai	Proteção de ruínas históricas e áreas de recreação.
P.N. Tijuca, Brasil	Proteção de áreas de recreação e paisagens.
P.N. Las Orchideas, Colombia	Proteção de orquídeas silvestres e outras espécies de flora.
P.N. Ilhas de Galapagos, Equador	Proteção de flora e fauna regional endêmica.

* É possível que a tabela não esteja completa.

A tabela Nº 2 mostra o número total de empregados, visitantes anuais, visitantes por empregado, tamanho do parque em hectareas e hectareas por empregado, em uma amostra estatística de alguns parques nacionais na América Latina. Existe uma série de fatores que são determinantes no requerimento do número de empregados. Êstes incluem a atração do parque, a infra-estrutura, a pressão humana e a proteção especial requerida pela área.

Os parques localizados à distância dos centros urbanos geralmente recebem menos visitantes e consequentemente necessitam de um investimento menor no setor pessoal, mas a existência de uma grande atração, em alguns parques nacionais do continente, causa o contrário.

Em 1971, os parques dos Estados Unidos, tiveram 16.129 visitantes por empregado, como mostra a comparação adicional na tabela Nº 2. Isso é um número de visitantes bem maior por empregado do que nos parques da América Latina. Conclui-se que um desenvolvimento elevado e um serviço de previdência organizado como os encontramos no sistema implantado nos parques nacionais dos Estados Unidos, mais visitantes baixarão o investimento no setor pessoal por visitante. Provavelmente se pode afirmar que nenhum parque na América Latina tenha condições de receber maior número de visitantes, sem colocar os objetivos da proteção em perigo.

Não obstante, a grande diferença numérica, comparando os Estados Unidos e a América Latina pode resultar, de outros fatores, como por exemplo a educação do pessoal, estrutura social da sociedade problemas na proteção muitas das vêzes causadas pelo conhecimento insuficiente e desrespeito tradicional de certas leis e pressão da subsistência da agricultura e práticas florestais, que são muito maiores na América Latina, e requerem um investimento pessoal maior por hectare.

Parece o valor que os parques nacionais representam para os norteamericanos é uma consequência do respeito e compreensão que êles dispõem aos parques. A América Latina ainda não chegou a êste nível.

Tabela Nº 2

Número de empregados, visitantes anuais, visitantes/empregados, hectares e hectares/empregado em alguns parques nacionais na América Latina (1973).

Parque Nacional/ Reserva	Nº de Empregados	Visitantes anuais	Visitantes p/empregados	Número Hectares	Hec.p/ Empregado
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	18	15.000	833	9.904	500
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	14	60.000	4.285	4.000	285
P.N. Tortuguero, Costa Rica	1	-	-	18.000	18.000
P.N. Tayrona, Colombia	31	40.000	1.290	11.600	374
P.N. Salamanca, Colombia	31	15.000	483	21.000	677
P.N. Henri Pittier, Venezuela	29	85.000	2.931	90.000	3.103
P.N. El Avila, Venezuela	182	900.000	5.000	100.000	494
P.N. Guatopo, Venezuela	25	120.000	4.800	92.640	3.705
P.N. Iguazu, Argentina	49	200.000	4.020	75.820	1.547
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	164	300.000	1.829	785.000	4.786
P.N. Tikal, Guatemala	52	40.000	769	57.600	1.107
Reserva Ulla Ulla, Bolívia	5	50	10	200.000	40.000
P.N. Manu, Peru	10	13	1	1.532.806	153.280
Reserva Pampa Galeras, Peru	31	100	3	6.500	532
Reserva Pacaya, Peru	13	-	-	660.000	50.769
P.N. Iguaçú, Brasil	44	325.000	7.400	170.000	3.863
P.N. Santa Teresa, Uruguai	85	250.000	3.000	2.700	31
P.N. San Miguel, Uriguai	16	20.000	1.250	1.495	93
Reserva Cabo Polonio, Uruguai	12	-	-	14.250	1.216
Média	43	124.000	2.000	203.000	15.000

2. Custos Salariais

Os recursos humanos ou investimento pessoal envolvem também o desembolso monetário direto para salário. Êste custo é a parte maior dos custos mobiliários nos orçamentos dos parques da América Latina.

A Tabela Nº 3 demonstra os valores das despesas totais com pessoal de alguns parques e também despesas com o pessoal em percentagem do capital mobilizado total ou dos custos variáveis (isto é, salários, manutenção, suprimentos, eletricidade e água, etc.).

Em média, 77% do capital mobilizado é gasto com pagamentos de salários, o máximo é de 97% e o mínimo de 50%. Nos Parques Venezuelanos, até o orçamento total é consumido pelo pagamento do pessoal.

Lembramos que existe em toda parte uma deficiencia de fundos disponíveis, e com êste fato a percentagem relativamente alta da distribuição parcial do orçamento para salários pode ser considerado uma política da administração interna, em parte, devido a grande procura de emprêgo nos países em desenvolvimento. Porém, isso também pode refletir parcialmente a deficiência administrativa e a falta de planejamento que as vêzes desvia partes do orçamento para outros setores da administração e desenvolvimento do parque.

Muitas vêzes o interêsse que existe em proteger reservas naturais do país resulta na deslocação do potencial humano para áreas ameaçadas, no entanto, não existe ou é muito difícil de obter uma sequência na distribuição do orçamento para manutenção, equipamentos e outras despesas operacionais. Esta falta de apoio operacional leva as vêzes, o pessoal para trabalhar abaixo de sua capacidade.

Quando os parques nacionais ou reservas são totalmente instaladas e em funcionamento parece que a despesa com o pessoal diminue em relação de outras despesas operacionais. Por exemplo, em parques como Nahuel Huapi e Iguazu na Argentina, que teem uma estrutura administrativa e um desenvolvimento relativamente intenso, o orçamento salarial é apenas de

56% e 58% das despesas totais mobilizados. Parece que quando o número de visitantes e o desenvolvimento cresce, necessáriamente aumentarão as despesas operacionais em relação aos custos salariais dos parques, assim possibilitando uma administração mais eficiente.

Teóricamente deverí a ser possível separar custos salariais e outros custos relevantes, conforme as diferentes funções necessárias no funcionamento do parque nacional, como por exemplo: direção, administração, pesquisa, planejamento, proteção, serviço de visitantes, etc., porém, não conseguimos devido os diferentes métodos orçamentários utilizados, dos quais a maioria não é especificado nem baseado nas funções.

3. Capacidade técnica do pessoal

O "know-how" técnico e o treinamento podem ser considerados investimentos ou custos na programação do parque, uma vêz que a educação do empregado seja aproveitada nos parques.

Tabela Nº 3

Despesa total com pessoal por ano e despesa com pessoal em % relativas ao total do orçamento variável em alguns parques nacionais da América Latina (em US$ - Ano de 1972)

Parques Nacionais ou Reserva	Despesas total com pessoal por ano :	Despesas com pessoal em % relativas ao total do orçamento variável:
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	19.400	73 %
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	12.900	68 %
P.N. Tayrona, Colombia	23.400	84 %
P.N. Salamanca, Colombia	52.200	95 %
P.N. Henri Pittier, Venezuela	66.000	97 %
P.N. El Avila, Venezuela	522.000	96 %
P.N. Guatopo, Venezuela	50.000	87 %
P.N. Iguazu, Argentina	78.000	56 %
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	200.000	58 %
P.N. Tikal, Guatemala	60.000	66 %
Reserva Ulla Ulla, Bolivia	2.400	92 %
P.N. Manu, Peru	10.000	50 %
P.N. Iguaçu, Brasil	50.000	77 %

Tabela Nº 4

Total de Custos mobilizados, custos mobilizados/hectares, custos mobilizados/visitante, custos imobilizados, custos imobilizados/hectares, e custos imobilizados/visitante em alguns Parques Nacionais da América Latina (Ano - 1973 - US$)

Parques Nacionais e Reservas	Extensão Hec.	Total Cust. Mobilizados	Mob./Hect.*	Cust.Mobi/Visit.	Custos Imobil.	Imob./Hect.	Imobilizados p/visitante
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	9.000	26.400	2.93	1.76	82.000	9.1	5.46
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	4.000	18.800	4.70	0.31	36.000	9.0	0.60
P.N. Tayrona, Colombia	11.000	27.700	2.39	0.69	220.000	9.0	5.50
P.N. Salamanca, Colombia	21.000	54.800	2.61	3.65	130.000	6.2	8.66
P.N. Henri Pittier, Venezuela	90.000	67.900	0.75	0.80	505.000	5.6	5.94
P.N. El Avila, Venezuela	90.000	539.600	6.00	0.50	290.000	3.2	0.32
P.N. Guatopo, Venezuela	92.640	57.100	0.62	0.48	36.200	0.4	0.30
P.N. Iguazu, Argentina	75.800	138.000	1.82	0.69	---	- -	—
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	785.000	340.000	0.43	1.13	---	- -	--
P.N. Tikal, Guatemala	57.600	90.000	1.56	2.25	---	- -	—
Res. Ulla Ulla, Bolivia	200.000	2.600	0.01	52.00	8.500	0.04	170.00
P.N. Manu, Peru	1.532.806	20.000	0.01	1.538.00	40.000	0.02	3.077.00
Res. Pampa Galeras, Peru	6.500	29.800	4.58	298.00	162.800	25.04	1.628.00
P.N. Iguaçu, Brasil	170.000	65.000	0.38	0.20	---	- --	---

* Custos Mobilizados incluem salários.

Tabela Nº 5

Evolução dos Custos Mobilizados e Imobilizados no período de 3 anos por visitantes em alguns Parques Nacionais da América Latina (custos mobilizados incluem custos salariais).

Parque Nacional e País	Custos Mobilizados por visitantes em US$.			Custos Imobilizados por visitantes em US$		
	1971	1972	1973	1971	1972	1973
Tayrona, Colombia	3.74	0.84	0.69	44.00	9.00	5.50
Ilhas de Salamanca, Colombia	5.00	4.40	3.65	13.00	10.80	8.66
Stª. Rosa, Costa Rica	1.40	1.70	1.76	8.20	8.20	5.46
Volcan Poas, Costa Rica	0.13	0.30	0.31	0.28	0.41	0.60
El Avila, Venezuela	0.88	0.63	0.50	0.40	0.35	0.32
Guatopo, Venezuela	0,56	0.47	0.48	0.30	0.28	0.30
Henri Pittier, Venezuela	0.83	0.78	0.75	6.27	5.92	5.94
Iguazu, Argentina	0.92	0.77	0.69	—	—	—
Tikal, Guatemala	4.73	3.75	2.25	—	—	—

No entanto, não foi possível se obter valores numéricos desta educação nos parques nacionais da América Latina.

É necessário um pessoal tecnicamente treinado para desempenhar uma variedade de funções essenciais na direção do parque nacional, incluindo administração, planejamento, proteção de recursos naturais e dos visitantes assim como da manutenção. A maioría dos parques atualmente necessitam a admissão de pessoal treinado.

Em uma seleção internacional de 20 parques nacionais que teem um total de 806 empregados com horário integral, 136 tinham treinamento técnico (17%). Aproximadamente 5% do total eram pessoas com alguma educação de nível universitário. Porém, é possível que existam muitas diferenças individuais e significantes. O treinamento profissional técnico que o pessoal recebeu nem sempre é relacionado ao campo de recursos naturais. Atualmente parece que muitas vêzes o pessoal do parque é treinado em especialidades bastante diferentes, como arquitetura, administração pública, contabilidade, etc. Apesar disso, a maioria é treinada em especialidades ligadas ao parque, como agricultura e silvicultura.

Existe uma enorme necessidade de oportunidades de treinamento adicionais para o pessoal na direção dos parques nacionais.

4. Custos Mobilizados e Imobilizados

Foi feito uma tentativa de separar os ítens do orçamento para poder comparar os parques entre sí, mas não foi possível por falta de dados, e ceto os cutos salariais (mobilizados e imobilizados). Nos custos mobilizados, são incluídas as despesas como por exemplo: salários, suprimento de consumo, eletricidade, água, gasolina e despesas anuais similares. As despesas imobilizadas, incluem despesas de casas e construções, infra-estrutura, suprimentos não consumíveis, como por exemplo: veículos e equipamentos.

A tabela Nº 4 demonstra o total de custos mobilizados, total de custos mobilizados por hectare, e, total de custos mobilizados por visitan-

te de alguns parques na América Latina. O total dos custos mobilizados indica que os salários são incluídos. Os valores se referem a um ano (1973)

A amostra é pequena demais para se tirar conclusões exatas, mas parece que existem diferenças consideráveis de custos/hectare, ou custos/visitante aplicados nos parques de um país, e entre os parques de vários países.

Um parque relativamente pequeno geralmente tem despesas mais elevadas por hectare do que um parque maior. Isto significa óbviamente que há certas estruturas ou suprimentos comuns para um parque, relativamente independentes da extensão. Os custos por visitante parece ser menos ligados ainda. Resultados extremos foram obtidos nas reservas Ulla Ulla na Bolívia, Pampa Galeras e P.N. Manu no Peru; ambos, Ulla Ulla e Pampa Galeras, são reservas com objetivos claramente especificados, que não tem atração para um grande número de visitantes. Manu é um parque novo, até certo ponto destinado a preservação genética e com acesso muito difícil para visitantes. Isso causa os altos custos por visitantes nêstes parques.

Deve ser mencionado, que em nenhum parque da tabela Nº 5, podem ser considerados concluídos os investimentos programados pela administração, como também nenhum parque já alcançou a capacidade total de visitantes, talvez com excessão de certas regiões do parque nacional do Iguazu. A visitação aumenta e naturalmente os custos por visitante diminuem até quando a capacidade total é alcançada, e outros investimentos ulteriores serão necessários.

5. Investimentos territorial

Desde parques nacionais e reservas são caracterizados pela relativa extensão das áreas, o investimento mais dispendioso é normalmente a aquisição do real. A maioria dos países da América Latina estão experimentando uma pressão demográfica nas terras e em consequência o seu valor aumenta rápidamente.

A tabela Nº 6, apresenta a área total dos países com parques nacionais legalmente estabelecidos, a área dos parques nacionais e a percentagem do território nacional ocupado pelos parques nacionais.

Na América Latina quase 1% da área atualmente é considerada parque nacional. No entanto existem grandes diferenças entre os países; Chile por exemplo, decretou vastas áreas no Sul e ao longo das Cordilheiras dos Andes como parques nacionais, e tem atualmente 8% do território considerado como parque nacional, enquanto que países como a Bolívia, Paraguai e Panamá destinam cêrca de 0.01% dos seus territórios aos parques nacionais.

A percentagem territorial de parques nacionais atualmente nos Estados Unidos é de 1.34% e na União Soviética é de 0.34%. Êstes países tem outro sistema de classificação territorial que proporciona proteção similar a um parque nacional, mas usando uma outra terminologia e são administrados por outras entidades governamentais, como por exemplo os parques dos estados, ou zonas de áreas silvestres mas Florestas Nacionais. Uma estimativa do valor comercial das áreas dentro dos parques existentes na América Latina, não foi possível de conseguir. Porém, a maioria dessas áreas teem um valor econômico muito baixo, devido á êsses parques serem localizados em regiões distantes, montanhosas ou sendo áreas difíceis sem valor para a agricultura. Ocorrem certas exceções. O Parque Nacional El Avila, próximo de Caracas, Venezuela, tem algumas áreas que poderíam ser usadas como áreas residenciais com um valor comercial elevado se isso fôsse permitido. Para se ter uma idéia do valor atual comercial das áreas de parques nacionais na América Latina, fazemos uma estimativa aproximada em média por hectare de US$-50,00 até US$-250,00. Isso demonstra que sería vantajoso proteger ou reservar áreas para parques nacionais enquanto as terras ainda são avaliáveis e o prêço é baixo. Terras consideradas parques nacionais teem a tendência de aumentar seu valor comercial. Isso vale também geralmente para as terras aos arredores.

Nem todas as áreas atualmente designadas Parques Nacionais na América

Latina são terras do Govêrno. Proprietários particulares ainda são presentes na maioria dos parques. A aquisição dessas terras é um processo muito demorado, depende da legislação de cada país, a procedência normal é adquirir a terra através da compra, porém em certas áreas se torna necessário adquiri-las através de desapropriação, normalmente um processo mais demorado; ainda existem casos por exemplo no Uruguai (Cabo Polonio) onde o processo de desapropriação já completou 30 anos. Em certas instancias, como por exemplo na Reserva da Vicunha de Pampa Galeras no Perú e no Parque Nacional Ajusco no México, as áreas foram protegidas através de um contrato legal com os proprietários. No parque nacional Ajusco, os proprietários mantêm o direito a uma renda derivada do turismo e recreação na área. Agindo como cooperativa, êles construiram restaurantes, moteis, lugares para acampamento, etc., supervisados pelas autoridades dos parques e com a assistência financeira do govêrno. O acôrdo em Pampa Galeras, é o seguinte: as autoridades devem administrar as reservas que pertencem a comunidade, mas em troca disso, o govêrno construira diversas entidades públicas, para o grupo dos proprietários, como por exemplo: um ambulatório, escolas, reflorestamento de áreas degradadas. Isso poderia ser uma solução praticável em várias áreas, mas deveria ser usado apenas onde as autoridades máximas do país possam garantir a proteção perpétua da área.

6. Conflitos no proveito das áreas

Entre os custos da administração de parques há conflitos no proveito das áreas. Quando se pensa em fundar um parque ou uma reserva deve ser demonstrado que para a área especificada em discussão um parque traz o proveito mais favorável à área, ou que existem áreas alternativas com capacidade de proporcionar benefícios provenientes de atividades opostas e alternativas não aceitáveis para alcançar os objetivos dos parques nacionais. Esta decisão deve ser tomada baseada nas necessidades nacionais e/ou nos objetivos do país. Isso apresenta muitas vêzes um confronto primeiramente com os interessados ou até com considerações oficiais econômicas,

Tabela Nº 6

Area total territorial dos países, área ocupada pelos parques nacionais e área dos parques nacionais em % relativa ás áreas territoriais totais na América Latina

Paises	Km^2 Área total territorial	Km^2 Área ocupada por P. N.	P.N. em % da área total
Argentina	2.776.656	26.707	0.96
Brasil	8.511.965	16.919	0.19
Bolívia	1.098.580	2.000	0.18
Chile	756.950	68.149	8.00
Colombia	1.138.000	11.731	1.03
Costa Rica	50.700	336	0.66
Equador (P.N. Galapagos)	283.560	6.910	2.44
Guatemala	108.889	672	0.62
Panamá	75.650	26	0.03
Paraguai	406.750	550	0.01
Peru	1.280.219	20.690	1.62
Suriname	163.270	4.852	3.00
Uruguai	177.510	194	0.11
Venezuela	912.050	17.193	1.88
Total ... (Km^2)	17.740.749	175.429	0.99 (média)

assim criando conflitos de interêsse.

Devido a frágil economia de vários países da América Latina, isso pode significar um sério obstáculo na fundação do parque. Sempre, quando for possível, a longa lista de benefícios nacionais devem ser levados em consideração contra os benefícios econômicos de prazo curto para permitir o máximo de objetividade quando se discute proveitos alternativos das áreas

Naturalmente também devem ser considerados os aspectos sociais envolvidos, tanto relacionados aos problemas que surgirão por causa da mudança de status da propriedade ou uso, quanto a longa lista de benefícios publicos.

Conflitos no proveito das áreas oriundos da fundação de parques ou reservas são relativamente comuns na América Latina. Um exemplo é Guatopo Parque Nacional na Venezuela, onde cerca de 5.000 famílias foram removidas das áreas e recolonizadas. Nêste caso as necessidades nacionais e objetivas eram muito claras, devido a ligação direta do parque com a reserva da água potável de Caracas.

No outro lado e recém-criado parque nacional Manu no Perú. Apesar da grande extensão (1.500.000 hec) a fundação do parque causou poucos atritos com outros interesses devido a sua localização distante. (Mais tarde começou a exploração do petróleo no parque, mas parece que foi resolvido êste problema com um acôrdo).

O fato que os conflitos são uma consequência da colonização humana, um critério para a fundação dos parques nacionais e reservas antigamente era a localização em áreas não colonizadas na América Latina.

Em alguns casos o govêrno oferece programa de colonização para colocar pessoas nas regiões apropriadas para Parques Nacionais, mas onde o solo é muito pobre para a agricultura. Assim os colonos se tornaram mais pobres e quando mais tarde a área for incluída no sistema de parque significará despesas adicionais muito altas com a recolonização. Esses problemas são particularmente comuns nas áreas florestais dos trópicos úmidos onde a vegetação natural dá uma falsa impressão de fertilidade.

C. OS BENEFICIOS DIRETOS E INDIRETOS DE PARQUES NACIONAIS E RESERVAS NA AMERICA LATINA

Esta parte leva em consideração os vários benefícios oriundos de parques nacionais ou reservas equivalentes na América Latina. O têrmo "benefício" inclue ambos, êstes que podem ser identificados facilmente em valor monetário ou outros têrmos quantificáveis por exemplo taxas derivadas de turismo e proteção de água; como também os benefícios menos quantificáveis, como por exemplo as paisagens protegidas e recursos genéticos.

1. Proteção de ecosistema

Conforme a definição, um dos mais importantes objetivos dos parques nacionais é proteger alguns ecosistemas naturais, variedades ecológicas e recursos genéticos no seu estado natural de evolução. Isso é essencial, querendo preservar oportunidades para pesquisa biológica, agronômica e médica e para servir de comparação entre meios ambientes,

Devido isto a proteção efetiva do meio ambiente é considerada um dos maiores benefícios ou rendimentos do parque nacional apesar que seja difícil de se expressar isso em têrmos econômicos.

Afim de avaliarmos como os parques na América Latina proveem atualmente esta função protetora, o continente foi dividido em principais zonas ecológicas. Além disso, existem várias maneiras de classificação que podem ser usadas na demonstração dessas zonas ecológicas; nêste trabalho foi aplicado o sistema de provincias biológicas, usando a classificação elaborada recentemente pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

A provincia biológica é distinguida pela sua vegetação, flora e fauna. A aparência da vegetação predominante no seu ponto culminante climático é a primeira base no reconhecimento das provincias biológicas (Dasmann, 1973).

De acôrdo ao sistema de Dasmann*, existem 28 provincias biológicas na região neo-tropical da América Latina. Panamá é considerado uma provincia botânica separada. Ademais disso, a sub-região da América Central tem 6 provincias biológicas (ver anexo II). A América Latina tem 4 provincias biológicas, que pertencem a região neo-ártica. O sistema de Dasmann é um sistema muito generalizado e amplo, classificações mais detalhadas são necessárias para especificação dos estudos relativos a cada país. Os dados disponíveis indicam que de 39 provincias botânicas da América Latina, os 6 seguintes não teem quaisquer áreas suficientemente protegidas: 1) Costa colombiana; 2) Floresta sêca equatoriana; 3) Floresta da Araucária do Brasil; 4) Arbustos espinhosos da Argentina; 5) Deserto peruano e, 6) Atacama.

As informações sôbre a sub-região da América Central e a região não ártica são insuficientes mas pelo menos 5 provincias: 1) Campeche; 2) - Caribe-Pacífico; 3) Cordilheiras Centrais; 4) Guerrero e, 5) Sierra Madre, tem uma ou mais áreas protegidas.

Mas as conclusões devem ser tiradas disso com cautela. Também parece que o sistema de parques nacionais e reservas equivalentes da América Latina, abrange suficientemente o maior número das provincias biológicas da América Latina, encontramos pelo menos 3 pontos a serem lembrados:

---

* Dasmann baseou seu sistema em vários outros estudos.

1 - Há tendências de selecionar parques nacionais com outros propósitos do que a apresentação de uma seleção representativa de provincias biológicas. Em consequência disso, um parque nacional ou uma reserva, mesmo geográficamente localizado dentro de uma provincia biológica, não é necessáriamente representativo.

2 - Considerando a imensa extensão de algumas provincias biológicas, sem dúvida existem variações locais de meio ambiente. O risco de não poder abranger uma seleção representativa de uma área biológica vasta apenas com um ou dois parques nacionais é certamente significativo.

3 - A extensão de um ecosistema escolhido e protegido é raramente ou nunca suficientemente grande para proteger êste mesmo ecosistema se as terras nos arredores são alterados.

A tabela Nº 7 mostra o número de parques na América Latina classificados de acôrdo com as dimensões.

A tabela mostra a concentração dos parques na categoria de dimensões menores; 65% dos parques tem uma extensão entre 1.000 e 50.000 hectares e 35% têm menos de 10.000 hec. Merece ser mencionado que em vários casos da América Latina dois ou mais parques são unidos, e assim sendo a área real protegida é maior do que visto isoladamente. Isso é o caso com os Parque Nacional Los Glaciaras na Argentina e do Parque Nacional Torres del Paine no Chile e entre o Parque Nacional Lanín, Parque Nacional Nahuel Huapi na Argentina e do Parque Nacional Puyehue no Chile, entre outros.

Apesar do fato que ainda existem várias zonas ecológicas importantes na América Latina sem a proteção suficiente e que diversas áreas protegida são muito pequenas, parece que se conseguiu um considerável avanço na tentativa de conservação nos últimos anos. Alguns dos componentes integrados na proteção do ecosistema vão ser discutidos mais adiante nos seguintes capítulos.

Tabela Nº 7

Parques Nacionais e Reservas da América Latina estratificados de acôrdo com as dimensões.

Número de Parques Nacionais e Reservas		Área total protegida em Hectares						
		1000	1000-9999	10000 49999	50000 199999	200000 499999	500000 999999	1000000
Total	122	3	43	37	20	9	6	4

2. Fauna

Além da discussão de alguns dados específicos da América Latina nêste capítulo, também será debatido a vida silvestre em geral.

Um dos objetivos universais para a fundação e direção da maioria dos parques nacionais é a proteção de animais selvagens, especialmente em perigo de extinção. Isso resulta do pensamento básico que a preservação de espécies selvagens traz certos benefícios para a sociedade.

Apesar de que os parques nacionais não podem esperar em manter qualquer espécies silvestres em quantidades para coleção, caça ou para destinos similares, êles podem representar um importante papel na preservação das espécies em extinção, espécies que provavelmente no futuro terão um valor econômico, médico ou científico. Espécies dêsse tipo poderão se reproduzir para tais finalidades em reservas, fazendas, etc. Um exemplo é a Venezuela onde já foram tomadas iniciativas para a fundação de fazendas de jacarés (Caiman schlerops) e capivaras (Hydrochoeri hydrochaeri) e no Peru onde a reserva da vida silvestre no Pampa Galeras, já mostrou resultados promissórios referentes a preservação e também referentes as finalidades mencionadas acima de vicunhas (Vicugna vicugna).

É um fato conhecido que ainda ocorre o desaparecimento de espécies de animais que significa consequentemente perdas genéticas irreversíveis. De acôrdo com o IUCN, 112 espécies de mamíferos foram extintas desde o ano 1.600, além de 5 espécies onde há certa dúvida se foram ou não extin

tas. Não se sabe quantas espécies atualmente estão ameaçadas de extinção mas em uma estimativa global se mencionam 500 espécies de mamíferos de um total de cêrca de 3.500 espécies existentes atualmente. Os fatos que determinam se uma espécie está perto de sua extinção não são realmente conhecidos, pelo menos na maioria das espécies.

Os parques nacionais ou reservas fornecem amplas possibilidades para estudos dentro dos padrões do comportamento das espécies, o que se torna muitas vêzes essencial para saber se a espécie tem possibilidade de sobrevivência. Exemplos do conhecimento dêsse tipo são as relações entre as ligações ao território e a fertilidade da Vicunha (Vicugna, vicugna) bem como um retôrno da Tartaruga Verde do Atlântico às suas praias natais (Chelonia mydas), (Bachmura Frank J.)*.

A questão, se a preservação de todas as espécies sempre é desejável, deve ser levada em consideração. Isto pode ser uma questão de cálculos econômicos, porém, para completar cálculos dêsse tipo, devem ser considerados todos os possíveis benefícios que a espécie traz no futuro bem como também os custos. Naturalmente isto é impossível e consequentemente qualquer extinção de uma espécie hoje pode significar uma perda séria para os homens de amanhã.

Muitas das vêzes torna-se difícil estabelecer-se a função de demanda para a preservação da vida silvestre, e a sub-estimação da demanda dos consumidores em relação a sobrevivência de espécie é comum, uma vêz que esta necessidade raramente é expressa de uma maneira clara e de comum acôrdo, a demanda no entanto, é claramente visível na compra dos produtos de origem animal na América Latina, mas isso inclui o problema uma vêz que as espécies silvestres normalmente são propriedades do estado ou de alguém, a pessoa que está vendendo o produto de origem de animais selvagens talvez só queira o lucro, mas consequentemente extermina a espécie.

---

* Várias seções e exemplos nêste capítulo, são influenciados e fornecidos pelos trabalhos de Bachmura.

Porém os benefícios públicos ou sociais oriundos da sobrevivência da espécie muitas vêzes são grandes e contínuos, podem ser aumentados com esfôrço relativamente modesto. A quantidade da vicunha encontrada no Pampa Galeras aumentou de 500 para 10.000, após 8 anos de proteção. O aproveitamento da lã, agora considerada como a mais fina do mundo, começou na fase experimental. Veja o Demonstrativo Nº A. (Peru, Bolívia, Argentina e Chile, assinaram um acôrdo proibindo a comercialização de produtos da vicunha até 1.978).

As despesas de manutenção de uma espécie no seu estado natural normalmente é baixa e nos parques nacionais significa um benefício integral. Porém, até custos elevados com a manutenção da espécie geralmente são justificados considerando possíveis benefícios vindos da espécie a longo prazo.

No trabalho relativo a América Latina, talvêz o uso de estatisticas de outros países não seja apropriado, mas tendo em vista a colocação do valor da proteção da fauna nos parques nacionais como questão para as autoridades da América Latina, talvez seja conveniente sumariar alguns resultados dos Estados Unidos, levando em consideração ainda a falta de dados similares da América Latina. Atualmente, mais de 200 milhões de pessoas visitam anualmente os parques nacionais dos Estados Unidos. Embora que esses visitantes tenham muitas vêzes outros interesses, que a observação direta da vida silvestre, passeios organizados na natureza, observação de pássaros e fotografar a vida silvestre, atrai um número significante do total acima mencionado. De acôrdo com Bachmura, o levantamento sôbre recreação no campo de 1965, estima que anualmente 19.8 milhões de visitantes fizeram passeios programados na natureza, 7.1 milhões observaram pássaros e, 2.8 milhões fotografaram a vida silvestre, com um total de 147 milhões de dias designadas a estas atividades. (O número hoje em día, é muito maior). Isto reflete em parte, a demanda da preservação de espécies.

Considerando outras formas da demanda de vidas silvestres nos Esta-

da exportação dos produtos de animais selvagens desta região. Em 1972, Dourojeanni estipulou que o valor real de produtos oriundos da fauna mencionada da região tropical do Peru, alcançou o dobro de estimativas oficiais.

No Uruguai, a exploração de Leões Marinhos (Otaria byronia e Artecephalus australis) considerada bem controlada pelo govêrno, obteve um rendimento confirmado de 15.000 animais caçados anualmente por um valor das peles de US$-560.000 além da gordura e da carne (1972).

Até agora apenas foi dada a referência quanto ao valor da carne de animais selvagens, peles, couros e animais vivos, como amostra estatística. Outro produto de origem animal selvagem tem também um valor econômico muito alto como por exemplo: lã, troféus, pesca, pássaros ou insetos. Atualmente se estipula que a venda de borboletas no Brasil, produz alguns milhões de dólares, considerado un lucro bruto sem o desconto de Imposto.

Não será problemático se esta retirada dos produtos oriundos de animais silvestres provém apenas da reprodução anual. Mas há fortes indícios de que está sendo atingido o rebanho fundamental.

Deve ser mencionado que certos números ou prêços usados nêsses cálculos podem ser inflacionados, dependendo do gráu da extinção ou a raridade das espécies. Quando uma espécie ameaçada é protegida e mais tarde os prêços do "produto em massa" e o "valor" de cada animal baixa, não significa consequentemente que o valor total da espécie existente também baixe. A vicunha pode ser considerada como um exemplo dessa situação mas deve ser provado ainda.

3. Flora

A flora tem muitas coisas em comum com a fauna, considerando o valor de proteção das espécies e a perda de benefícios resultando da sua exterminação. Parques Nacionais representam um papel importante na tentativa de uma nação evitar a extinção de espécies vegetais.

Por esta razão a proteção de espécies vegetais é considerada como um rendimento ou benefício direto dos parques e reservas. Espécies vegetais podem ter um valor econômico direto como por exemplo a madeira, plantas medicinais e comestíveis, produtos de plantas ou outros derivados. Porém quando os parques não saõ diretamente ligados às indústrias, as estatísticas existentes na América Latina com relação a êstes produtos não são considerados relevantes para êste trabalho. Uma vêz que ecosistemas diferentes foram discutidos em um capítulo especial, êste capítulo quer apenas salientar a importância da preservação de amplas regiões florestais, especialmente da floresta úmida tropical, sempre quando haja necessidade de preservar variações de espécie.

América Central e América do Sul, tinham grandes áreas da floresta úmida tropical talvez há mais de 60 milhões de anos. Durante êste período, a floresta úmida transformou-se no que ela é atualmente: um complexo, um ecosistema de plantas mútuamente dependentes e altamente adaptadas ao solo tropical, geralmente pouco nutritivo. Recentes fotografias feitas por satélite mostram que a floresta da América Latina está sendo reduzida rápidamente e cálculos indicam que dentro de 30 ou 40 anos só restarão poucas áreas. A floresta dos trópicos úmidos da América Latina é caracterizada pelo número elevado de espécies, mas cada espécie só com alguns exemplares em cada área. Floresta úmida em outros continentes teem a mesmas características, mas as variações de espécies totalmente diferentes. Uma característica ecológica dêsse tipo de floresta e que a área nunca voltará ao seu estado anterior após uma destruição extensa e duradoura, mesmo dando a possibilidade de uma regeneração natural. Parece ser muito difícil ou impossível o reflorestamento artificial de muitas espécies dêste tipo de floresta devido as interligações e dependências entre as espécies. Isso mostra a importância de manter protegida relativamente grandes áreas da floresta úmida. Deixando apenas pequenas faixas da floresta úmida, não garante a sobrevivência de espécies com suas riquezas e diversidades, devido as características dêsse ecosistema.

Até agora foram feitos muito poucas pesquisas, especialmente sôbre espécies vegetais nos trópicos úmidos e se relativamente extensas áreas não forem protegidas, em breve êste conjunto heterogênico de espécies será extinto antes do início de sua exploração.

O recém fundado Parque Nacional Manu no Peru, com mais de 1.500.000 hec. de floresta virgem e o Parque Nacional Canaima na Venezuela atualmente com 1.000.000 hec. mas planejado para 3.000.000 hec., bem como outros grandes parques nacionais fundados em outros países da América Latina provam a crescente preocupação dessas nações nêsse sentido.

Deve ser lembrado que a floresta úmida tropical sendo o mais complexo ecosistema com o maior número de espécies, outros sistemas podem ter espécies mais adaptadas e raras.

Só podem ser evitadas perdas irreversíveis de espécies com consequências econômicas desconhecidas no futuro protegendo um número representativo de todas as comunidades vegetais.

A tabela Nº 8 mostra uma seleção de parques nacionais e algumas espécies de flora ou fauna que correm o risco imediato de extinção.

4. Vigilância ecológica

Há uma rápida redução das áreas naturais e não disturbadas na América Latina. Florestas são derrubadas e queimadas e o desenvolvimento da agricultura avança constantemente em direção aos cantos mais distantes do continente.

Mas ainda existem áreas que não sofreram grandes distúrbios. Áreas onde o ar ainda não é poluido, onde a água tem apenas a contaminação natural e onde a flora e a fauna ainda se inter-relacionam sem pertubações. - Hoje cientistas estão ansiosos em proteger algumas dessas áreas que, ainda restam para vigilância biológicas e algumas organizações científicas estão participando da fundação de uma série destas reservas no mundo inteiro. O Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO tem um dêste projeto.

Os parques nacionais já existentes na América Latina, muitas vêzes teem esta função.

Tabela Nº 8

Algumas espécies de flora e fauna ameaçadas, em uma demonstração estatística de Parques Nacionais da América Latina.

Parques Nacionais	Alguns exemplos de recursos com relação à espécies raras e a genéticas.
P.N. Iguazu, Argentina	Onça (Felis onca)
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	Huemul (Hippocamelus bisulcus)
Reserva Ulla Ulla, Bolívia	Vicunha (Vicugna vicugna)
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	Muitas espécies de pássaros raros.
P.N. Tayrona, Colombia	Tartaruga verde, 50 espécies de corais
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Anta (Tapirus bairdii), Tartarugas (Lepidochelys olivaces), espécies da flora endêmica.
P.N. Tortuguero, Costa Rica	Onça (Felis onca), Tamanduá (Myrmecophaga tridactyla), Peixe-boi (Trichechus manatus), Anta (Tapirus bairdii), Tartaruga (Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata).
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	Quetzal (Pharomachrus mocinno), coruja de Clank (Otus clarkii), Esquilo Poas das montanhas (Syntheosciurus poaensis).
P.N. Tikal, Guatemala	Veado (Mazama sarterii).
P.N. Manu, Peru	Várias espécies da Amazônia.
Reserva Pacaya, Peru	Jacaré, felinos.
Reserva Pampa Galeras, Peru	Vicunha (Vicugna, vicugna), espécies de plantas raras (Budleia sp., Porylepis tola).
P.N. Canaima, Venezuela	Várias espécies de orquídeas endêmicas.
P.N. Guatopo, Venezuela	Mais espécies de orquídeas endêmicas, Onça.
P.N. Henri Pittier, Venezuela	Mais de 530 espécies de pássaros registrados.

De fato, como demonstra a tabela nº 9, alguns parques já registram dados importantes que servem para análisar essas finalidades. Os govêrnos da América Latina começam cada vez mais a levar em consideração, no planejamento em desenvolvimento territorial os resultados das análises ecológicas climatológicas, hidrológicas e outros tipos de análises; os parques nacionais teem um papel importante fornecendo esses dados para o proveito nacional como também para o proveito internacional.

5. Pesquisa e treinamento

Um dos benefícios dos parques nacionais e reservas é a possibilidade de funcionar como laboratório do campo, oferecendo excelentes oportunidades de treinamento e pesquisa no meio ambiente natural e relativamente pouco disturbado.

Grupos de estudantes de nível universitário e secundário usam muitos parques nacionais da América Latina as vêzes ou regularmente. Os estudantes que estudam as riquezas naturais e culturais muitas das vêzes escrevem sua tese sôbre os fenômenos que êles observavam nos parques; cientistas individuais como também grupos de cientistas usam os parques para seus estudos em grande número. Em alguns parques da América Latina se encontram pontos naturais de uma importância científica mundial, como por exemplo, o Parque Nacional das Ilhas de Galapágos no Equador e a Reserva Nacional de Vicunhas, Pampa Galeras no Peru que recebe a atençaõ dos cientistas de muitos países. No parque Nacional das Ilhas Galapagos foram realizados cêrca de 100 expedições científicas nos últimos 10 anos. Alguns parques nacionais, instalaram facilidades científicas especiais devido a êste interesse dos cientistas. Uma lista de alguns dêsses parques com as suas vantagens, é mostrado na Tabela Nº 10.

Tabela Nº 9

Equipamentos Metereológicos e/ou Equipamentos para vigilância do meio ambiente em alguns Parques Nacionais da Amperica Latina

Parque Nacional	Pluviômetro	Barômetro	Evaporação	Temp. do Solo	Temperatura	Vento	Hugrômetro	Radiação Solar	Siomógrafo	Medição de (rios, turbulência, corrente, bacteriologia)	Estação metereológica (Medição desconhecida).
Guatopo	4		2		2		2	2		2	
Tayrona	1										
El Avila	1	1	1		1		1	1			
Henri Pittier											1
Ulla Ulla											
Santa Rosa	1		1	1	1	1	1	1			
Volcan Poas	1		1		1	1	1		1		
Ilha Salamanca	1										Em construção.
Tikal	1										
Pampa Galeras	1		1		1	1	1				Novo em construç.
Pacaya	1				1		1				

N.B. (A tabela pode estar incompleta).

Tabela Nº 10

Facilidades científicas em alguns parques nacionais da América Latina.

Parque e País	Facilidades
Nahuel Huapi, Argentina	Museu com laboratórios
Iguazu, Argentina	Museu, alojamento
Iguaçu, Brasil	Museu e laboratório
Serra dos Orgãos, Brasil	Laboratórios e alojamentos
Tijuca, Brasil	Museu e laboratório
Itatiaia, Brasil	Laboratório
Tayrona, Colombia	Estação biológico (Marinha)
Tortuguero, Costa Rica	Estação biológica, particular
Santa Rosa, Costa Rica	Laboratório e alojamento
Ilha de Galapágos, Equador	Estação de pesquisa biológica completo
Tikal, Guatemala	Pequeno laboratório e Museu
Manu, Peru	Pequena estação biológica, alojamento
Pacaya, Peru	Pequeno laboratório (planejado)
Pampa Galeras, Peru	Pequeno laboratório
Cutervo, Peru	Pequeno centro de pesquisas
Arquipélago "Los Roques", Venezuela.	Estação biológica
Henri Pittier, Venezuela	Estação biológica
Sierra Nevada de Méridas, Venezuela	Estação experimental de cultivo florestal e de pesca.
Yacambu, Venezuela	Casas e auditórios.

Estes 19 parques com suas facilidades são selecionados de 58 parques. Os outros não fornecem facilidades, as informações eram insuficientes para as determinações se existem ou não facilidades.

A tabela Nº 11 mostra alguns dos estudos ou pesquisas realizadas em uma seleção de parques e reservas.

6. Educação pública através da interpretação de fenômenos naturais

Um outro benefício dos parques nacionais são as excelentes oportunidades que êles oferecem, mostrando ao público a importância e o valor da conservação. Êste aspecto recebe uma especial atenção em muitos parques da América Latina. Em 90% dos parques nacionais abrangidos em uma seleção estatística de 20, há uma interpretação dos fenômenos naturais ou educação relativa ao meio ambiente, mesmo que essa seleção estatística não seja representativa. Estas atividades de interpretação e educação variam em metodologia e sofisticação. Caminhos com letreiros explicativos são usados comumente; como também alguns tipos de centros para visitantes, que variam em tamanho de quiosque informativo até a um grande museu. Folhetos, anfiteatros ao ar livre, construções históricas restauradas, guias dando explicações ou exposições ao longo dos trajetos são outros meios para a disseminação das informações ao público. Essas iniciativas geralmente são muito eficientes e chamam bastante a atenção do público.

A tabela Nº 12 indica algumas dessas facilidades educacionais, encontradas em vários parques nacionais.

7. Turismo e recreação

Muitas vêzes o turismo e a recreação são catalizadores importantes na fundação de parques nacionais na América Latina.

O turismo ligado aos parques as vêzes geram benefícios econômicos significantes, mesmo que êsses benefícios nem sempre resultam da existência do parque, mas sim desta grande área ou da região aos arredores do parque.

Tabela Nº 11

Algumas pesquisas relacionadas em diversos parques nacionais da América Latina.

Parque Nacional ou Reserva	Assunto principal das pesquisas
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Tartarugas marinhas, macacos, pássaros e efeitos da queima na vegetação.
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	Ecologia, biología de lagoas c/água doce, fauna e flora.
P.N. Cahuita, Costa Rica	Ecosistema marinho, de flora Cahuita, Coral (recifes de coral), Biologia terrestre
P.N. Tortuguero, Costa Rica	Tartarugas verde do mar, ecologia dos pequenos lagartos em uma praia tropical. Ecología de um estuário tropical.
Reserva Pampa Galeras, Peru	Dinâmica populacional de vicunha, capacidade e produção de pastos. Substâncias nutritivas de gramíneas consumidas por vicunhas. Parasitos de vicunhas.
P.N. Manu, Peru	Jacarés, pássaros e antropologia.
P.N. Cutervo, Peru	Flora e fauna da área.
Reserva Pacaya, Peru	Recursos pesqueiros.
P.N. Canaima, Venezuela	Orquídeas, samabaias e árvores
P.N. El Avila, Venezuela	Roedores, vegetação e pássaros.
P.N. Guatopo, Venezuela	Roedores, Leismania americana, Onconcercosis, flevatomus.
P.N. Henri Pittier, Venezuela	Pássaros.
P.N. Tayrona, Colombia	Arqueologia, nutrição de palmeiras, corais, flora e fauna.
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	Pássaros da ilha, moluscos, flora, fauna antomologia.
P.N. Ulla Ulla, Bolívia	Vicunha (começado).
P.N. Tikal, Guatemala	Arqueologia.
P.N. Ilhas de Galapagos, Equador	Ecologia, evolução, flora e fauna. Vida marinha.

Os benefícios econômicos do turismo dependem do grau da habilidade da comunidade local ou nacional em fornecer produtos e serviços solicitados pelos turistas. O impacto econômico muitas das vêzes pode ser insignificante para a economia local de áreas rurais perto dos parques na América Latina, enquanto que pode ser um impacto positivo, oriundo do turismo, para a economia nacional. Uma das razões para isto é, que a falta de facilidades e serviços na área do parque leva os visitantes e agencias de turismo a tentar sair dos grandes centros urbanos onde podem ser encontradas essas facilidades. Nos casos dos parques formados pelas ilhas por exemplo a visita de navios de passageiros, que são essencialmente autosuficientes pode resultar em um impacto econômico negativo para o país. Nêstes casos, a cobrança de uma taxa de entrada pode ser uma solução.

Muitas comodidades utilizadas pelos visitantes normalmente são importadas de outras regiões, e assim, o efeito multiplicador local pode ser muito baixo, mesmo quando os negociantes locais gastem uma porcentagem alta dos ganhos.

No entanto, como o turismo é relacionado aos parques nacionais êle pode proporcionar uma contribuição substancial à economia nacional, como podemos verificar nos Estados Unidos onde foi calculado que o turismo ligado aos sistema de parques nacionais teem uma contribuição à economia nacional, que representa 45 vêzes o seu próprio orçamento.

A integração dos parques nacionais da América Latina nos programas turísticos geralmente não é muito desenvolvida. Só agora êles são reconhecidos pelos países desta região como uma importante atração turística e devido a isto, todavía não estão recebendo a atenção significante das organizações de turismo. O turista que visita a América Latina, procura mais as áreas especificamente raras ou paisagísticas e, não necessáriamente os "Parques Nacionais". Um visitante nos Estados Unidos geralmente entende o significativo do parque nacional, e, assim muitas vêzes êle quer visitar qualquer parque nacional na região onde êle esteja visitando.

Tabela Nº 12

Facilidades para a educação pública em alguns parques nacionais da América Latina

Parque Nacional ou Reservas	Facilidades
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	1 Fazenda histórica con exposições. Livros e folhetos para venda.
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	1 Centro p/visitantes c/exposições explicativas, serviço de guías, folhetos Guías por meio de fitas gravadas.
P.N. Tayrona, Colombia	Quiosque informativo, um trajeto natural marcado, serviço de guia.
P.N. Salamanca, Colombia	1 Centro p/visitantes, museu c/auditórios e exposições. 1 cinema, 2 jardins zoológicos pequenos, roteiros naturais Guias.
P.N. Canaima, Venezuela	Hotel particular que oferecem passeios con guias regionais.
P.N. El Avila, Venezuela	1 Centro de visitantes. 1 fazenda de café restaurada.
P.N. Guatopo, Venezuela	1 Centro de informação para visitantes * 2 museus, de engenhos antigos de açucar e café, restaurantes. Guias e panfletos.
P.N. Iguazu, Argentina	Grande rêde de caminhos naturais panorâmicos. 1 museu em Puerto Iguazu. Guias
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	1 Centro p/visitantes c/exposições. 1 museu. Panfletos e Guias.
P.N. Tikal, Guatemala	1 museu pequeno, panfletos e livros.- Guias. Roteiros.
P.N. Iguaçu, Brasil	Grande rêde de caminhos naturais. Guias. 1 museu. Panfletos.
P.N. Puyehue, Chile	1 Centro p/visitantes c/exposições e auditório, roteiros explicativos.
P.N. Conguillio, Chile	Roteiros naturais.

*1 Centro de informação para visitantes.
1 museu de um antigo engenho de açúcar restaurado.
1 museu de um moinho de café restaurado. Guías e panfletos.

Um outro fator negativo para o turismo pode ser a falta de cooperação entre os responsáveis oficiais de turismo e os responsáveis pela administração dos parques nacionais. Esta falta de cooperação ou êsses conflitos geralmente são baseados em um desentendimento recíproco no setor dos objetivos e da resposanbilidade de cada parte. Um exemplo comum, é a tentativa dos agentes de turismo em explorar o potencial turístico econômico ao máximo sem ter consideração com as necessidades da conservação, enquanto que a administração do parque, certamente muitas vêzes considera o turismo um perigo para a conservação e proteção do parque, logo para alguns parques o turismo em massa não é desejável devido a fragilidade dos recursos ou da capacidade dos projetos.

Naturalmente existe uma relação direta entre o número de visitantes de um parque nacional e a infra-estrutura e o acesso que influencia parcialmente na grande variação do número de visitantes dos parques nacionais da América Latina.

O parque nacional Tijuca, localizado bem no meio do Río de Janeiro, e o parque nacional Manu no Peru, que só pode ser visitado através de uma expedição, demonstram essa diversidade. Quando os parques nacionais ou áreas de recreação são localizadas perto de um centro urbano e com acesso fácil é evidente que darão maiores benefícios econômicos, como também outros valores a comunidade. Porém, sería impossível alcançar muitos objetivos principais nos parques nacionais se a área fôsse muito visitada, como por exemplo, conservação do ecosistema, proteção da flora, da fauna, vigilância do meio ambiente, além disso, os parques nacionais devem ser localizados onde os recursos justifiquem sua fundação.

Mesmo que muitos parques nacionais da América Latina, não tenham estatística sôbre o nº de visitantes da área, foi possível conseguir-se dados dos seguintes parques, referentes ao ano de 1973. Tabela Nº 13.

O IUCN, registrou 110 parques nacionais na América Latina. Admitindo, que os 18 parques da tabela nº 13 são representativos referentes aos núme

Tabela Nº 13

Visitantes anuais em alguns parques nacionais da América Latina

	Parque Nacional	País	1973 Visitantes/Ano
1	P.N. Iguazu	Argentina	200.000
2	P.N. Nahuel Huapi	Argentina	300.000
3	P.N. Iguaçu	Brasil	325.000
4	P.N. Brasília	Brasil	200.000
5	P.N. Itatiaia	Brasil	80.000
6	P.N. Serra dos Órgãos	Brasil	750.000
7	P.N. Tayrona	Colombia	40.000
8	P.N. Ilha Salamanca	Colombia	15.000
9	P.N. Galapagos	Equador	6.000
10	P.N. Tikal	Guatemala	24.000
11	P.N. San Miguel	Uruguai	20.000
12	P.N. Santa Teresa	Uruguai	250.000
13	P.N. Guatopo	Venezuela	120.000
14	P.N. Canaima	Venezuela	8.000
15	P.N. El Avila	Venezuela	900.000
16	P.N. Henri Pittier	Venezuela	85.000
17	P.N. Volcan Poas	Costa Rica	60.000
18	P.N. Santa Rosa	Costa Rica	15.000
		Total	3.423.000

ros de visitantes, e o nº total nos parques nacionais da América Latina, sería aproximadamente 21 milhões. Isto significa 10% dos números de visitantes dos Estados Unidos. (Os Parques Nacionais dos Estados Unidos recebem anualmente cêrca de 200 milhões de visitantes).

Na maioria das áreas o número dos visitantes está crescendo rápidamente. Tabela Nº 14.

No seu trabalho econômico "Viagem e os Parques Nacionais" E.W.Swanson em 1969, estipula que a média das despesas de um visitante no sistema de parques nacionais norte-americano chega a mais de US$-15.00 por pessoa diáriamente. Êste número não pode ser aplicado diretamente na América Latina, mas como faltam outros dados sería interessante calcular com êste número, que é um valor baixo para os cálculos por dia atualmente nos Estados Unidos. Para o turista estrangeiro na América Latina provavelmente as despesas são mais altas e ainda provavelmente, mais baixo para os turistas locais ou nacionais. Entretanto, usando US$-15.00 como média das despesas por visitante, considerando que cada pessoa permanece apenas um día como média, o total em dinheiro provindo diretamente das atividades de Parques Nacionais na América Latina será de US$-315.000.000/Ano. Então, Swanson estipulou que 70% dêste lucro atualmente são destinados à compras fora da região ou importações, e usou um multiplicador de 2,5 para calcular o total de benefícios líquidos do país. Fazendo um exercício matemático, isto dará um lucro líquido para a América Latina de US$-236.000.000 anualmente.

O cálculo de um outro impacto econômico mais realístico oriundo do turismo dos parques nacionais da América Latina tornou-se difícil para o autor, devido a falta de dados disponíveis.

Examinando o impacto local direto, como base serve um levantamento dos parques nacionais do Uruguai, alguns parques com uma visitação diária alta, e acampamentos em quantidade não registraram atividades econômicas significantes na região do parque; somente taxas diretas no parque nacio-

nal Santa Teresa no valor de US$-75.000 por ano. No outro lado, para a maioria dos visitantes de São Carlos de Bariloche a atração é o parque nacional Nahuel Huapi. Sem dúvida, São Carlos de Bariloche tornou-se o maior centro turístico do Centro Sul da Argentina, com vários hotéis de diferentes categorias, pensões e alojamentos. A cidade cresce rápido e já oferece vários tipos de serviços. Mesmo assim, a falta de estatísticas disponíveis ao autor, impossibilitam estimativas exatas sôbre o impacto econômico do turismo.

A provincia de Chubut na Argentina fornece pelo menos uma indicativa, onde US$-7.000.000 provinham do turismo; em 1972, de acôrdo com as estimativas econômicas da provincia. A maior atração da provincia é a reserva de animais selvagens na Península de Valdés, oferecendo a possibilidade de observar de perto leões-marinhos e pinguins.

Nos levantamentos econômicos o turismo ligado aos parques nacionais deve ser bem claro, que o turismo geralmente requer infra-estrutura qualificada como também investimentos elevados e qualidades nos hotéis, transportes, alimentação, serviços, etc. Um parque nacional isolado sem facilidades ou infra-estrutura "livres" talvez considera as despesas com a ligação do parque ao sistema de estradas, eletricidade,telefones, serviço de transporte aéreo, etc., assustadoras. Também podem existir despesas com a comunidade. O turismo as vêzes causa tensão e conflitos com a população local.

As oportunidades da recreação no campo são consideradas um motivo importante na fundação e administração de muitos parques nacionais da América Latina. A tabela Nº 15 demonstra o interêsse dos países em fornecer certas facilidades para a recreação. Pique-nique e acampamento são as atividades preferidas na maioria dos parques. As maiorias das atividades recreativas requerem certas condições materiais e práticamente todos os parques nacionais na América Latina oferecem condições para acampamento e pique-nique. Um exemplo disso se encontra na tabela Nº 16.

Tabela Nº 14

Aumento de visitantes em alguns parques nacionais da América Latina (1971 - 1973)

Parque Nacional e País	Anos		
	1971	1972	1973
P.N. Iguazu, Argentina	150.000	180.000	200.000
P.N. Iguaçú, Brasil	300.000	310.000	325.000
P.N. Tayrona, Colombia	5.000	125.000	40.000
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	10.000	12.000	15.000
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	10.000	10.000	15.000
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	45.000	55.000	60.000
P.N. Tikal, Guatemala	15.000	19.000	24.000
P.N. El Avila, Venezuela	600.000	750.000	900.000
P.N. Guatopo, Venezuela	100.000	120.000	120.000
P.N. Henri Pittier, Venezuela	80.000	85.000	85.000
P.N. San Miguel, Uruguai	10.000	15.000	20.000

7. Oportunidades de investimento

Oportunidades de investimento sempre são encontradas nos parques nacionais como também nas áreas aos arredores. Muitas vêzes os parques teem uma zona onde é permitida a construção de restaurantes, hotéis, motéis, etc. A filosofia de planejamento atual prefere afastar hotéis e projetos similares dos parques menores. Foi comprovado, que projetos de turismo em grande escala dentro do parque podem causar disturbios consideráveis para os valores do parque. Ademais das oportunidades de investimentos nos hotéis, restaurantes e equipamentos que podem ser alugados para praticar esportes, como remar, mergulhar, andar de eskí, alpinismo e pescar, existem outros exemplos de oportunidades de empreendimentos ligados aos parques nacionais. Desde os objetivos do parque sempre incluem a conservação das atrações existentes na área, é óbvio que os investidores nas facilidades em função destas atrações querem a garantia contra a destruição dessas atrações para as quais os investimentos foram destinados.

Um exemplo da Argentina pode demonstrar uma oportunidade de investimento (Ver Demonstrativo Gráfico Nº D). Recentes estudos no parque nacional Iguazu, analisaram a possibilidade de investimentos e seu impacto econômico imediato. Baseada na tendência atual de visitantes, foi feita uma estimativa para o período de 1972 - 1976 que propõe 1.500.000 visitantes durante 5 anos.

O plano de investimento inclue:	Custos em US$-
Melhoramentos nos roteiros	158.000
Cafetería, restaurante	50.000
Unidades sanitárias	12.000
Lotes de estacionamento	115.000
Ponte internacional de pedestres	50.000
Roteiros com explicações	40.000
Serviços complementares, Hotel Cataratas	42.000
Apresentação de filmes	33.000
Para o setor da proteção	60.000
Para o setor de serviço	40.000
Total ...	600.000

Tabela Nº 15

Facilidades para visitantes em alguns parques nacionais da América Latina

Parque Nacional	Facilidades p/ Pic-nic	Facilidades p/acampamento	Outras facilidades de alojamentos para visitantes.
P.N. Tayrona, Colombia	10 unidade	40 unidade	Cafeteria(em construção)
P.N. Ilha Salamanca, Colombia	20 unidade	nenhuma	Cafeteria
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	3 terrenos 30 unidades	1 terreno	Abrigos
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Terrenos	1 terreno	Hospedaria (uso restrito)
P.N. Henri Pittier, Venezuela	8 unidades cobertas 4 unidades comuns	10 terrenos	Hospedaria (uso restrito)
P.N. El Avila, Venezuela	20 terrenos 31 unidades	13 terrenos	Hospedagem (uso restrito), Bar e Restaurante.
P.N. Canaima, Venezuela	-	Acampamento livre	Hotéis, restaurantes
P.N. Guatopo, Venezuela	29 unidades separadas	4 terrenos	2 Quadras de esporte e recreação Hospedaria (uso restrito)
P.N. Tikal, Guatemala	2 terrenos	1 terreno	Abrigo, Restaurante, Hoteis.
P.N. Nahuel Huapi, Argentina	Vários	Vários	Hotéis, Restaurantes
P.N. Iguazu, Argentina	Vários	2 grandes e vários peq.	Hotéis, Restaurantes
P.N. Puyehue, Chile	2 grandes terrenos	1 grande terrenos	Restaurantes, cabanas p/ alugar
P.N. Conquillio, Chile	Vários	1 grande terreno	Cabanas p/alugar
P.N. Santa Teresa, Uruguai	Vários	Diversos terrenos	Restaurantes

Cálculo dos benefícios (líquido) para o período de 5 anos:

		Custos em US$-
1.	Entradas	300.000
2.	Preços de roteiro: Garganta del Diablo, a pé, de barco, de ônibus 60 % de visitantes	135.000
	Roteiro com explicações, a pé, de barco, de ônibus: 30 % de visitantes	45.000
	Apresentação de filmes: 30 % dos visitantes	90.000
	Taxa na ponte internacional de pedestres: 50 % dos visitantes	112.500
	T o t a l	682.500

O prazo da restituição é de 5 a 6 anos, dependendo do gráu do interêsse. Os investimentos orçamentados e os rendimentos garantem uma rentabilidade alta do projeto e são flexíveis, mesmo se nem todos os investimentos sejam efetuados, a rentabilidade é alta. Somente levando em conta a cobrança das entradas para as facilidades existentes pode se contar com um lucro de US$-300.000 no período de 5 anos. Este valor se refere ao parque mesmo. Os benefícios para o município e para a Argentina são consideravelmente mais altos. Estes beneficios adicionais não entram apenas devido ao efeito multiplicatório, mas também devido aos gastos adicionais com taxas empregados, transportes, alojamento, etc., apesar que devem ser descontados às importações. Não podemos esquecer que a conservação dos recursos naturais na área é o maior benefício. Nêste caso, é provável que o turismo reativou a conservação demonstrando os benefícios econômicos para o país como resultado de um esfôrço na conservação dos recursos.

8. Desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural geralmente é considerado um benefício dos parques nacionais. Porém a fundação dos parques nacionais ou reservas, não significa necessáriamente que o desenvolvimento rural começa na região do parque. A capacidade da área adjascente em absorver ou aproveitar oportunidades benéficas oriundas do desenvolvimento do parque ou reserva, depen

de da capacidade da população de investir no projeto, preencher os cargos disponíveis na organização do parque ou preparar seus produtos de uma maneira que os visitantes terão interêsse em comprá-los.

Pode-se fazer muito para aumentar os benefícios econômicos local ou o efeito multiplicador através de uma administração capacitada. Por exemplo, deve-se ter cautela para assegurar a utilização da capacidade e suprimento local, e que os pedidos sejam feitos á diversos fornecedores.

Somente na Argentina (Nahuel Huapi, Iguazu e Parques Nacionais Lanin) notamos que parques nacionais tem um impacto benéfico direto e significante na comunidade rural local.

Onde a área protegida é atração popular e significante, infra-estruturas notáveis e o desenvolvimento são justificativos porque geralmente provocam reações favoráveis para o desenvolvimento rural, apesar de que essas reações as vêzes são temporárias devido ao caráter temporário dêstes projetos como por exemplo: construções de estradas, construção da rêde de comunicações, etc.

9. Emprêgo conforme o nível educacional

Alguns dos ítens descritos no "Investimento" também trazem um benefício integral.

Fatores como a educação e o trabalho são investimentos necessários para o funcionamento eficiente do parque nacional ou da reserva. No mesmo tempo podemos considerar que o parque nacional oferece oportunidades de serviço para pessoas de diferentes níveis educacionais, isso significa benefício. Determinamos êsses benefícios nos capítulos B.1 Recursos humanos e B.3 Capacidade técnica de pessoal. A tabela Nº 2, mostra o número de empregados em uma amostra estatística dos parques nacionais na América Latina.

10. Produção de água

A conservação e preservação de correntes de água podem ter uma importância econômica direta para o uso justamente da água - agora e no futuro.

Vários rios, vindos de parques nacionais no continente, já são aproveitados para a produção de energia eléctrica, irrigações, navegação, recreação e alguns são destinados para o aproveitamento dêste tipo no futuro.

Raramente a conservação da água é o objetivo principal na fundação dos parques nacionais, e na realidade não deveria ser o objetivo principal. No entanto, é uma função verídica e muito importante de alguns parques nacionais na América Latina, e muitas vêzes foi o fator catalizante na fundação. Por exemplo, é motivo para a fundação de alguns parques nacionais na Venezuela, a proteção de importantes correntes de agua. O parque nacional Guatopo, é essencial para o abastecimento de Caracas (Ver Demonstrativo Nº C), e o parque nacional Canaima, protege um trêcho muito importante para a indústria do rio Caroni. Se estas áreas não fossem protegidas o fornecimento de água estaría em perigo, em outros casos, os distúrbios já chegaram a um ponto que se tornaram necessárias as providências para a conservação delas. Por exemplo, a fundação do parque nacional Guatopo causou a retirada de 5.000 famílias, uma razão que indica a importância da conservação da água. Naturalmente existem outros meios administrativos, que podem garantir a mesma proteção de produção de água como os parques nacionais. Aprodução de água pode ser definida assim: garantir o fluxo regular constantes de água limpa, sem erosão ou sedimentação ou sem perigo de inundações.

Aplicando os serviços administrativos adequados a produção de água pode ser preservada, no mesmo tempo em que a área pode ser aproveitada para a produção de madeira, caça, recreação, e etc.. O fato é que parques nacionais foram fundados nessas áreas da América Latina indicam que existem outros valôres na área do que apenas a proteção garantida ou que técnicas administrativas de outros sistema administrativo, legalmente usados, são desconhecidos ou não bastante desenvolvido para garantir a proteção das reservas de água.

Tabela Nº 16

Bacias hidrográficas em alguns parques nacionais selecionados da América Latina

Parque Nacional e País	Bacia hidrográfica protegidas pelos parques
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	22
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Nenhuma
P.N. Tortuguero, Costa Rica	1
P.N. Tayrona, Colombia	Alguns rios intermitentes
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	Nenhuma
P.N. El Ávila, Venezuela	39 + alguns intermitentes (a maioria fornece água potável)
P.N. Henri Pittier, Venezuela	Várias, fornecendo água potável
P.N. Guatopo, Venezuela	18 (importante p/água potável)
P.N. Canaima, Venezuela	Várias. Trecho industrial de um grande río.
Reserva Ulla Ulla, Bolívia	1 significante
P.N. Manu, Peru	Alguns pequenos trechos de um grande afluente do rio Amazonas.
Reserva Pampa Galeras, Peru	1
P.N. Tikal, Guatemala	0

A tabela Nº 16 mostra um quadro estatístico de parques nacionais com bacias hidrográficas. O têrmo "bacia hidrográfica" aquí é aplicado em um sentido amplo, incluindo ríos importantes e de uma extensão significante e que começam dentro do parque nacional.

11. Saúde

A tendência da urbanização na América Latina agravou os problemas sociais na maioria das cidades metropolitanas e trouxe graves consequências para a saúde mental e física da população. Notou-se um aumento de crimes, da frustação e do isolamento. A falta de adequado planejamento de áreas urbanas para recreação que até certo ponto podem reduzir tensões, é sério e os resultados são visíveis: os pequenos parques na cidade, jardins zoológicos e jardins botânicos são supervisitados. Raramente recebem essas necessidades a atenção suficiente, e muitas vêzes isto é considerado como a última prioridade na escala do serviço público. O resultado é que é muito comum encontrar grupos nos fins de semana e feriados divertindo-se em qualquer pedacinho verde da cidade, da beira das estradas e dos ríos.

Parques Nacionais, especialmente aquêles perto de centros urbanos oferecem oportunidades para o povo descansar e reestabelecer-se tanto a saúde física como a mental. É dificil estimar o valor econômico disso, apesar de que é fácil compreender o valor social, normalmente. Os parques nacionais normalmente ten uma rêde de roteiros para visitantes onde êles podem passear e ver a paisagem natural ainda não pertubada, e apreciar o ar puro e a tranquilidade. Também são promovidos passeios ao campo na maioria dos parques. Outras atividades físicas normalmente são permitidas.- Todas estas atividades permitidas nestas áreas ajudam a preservar a saúde

Nêste contexto o aspecto de conservar a saúde mental pode ser mais importante que a conservação da saúde física. Parques Nacionais, oferecem oportunidades inigualáveis para a população urbana sofrendo "Stress", de relaxar e descansar em um ambiente natural e agradável.

Tabela Nº 17

Pontos históricos/arqueológicos em alguns parques nacionais da América Latina

Parque Nacional e País	Pontos Históricos
P.N. Santa Rosa, Costa Rica	Fazenda reconstruída da época da Guerra entre Costa Rica e Nicaragua. Lugar de tres batalhas. Restos da cultura indigena.
P.N. Cahuita, Costa Rica	Alguns restos históricos do século 17 (canhões, etc.)
P.N. Tayrona, Colombia	Área com restos arqueológicos da cultura indigena Tayrona (Pre-colombiana) Última ocupação 450 anos atrás.
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	Alguns restos de uma cultura indigena
P.N. El Avila, Venezuela	Uma estrada de pedra do século XVII, de Guaira de Caracas. Ruínas de uma casa onde morava Humbolt. Fazendas reconstruidas.
P.N. Guatopo, Venezuela	Fazenda de café restaurada (100 anos) (El Elvira). Engenho de açúcar, restaurado p/um museu, ruínas de uma velha vila espanhola (San Antonio).
P.N. Henri Pittier, Venezuela	Uma vila colonial perto da costa
P.N. Tikal, Guatemala	O famoso centro imperial e cerimonial da cultura indigena dos Mayas, muitas ruínas com significativo mundial.
Reserva Pampa Galeras, Peru	Ruinas da cultura indigena dos Incas. Construções especiais relacionadas a caça da vicunha.
P.N. Santa Teresa, Uruguai	Fortaleza histórica do período da guerra dos espanhois e portugueses.
P.N. San Miguel, Uruguai	Fortaleza histórica do período da guerra dos espanhois e portugueses.
P.N. Manu, Peru	Provavelmente existem ruínas do período incaico. Vários aspectos da cultura indigena atual.
P.N. Canaima, Venezuela	Rica cultura indigena atual
P.N. Ilha Juan Fernández, Chile	Ricas histórias dos piratas e deportados.
P.N. Ilha de Páscoa, Chile	Ricas histórias arqueológicas. Cabeças de pedras. E culturas de pedras.

12. Proteção de pontos culturais e históricos

Parques nacionais muitas vêzes protegem heranças cultural e histórica do país para ser apreciada atualmente e no futuro; em alguns casos na América Latina parques nacionais serviam para proteger êstes resíduos como também o ambiente natural por volta dêles. Está aumentando a compreensão, que não apenas pontos históricos específicos merecem proteção mas também o seu cenário natural. Em outras partes do mundo, áreas como estas, as vêzes foram até modificadas para mostrar como elas eram no período específico referente aos pontos culturais e históricos protegidos. Até o momento isso foi feito raramente na América Latina apesar de que o interêsse aumentou em adaptar zonas especiais para alcançar êsse objetivo. As vêzes uma paisagem com importância cultural e especial merece proteção mesmo se não houver nenhum ponto excepcional. Êstes cenários culturais normalmente necessitam de constantes serviços e cuidados para evitar o avanço natural da vegetação.

Pontos históricos ou paisagens culturais normalmente serão incluídas em zonas especificas dos parques nacionais da América Latina. A tabela Nº 17 apresenta uma seleção de pontos históricos em alguns parques nacionais da América Latina.

13. Proteção de pontos pitorescos e geológicos

Paisagens fantásticas são um fator normal e característico nos parques nacionais do continente. A raridade ou primazia da paisagem, normalmente inclue alguma formação geológica da área. Montanhas, vulcões, cataratas, grutas, vales, lagos e ilhas muitas vêzes são os pontos de maior interêsse.

A proteção dêstes pontos pitorescos para o presente e para o futuro prazer de todos, representa um benefício significante para a humanidade e deveria ser considerado como rendimento dos parques nacionais, desde a administração evita atividades que poderiam destruir êstes recursos naturais. Apesar de que é quase impossível aplicar valores monetários na paisagem, é um fato conhecido que um cenário magnífico representa lucro oriundos de turismo, recreação e pode causar orgulho de uma nação sôbre sua he-

rança da natureza.

A tabela Nº 18, mostra uma amostra estatística de paisagens ou cenários superlativos em alguns parques nacionais da América Latina.

Tabela Nº 18

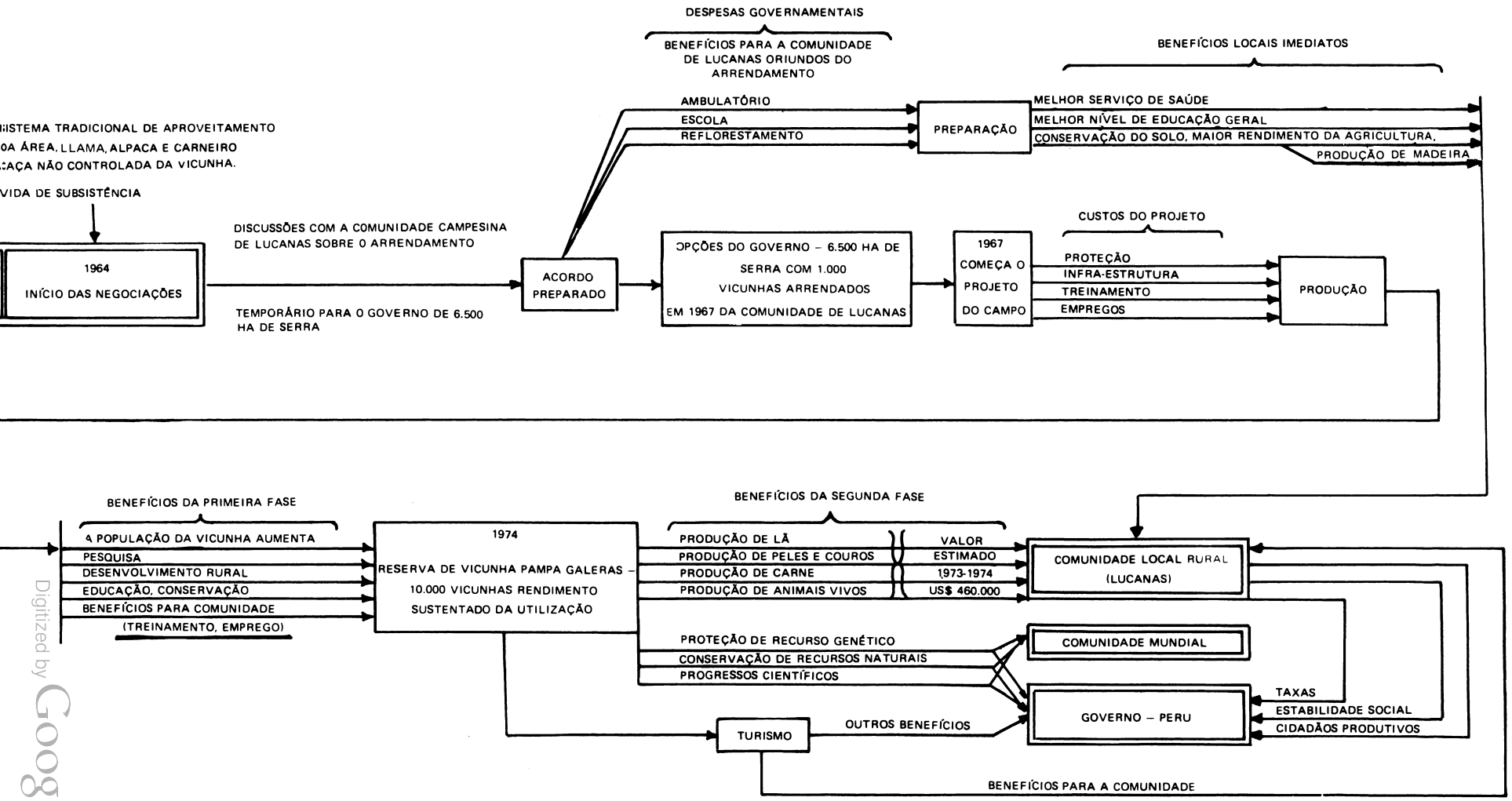
Paisagens únicas em alguns parques nacionais da América Latina

Parque Nacional e País	Ponto natural único
P.N. Canaima, Venezuela	Catarata mais alta do mundo (Salto do Anjo, 973 m). Formação geológica rara (do tipo de Roraima).
P.N. Iguazu, Argentina e P.N. Iguaçu, Brasil	Uma das cataratas mais extensas do mundo (extensão horizontal de 2.700 m. com altura aprox. de 70 m.)
P.N. Volcan Poas, Costa Rica	Uma das maiores crateras verdadeira do mundo (Diâmetro de 1,5 Km aprox.)
P.N. Vicent Pérez Rosales, Chile	Um dos mais belos e clássicos estrato vulcânico (cone verdadeiro), do continente coberto de neve.
P.N. Torres del Paine, Chile	Pasisagens de montanhas e glaciares inigualáveis
P.N. Arquipélago Los Roques, Venezuela	Um dos atois de coral extremamente raros no Atlântico
P.N. Cueva de la Quebrada del Toro, Venezuela	Formação suprema de grutas
P.N. Ilha de Salamanca, Colombia	Formação suprema de mangue e barreiras de areia.
P.N. Ilhas de Galapagos, Equador	Ilhas e características naturais sem igual (flora e fauna).

GRAFICOS DEMONSTRATIVOS

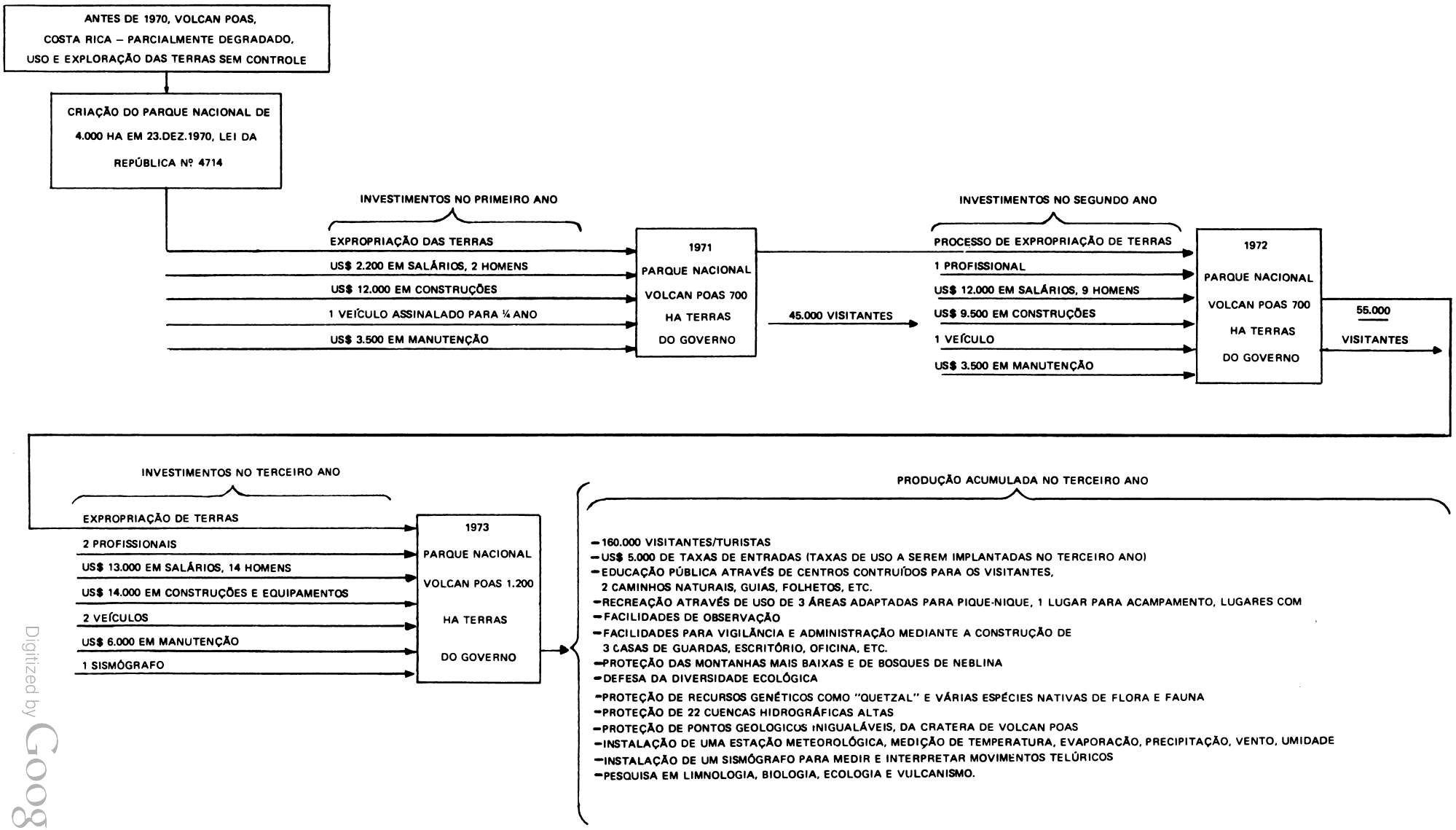
RESERVA NACIONAL DE VICUNHA PAMPA GALERAS, PERU

MODELO ESQUEMÁTICO SIMPLIFICADO. GRÁFICO DE FLUXO A



PARQUE NACIONAL VOLCAN POAS – COSTA RICA

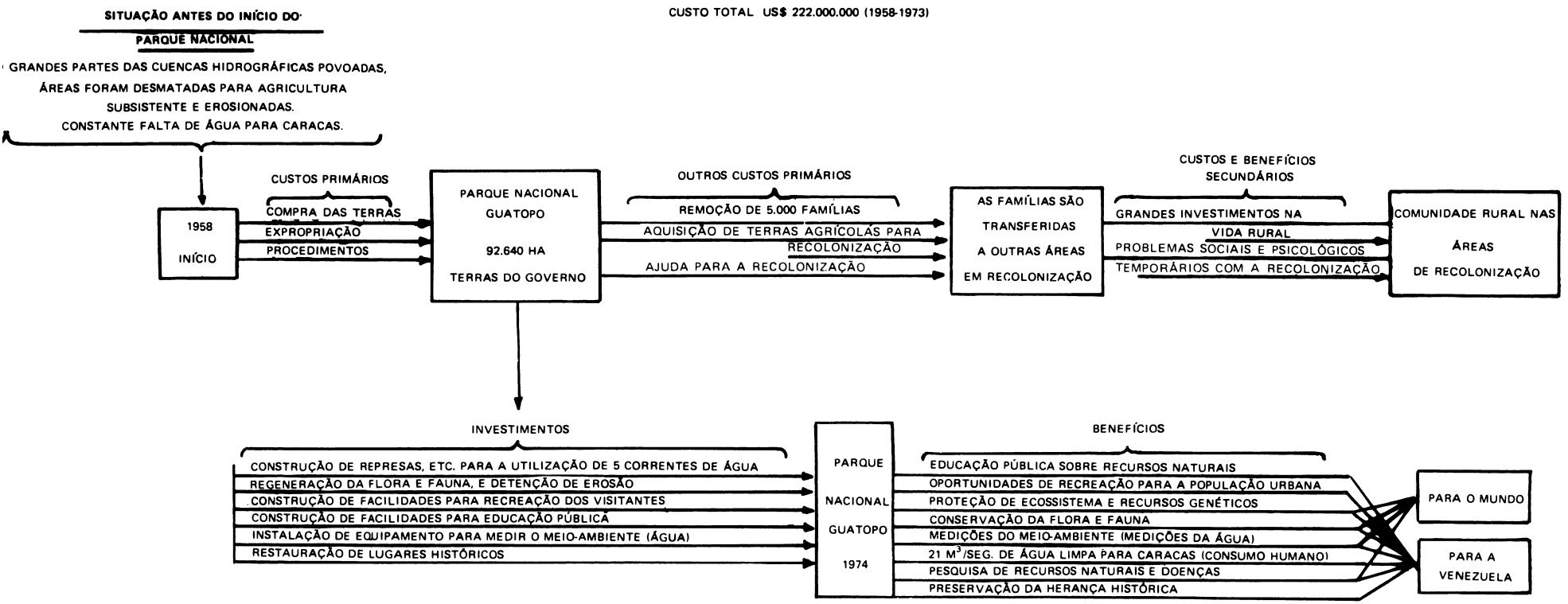
INVESTIMENTOS – BENEFÍCIOS GRÁFICO DE FLUXO B



PARQUE NACIONAL GUATOPO – VENEZUELA

MODELO ESQUEMÁTICO SIMPLIFICADO. GRÁFICO DE FLUXO C

CUSTO TOTAL US$ 222.000.000 (1958-1973)



SE O BENEFÍCIO DA PRODUÇÃO DE ÁGUA É GARANTIDO, PODE COBRIR O TOTAL DE INVESTIMENTO ECONÔMICO:

PARQUE NACIONAL IGUAZU – ARGENTINA

GRÁFICO DE INVESTIMENTOS D

(SEM JUROS NESTE GRÁFICO DEVIDO AS SUAS FUNÇÕES DUPLAS)

1974 – 1975

OVOS INVESTIMENTOS NO PARQUE

IONAL ESTABELECIDO E FUNCIONANDO

INHOS MELHORADOS	US$	158.000
TERIA		50.000
DADE SANITÁRIA/BAR		12.000
AS DE ESTACIONAMENTO		115.000
TE INTERNACIONAL DE PEDESTRES		50.000
INHO INTERPRETATIVO		40.000
HORAMENTO NO HOTEL EXISTENTE		42.000
SENTAÇÃO DE FILMES		33.000
ÇÃO DE VIGILÂNCIA, ETC.		60.000
ÇÃO DE SERVIÇO, ETC.		40.000
	US$	600.000

VISITAÇÃO

ESTIMAÇÃO CONSERVADORA

1.500.000 VISITANTES NUM PERÍODO DE 5 ANOS

1975 – 1980

LUCRO PARA O PARQUE

PERÍODO DE 5 ANOS

TAXAS DE ENTRADA	US$	300.000
PEDÁGIO NOS CAMINHOS		135.000
TAXAS NO CAMINHO INTERPRETATIVO		45.000
TAXAS NA APRESENTAÇÃO DE FILMES		90.000
TAXAS NA PONTE INTERN. DE PEDESTRE		112.500
ORÇAMENTO DO GOVERNO REC. (5 ANOS)		1.000.000
	US$	1.682.500
CUSTOS DA OPERAÇÃO DO PARQUE	–	690.000
BENEFÍCIOS	US$	992.500

APÓS 5 ANOS – O LUCRO AUMENTA COM O NÚMERO DE VISITANTES

LUCRO PARA A REGIÃO E A NAÇÃO

PERÍODO DE 5 ANOS

1.500.000 VISITANTES × 2 DIAS × US$ 15 VISITANTES/DIA	US$	45.000.000
MENOS ORÇAMENTO DO GOVERNO DE 5 ANOS		1.000.000
MENOS PERDIDAS POSSÍVEIS NO PROVEITO DAS TERRAS (AGRICULTURA SUBSISTENTE)		5.400.000
MENOS INVESTIMENTOS		600.000
BENEFÍCIOS	US$	38.000.000

(PARCIALMENTE DESCONTADOS OS INVESTIMENTOS)

APÓS 5 ANOS AUMENTO DE BENEFÍCIOS.

BENEFÍCIOS PARA A NAÇÃO E O MUNDO

CONTÍNUOS

PROTEÇÃO DE UM CENÁRIO ÚNICO (UMA DAS MAIS LARGAS CATARATAS DO MUNDO)
PROTEÇÃO DA ZONA ECOLÓGICA
PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS
PROTEÇÃO PARCIAL DE CUENCAS HIDROGRÁFICAS
PROTEÇÃO DA VIDA SELVAGEM
RECREAÇÃO

ÁREA DO PARQUE × VALOR COMERCIAL DAS TERRAS/HA APROX. = VALOR COMERCIAL TOTAL DO PARQUE

75.320 HA × US$ 250,00 ≈ US$ 20.000.000

A ZONA VERDE EM VOLTA DE CARACAS - VENEZUELA

Modelo esquemático simplificado

Problemas do crescimento urbano
Ar poluido
Deteriorização Panorâmica
Falta de oportunidades recreativas

Início em 1971

Aprovação do Plano da Zona Verde
Aprovação do Plano da Zona Verde

1972
Fundada a Zona Verde pelo decreto Presidencial

O decreto, regulamentos e o Plano reforçados.

Zona Verde
213.800 Hec.

BENEFICIOS

Limite naturalmente à área urbana
Ajuda a oxigenizaçao do centro da capital
Fornece áreas p/recreação da população
Possibilita a produção agrícola por perto economizando despesas c/transportes
Protege o panorâmico de Caracas
Regula e reduz a poluição do ar
Reduz a pressão no sistema de esgôto
Reduz a pressão do sistema de água (os 3 últimos ítens devido a uma melhora na estrutura urbana).
A indústria pode ser localizada nos centros satélites.
Cría cidades satélites com um meio ambiente melhor.

PARQUE NACIONAL SANTA RERESA - URUGUAI
DEMONSTRATIVO GRAFICO DE INVESTIMENTOS E BENEFICIOS

INVESTIMENTOS

2.700 ha de território litoral

5 Administradoras e Gerentes + 80 soldados

Custos de Construção (sem dados) centro Administrativo- unidades sanitárias terrenos para acampamentos, etc.

Despesas con plantações (A área foi préviamente desmatada com dunas de areia movediça).

PARQUE NACIONAL SANTA TERESA e Área Recreativa Fundado em 1927-Uruguai

BENEFICIOS

Fortaleza histórica protegida

Praias arenosas no Atlântico e zona litoral protegida

Estabilização de dunas de areia

Nutria e os pássaros c/Habitat protegidos

Taxas de concessão(quiosques)(sem dados)

Melhor saúde pública devido a recreação

Taxas oriundas de 200.000 dias de acampamento: US$ ... 75.000 aproximadamente

Recreação pública (diária), pesca, natação, passeios,etc

Fazenda modelo em funcionamento, lucro dos produtos da fazenda

Educação pública em história e natureza

BIBLIOGRAFIA

1. BACHMURA, Frank T. The Economics of Vanishing Species. Natural Resources Journal, Vol.11, Nº 4, Oct.1971.

2. BLOHM, Tomas. Conveniencia de criar Crocodilos en Venezuela con fines económicos y para prevenir su extinción. Asociación Nacional para la Defensa de la Naturaleza. Venezuela. 1973. 33 p. (mimeografiado).

3. BUDOWSKI, G. El Manejo de Áreas Naturales y Culturales para fines de conservación. Una alternativa válida de Uso de la Tierra. II Simposio Internacional sobre Ecologia Tropical. Caracas,Venezuela, 6-10-Feb.1973. 25 p.(mimeografiado).

4. _____ Tourism and the Conservation of Nature; Conflict Coexistence or Symbiosis. Pacific Area Travel Asociation (PATA) International Woskshop, Kyoto, Japan, 22-23-Feb.1973,IUCN Morges, Switzerland, 1973. 7 p. (mimeografiado).

5. CLAWSON, Marion and KNETSCH, Jack L. Economics of outdoor recreation. Resources for the Future, Ind., The Johns Hopkins Press, Baltimore. 1966. 328 p.

6. CIRACY-WANTRUP, C.V. Benefit, cost analysis and public resources development. Journal of Farm Economics. 37 (4):676-689. 1955.

7. DASMANN, R.F. Classification and Use of Protected Natural and Cultural Areas. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. IUCN Occasional Paper Nº 4. Morges, Switzerland. 1973. 24 p.

8. DASMANN, R.F., MILTON, J.P. and FREEMAN, P.H., Ecological Principles for Economic Development. London. John Wiley & Sons Ltd. 1973.

9. DESHLER, O. William. Uso Múltiple de los Recursos Naturales Renovables. Santiago, Chile. Proyecto FAO/RBF/TF-199, 1974.

10. HIRSCHMAN, Albert O. The Stratery of Economic Development. Yale University Press Inc., Massachusètts, USA. 1958.

11. HOFFMANN, R.K. and PONCE DEL PRADO, C.F. El Gran Parque Nacional del Manu. Ministerio de Agricultura-Informe Nº 17. Lima, Peru, 1971. 12 p.

12. HOFFMANN, R.K. La Vicuña, Símbolo Nacional, Zona Agraria V. Ministerio de Agricultura, ICA, Peru, 1973. 20 p.

13. INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE AN NATURAL RESOURCES (IUCN). Biotic Provinces of the World. IUCN Ocasional Paper Nº 9. Morges, Switzerland. 1974. 58 p.

14. INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES (IUCN). 1974 United Nations List of National Parks and Equivalent Reserves. Morges, Switzerland. 1974. 78 p.

15. KNEESE, A.V. The economics of regional water quality management. Resources for the future, Inc., John Hopkins Press. Baltimore, 1974. 215 p.

16. THE CONSERVATION FUNDATION. National parks for the future. Task Force Reports. The Conservation Foundation, 1717 Massachusetts, Avenue N.W., Washington D.C. March, 1972. 48 p.

17. MILLER, KENTON R. Some economic problems of outdoor recreation planning in Puerto Rico. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the Doctor of Philosophy Degree. State University, College of Forestry at Syracuse University, June 1969, 199 p.

18. _____ Conservation and Development of Tropical Rain Forest Areas. XI General Asembly and 12th Technical Meeting of the International Union for the Conservation of Nature an Natural Resources (IUCN). Banff, Canada, 1972. p. 259-270.

19. _____ Development and Training of Personal.- The Foundation of National Parks Programs in the Future. Second World Conference on National Parks (IUCN). Yellowstone and Grand Teton National Parks, USA. Sept. 18-27, 1972. p. 326-355.

20. _____ Ecological Guidelines for the Management and Development of National Parks and Reserves in the American Humid Tropics. Meeting on the Use of Ecological Guidelines for Development in the American Humid Tropics, Caracas, Venezuela, 20-22 Feb. 1974, 16 p. (mimeographed). (Presently in preparation for the IUCN Publication New Series Nº 31).

21. ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Desarrollo Turistico de Guatemala. Secretaría General. Serie de Informes y Estudios Nº 12. Washington D.C. 1974, 132 p.

22. _____ El Turismo y la Protección de las Areas Naturales. Secretaría General. Serie de Conferencias y Seminarios Nº 1. Washington, D.C 1971. 48 p.

23. OJASTI, JUAHANI and PADILLA, GONZALEZ MEDINA. The management of Capybara in Venezuela. Reprint from Transactions of the Thirty-Seventh North American Wildlife and Natural Resources Conference. March, 12-15, 1972. The Wildlife Management Institute, Wire Building, Washington D.C. 20005. 1972.p. 268-277.

24. PIERRET, P.V. and DOUROJEANNI, M.J. Importancia de la casa para alimentación humana en el curso inferior del río Ucayali, Peru Revista Forestal del Perú. Lima, 1967, 1(2): 10-21.

25. PONCE DEL PRADO, C.F. Informe Nacional sobre Fauna. Paper presented to the Simposio International sobre Fauna Silvestre y Pesca Fluvial y Lacustre Amazônica. Manaus, Brasil, 26 Nov.-1 Dec. 1973. Dirección de Fauna Silvestre, Ministerio da Agricultura, Perú. 1973. 49 p. (mimeografiado).

26. RICHARDS, P.W. The Tropical Rain Forest. Scientific American (New York) 229 (6): 58-67, Dec. 1975. p 73 Sci 1 (145-74).

27. SWANSON, E.W. Travel and the national parks. An Economy Study. National Park Service. U.S Department of the Interior, 1969 40 p.

28. TERBORGH, John. Faunal Equilibria and the Design of Wildlife Preserves. Departament of Biology. Princeton University, Princeton N.J. 08540, 1973 28 p. (mimeographed).

29. TOVAR, A., RIOS, M. and DOUROJEANNI, N.J. Observaciones sobre la Fauna y su aprovechamiento en"Jenare Herrera" (Requena,Peru) Departamento de Manejo Forestal, UNA, La Molina, Lima, 1973 72 p. (mimeografiado).

A N E X O I

Extensão de parques nacionais e reservas em hectares na América Latina

Parques Nacionais	Hectares
Argentina	
Nahuel Huapi	785.000
Los Glaciares	600.000
Lanin	395.000
Río Pilcomayo	285.000
Los Alerces	263.000
Prito Francisco P.Moreno	115.000
Iguazu	75.820
Tierra del Fuego	63.000
El Rey	44.162
Chacao	15.000
Laguna Blanca	11.250
Bosque Petrificado	10.000
Palmar de Colon	8.500
Bolívia	
Ulla Ulla	200.000
Brasil	
Tocantins	625.000
Araguaia	460.000
Iguaçú	170.000
Serra da Bocaina	134.000
Emas	100.000
Brasília	28.000
Monte Pascoal	22.500
Itatiaia	11.943
Aparados da Serra	10.500
Caparaó	10.435
Serra dos Órgãos	10.000
Sete Cidades	6.221
Tijuca	3.300
Chile	
Bernardo O'Higgins	1.761.000
Laguna San Rafael	1.350.123
Alberto M. de Agostini	800.000
Hernando de Magallanes	800.000
Lauca	400.000
Villarica	167.000

(cont.)

Parque Nacional	Hectares
Chile	
Vicente Perez Rosales	135.175
Puyehue	117.000
Cabo de Hornos	63.093
Conguillio	40.000
El Guayaneco	30.498
Bahia Erasmo	28.320
Torres del Paine	24.530
Juan Fernández	18.300
Los Paraguas	18.000
Laguna del Loja	11.600
Isla Guamblin	10.625
Fray Jorge	9.960
Monte Balmaceda	7.900
Nahuelbuta	5.415
Isla de Pascua	4.589
Huerguehue	3.900
Telhuaca	3.500
Paliaike	3.000
Los Alerzales	1.230
Los Pinguínos (ilhas)	97
Laguna de los Cisnes (ilhas)	25
Colombia	
Sierra de la Macarena	600.000
El Tuparro	380.000
Puracé	80.000
Sierra Nevada	50.000
Las Orquídeas	30.563
Isla de Salamanca	21.000
Tayrona	11.600
Costa Rica	
Tortuguero	18.000
Santa Rosa	9.904
Volcan Poas	4.000
Cahuita	1.700
República Dominicana	
Haina - Duey	5.030
Equador	
Galapagos (ilhas)	691.200

(cont.)

Parque Nacional	Hectares
Guatemala	
Tikal	57.600
México	
La Malinche	41.711
Iztaccihuatl - Popocateptl	25.679
Zoquiapan	20.454
Pico de Orizaba	19.750
Bosencheve	15.000
Cofre de Perote	11.700
Lagunas de Chacahua	10.000
Lagunas de Montebello	6.022
Constituição de 1857	5.009
Lagunas de Zempoala	4.669
Desierto de los Leones	1.900
Insurgente José M. Moelos y Pavón	1.813
Insurgente Miguel Hidalgo y Costilla	1.836
El Chico	1.835
Grutas de Cacahuamilpa	1.600
Suriname	
Eilerts de Haan Gebergt	220.000
Tafelberg	140.000
Voltzberg Raleighvallen	56.000
Wia - Wia	36.000
Coppename River Mouth	12.000
Brownberg	11.200
Brinckheuvel	6.000
Galibi	4.000
Panamá	
Altos de Campana	2.600
Paraguai	
Ybykuí	5.000
Peru	
Manu	1.532.806
Huascarán	85.000
Cutervo	2.500

(Cont.)

Parque Nacional	Hectares
Uruguai	
Santa Teresa	2.700
San Miguel	1.495
Arequita	1.000
Venezuela	
Canaima	1.000.000
Arquipélago Los Roques	225.153
Sierra Nevada de Mérida	190.000
El Avila	100.000
Guatopo	92.640
Henri Pittier	90.000
Yacambu	9.000
Cueva de la Quebrada del Toro	8.500
Yurubi	4.000
Reservas	
Brasil	
Caracara	70.000
Sooretama	24.000
Nova Lombardia	4.350
Corrego do Veado	2.400
Serra Negra	1.100
Poço das Antas	3.000
Costa Rica	
Cabo Blanco	1.172
Cuba	
Cupeyal	10.260
El Cabo	7.535
Jaguani	4.932
Cabo Corrientes	1.578
Peru	
Pacaya	660.000
Pampa Galeras	6.500
Uruguai	
Cabo Polonio	14.250

(cont.)

Parques Regionais (não incluídos nas tabelas anteriores)	Hectares
Brasil	
São Paulo	
Morro do Diabo	37.157
Itatins	12.058
Campos do Jordão	8.132
Serra da Cantareira	4.500

ANEXO Nº II

Províncias biológicas e parques nacionais na América Latina

Região Neotropical Provincia Biológica	Parques Nacionais existentes ou Reservas equivalentes
1. Amazônia	a. Manu (Peru) b. Pacaya (Reserva, Peru) c. Sierra de la Macarena (en áreas isoladas nas montanhas, Colombia)
2. Costa colombiana	Nenhum
3. Costa baiana	a. Serra da Bocaina (Brasil) b. Monte Pascoal (Brasil) c. Serra dos Órgãos (Brasil) d. Tijuca (Brasil)
4. Floresta decídua venezuelana	a. Yacambu (Venezuela) * b. Sierra Nevada de Mérida (Montanhas, venezuela).
5. Floresta decídua brasileira	a. Itatiaia (Brasil) b. Caparaó (Brasil) c. Amparados da Serra (Brasil) d. Iguaçú (Brasil) e. Iguazu (Argentina)
6. Caatinga	a. Sete Cidades (Brasil)
7. Gran Chaco	a. Río Pilcomayo (Argentina) b. El Rey (Argentina) c. Chaco (Argentina)
8. Floresta sêca venezuelana	a. El Avila (Venezuela) ** b. Guatopo (Venezuela) **

* maior parte floresta coberta de nuvens.

** maior parte floresta tropical úmida.

		c. Henri Pittier (Venezuela) **
		d. Yurubi (Venezuela) **
		e. Cueva de la Quebrada del Toro (Caverna, Venezuela) **
		f. Arquipélago "Los Roques" (Atol, Venezuela)
		g. Ilha de Salamanca (mangues, Colombia)
		h. Tayrona (Colombia)
		i. Sierra Nevada (Alta montanha, Colombia)
9.	Floresta sêca do Equador	Nenhum
10.	Floresta da Araucária brasileira	Nenhum
11.	Floresta Araucariana do Chile	a. Los Paraguas (Chile)
		b. Conguillio (Chile)
		c. Nahulbuta (Chile)
		d. Villarica (Chile)
		e. Los Alerzales (Chile)
12.	Floresta pluvial temperada do Chile	a. Puyehue (Chile)
		b. Vicente Pérez Rosales (Chile)
		c. Laguna San Rafael (Chile)
		d. Alberto M. de Agsotini (Chile)
		e. Cabo de Hornos (Chile)
13.	Sclerophyll do Chile	a. Fray Jorge (Chile)
		b. La Campana (CHile)
14.	Llanos	a. El Tuparro (Fauna Reserva, Colombia)
15.	Campos	a. Araguaia (Brasil)
		b. Emas (Brasil)
		c. Brasília (Brasil)
		d. Chapada dos Veadeiros (Brasil)
		e. Ybycuí (Paraguai)
16.	Pampas	a. Cabo Polonio (Uruguai)
		b. Arequita (Uruguai)

** maior parte floresta úmida tropical.

	Pampas	c. Santa Teresa (uruguai) d. San Miguel (Uruguai) e. El Panar (Argentina)
17.	Arbustos espinhosos da Argentina	Nenhum
18.	Patagonia	a. Floresta petrificada (monumento, Argentina) b. Tierra del Fuego (Argentina)
19.	Deserto peruano	Nenhum (planejado)
20.	Atacama	Nenhum (planejado)
21.	Planalto guiano	a. Canaima (Venezuela)
22.	O Norte dos Andes	a. Puracé (Colombia) b. Las Orquídeas (Colombia)
23.	O Sul dos Andes	a. Cutervo (Perú) b. Pampa Galeras (Reserva de fauna, Perú) c. Bernardo O'Higgins (Chile) d. Lauca (CHile) e. Nahuel Huapi (Argentina) f. Los Glaciares (Argentina) g. Lanin (Argentina) h. Los Alerces (Argentina) i. Perito Francisco P. Moreno (Argentina) j. Laguna Blanca (Argentina)
24.	Puna	a. Ulla Ulla (Bolívia)
25.	Floresta coberta de nuvens nos Andes	a. Manu (Uma parte, Perú)
26.	Juan Fernández	a. Juan Fernández (o Arquipélago total, e o Parque Nacional, apesar de grandes distúrbios)
27.	Ilhas de Falkland	a. Ilha de Kidney (Reserva Natural Ilhas de Falkland)
28.	Galapágos	a. Ilhas de Galapagos (80% e Parque Nacional, Equador).

34. Panamá	a.	Altos de Campana (Panamá)

Região Neo-Ártica
Província Biológica

14. Sierra Madre	a.	Bosencheve (México)
	b.	Insurgente J.M. Morelos y Pavon (México)
	c.	El Chico (México)
	d.	Grutas de Cacajuamilpa (México)
	e.	Iztaccihuatl-Popocateptl(México).
17. Sonora		Informações insuficientes
18. Chihuahan		Informações insuficientes
19. Tamaulipan		Informações insuficientes

Região Neo-Tropical
Provincia biológica da Sub-Região da América Central.

20. Campeche	a.	Tikal (Guatemala)
	b.	Cofre de Perote (México)
	c.	Pico de Orizaba (México)
21. Caribe-Pacífico	a.	Santa Rosa (Costa Rica)
22. Sinaloa		Informações insuficientes
23. Guerrero	a.	Lagunas de Chacahua (México)
24. Yucatan		Informações insuficientes
25. Cordilheiras Centrais	a.	Volcan Poas (Costa Rica)
	b.	Lagunas de Montebello (México)

IV-C-1

REUNION INTERNACIONAL SOBRE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVACION EN LA REGION AMAZÔNICA

MANEJO DE LA FAUNA AMAZONICA

Dr. Antonio Brack Egg
Subdirector de Flora y Fauna Silvestre
Ministerio de Agricultura del Peru
Profesor de Ecologia Animal
Universidad Nacional Agraria, La Molina.- Lima - Perú.

Santarém, PA.- Brasil

Noviembre, 8-14 de 1976

1. INTRODUCCION

Con demasiada frecuencia se habla todavía en forma triunfalista de la fauna amazónica, pregonando su riqueza, variedad, belleza y originalidad, mezclando conocimientos científicos con mitos y leyendas, agradables al público en general, pero de poco valor para el manejo de ese recurso.

Por otra parte muy poco se ha hecho para llegar a utilizar racionalmente la misma. Ante el panorama general de depredación los países más conscientes han establecido, como medida de emergencia, vedas más o menos estrictas.

Predominó y predomina aún en gran medida el saqueo de la fauna, existiendo tendencias y proyectos, generalmente aislados, de comprenderla como uno de los recursos naturales renovables y manejarlo como tal. Esto resulta difícil porque los planificadores, que por lo general son economistas o profesionales extraños a la materia, exigen la demostración de su importancia económica como condición previa para tomar en cuenta el recurso.

Con muy raras excepciones en casi todos los países de la cuenca del río Amazónas se ha llegado a un nivel en que la fauna tiene interés en lo referente a las espécies en peligro de extinción. En algunos países de la región ni siquiera existe esa preocupación.

En esta breve exposición se pretende precisamente comentar algunos aspectos de la importancia, mal uso, situación administrativa y pautas generales de manejo para llegar a solucionar algunos de los problemas más urgentes que aquejan a este recurso en los países de la cuenca del río Amazónas.

2. LA FAUNA DE LA CUENCA AMAZONICA Y SU IMPORTANCIA

2.1 Riqueza de la fauna amazónica

La inmensa cuenca del río Amaónas, con las formaciones boscosas más

grandes de la Tierra, es a su vez uno de los centros más importantes de la fauna mundial.

Sus variados ecosistemas terrestres y aquaticos, con bosques tropicales y subtropicales húmedos, bosques de altura, formaciones de cerrado, coatinga y otras; los ciclos anuales de inundaciones, que determinan inmensas áreas de várzea, tahuampales y varillales, cochas y aguajales; las variaciones climatológicas cufridas durante el Pleistoceno han hecho que se desarrollaran diversos centros de dispersión, dando origen a una variada fauna con numerosos endemismos en lo referente a órdenes, familias, géneros y espécies.

La misma complejidad de los ecosistemas determina una gran variedad de especies y una baja densidad de individuos.

Sin embargo, esta variedad y complejidad no es tan estable como parece, pues la intervención humana, que pretende cambiar las condiciones originales, con métodos de acción antiecológicas, destruye rápidamente e irreparablemente el equilibrio original, con graves consecuencias para el recurso.

Como ejemplo de esta riqueza basta citar algunos casos:

En Cashu-Cocha, Parque Nacional Manu (Perú), en una superficie de 200 Ha. se han clasificado ya 462 especies diversas de aves, 13 especies de Primates, y otras especies (carnívoros, aligatóridos, anfíbios, etc.).

Por otra parte, los ríos de la cuenca del Amazonas albergan aproximadamente 2.000 especies de peces.

2.2 Importancia de la fauna amazónica

Numerosos estudios hechos demuestran la importancia ecológica de la fauna en el equilibrio natural. Las interrelaciones fauna-bosque son indiscutibles en lo referente a la polinización, dispersión de las semillas, germinación de las mismas, regeneración natural del bosque, etc. Las espe

cies del suelo, parte principal de la biomasa animal del bosque, son indispensables para la descomposición rápida de la hojarasca y posibilitar la reincorporación rápida del humus al ciclo de nutrientes. En las cochas o lagunas los caimanes son indispensables para mantener la producción piscícola de las mismas.

La importancia económica de la fauna se quiso demostrar por mucho tiempo por la producción de pieles (jaguar, ocelote, nutria, lobo de río, etc.) de cueros (Caimanes, ofidios, tayasúidos, capibaras, venados, etc.) y de otros productos. Sin embargo, cuando se comenzó a investigar el uso de la fauna en la alimentación de las poblaciones rurales en la Amazonia, la importancia económica de la misma adquirió un matíz muy especial.

En efecto, la importancia del recurso como proveedor de alimentos (carnes y huevos especialmente) es en mucho superior a lo tradicionalmente reggistrado en lo referente a cueros y pieles. Los estudios de DOUROJEANNI y PIERRET (1965, 1966 y 1972) en los ríos Pachitea y Ucayali y en Jenaro Herrera, en la selva peruana, han demostrado claramente que la dieta del campesino selvícola no es deficitaria en proteínas de origen animal. La caza brinda, según las regiones estudiadas, del 23.5% al 79.5% de las proteinas animales consumidas. En el río Ucayali la pesca brinda más proteínas que la caza. No obstante, ésta se mantiene con 52.0 grs de carne fresca diaria per cápita para todo el bajo Ucayali y con 75.8 grs. de carne fresca diaria per cápita para el área de Genaro Herrera (Ver Cuadro Nº1)

Un aspecto, que cada día resalta más, es la importancia de la fauna amazónica para las investigaciones biomédicas, donde los Primates juegan un rol insustituíble, pero tambien otras especies son necesarias como los armadillos (Dasypodidae), marsupiales (Didelphidae), algunos roedores (Rodentia), ofídios (Serpentes), arañas, etc.. Estas con esenciales para investigar enfermedades (cáncer, hepatitis, malaria, paludismo) como animales

CUADRO Nº 1 : Fuentes de Proteínas a lo largo del curso del río Ucayali, del río Pachitea y en el poblado de Jenaro Herrera (DOUROJEANNI, 1973).

ESPECIES	PACHITEA 1965		UCAYALI 1966		JENARO HERRERA 1972	
	Consumo diario per cápita Grs.	%	Consumo diario per cápita Grs.	%	Consumo diario per cápita Grs.	%
Pescado	110.2	19.1	125.6	61.2	158.3	58.6
Caza	460.0	79.5	52.0	23.5	75.8	28.1
Gallinas	8.1	1.4	22.0	9.9	25.7	9.5
Cerdos	-.-	-.-	12.0	5.4	6.2	2.3
Vacunos	-.-	-.-	-.-	-.-	4.0	1.5
TOTALES	578.3	100.0	221.6	100.0	270.0	100.0

de laboratorio, como reservorios naturales de enefermedades o por ser peligrosos al hombre.

Otro aspecto que conviene hacer resaltar es la posibilidad de domesticar especies silvestres de fácil reproducción en cautiverio. En el pasado se domesticó el pato criollo (Cairina moschata), ampliamente extendido por el mundo en la actualidad. La zootecnia tiene aquí un campo casi virgen con especies potenciales de alto valor como productores de carne (Hydrochaeridae, Dasyproctidae, Tayassuidae, Tapiridae, Galliformes, etc.) y de pieles y cueros.

3. UTILIZACION IRRACIONAL EN EL PASADO

3.1 El proceso de depredación

El aprovechamiento comercial de la fauna en el pasado se caracterizó por ser irracional en todos sus aspectos y basado en un desconocimiento casi total en lo referente a especies, distribución, ecología, biología, manejo, etc.

Se hizo un saqueo masivo y selectivo especialmente de los Primates, Carnívoros, aves, aligatóridos y algunos insectos. Del Perú se exportaban anualmente un promedio de 50.000 primates sin ningún plan de aprovechamiento y pagando precios irrisorios.

Este proceso era eminentemente antisocial, pues enriquecía sólo a unos pocos comerciantes y traficantes y dejaba un ingreso despreciable al cazador y recolector.

3.2 Las Causas

a.- La causa principal de ésta situación es, sin lugar a dudas, la despreocupación por parte de los organismos oficiales encargados de la administración del recurso, para los cuales la fauna no tuvo importancia y, por desgracia, aún no la tiene.

En efecto, si analizamos la categoria administrativa del organismo responsable de la fauna silvestre en nuestros países, nos topamos con grandes sorpresas. El nível administrativo refleja la importancia que se da al recurso y así tenemos (Ver Cuadro Nº 2).

En el Perú es la Sub-Dirección de Flora y Fauna Silvestre, dependiente de la Dirección de Conservación y dentro de la Dirección General Forestal y de Fauna.

En Ecuador es la Sección de Vida Silvestre, dentro del Departamento de Parques Nacionales y Vida Silvestre.

En el Brasil es la División de Conservación, dentro del Departamento de Parques Nacionales y Reservas Equivalentes. En el caso de este país

CUADRO Nº 2 : ORGANISMOS OFICIALES RESPONSABLES DE LA ADMINISTRACION DE LA FAUNA SILVESTRE EN LOS PAISES DE LA CUENCA DEL AMAZONAS

PAIS	MINISTERIO	DIRECCION GENERAL O INSTITUTO	DEPARTAMENTO, DIVISION O SUB-DIRECCION
PERU	Agricultura	Dirección General Forestal y de Fauna	Sub-Dirección de Flora y Fauna Silvestre, dentro de la Dirección de Conservación.
ECUADOR	Agricultura y Ganadería	Dirección General Forestal	Sección Vida Silvestre, dentro del Deptº de Parques Nacionales y Vida Silvestre.
VENEZUELA	Agricultura y Cría (1977: de Recursos Naturales y del Ambiente)	Recursos Naturales Renovables	Oficina Nacional de Fauna Silvestre (con Centro Nac. de Investigación de F.S., Sección Manejo de F.S. y Sección de Control y Fiscalización).
BRASIL	Agricultura	IBDF	División de Conservación, dentro del Dpto. de Parques Nacionales y Reservas Equivalentes.
COLOMBIA	Agricultura	INDERENA	Sub-Programa de Manejo de Vida Silvestre, División de Parques Nacionales y Vida Silvestre.
BOLIVIA	Agricultura	Forestal	Dpto. de Parques Nacionales, Caza y Pesca.

ni siquiera aparece el nombre de la fauna silvestre en toda la estructura orgánica de administración.

En Colombia es el Sub-Programa de Manejo de la Vida Silvestre, dentro de la División de Parques Nacionales y Vida Silvestre, dependiente del INDERENA.

En Bolívia es el Departamento de Parques Nacionales, Caza y Pesca.

Solo en Venezuela la categoria administrativa para el recurso es alta. En este país existe la Oficina Nacional de Fauna Silvestre, la Sección de Manejo de Fauna Silvestre y la Sección de Control y Fiscalización. Esta Oficina depende del Ministerio de Recursos Naturales Renovables.

b.- Otra causa es el "exotismo" de la mayoría de los técnicos y profesionales, que dan preferencia a las especies foráneas y no a las nativas. Es verdaderamente incomprensible que en una región donde existen cerca de 2.000 especies de peces nativos, mamíferos y aves altamente rentables como productoras de carne se investigue y fomente casi exclusivamente la cría de peces exóticos (Tilapia, carpa), búfalos, ganado vacuno, cerdos, gallinas de Guinea, etc. Esta orientación equivocada de los profesionales, donde existen pocas excepciones, trae consecuencias gravísimas para el recurso nativo, como son su destrucción, la no inclusión del mismo en los planes de desarrollo y de investigación y el empobrecimiento consecuente de los ecosistemas.

c.- Una tercera causa radica en las costumbres destructivas y exterminadoras, de la población foránea asentada en la región o de los nativos "civilizados" e integrados al sistema de trueque de pieles, cueros y otros productos para abastecer las necesidades y caprichos de otras regiones u otros países.

3.3 Las Consecuencias

Este sistema ha traído consecuencias graves para la fauna, el pobla-

dor y el sistema político.

En primer lugar muchas especies han sido tan diezmadas que corren peligro de extinguirse. De 126 especies de mamíferos, aves, reptiles y anfíbios del Perú en peligro, 55 pertenecen a la selva amazónica, muchas de ellas las más valiosas por sus pieles, cueros y productos alimenticios.

Otra consecuencia es la destrucción de la fuente de alimentos de la población misma. Con la caza comercial se comenzó a ejercer tal presión sobre determinadas especies que sus poblaciones han bajado a densidades poco rentables. Los ríos y lagunas sufrieron tal sobreexplotación en lo referente a la pesca y extracción de tortugas que los mismos pobladores ven comprometida su fuente tradicional de alimentación.

Igualmente los gobiernos han gastado ingentes sumas de dinero en el fomento de asentamientos humanos, que por no estar basados en las condiciones ecológicas han llevado a fracasos rotundos.

4. BASES PARA EL MANEJO DE LA FAUNA AMAZONICA

4.1 Investigación del Recurso

El conocimiento del recurso es básico para el desarrollo de cualquier política de protección o aprovechamiento racional.

Esta investigación, debería esencialmente contraerse a los aspectos taxonómicos, distribución geográfica, especies de importancia económica, biología y ecologia, manejo (censos, dinámica poblacional), etc.

Asimismo es imprescindible reunir los datos existentes de investigaciones anteriores, de tan dificil acceso muchas veces por la falta de bibliotecas en la región.

Dados los escasos recursos existentes para la investigación es necesario coordinarla al máximo tanto a nivel regional y nacional como a nivel internacional, a fin de evitar duplicidades y malgosto de los fondos.

4.2 Planificación

El segundo paso es lograr el que la fauna silvestre como recurso natural llegue a formar parte de los Planes de Desarrollo.

A este fín conviene, como se está haciendo en el caso del Perú, elaborar Planes de Aprovechamiento para las especies más importantes, a fín de afrontar los problemas más urgentes. Así, por ejemplo, para los Primates, los Aligatóridos, las tortugas, etc.

Con el transcurrir de los años se logra así desarrollar en base a prioridades, todo un sistema de aprovechamiento sin caer en el error de querer hacer todo desde el principio, con planes tan perfectos, complicados y ambiciosos, que es imposible ejecutarlos por las limitadas posibilidades de recursos económicos y humanos.

4.3 Legislación

La mayoria de nuestros países tienen leyes referentes a la fauna silvestre donde se encuentra incluída la fauna amazónica. Este fué en general

el primer paso que se dió para afrontar situaciones de emergencia.

Con frecuencia no se pasa de dar dispositivos de veda de ciertas especies, descuidando la elaboración de normas legales que contemplen el problema en forma integral y busquen soluciones que fomenten tanto la protección de las especies en peligro como el aprovechamiento racional del recurso sea por el Sector Público como por el Sector Privado.

Como norma general no solo se debe prohibir el aprovechamiento sino también hacer posible el desarrollo de sistemas de manejo como son zoocriaderos, manejo extensivo, manejo semi-intensivo, domesticación, etc.

4.4 Control

Con demasiada frecuencia sucede que los planificadores y administradores no especializados en el recurso creen haber agotado su función y haber llenado su responsabilidad con la emanación de la norma legal, descuidándose el control efectivo que conduce al cumplimiento estricto de la Ley.

En nuestros países, casos de este tipo se han repetido muchas veces, habiendo quedado la ley prácticamente en el papel. Así, por ejemplo, en el Perú se emanaron más de 26 dispositivos legales referentes a la vicuña desde 1577 hasta 1969, continuando el exterminio inexorable de esa especie. Recién cuando cuando se crearon guardas armados para vigilar ciertas zonas como Pampa Galeras se logró recuperar rápidamente las poblaciones.

4.5 Educación

Ciertamente que sin educación no hay conservación, porque un recurso como la fauna silvestre de fácil destrucción y que depende de todos los demás recursos, solo se puede proteger y aprovechar racionalmente con la cooperación de los pobladores y de todas las fuerzas vivas del país.

Esta educación debe estar orientada esencialmente a la formación de profesionales y técnicos para el manejo de la fauna y a la orientación de la opinión pública.

En consecuencia, debe orientarse a todos los los niveles (escuelas y colegios, Universidades y gran público) mediante el empleo de todos los medios de difusión (Televisión, programas educativos, libros de colegio, obras especializadas, etc.).

5. COORDINACION INTERNACIONAL

5.1 Responsabilidad de los Organismos Internacionales

Diferentes entidades internacionales están apoyando cada vez más a los países en lo referente a la fauna silvestre. Tal es el caso del WWF, IUCN, FAO, IICA, OPS, etc.

Sin embargo, es conveniente mayor coordinación entre los organismos internacionales a fin de evitar duplicidad de acciones (tal es el caso de las Reservas de Biosfera y los Parques Nacionales) y aún competencia entre los mismos.

Asimismo, se debe dar a conocer los resultados obtenidos en los proyectos ejecutados en otros países. Dichos resultados deben conocerlos prioritariamente las entidades nacionales directamente responsables del recurso.

Otro aspecto importante es que esos organismos apoyen iniciativas de los países, reuniones de coordinación formación y capacitación de especialistas y el desarrollo de centros de capacitación, antes que enviar especialistas internacionales para ejecutar una acción determinada y en una región que desconocen o donde existen técnicos nacionales que muy bien pueden hacerla, pero que carecen de los medios necesarios.

5.2 Coordinación entre los países de la Cuenca

En 1975 se inició el Comité Técnico Intergubernamental (CIT) con la participación de Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolívia y Brasil.

A través del CIT se ahondará el intercambio de experiencias e investigaciones, de técnicos, de aprovechamiento de centros de capacitación, la coordinación del control, etc.

Este Comité deberá lograr el apoyo de los Organismos Internacionales a fín de profundizar su eficiencia y llegar a ser un vehículo de efectiva coordinación.

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

A terceira parte do programa realizado durante a reunião se iniciou com um painel de integração dos temas, durante o qual se analizaram as experiências dentro do temario assinalado apresentadas pelos delegados dos países assistentes, ao expôr os documentos dos seus países e se evaluaram em forma comparativa com a finalidade de obter orientações para o ditado das recomendações aos diferentes governos.

Durante as deliberações foram encarregados os senhores engenheiros José Rafael García, delegado da Venezuela e José M. Carvalho de Vasconcelos, Assessor do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do Brasil, para que elaborassem e submetesem a concideração como pauta da discussão do grupo de trabalho, uma síntese do tratado.

Durante o painel resolveu-se constituir un só grupo de trabalho no qual atuaram como moderadores os engenheiros Maria Tereza Jorge Padua do Brasil e Carlos Federico Ponce del Prado do Perú, Presidente e Vice-Presidente da reunião, respectivamente.

Fizeram parte do grupo de trabalho além dos outros delegados, os conferêncistas G. B. Wetterberg da FAO no Brasil, Antonio Brack Egg, Subdiretor de Flora e Fauna Silvestre do Ministério da Agricultura do Perú e Arne Dalfelt do CATIE em Costa Rica, e alguns observadores nacionais.

As deliberações do grupo de trabalho exigiram intensa dedicação dos participantes, em especial pela responsabilidade que tinham de produzir recomendações, as que por concenso deveriam ser poucas e de aceitação e fácil cumplimento por parte dos governos, para que nao fossem somadas as múltiplas recomendações de reuniões similares que so constituiram e constituem material de arquivo.

VISITA A FLORESTA NACIONAL DO TAPAJOS

No día 12 de novembro de 1976, teve início o programa de visitas previsto com uma viagem pela Floresta Nacional do Tapajós, administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF.

Depois de um rápido percurso pela área da floresta, assistiu-se à apresentação do Projeto do Desenvolvimento e Pesquisa Florestal - PRODEPEF, sôbre cujos antecedentes, objetivos, estrutura técnica e administrativa e pela expansão de investigações, se referiu préviamente à visita de campo, o engenheiro Gilberto Koichi Taketa, Coordenador Regional do Projeto na Amazônia. A continuação, se apresenta um resumo de sua exposição.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA FLORESTAL

Gilberto Koichi Taketa *

Resultado do Convênio entre Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD, tendo como orgão executor a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e o Govêrno do Brasil, por intermédio do Ministério da Agricultura representado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Foi iniciado em 1971 com os seguintes objetivos fundamentais:

1 - Fortalecer o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, orgão responsável pela política florestal do País.

2 - Aperfeiçoar as bases tecnológicas e econômicas, para o adequado desenvolvimento florestal do Brasil.

3 - Melhorar qualita e quantitativamente a produção de matéria prima florestal, principalmente as espécies de rápido crescimento.

4 - Expandir a utilização, em escala nacional, dos vastos recursos florestais do Brasil, removendo principalmente os obstáculos técnicos econômicos e sociais existentes.

ESTRUTURA TECNICA - ADMINISTRATIVA

Compõe-se de uma Direção Central sediada em Brasília e quatro Centros Regionais: Centro Nacional de Treinamento em Pesquisa Florestal (Brasília), Centro de Pesquisas Florestais da Amazônia (Belém), Centro de Pesquisas Florestais da Região Sul (Curitiba) e Centro de Pesquisas Florestais da Região de Cerrado (Belo Horizonte).

Na Amazônia, o Centro é sub-divido em 3 (três) Estações de Pesquisas: Bragantina, Tapajós e Manaus.

A NECESSIDADE DE PESQUISA E OS PROJETOS EXPERIMENTAIS EM DESENVOLVIMENTO

A floresta Amazônica, o mais importante fator da infra estrutura

---

* Coordenador Regional na Amazônia do Projeto de Pesquisas Florestais da Amazônia - PRODEPEF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF

natural, ocupa na atualidade, um grande destaque para o desenvolvimento geral e integral da imensa região brasileira. Infelizmente, a baixa densidade populacional, as desfavoráveis condições de vida e a inexistencia de uma infra estrutura eficiente, tem impedido um desenvolvimento econômico e social satisfatório nesta região.

O corte raso e a queimada em grandes proporções para a transformação da floresta em pastagens e terras de cultura por sistema de agricultura nômade, não mudaram, em princípio, a situação econômica existente. Pelo contrário, a derrubada da floresta para fins comerciais e para a utilização das terras em agropecuárias, muitas vezes, tem esgotado em poucos anos, a capacidade do solo.

Os processos rotineiros sem a técnica apropriada de exploração e sem o aproveitamento total dos produtos e sub produtos florestais, vem gradativamente prejudicando sob o ponto de vista socio-econômico, desperdiçando o vasto patrimônio existente em simples material estagnado.

Torna-se imprescindível portanto, promover a intensificação e planificação de pesquisas florestais prioritárias que revelem inúmeras relações entre os sistemas de atuação: solo-clima-floresta-técnica-econômica na região Amazônica, tais como: seleção de espécies florestais promissoras em diferentes tipos de solos, estudos tecnológicos de espécies florestais, estudo de diferentes métodos de manejo em vários tipos de florestas existentes na região, definição de métodos práticos para aproveitamento das madeiras derrubadas na faixa de colonização, etc. ...

Diante de tão amplo e complexo problema, o PRODEPEF, através do Centro Regional de Pesquisas Florestais da Amazônia está desenvolvendo importante programa de pesquisa envolvendo os seguintes projetos:

1 - Estudos para Inventário Florestal

O objetivo do estudo é no sistema de amostragem em conglomerados verificar através de comparações, o comportamento dos seguintes fatores:

a) variancia considerando-se diversos tamanhos das sub-unidades de amostra.

b) variancia da posição das sub-unidades de amostra.

c) correlação intra-conglomerado, dependendo da posição das sub-unidades de amostra.

d) número de unidade geográfica e sub-unidades de amostra necessárias para inventário definitivo, considerando-se diversos tamanhos de sub-unidades de amostra.

e) limite de Erro, em função de uma série de tamanhos de sub-unidades de amostra.

A unidade de amostra é definida, como a soma dos volumes sem casca das quatro sub-unidades que constituem o grupo.

A análise dêstes fatores será feita, tomando-se como base as seguintes variáveis:

I - Volume total Bruto sem casca por hectare (participação de todas as espécies).

II - Volume Bruto sem casca por hectare para as espécies pertencentes a classe (primeiro Grupo de Espécies).

III - Volume Bruto sem casca por hectare para as espécies pertencentes às classes I e II (segundo Grupo de Espécies).

IV - Volume Bruto sem casca por hectare para uma única espécie.- A escolha recaiu sôbre a espécie Manilkara huberi Ducke (Maçaranduba).

2 - Projeto Piloto de Pesquisa em Exploração e Transporte Florestal

Este Projeto está sendo desenvolvido em convênio com a SUDAM na Estação Experimental de Curuá-Una. Foi em Janeiro de 1976.

2-1 - Objetivos Principais:

a) Treinamento a Engenheiros e Técnicos florestais em planejamento e organização das operações de exploração e transporte florestal.

b) Preparo de mão de obra especializada nas operações mecanizadas de extração e transporte florestal.

c) Definição da organização, métodos e equipamentos adquados de

exploração e transporte florestal.

d) Definição da viabilidade técnica-economica das operações mecanizadas.

2.2 - Justificativas:

As poucas explorações mecanizadas na Amazônia são realizadas sem adequada orientação técnica e, em geral em condições que não correspondem a critérios de uso eficiente de equipamentos. Resultante disso, a necessidade de execução de um programa pilôto que possibilite a definição de normas operacionais adaptadas às condições da Amazônia e pelo menos em parte, o treinamento de pessoal de todos os níveis que operam no setor.

3 - Silvicultura e Manejo

3.1 - Pesquisas de Base

3.1.1 - Observações fenológicas, conduzidas com o objetivo essencial de definir as épocas de disseminação de frutos e sementes das espécies nativas de maior importância na Região. Os resultados obtidos permitirão alcançar dois objetivos:

a) Organizar em base racional, um programa de coleta de sementes que venha atender aos projetos de reflorestamento e programas de pesquisa na Amazônia.

b) Reunir as informações fenológicas que possibilitem, em áreas submetidas ao sistema de regeneração natural, executar os tratamentos silviculturais visando a indução de regeneração natural maciça das espécies prioritárias.

3.1.2 - Tipologia Florestal

Estudos desta natureza desenvolvidos com prioridade na Floresta Nacional do Tapajós com o intuito de definir as unidades tipológicas que servirão, de base tanto para fins de estratificação dos inventários florestais detalhados como para alicerçar as linhas diretrizes dos planos de manejo.

3.1.3 - Dendrologia

3.1.3 - Dendrologia

As pesquisas já executadas além de ter facilitado a identificação das espécies encontradas nas áreas trabalhadas, resultarão dentro de breve, na elaboração de um fichário pragmático que permitirá a identificação em bases regionais, das árvores em pé.

3.2 - Silvicultura Tropical

3.2.1 - Sementes e Produção de Mudas

As pesquisas conduzidas a este respeito são realizadas com maior ênfase no viveiro do PRODEPEF em Belterra, e abrangem especialmente os seguintes aspectos:

a) implantação de uma infra estrutura que permita a coleta em grande escala de sementes de espécies nativas. Atualmente com a produção de mudas nesta escala de Vochysia maxima (guaruba verdadeira) e Cordia goeldiana (freijo cinzeiro), consideradas duas espécies das mais promissoras para futuros projetos de reflorestamento.

b) Técnica de armazenamento das sementes de espécies florestais - Será criado, no futuro próximo, um banco regional de sementes florestais na sub-estação do Tapajós.

c) Avaliação qualitativa das sementes, mediante testes de germinação, submissão das sementes a pre-tratamentos.

d) Técnicas de produção de mudas.

Todas as operações, observações e medições realizadas nos viveiros do PRODEPEF em Belém e Belterra são consignadas em registros especialmente delineados. As informações acumuladas permitirão publicar progressivamente instruções pragmáticas quanto às técnicas de viveiros melhores adaptadas para produção de mu-

das das espécies de maior importância.

Atualmente os dois viveiros (Belém e Tapajós) apresentam um estoque de mais de 130.000 mudas repicadas, abrangendo 68 espécies diferentes.

3.2.2- Ensaios comparativos de espécies (fase eliminatória)

Estes ensaios, de curta duração, tem por objetivo comparar o crescimento e comportamento juvenís de um grande número de espécies (nativas e exóticas) em sítios ecológicamente distintos, com o intuito de distinguir entre elas as mais promissoras que são posteriormente plantadas em maior escala para a comparação e avaliação de seu rendimento efetivo.

Presentemente o PRODEPEF implantou êsses ensaios de curta duração em quatro sítios ecológicos distintos: 3 (três) na região Bragantina e 1 (um) na floresta nacional do Tapajós. A situação atual dos ensaios é a seguinte :

a) Região Bragantina (3 replicações ecológicas). Em quatro anos 59 espécies foram incorporadas ao ensaio; entre as mais promissoras se destacam, Terminalia ivorensis, Tabebuia serratifolia Gmelina arborea, Pinus caribae hondurensis - Conjugado aos primeiros resultados, as observações feitas em áreas reflorestadas na hinterlandia de Belém, pode-se aconselhar desde já duas espécies Terminalia ivorensis e Dydimopanax morototoni - para maior difusão e inclusive para constituição de povoamentos de rendimento nas pequenas propriedades rurais da região Bragantina. As duas espécies mencionadas são de curta rotação e poderiam portanto facilitar a formação de capital entre os rurais da Região.

b) Tapajós 1 replicação, por enquanto, em Mata Alta de Planalto (Km 53 da Rodovia Santarém-Cuiabá).

Os primeiros plantíos foram instalados em março de 1975. No período 1975-1976 foram incorporadas 62 espécies, sendo no momen

to, as espécies seguintes as mais promissoras:

Em plena abertura:

Eucalyptus saligna, Schizolobium amazonicum, Tachigalia alba, Enterolobium maximum, Parkia gigantocarpa.

Sob sombra seletiva:

Enterolobium cfr. cyclocarpum, Tachigalia alba, Terminalia ivorensis, Sterculia sp, Couma macrocarpa.

3.2.3 - Conversão de capoeiras bragantinas em povoamentos de bacuri(platonia insignis)

Um ensaio (1 ha) iniciado em 1974 nas proximidades de Bragança indica que as capoeiras degradadas, por enquanto contam com altos índices de frequencia em bacuri (fato comum na região) e podem ser convertidas a baixo custo em bacurizais puros ou quase puros. A conversão se realiza sem plantío e mediante simples tratos silviculturais de "uniformização" consistindo em limpezas e eliminação das espécies indesejáveis que na capoeira competem com os bacurís. Considerando a qualidade da madeira do bacurizeiro e a existencia de um amplo mercado anual de frutas, esta operação deverí a ser examinada como possível alternativa de valorização no quadro dos planos de desenvolvimento da mencionada região.

3.2.4 - Avaliação Silvicultural dos plantíos já existentes

O PRODEPEF fêz um diagnóstico de vários plantíos de espécies florestais já existentes no Baixo-Amazonas.

Entre as conclusões alcançadas, vale ressaltar:

a) O pau d'arco de flor amarela (tabebuia serratifolia) após um período inicial de crescimento lento, atinge taxas de crescimento altamente favoráveis, da ordem de 1,5 a 2,0 cms por ano (em diâmetro) atingindo porte comercial aos 20 anos de idade.

b) As taxas de crescimento em altura e diâmetro de Schizolobium

amazonicum (paricá) possibilitarão a adoção de rotações curtas (10-15 anos) para o abastecimento de indústrias de celulose e papel.

c) Por outro lado, os projetos de reflorestamentos realizados com Virola surinamensis não produziram até o momento resultados animadores. O crescimento durante os cinco primeiros anos é relativamente baixo.

3.2.5 - Ensaios silviculturais em Matas de Várzea

Estes ensaios foram implantados em 1976 e abrangem: ensaios comparativos de espécies, ensaios comparativos de tipos de material de plantíos e ensaios comprativos de modalidades de plantios. Nêstes últimos se tenta verificar se o plantio da Virola surinamensis sôbre "monticulos" (comoros) manualmente erguidas pode acelerar o desenvolvimento juvenil desta espécie.

3.2.6 - Conversão experimental de capoeiras em povoamentos de rendimento na Região do Tapajós.

A extensão das capoeiras dentro da Floresta Nacional do Tapajós é considerável. Face à necessidade de reintegrar estas capoeiras nos talhões de rendimento econômico, foi implantado em 1.976 um primeiro compartimento experimental de conversão de capoeira (27 ha efetivos em condições de planalto, argilas pesadas).

Foram utilizadas 18 espécies (17 nativas e 1 exótica) na constituição dêste compartimento bem como várias técnicas de estabelecimento (plantio tradicional, plantios em grupos densos espaçados, plantios e semeaduras diretas sôbre montículos incinerados).

Em certos canteiros o plantio de espécies florestais foi consorciado a cultivos agrícolas (arroz, milho, bananeiros, guaraná, taioba, batata doce).

Em 1977 será plantada uma nova extensão (12,25 ha), na qual a conversão será alicerçada exclusivamente mediante plantio de Vochysia maxima (quaruba verdadeira).

3.3 - Manejo Florestal

Está sendo desenvolvido no momento pesquisas e experimentações que se referem a sistemas de manejo natural, baseando-se ao fato de que os Poderes Públicos devem prioritamente apoiar esta linha de pesquisa, pelas razões seguintes:

3.3.1 - O manejo a ser desenvolvido nas Florestas Nacionais e Reservas Florestais de Rendimento do domínio público deveria atender os requerimentos de indústrias madereiras integradas.

Estas indústrias, por definição, podem utilizar um número bastante elevado de espécies e os povoamentos de produção podem portanto ser substituidos por misturas de espécies. Nêste caso convém alicerçar os planos de manejo em sistemas naturais (regenração natural) ou semi-natural (regenração natural consorciada a plantíos de enriquecimento e plantios de relativamente baixa densidade inicial associados à rebrotação natural).

3.3.2 - As indústrias não integradas, pelo menos quando em escala bastante grande, executam programas de reflorestamento mediante plantios uniformes densos que oferecem dificuldades menores do ponto de vista manejo e na conjuntura atual deveriam desenvolver por conta própria as pesquisas necessárias a respeito.

Baseado a estas considerações, o PRODEPEF dedicou seus recursos na execução das seguintes atividades:

3.3.2.1 - Manejo experimental: pesquisas de base

Na Floresta Nacional do Tapajós escolheu-se uma área de mata alta submetida nêstes últimos anos a explorações seletivas necessárias (Flona Tapajós, Km 67, compartimento de 91 ha dos quais 35 ha submetidos a investigação e trabalhos experimentais intensivos).

O povoamento nesta área é constituido por árvores dominantes de mata original, sendo retiradas pelas explorações sucessivas, associadas a uma regeneração natural de idades diversas. A área portanto, reune condições excepcionais que permitirão obter resultados experimentais valiosos a curto prazo.

O compartimento é submetido à pesquisas de base diversificadas particularmente:

a) avaliação do comportamento das espécies comerciais no que tange a sua facilidade relativa de se regenerar naturalmente.

b) estudo das modalidades de eliminação das espécies indesejáveis, particularmente as indesejáveis "invasoras".

c) avaliação das taxas de crescimento e exigencias em luz da regeneração natural das espécies desejáveis.

d) escolha dos modelos mais adequados de inventários diagnósticos a serem empregados com o intuito de definir os tratamentos silviculturais periódicos necessários para asegurar a formação de novos povoamentos de maior rendimento.

e) avaliar as taxas de danos provocados sôbre a regene natural pela exploração das árvores comerciais residuais.

f) no que diz respeito aos elementos da regeneração natural danificadas pela exploração dos remanescentes, avaliar sua capacidade de recuperação e rebrotação de tôco.

Os trabalhos de campo foram iniciados nêste compartimento em maio de 1975, sendo as seguintes operações já concluidas:

a) Inventário comercial (intensidade 100 %)

b) Numeração e mapeamento das árvores comerciais remanescentes e árvores reservadas (intensidade 100 %).

c) Eliminação parcial das espécies indesejáveis, manipulação do sub bosque e corte dos cipós (intensidade 100 % +.

d) Execução de duas séries de inventários diagnósticos (intensi-

dades respectivas: 5 e 10 %) e sua interpretação.

e) Implantação de uma rede de observações fenológicas sistemáticas (473 árvores).

f) Levantamento detalhado da ocorrencia de regeneração natural de pau rosa (Aniba duckei) (intensidade: 100 %).

3.3.2.2 - Elaboração de linhas diretrizes preliminares para um plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós

Este documento foi elaborado, na base dos conhecimentos atuais com o objetivo de facilitar os estudos de prefatibilidade conduzindo à exploração sustentada dos recursos madeireiros da Flo mediante contratos de utilização celebrados com empresas madeireras integradas.

3.4 - Industrias Florestais e Economia Florestal

3.4.1 - Utilização de serrarias móveis para faixas de colonização

Deverá ser estudada a viabilidade técnica e econômica do uso de serrarias portáteis para maximizar o aproveitamento comercial das árvores derrubadas nas faixas de colonização ao longo da Transamazônica. A exploração possibilitará o aproveitamento de grande quantidade de madeira comerciável que estão sendo derrubadas e muitas vezes queimadas.

3.4.2 - Levantamento de serrarias e madeiras comercializadas na Região Amazônica

Através de questionário simples e prático, deverá ser estabelecido um sistema contínuo para recebimento e fornecimento de informações sôbre a madeira utilizada e comercializada na Região Amazônica. O trabalho deverá ser desenvolvido com a colaboração de várias outras instituições oficiais e privadas.

3.5 - Tecnologia da Madeira

3.5.1 - Características físicas, mecânicas e usos potenciais de madeiras da Região Amazônica

Através de estudos em laboratório, estão sendo determinadas as características tecnológicas de 60 espécies da Região Amazônica. O trabalho visa também através de especificações das madeiras, indicar as utilizações industriais mais adequadas. Os resultados dêste trabalho serão de extrema importância à implementação e desenvolvimento da política de comercialização das madeiras amazônicas.

3.5.2 - Classificação eletro-mecânica de madeiras das espécies amazônicas indicadas para construção

Êste trabalho visa determinar as classes de resistência das madeiras amazônicas indicadas para construção em geral.

Trata-se de processos que independe da espécie, côr ou defeitos externos da madeira. São registrados mecânicamente os defeitos internos do produto, servindo para que a médio prazo possa existir madeiras brasileiras comerciais com qualificações padronizadas no mercado nacional e internacional.

3.5.3 - Produção de painéis à base de madeira proveniente de várias espécies

Paralelamente à indicação de espécies adequadas a essa finalidade será estudada também a produção de painéis com madeira proveniente de várias espécies, levando-se em consideração a exploração de florestas mixtas e o uso integrado dos recursos florestais.

3.5.4 - Produção de chapas com fibras de babaçu para obras de construção

O trabalho visa o aproveitamento integral dêsse vegetal, de grande ocorrência na Região Amazônica.

3.6 - Manejo de Vida Silvestre

Elaboração de chaves para identificação de tartarugas

3.6.1 - Levantamento e caracterização de várias espécies encontradas na região. Através dêsses dados específicos está sendo elaborada uma chave de identificação, que possa facilitar o trabalho de contro-

le e fiscalização. São dados básicos para uma eficiente política de preservação regional.

Levantamento no mercado do consumo das espécies silvícolas

3.6.2 - Visa determinar a participação das espécies silvicolas no hábito alimentar da população regional. Êsses dados deverão mostrar a importância e as implicações de uma política de preservação à fauna na Região Amazônica.

Estudos para estabelecimento de criadouros de animais silvestres

3.6.3 - Através de estudos e acompanhamento do comportamento das principais espécies faunísticas da região, deverão ser estabelecidos criadouros artificiais, visando o desenvolvimento racional, tecnico e econômico dessa atividade. Essa possibilidade poderá facilitar também a preservação da fauna amazônica.

BASE FISICA DE BELTERRA

Realizada a visita a Floresta Nacional de Tapajós, os convidados foram levados à Base Física de Belterra onde tiveram oportunidade de conhecer suas instalações e receber informação sobre objetivos e estructura orgânica, operativa e administrativa.

Ademais, previamente ao percorrido, em forma resumida se lhes fêz a seguinte apresentação:

Na Base Física de Belterra, ocupando uma área global de 275.000 ha., o Ministério da Agricultura mantem como atividade principal um programa de haveacultura, além de um centro de capacitação de pessoal auxiliar em atividades agropecuarias.

Coube ao Senhor Diretor, engenheiro Hoderlei da Silva Rodrigues discorrer sobre o complexo de exploração do siringal, de formação e das pesquisas sobre haveacultura, tendo sido percorrido os campos de prova, jardins clonais, viveiros, postos de coleta e usinas de beneficiamento de latex, além da infraestructura administrativa; comportando uma população ativa de 7.000 pessoas.

Terminada a visita a Base de Belterra, deu-se concluido o dia de campo e iniciou-se a viagem de regresso à sede da reunião em Santarem.

R E C O M E N D A C I O N E S

1 - Habiendo tomado conocimiento de los Acuerdos de la Primera Reunión del Comité Intergubernamental Técnico para la Protección y Manejo de la Flora y Fauna Amazónicas - CIT - (Iquitos - Perú, 28 Jun. -02 Jul. 76), los delegados aquí presentes en la Reunión sobre Manejo de Unidades de Conservación en la Región Amazónica, manifestaron su satisfacción por el contenido de esos acuerdos y se permiten recomendar a los organismos gubernamentales competentes de cada país, el cumplimiento y aplicación de los mismos.

2 - Considerando que existe una creciente ocupación de tierras en la Región Amazónica y que no se han establecido las Unidades de conservación suficientes que aseguren la preservación de nuestras representativas de la diversidad ecológica, se recomienda que los gobiernos aceleren el establecimiento de un Sistema de Unidades de Conservación antes de que los costos de la tierra y el deterioro medio ambiental se transformen en factores limitantes.

3 - Considerando que en la actualidad existen grandes diferencias en los países de la cuenca del Amazonas en relación a la terminologia referente a Unidades de Conservación y con el fín de adelantar los estudios para llegar a una aceptable homologación, se recomienda el establecimiento de un Grupo de Trabajo integrado por representantes de Brasil y Venezuela, en coordinación con la Secretaría del Comité Intergubernamental Técnico, el mismo que deberá presentar un documento de discusión en la próxima reunión en Brasília.

4 - Considerando que en la mayoria de los países de la Cuenca Amazónica la categoria del organismo responsable de la administración de la Unidad de Conservación no esta en concordancia con la importancia de sus acciones, se recomienda a los diferentes países que

en las reformas administrativas futuras consideren el establecimiento e implementación de un organismo de tal categoria, que asegure la eficiente administración y conservación de esas Unidades.

5 - Considerando que el área de acción del Programa Cooperativo para el Desarrollo del Trópico Americano, IICA-TROPICOS, coincide con el ambito del Comité Intergubernamental Técnico, para la Protección y Manejo de la Flora y Fauna Amazónicas - CIT -, se recomienda a la Dirección General del IICA, refuerce las acciones del Programa de manera que este apoye al referido Comité, en especial en los aspectos siguientes:

a) Capacitación de personal técnico en manejo de Unidades de Conservación y áreas silvestres, mediante el otorgamiento de becas.

b) Otorgamiento de asistencia técnica en conservación de áreas naturales de la cuenca Amazónica, y

c) Contribución económica para el financiamento de las acciones del Comité.

6 - Considerando el esfuerzo común de los países de la región amazónica para la protección y manejo de la flora y fauna silvestres, se recomienda a la OEA, UNESCO, FAO, INCN, WWF, y CATIE, prestar su apoyo al desarrollo de las acciones del Comité Intergubernamental Técnico para la Protección y Manejo de la Flora y Fauna Amazónica - CIT -.

HOMENAGEM

"Os participantes na Reunião Internacional sôbre Manejo de Unidades de Conservação na Região Amazônica, representantes dos organismos governamentais dos países aquí presentes, Brasil, Equador, Perú e Venezuela, aprovaram por unanimidade a proposta da delegação do Perú, em render homenagem a dois pioneiros do desenvolvimento de Parques Nacionais na região".

"Ao doutor José Augusto de Alencar do Brasil, em consideração a seu acertado trabalho e infatigável dedicação pela preservação do Parque Nacional As Emas (Estado de Goiás), desde o primeiro momento de seu estabelecimento e execução, sacrificando para esse meritório serviço os melhores anos de sua vida".

"Ao doutor José Rafael García A. da Venezuela, pelos seus vinte e cinco anos de trabalho frutífero e incansável a frente dos Parques Nacionais do seu país, durante os quais lhe correspondeu ser o fundador da Sessão de Parques Nacionais do Ministerio da Agricultura e Cría da Venezuela".

"Esta homenagem adiciona-se as distinções outorgadas pelo govêrno da Venezuela, ORDEM DO LIBERTADOR e PREMIO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO, em reconhecimento da sua meritória dedicação pela proteção das área silvestres do seu país".

"O senhores participantes na Reunião, representantes do Brasil, Equador, Perú e Venezuela, solicitaram ao secretário da mesma, Coordenador do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano, IICA - TROPICOS, fazer do conhecimento dos homenageados e dos Comitês de Coordenação Nacional dos países vinculados ao Programa, o reconhecimento já assinalado, a fim de que sirva de exemplo e de estímulo aos profissionais que trabalham no estabelecimento, planificação e manejo de Unidades de Conservação".

A G R A D E C I M I E N T O

Los delegados presentes en la Reunión Internacional sobre Manejo de Unidades de Conservación en la Región Amazónica, desean expresar al Programa Cooperativo para el Desarrollo del Trópico Americano, IICA-TROPICOS, y al Instituto Brasilero de Desenvolvimento Florestal - IBDF -, su reconocimiento por la oportunidad brindada a los funcionarios y especialistas de los países de la Cuenca del Amazonas, para intercambiar criterios y adelantar proyectos para una acción conjunta y efectiva sobre la preservación de áreas naturales representativas, así como propiciar un nuevo encuentro de los miembros del C.I.T., lo que resultará especialmente beneficioso en las acciones futuras.

Asimismo, manifiestaron su agradecimiento al gobierno y pueblo brasileños y particularmente al de Santarém, por su fraternal acogida y amistad.

ATA DA SESSÃO FINAL

Reunidos em plenária os delegados dos países assistentes, Brasil, Equador, Perú e Venezuela, conferencistas, observadores nacionais e representante da Oficina do IICA no Rio de Janeiro, deu-se leitura as recomendações redigidas pelo grupo de trabalho para sua aprovação.

Esta foi uma sessão que não suscitou maior discussão ao submeter a concideração cada uma das recomendações, por ser estas o resultado do trabalho das mesmas pessoas que nesta sessão tinham que dar-lhes aprovação . Em consequência as trocas introduzidas foram mais de fôrma do que de fundo.

Durante a mesma sessão se aprovaram por unanimidade moções de homenagens a pioneiros lutadores nos países pelo estabelecimento de parques nacionais e de agradecimentos ao Programa IICA-TROPICOS, ao IBDF e as autoridades locais, pelo seu apreciavel concurso para fazer possivel a reunião.

PALABRAS DE DESPEDIDA DEL COORDINADOR DEL PROGRAMA IICA-TROPICOS DR. PEDRO A. RAMIREZ S.

Si bien lamentable se acerca el momento de la despedida, de quienes en cumplimiento de una misión han podido disfrutar de una recíproca consideración y de la confirmación o iniciación de una apreciable amistad, también en motivo de complasencia asistir a esta sencilla pero solene ceremonia de clausura de la Reunión Internacional sobre Manejo de las Unidades de Conservación en la Región Amazónica, la que recibió la unánime acogida de la VII Reunión de la Comisión Asesora del Programa IICA-TROPICOS, y el expreso interés de los Comités de Coordinación Nacional de los países vinculados al Programa, y en especial de quienes hacen parte del Comité Intergubernamental Técnico para la Protección y Manejo de la Flora y Fauna Amazónica, cuando el Coordinador del Programa IICA-TROPICOS les presentó el programa que iba a cumplirse.

Si en un principio, francamente tengo que confesarlo, la ausencia de los representantes de Bolivia y Colombia, quienes se excusaron de asistir por inconvenientes ineludibles de ultima hora, me causó desconcierto y desestímulo, estos sentimientos se fueron tornando cada vez menos inquietantes a medida que observaba el creciente entusiasmo de ustedes entre mas se adentraban en el temario de la reunión, lo que muy rápidamente me permitió sentir cierto optimismo que me auguraba un pleno éxito.

Ciertamente, digno es reconocerlo, la gran responsabilidad que les significaba el desarrollo y éxito de la reunión en su parte técnica, lo fundamental de la misma, siempre les animó para actuar con dedicación plena de interés por culminar con un documento digno del aprecio de los

entendidos en la materia, y a la vez corresponder al esfuerzo que un organismo internacional como lo es el Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas y un organismo nacional de Brasil, el Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, le concedieron a esta importante reunión.

Es por esto que quiero expresarles mis mas sinceros agradecimientos por esa entrega total en las deliberaciones, y espero que cuando tengan en sus manos la memoria de la reunión, sientan muy profundamente la satisfacción del deber cumplido, primeramente con ustedes mismos como retribución a sus grandes inquietudes conservacionistas, y en segundo lugar con sus respectivos países y con la región como un todo, los únicos y verdaderos beneficiarios de sus aciertos.

Me parece justo presentar ante ustedes sentimientos de gratitud a los señores conferencistas por las magníficas exposiciones que le dieron gran altura técnico-científica al certamen, y prepararon las mentes para que en forma acertada y con claros criterios sobre los temas de discusión, pudieran actuar quienes se constituyeron en grupos de trabajo.

Finalmente quiero dejar constancia de reconocimiento, a nombre del Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, al Gobierno de Brasil y al Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por la significativa colaboración recibida para que el Programa IICA-TROPICOS hubiera podido realizar esta reunión, y a la vez agradecer públicamente a la Prefectura Municipal de Santarém, por las gentiles atenciones que nos brindó durante el transcurso de la reunión.

Mil gracias.

PALABRAS DE AGRADECIMIENTO A NOMBRE DE LOS DELEGADOS DE LOS PAISES. POR EL DOCTOR ARTURO PONCE SALAZAR, DEL ECUADOR.

Cumpliendo con un honroso encargo de las delegaciones de los países a este evento, tengo la satisfacción de llevar la palabra convencido de el pensamiento que guardan todos y cada uno de los asistentes a esta reunión, pensamiento en el cual se manifesta plenamente el sentido conservacionista. Es por esta razón, que haciendo un aparte de las diferencias de nacionalidad e idiomas me he atrevido a aceptar este compromiso.

Tengo entendido que todos ustedes han asistido a inumerables reuniones internacionales en las cuales se ha tratado sobre diferentes aspectos, especialmente de la necesidad de realizar una serie de millonarios programas de colonización, muchos de los cuales no han tenido siquiera la información básica necesaria; se ha tratado sobre las técnicas más efectivas y más rápidas para la explotación de los bosques, acerca de los procedimientos más adecuados para extraer de la tierra, de los ríos y de los mares producciones cada vez más voluminosas, e inclusive en aquellas reuniones que tienen relación con la educación de la juventud de nuestros futuros profesionales, se han orientado los conceptos con el criterio siempre irreversible de que la naturaleza es para el hombre, pero no el hombre para la naturaleza.

Hasta hace poco tiempo constituía un verdadera tabu en este tipo de reuniones, el hablar acerca de los problemas que todos los Programas de Desarrollo integral de un país traen directamente hacia el aspecto de las areas silvestres. Ventajosamente este criterio ha ido evolucionando, y gracias a gente soñadora, verdaderos pioneros del conservacionismo, se ha venido sentando conciencias sobre este aspecto, tanto a nível popular como principalmente en los niveles del Gobierno y de las autoridades encargadas de la programación del

desarrollo del país.

Se conoce ya acerca de la necesidad primordial y urgente de proteger areas cuyos deterioro está cada vez más avanzado por los avances de colonizaciones, repito muchas veces sin ninguna programación colonizaciones que han causado tremendos daños en el medio ambiente local, y como resultado de esto se han obtenido en conclusión, que la única forma, que el único medio de poder proteger siquiera en parte estos recursos, es la delimitación de areas de superfície variable que en el futuro constituirán verdaderas muestras de lo que fueron originalmente extensas comunidades ecológicas.

Esto se consigue con una planificación adecuada que no puede estar en desacuerdo con la planificación del desarrollo Nacional, porque en ningun momento la conservación puede ir en contra del lógico reclamo derivado de la necesidad de suministrar alimento a la población. En consecuencia, es cada vez más urgente y más preciso planificar convenientemente la distribución de estas areas y la organización de los sistemas de areas silvestres.

Ventajosamente esta conciencia ha tomado características ya a nível regional. America Latina, y más precisamente los países del area Amazónica, han dado el primer campanazo: por iniciativa del Gobierno de Colombia se tuvo una primera y preliminar reunión en donde se originó el Comité Intergubernamental Técnico para el Manejo y la Protección de la Flora y Fauna Amazónica. Esta acción tiene como consecuencia, el que los habitantes de los diferentes países lleguen a conocer ahora sí, en forma cierta, en forma verídica, cuales son las responsabilidades que nosotros tenemos frente a estas areas en que ventajosamente todavía se puede realizar trabajos de conservación. El Comité Intergubernamental Técnico ha contado con el decidido apoyo de los Gobiernos, prueba de ello es la asistencia, aún sacrificando muchos aspectos de órden económico, de un delegado a sus reuniones.

Esta acción del Comité se ha manifestado inclusive ante organismos Internacionales, como lo demuestra justamente esta reunión. Creemos que unos de los logros más positivos de este Comité, ha sido el crear esta conciencia en Organismos Internacionales que hasta la presente muy poco habian hecho en estos campos. La organización de la presente reunión nos indica que ya esta preocupación ha trascendido las fronteras de los paises, las fronteras de la región, y está haciendo eco en todos los organismos Internacionales.

Personalmente considero que la importancia de esta reunión, a parte de este manifiesto de su conciencia ya en los problemas conservacionistas, radica en habernos brindado la oportunidad de analizar un poco más detenidamente conceptos que habíamos emitido en la primera reunión del Comité Intergubernamental; esto es importante por cuanto se van a madurar en mejor forma todas aquellas actividades que van a realizarse en la próxima reunión de Brasília.

Por esto Señores, y lógicamente comprendiendo el esfuerzo de un Organismo Internacional y a nombre de todos los delegados, tengo a bien agradecer efusivamente al Programa IICA-TROPICOS por esta iniciativa que esperamos no sea la primera y última, y que aspiramos sirva de iniciación de una acción conjunta encaminada a un desarrollo integrado del area amazónica.

Permitidme que para finalizar, agradezca la dedicada intervención de los señores conferencistas, de los señores delegados del Brasil, de la Señora Presidenta, de los miembros de la Mesa Directiva y de la acción supravaliosa y siempre positiva, por la experiencia, conocimiento y capacidad, de todos los delegados.

Muchas gracias !

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO PELA DOUTORA MARIA TERESA JORGE PADUA, DO BRASIL, PRESIDENTE DA REUNIÃO.

Foi com grata satisfação que recebemos a sugestão do Programa IICA-TROPICOS de que para apoiar os trabalhos do Comitê Intergovernamental Técnico para Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônica, constituída pelos Paises da Bacía Amazônica, Brasil, Bolívia, Colombia, Equador, Perú e Venezuela, se dispôs a patrocinnar uma reunião no Brasil, em Santarém, em conjunto com o IBDF.

O propósito prescrito da organização dessa reunião, foi o de fornecer subsídios para o próximo encontro do Comitê Intergovernamental Técnico que se reunirá em Brasília em julho de 1977. Contando com os representantes do Brasil, Equador, Perú e Venezuela, o encontro que hora se encerra, procurou recolher além do informe dos paises, as impressões, recomendações e sugestões dos especialistas e técnicos presentes, concernentes a administração e manejo das Unidades de Conservação da Região Amazônica. As conferencias programadas abrilhantaram o encontro fornecendo aos partidipantes, elementos básicos para o trabalho que realizam.

Ao analizarmos o desenvolvimento da região, chegamos a conclusão de que a mesma atingiu plenamente seu objetivo e temos certeza de que foi frutífera para as futuras ações do Comitê Intergovernamental Técnico.

Muito obrigado a todos pela presença e aquí se encerra a Reunião.

ATA DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

No dia 11 de novembro de 1976, às 18,30 horas, efetuou-se a sessão de encerramento da Reunião Internacional sobre Unidades de Conservação na Região Amazônica, baixp a presidencia da doutora Maria Tereza Jorge Padua do Brasil, para a qual foram convidados os delegados dos países assistentes a reunião, Brasil, Equador, Perú e Venezuela, os conferêncistas, os observadores nacionais do Brasil, o representante do Diretor do Escritorio do IICA no Brasil, convidados especiais e representantes das autoridades de Santarém.

Uma vez instalada a sessão concedeu-se a palavra ao doutor Pedro A. Ramirez S., Coordenador do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano, IICA-TROPICOS, quem se manifestou complacido pelos resultados da reunião, expressou seus agradecimentos aos delegados dos países, conferencistas e observadores nacionais por sua dedicada atuação durante as deliberações, e ao Governo do Brasil, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Prefeitura Municipal de Santarém, pela colaboração e atenções que se receberam para fazer possível a reunião.

Seguidamente, com anuencia da presidencia, tomou a palavra o delegado do Equador doutor Arturo Ponce Salazar, quem a nome dos delegados em sentidas e expressivas palavras, fundamentadas em seu ámplio conhecimento da natureza, colocou em manifesto a complacência de todos pelo acerto do Programa IICA-TROPICOS ao ter organizado a reunião, e o mais profundo agradecimento pela oportunidade que se lhes brindou para intercambiar idéias sobre as Unidades de Conservação na Região Amazônica.

Finalmente a doutora Maria Tereza Jorge Padua, Presidente da reunião, expressou sua sincera satisfação de que no Brasil se tivesse realizado a reunião e o seu agrado pelos resultados da mesma, e a declarou encerrada oficialmente.

GRAFISA OFFSET Belém Pará